



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (POSGRAP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGED)**

ANDRÉIA TEIXEIRA DOS SANTOS

**“QUEM FALOU QUE EU ANDO SÓ?”: PRÁTICAS EDUCATIVAS E SABERES
CONSTITUÍDOS NA AUTO-ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DE
SERGIPE REJANE MARIA**

São Cristóvão
2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (POSGRAP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGED)**

ANDRÉIA TEIXEIRA DOS SANTOS

**“QUEM FALOU QUE EU ANDO SÓ?”: PRÁTICAS EDUCATIVAS E SABERES
CONSTITUÍDOS NA AUTO-ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DE
SERGIPE REJANE MARIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação (PPGED/UFS) como Pré-Requisito para a
obtenção do título de Doutorado em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Marizete Lucini
Linha de Pesquisa: Educação, Conhecimento e
Cultura

São Cristóvão
2023

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237q Santos, Andréia Teixeira dos
"Quem falou que eu ando só?" : práticas educativas e saberes
constituídos na auto-organização de mulheres negras de Sergipe
Rejane Maria / Andréia Teixeira dos Santos ; orientadora Marizete
Lucini. – São Cristóvão, SE, 2023.
340 f.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de
Sergipe, 2023.

1. Educação. 2. Negras - Sergipe. 3. Feminismo. 4. Movimentos
sociais. 5. Aprendizagem. 6. Ativistas políticas negras – Sergipe. I.
Lucini, Marizete, orient. II. Título.

CDU 37.017-055.2(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



ANDRÉIA TEIXEIRA DOS SANTOS

“QUEM FALOU QUE EU ANDO SÓ?": PRÁTICAS EDUCATIVAS E SABERES
CONSTITUÍDOS NA AUTO-ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DE SERGIPE.
REJANE MARIA.”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal de Sergipe e
aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em 28.02.2023

Prof.^a Dr.^a Marizete Lucini (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS

Prof.^a Dr.^a Marilene Santos
Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS

Prof.^a Dr.^a Edineia Tavares Lopes
Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS

Prof.^a Dr.^a Yérsia Souza de Assis
Universidade Federal de Sergipe / UFS

Prof.^a Dr.^a Carolina Santos Barroso de Pinho
Universidade Estadual de Feira de Santana / UFS

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2023

É tempo de caminhar em fingido silêncio,
e buscar o momento certo do grito,
aparentar fechar um olho evitando o cisco
e abrir escancaradamente o outro.
É tempo de fazer os ouvidos moucos
para os vazios lero-leros,
e cuidar dos passos assuntando as vias
ir se vigiando atento, que o buraco é fundo.
É tempo de ninguém se soltar de ninguém,
mas olhar fundo na palma aberta
a alma de quem lhe oferece o gesto.
O laçar de mãos não pode ser algema
e sim acertada tática, necessário esquema.
É tempo de formar novos quilombos,
em qualquer lugar que estejamos,
e que venham os dias futuros, salve 2021,
a mística quilombola persiste afirmando:
“a liberdade é uma luta constante”.
(Conceição Evaristo)

Dedico este trabalho a Rejane Maria Pureza do Rosário, a Gilcinar Santos Porto e às Rejanes que são fruto de sua luta.

AGRADECIMENTOS

Finalizar uma jornada de quatro anos de maneira exitosa, mesmo diante de uma pandemia, só foi possível em virtude dos auxílios e afetos recebidos em diferentes momentos e que foram manifestados de diferentes formas.

Agradeço à minha orientadora, Professora Marizete Lucini, que, desde o mestrado, me acompanha, ensina, acolhe, compreende e respeita. Agradeço a compreensão, paciência em entender os momentos difíceis que normalmente se apresentam ao longo da finalização de mais uma etapa acadêmica. Tê-la ao meu lado nessa trajetória que, para muitos pós-graduandos, é marcada por conflitos, foi um grande presente, pois juntas pudemos caminhar de forma leve, construindo outras possibilidades de pesquisa e de pensar a Educação;

Aos professores que participaram, tanto da banca de qualificação, quanto da banca de defesa, contribuindo, de forma salutar, para a construção e finalização deste trabalho;

Aos meus familiares, em especial à minha mãe Helena, pelo amor, apoio e compreensão diante das ausências que foram necessárias para que esse processo de pesquisa se encerrasse;

Ao meu companheiro Carlysson, pela parceria e por me incentivar e fazer acreditar que é possível passar por fases difíceis, quando temos alguém que nos compreende ao nosso lado;

A todos os meus amigos e amigas, das antigas e os mais recentes, que, com certeza, torcem e vibram pelas minhas conquistas em qualquer campo e que compreenderam as impossibilidades de encontros, sobretudo no período final de escrita da tese. Às minhas bandidas, a nata, os gulosos, os amigos da época da Escola Tiradentes, das graduações em História e Relações Internacionais e tantos outros grupos de amigos, o meu sincero agradecimento e desejo de encontrar todos;

Aos amigos do Grupo de Pesquisas Educação, História e Interculturalidade (GPEHI), por todo apoio, afeto, envio de materiais, comentários e de energias positivas a cada passo dado

nesta caminhada acadêmica;

Aos colegas do DEAPE/PROGRAD, pelo apoio e compreensão durante os momentos em que precisei me dedicar mais à pesquisa, inclusive podendo usufruir de licença para concluí-lo;

Aos queridos do *Ilê Axé Ewá Silewá Lowi* pelo acolhimento, ensinamentos e afetos neste último ano;

À Rejane Maria Pureza do Rosário, que permitiu o encontro com a sua trajetória de vida e com o Movimento de Mulheres Negras;

Às Rejanes que colaboraram com a pesquisa, foi uma grande honra e alegria conhecer, conviver e compartilhar momentos com mulheres diversas, fortes, competentes, acolhedoras e engajadas na luta feminista negra. Mulheres combativas, que movimentam estruturas sem perder o afeto e a ternura. Todo o agradecimento externado será pouco diante da transformação que o encontro com vocês significou para mim. Registro aqui um agradecimento especial à irmã Gilcinar Santos Porto que, neste período entre defesa e entrega da versão final da tese, partiu para o *Orum* e nos deixou, além de um grande vazio de saudade, um grande legado de luta, solidariedade, alegria, humanidade e amor. Te amamos, Gil! *Olorum Kosi Pure*;

A outros espaços de aprendizagem onde passei nesse período, como o Coletivo de Estudantes Negros e Negras Beatriz Nascimento, a Rede de Mulheres Negras de Sergipe e o Fórum de Entidades Negras de Sergipe;

A Deus e aos orixás por me concederem saúde física e mental e serenidade para chegar até este momento.

RESUMO

Esta tese investiga práticas educativas e saberes emancipatórios que emergem das atividades da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria. Para tanto, empreendemos uma discussão sobre o Movimento de Mulheres Negras e sua relação com debates epistemológicos em torno das experiências dos povos racializados, destacando o Feminismo Negro e o Feminismo Decolonial como aportes teórico-práticos para a compreensão das articulações que ancoram o Movimento de Mulheres Negras na contemporaneidade; analisamos o associativismo negro no Brasil nas últimas décadas, sinalizando configurações e pautas reivindicatórias desta coletividade, relacionando a interlocução estabelecida pelo Movimento Negro sergipano com os debates nacionais; historicizamos o Movimento de Mulheres Negras, colocando em perspectiva o Movimento de Mulheres Negras sergipano em diálogo com os movimentos nacionais, considerando as maneiras como as desigualdades de gênero, classe e raça foram operacionalizadas por estas mulheres negras na construção de seu ativismo político contra o racismo, sexismo, LGBTfobia e opressão de classe e, por fim, analisamos, a partir das narrativas das ativistas e de nossa participação nas atividades da Auto-Organização, as práticas educativas e saberes emancipatórios (Gomes, 2017) produzidos na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, relacionados à articulação interseccional entre raça, gênero e classe, considerando que estas pedagogias e saberes emergem das ações cotidianas desta coletividade. Para nos aproximarmos da leitura que as ativistas empreendem acerca da sua participação na Auto-Organização, seguimos a perspectiva da Pesquisa Ativista Feminista Negra (Lemos, 2016) e nos inserimos ativamente nas atividades do grupo. A História Oral, a observação-participante, a pesquisa documental, iconográfica e o uso do diário de campo fizeram parte dos procedimentos investigativos. Como práticas educativas, identificamos as rodas de conversa, palestras, oficinas, cineclube e cine-debates, além dos espaços de formação política, manifestações de rua e eventos culturais, da elaboração de notas de repúdio ou cartas de denúncia e a elaboração de materiais informativos. Nestas práticas, através da problematização da realidade, são discutidos temas importantes para a resistência e sobrevivência negra e, nestas discussões, são mobilizados saberes emancipatórios políticos, identitários, estético-corpóreos e interseccionais, que visam o empoderamento do povo preto para analisar criticamente a sociedade sergipana e pensar estratégias de resistência que possam combater as opressões interseccionais que atravessam os corpos pretos e os levam à condição de marginalização, frente aos poderes instituídos. Categorizamos as atividades realizadas em: ações de combate ao racismo e a violência contra a mulher negra; ações de Autocuidado, ações lúdicas, ações de valorização da cultura negra, ações de incidência política e ações voltadas para a maternidade Preta, além de ações voltadas para o empoderamento, por meio da valorização da mulher negra, da educação, do trabalho e da conscientização sobre os direitos sociais. Nesse sentido, compreendemos o espaço da Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria como um coletivo de referência para o Movimento de Mulheres Negras de Sergipe, na atualidade, sendo produtor de uma pedagogia de (re)existência que emerge das escrituras das mulheres negras ativistas, representando um espaço marcado por práticas pedagógicas emancipatórias inseridas na perspectiva da Pedagogia Feminista Negra, empreendendo resistência à colonialidade do ser e do saber, e, sobretudo, de combate às opressões interseccionais de raça, gênero, classe e sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Movimento de mulheres negras. Feminismo Negro. Saberes emancipatórios. Pedagogia Feminista Negra.

ABSTRACT

This thesis investigates educational practices and emancipatory knowledge that emerge from the activities of the Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria. To do so, we undertake a discussion about the Black Women's Movement and its relationship with epistemological debates around the experiences of racialized peoples, highlighting Black Feminism and Decolonial Feminism as theoretical and practical contributions to understanding the articulations that anchor the Women's Movement Black women in contemporary times; we analyze the black associations in Brazil in the last decades, signaling configurations and claims guidelines of this collectivity, relating the interlocution established by the Sergipe Black Movement with the national debates; we historicize the Black Women's Movement, putting in perspective the Sergipe Black Women's Movement in dialogue with national movements, considering the ways in which gender, class and race inequalities were operationalized by these black women in the construction of their political activism against racism, sexism, LGBTphobia and class oppression and, finally, we analyze, based on the narratives of the activists and our participation in the activities of the Self-Organization, the educational practices and emancipatory knowledge (Gomes, 2017) produced in the Self-Organization of Women Black women from Sergipe Rejane Maria related to the intersectional articulation between race, gender and class, considering that these pedagogies and knowledge emerge from the daily actions of this collectivity. To approach the reading that the activists undertake about their participation in Self-Organization, we follow the perspective of the Black Feminist Activist Research (Lemos, 2016), we actively participate in the group's activities. Oral History, participant-observation, documentary and iconographic research and the use of a field diary were part of the investigative procedures. As educational practices, we identified conversation circles, lectures, workshops, film clubs and film debates, in addition to spaces for political training, street demonstrations and cultural events, the preparation of rejection notes or denunciation letters and the preparation of informative materials. In these practices, through the problematization of reality, important themes for black resistance and survival are discussed and, in these discussions, emancipatory political, identity, aesthetic-corporeal and intersectional knowledge are mobilized that aim at the empowerment of the black people to critically analyze Sergipe society and think of resistance strategies that can combat the intersectional oppressions that cross black bodies and lead them to a condition of marginalization in the face of the instituted powers. We categorize the activities carried out into: actions to combat racism and violence against black women; Self-Care Actions, Playful Actions, Actions to Appreciate Black Culture, Actions of Political Impact and Actions aimed at Black Maternity, in addition to Actions aimed at empowerment through the appreciation of black women, education, work and awareness about social rights. In this sense, we understand the space of the Self-Organization of Black Women Rejane Maria as a reference collective for the Movement of Black Women of Sergipe today, being a producer of a pedagogy of (re)existence that emerges from the writings of black women activists, representing a space marked by emancipatory pedagogical practices inserted in the perspective of Black Feminist Pedagogy, undertaking resistance to the colonality of being and knowledge, and, above all, combating intersectional oppressions of race, gender, class and sexuality.

KEYWORDS: Education. Black women's movement. Black Feminism. Emancipatory

knowledge. Black Feminist Pedagogy.

RESUMEN

Esta tesis investiga prácticas educativas y saberes emancipatorios que emergen de las actividades de la Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria. Para ello, emprendemos una discusión sobre el Movimiento de Mujeres Negras y su relación con los debates epistemológicos en torno a las experiencias de los pueblos racializados, destacando el Feminismo Negro y el Feminismo Decolonial como aportes teóricos y prácticos para comprender las articulaciones que anclan el Movimiento de Mujeres Negras en la contemporaneidad. Veces; analizamos las asociaciones negras en Brasil en las últimas décadas, señalando configuraciones y pautas de reivindicación de esta colectividad, relacionando la interlocución establecida por el Movimiento Negro Sergipe con los debates nacionales; historizamos el Movimiento de Mujeres Negras, poniendo en perspectiva el Movimiento de Mujeres Negras de Sergipe en diálogo con los movimientos nacionales, considerando las formas en que las desigualdades de género, clase y raza fueron operacionalizadas por estas mujeres negras en la construcción de su activismo político contra el racismo, el sexismo, LGBTfobia y opresión de clase y, finalmente, analizamos, a partir de las narrativas de las activistas y de nuestra participación en las actividades de la Autoorganización, las prácticas educativas y saberes emancipatorios (Gomes, 2017) producidos en la Autoorganización de Mujeres Negras. Mujeres de Sergipe Rejane Maria se relacionaron con la articulación interseccional entre raza, género y clase, considerando que estas pedagogías y saberes emergen del accionar cotidiano de esta colectividad. Para acercarnos a la lectura que las activistas emprenden sobre su participación en la Autoorganización, seguimos la perspectiva de la Investigación Activista Feminista Negra (Lemos, 2016), participamos activamente en las actividades del grupo. La Historia Oral, la observación-participante, la investigación documental e iconográfica y el uso de un diario de campo fueron parte de los procedimientos investigativos. Como prácticas educativas identificamos círculos de conversación, conferencias, talleres, cineclubes y cinedebate, además de espacios de formación política, manifestaciones callejeras y eventos culturales, elaboración de notas de rechazo o cartas de denuncia y elaboración de materiales informativos. En estas prácticas, a través de la problematización de la realidad, se discuten temas importantes para la resistencia y sobrevivencia negra y, en estas discusiones, se movilizan saberes políticos emancipatorios, identitarios, estético-corporales e interseccionales que apuntan al empoderamiento de las personas negras para analizar críticamente Sergipe la sociedad y pensar estrategias de resistencia que puedan combatir las opresiones interseccionales que atraviesan los cuerpos negros y los conducen a una condición de marginación frente a los poderes instituidos. Clasificamos las actividades realizadas en: acciones para combatir el racismo y la violencia contra las mujeres negras; Acciones de Autocuidado, Acciones Lúdicas, Acciones de Valorización de la Cultura Negra, Acciones de Impacto Político y Acciones encaminadas a la Maternidad Negra, además de Acciones encaminadas al empoderamiento a través de la valorización de la mujer negra, la educación, el trabajo y la sensibilización sobre los derechos sociales. En ese sentido, entendemos el espacio de la Autoorganización de Mujeres Negras Rejane Maria como colectivo de referencia para el Movimiento de Mujeres Negras de Sergipe hoy, siendo productor de una pedagogía de (re)existencia que emerge de las escrituras de mujeres negras. Mujeres activistas, representando un espacio marcado por prácticas pedagógicas emancipatorias

insertas en la perspectiva de la Pedagogía Feminista Negra, emprendiendo resistencia a la colonialidad del ser y del saber, y, sobre todo, combatiendo las opresiones interseccionales de raza, género, clase y sexualidad.

PALABRAS CLAVE: Educación. Movimiento de mujeres negras. Feminismo Negro. Conocimiento emancipador. Pedagogía feminista negra.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Desenho metodológico da Pesquisa Ativista Feminista Negra _____	p. 31
Figura 2- Rejane Maria Pureza do Rosário _____	p. 47
Figura 3- Rejane Maria na prática da capoeira angola _____	p. 52
Figura 4- Rejane Maria na entrega do Prêmio Abdias Nascimento _____	p. 55
Figura 5- Placa da Sala de Leitura Rejane Maria Pureza do Rosário _____	p. 56
Figura 6- Áreas de atuação da Auto-Organização Rejane Maria de acordo com sua Carta de Princípios _____	p. 63
Figura 7- Ligações da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria _____	p. 65
Figura 8- Entrega do II Prêmio Mulher Negra _____	p. 201
Figura 9- Espaço OMIN inaugurado durante o Natal Afro _____	p. 202
Figura 10- Evento cultural realizado pela OMIN no Centro de Criatividade (2007) ____	p. 203
Figura 11- Encontro de Crespas e Cacheadas (2014) _____	p. 205
Figura 12- Reunião da Rejane Maria (2015) _____	p. 207
Figura 13- Card de divulgação de Reunião da Rejane Maria (2015) _____	p. 208
Figura 14- Formação Política das ativistas com a presença de Valdecir Nascimento ____	p. 209
Figura 15- Reunião de Articulação para a Marcha de 2015 _____	p. 210
Figura 16- Representantes da Rejane Maria na Marcha das Mulheres Negras de 2015 _	p. 211
Figura 17- Representantes de Sergipe na Marcha das Mulheres Negras de 2015 _____	p. 212
Figura 18- Card de divulgação do Julho das Pretas 2016 _____	p. 213
Figura 19- Julho das Pretas 2017 _____	p. 213
Figura 20- Card de divulgação do Julho das Pretas 2018 _____	p. 214
Figura 21- Atividade do Julho das Pretas 2018 _____	p. 215
Figura 22- Card de divulgação Encontro de Crespas e Cacheadas 2018 _____	p. 216
Figura 23- I Marcha de Mulheres Negras de Sergipe _____	p. 217
Figura 24- Card de divulgação atividade Julho das Pretas (2020) _____	p. 218
Figura 25- Registro da Reunião fechada com participação de representante da Rede de Mulheres Negras do Nordeste _____	p. 219
Figura 26- Card de divulgação Agenda Julho das Pretas Sergipe (2021) _____	p. 220

Figura 27- Post de divulgação do Encontro de Mulheres Negras de Sergipe (2021) ____	p. 221
Figura 28- Registro Encontro de Mulheres Negras de Sergipe (2021) _____	p. 224
Figura 29- I Encontro Estadual do Coletivo de Mulheres Quilombolas de Sergipe ____	p. 225
Figura 30- Marcha de Mulheres Negras de Sergipe (2022) _____	p. 227
Figura 31- Fórum de Mulheres Negras de Sergipe (2022) _____	p. 228
Figura 32- Reunião da Rede de Mulheres Negras de Sergipe com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste _____	p. 231
Figura 33- Card de divulgação da ocupação virtual _____	p. 232
Figura 34- Audiência da Rede de Mulheres Negras de Sergipe com o Ministério Público Estadual _____	p. 233
Figura 35- Entrevista coletiva do Ministério Público Estadual e Rede de Mulheres Negras de Sergipe para lançamento de campanha _____	p. 234
Figura 36- Audiência da Rede de Mulheres Negras de Sergipe com o Ministério Público Estadual _____	p. 235
Figura 37- Práticas Educativas da Auto-Organização Rejane Maria _____	p. 260
Figura 38- Recorte da Cartilha Autocuidado e Ginecologia Natural _____	p. 262
Figura 39- Principais temas presentes nas atividades da Auto-Organização Rejane Maria _____	p. 266
Figura 40- Categorização das atividades da Auto-Organização Rejane Maria _____	p. 270

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Ativistas da Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria _____ p. 68

Quadro 2- Temas Julho das Pretas por Ano _____ p.186

Quadro 3- Coletivos que participaram das atividades do julho das pretas 2021 e 2022 p. 229

LISTA DE SIGLAS

- ABAÔ-** Associação Abaô de Arte, Educação e Cultura Negra
- ADCT-** Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
- AMB-** Articulação de Mulheres Brasileiras
- AMNB-** Articulação das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
- BID-** Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CCAS-** Casa da Cultura Afro-sergipana
- CECAN-** Centro de Cultura e Arte Negra
- CNPJ-** Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
- CONAPIR-** Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
- CONEN-** Coordenação Nacional de Entidades Negras
- COPIR-** Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial
- CMPPIR-** Conselho Municipal de Participação e Promoção da Igualdade Racial
- EFALC-** Encontros Feministas da América Latina e do Caribe
- ENEN-** Encontro Nacional de Entidades Negras
- ENMN-** Encontro Nacional de Mulheres Negras
- FNB-** Frente Negra Brasileira
- FENS-** Fórum Estadual de Entidades Negras
- FUNARTE-** Fundação Nacional de Arte
- GRFACACA-** Grupo Regional de Folclore e Artes Cênicas Amadoristas Castro Alves
- GTAR-** Grupo de Trabalho André Rebouças
- IPCN-** Instituto de Pesquisas das Culturas Negras
- IPEA-** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MNU-** Movimento Negro Unificado

MNUCDR- Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial

MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização

MOTU- Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos

MUCDR- Movimento Unificado contra a Discriminação Racial

NEAB- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

OMIN- Organização de Mulheres Negras Maria do Egito

ONG- Organização Não Governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

PAA/IRBr- Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco

PNSIPN- Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

PROUNI- Programa Universidade para Todos

SACI- Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania

SECADI- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEDHUC- Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania

SEPPIR- Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial

SUS- Sistema Único de Saúde

TEN- Teatro Experimental do Negro

UHC- União dos Homens de Cor

UFBA- Universidade Federal da Bahia

UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFS- Universidade Federal de Sergipe

UNA- União dos Negros de Aracaju

UNB- Universidade de Brasília

UNEGRO- União dos Negros e Negras pela Igualdade

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS	22
1. “É TEMPO DE FALARMOS DE NÓS MESMOS”: NOTAS DE UMA PESQUISA SOBRE ESCRIVIVÊNCIAS NEGRAS	47
1.1 Rejane Maria Pureza do Rosário: notas de uma escrevivência negra	47
1.2 O quilombo Rejane Maria: espaço de pesquisa, afeto e aprendizagem	59
1.3 Do encontro e do aquilombamento com as Rejanes	67
1.4 Breve Apresentação das irmãs entrevistadas	73
1.4.1 Njinga Mbandi	73
1.4.2 Modjadji	78
1.4.3 Luedji A’Konde	81
1.4.4 Moremi	85
1.4.5 Nandi Zulu	90
1.4.6 Aisa Kili	93
2. PODE O SUBALTERNO FALAR?”: EPISTEMICÍDIO, COLONIALIDADE E O PENSAMENTO DOS POVOS RACIALIZADOS	99
2.1 “O lixo vai falar, e numa boa”: Feminismo Negro e Feminismo Decolonial enquanto Epistemologias do Sul	109
2.1.1. Feminismo Negro	113
2.1.2 Feminismo Decolonial	122
3. APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O ASSOCIATIVISMO NEGRO NO BRASIL	129
3.1 Notas Sobre o Movimento Negro Sergipano nas últimas décadas	145
4. OS PASSOS DA REJANE MARIA VÊM DE LONGE: MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	162
4.1 Atuação e Agendas do Movimento de Mulheres Negras	165
5. E AS MULHERES NEGRAS SERGIPANAS, COMO TÊM SE ORGANIZADO?	

	195
6. “UMA SOBE, PUXA A OUTRA...”: APRENDIZADOS DENTRO DA AUTO-ORGANIZAÇÃO REJANE MARIA	239
6.1 Movimentos Sociais e Educação	239
6.2 Práticas e Pedagogias de (re)existência na Auto-organização de Mulheres Negras Rejane Maria	254
6.3 Concepções das Rejanes sobre os aprendizados dentro da Auto-Organização	272
CONSIDERAÇÕES FINAIS... EU, REJANE	287
REFERÊNCIAS	298
ANEXO	312
ANEXO I Atividades organizadas pela Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria (2015-2022)	313
ANEXO II Carta de Princípios da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria	323
APÊNDICES	326
APÊNDICE A Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	327
APÊNDICE B Roteiro para Entrevistas Semi-Estruturadas com as Mulheres Negras Ativistas	330
APÊNDICE C Recorte de Dissertações e Teses que versam sobre o Movimento de Mulheres Negras	332
APÊNDICE D Rainhas Africanas citadas na Pesquisa	337

PRIMEIRAS PALAVRAS

[...] quase tudo o que foi dito sobre o negro, tudo que lhe é atribuído, o que até agora é considerado ser negro, inclusive a cultura do negro, deve ser reexaminado não sob o ponto de vista da teologia dominante, mas sob o ponto de vista das nossas aspirações e necessidades. Isto só pode ser possível à luz de uma fidelidade à História. Só o levantamento histórico da vivência do negro no Brasil levada a efeito pelos seus descendentes, isto é, os que atualmente vivem na prática a herança existencial, poderá erradicar o complexo existente nele, e assim como o preconceito racial por parte do branco. (Nascimento, M.B. In: Ratts, 2007, p. 102).

Essa tese se constitui como prática intelectual de resistência ativista negra e feminista, intencionando contribuir com a necessária revisão da história brasileira, no sentido de considerar as pessoas negras como parte fundante da formação histórica e social do Brasil, e não apenas como vítimas de uma formação social escravagista. Assim como Beatriz Nascimento pontua que a historiografia brasileira foi produzida por mãos brancas, hooks (2019) sinaliza que “a história da colonização, do imperialismo, é um registro de traição, mentiras e enganações” (hooks, 2019, p. 26), sendo necessário que as pessoas pretas exponham a falsa realidade que foi imposta pela branquitude, pelo colonialismo e todo sistema opressor dele decorrente, e exijam o real como forma de reparação e transformação, com vistas a promover um processo de cura e recuperação de nós mesmos.

Portanto, a partir do aquilombamento¹ com mulheres negras ativistas sergipanas desta coletividade, definimos como objetivo geral da pesquisa compreender as práticas educativas e saberes emancipatórios presentes no Movimento de Mulheres Negras sergipano, tendo como espaço de convivência e afeto, a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, criada em 2014, na cidade de Aracaju.

Como objetivos específicos, buscamos empreender uma discussão sobre o Movimento de Mulheres Negras e sua relação com debates epistemológicos em torno das experiências dos povos racializados, destacando o Feminismo Negro e o Feminismo decolonial como importantes aportes teórico-práticos para a compreensão das articulações que ancoram Movimento de Mulheres Negras na contemporaneidade; discutir sobre o associativismo negro no Brasil nas últimas décadas, sinalizando configurações e pautas reivindicatórias desta coletividade e observando a interlocução estabelecida pelo Movimento Negro sergipano com

¹ Utilizo este termo, que vem sendo bastante utilizado dentro do Movimento de Mulheres Negras, considerando que nossa interação com as ativistas se pautou no afeto, no compartilhamento de experiências e na construção de possibilidades de sobrevivência em tempos de destruição. (Nascimento, 2018).

os debates nacionais; historicizar o Movimento de Mulheres Negras na contemporaneidade, colocando em perspectiva o Movimento de Mulheres Negras sergipano em diálogo com os movimentos nacionais, considerando as maneiras como as desigualdades de gênero, classe e raça foram operacionalizadas por estas mulheres negras na construção de seu ativismo político contra o racismo, machismo e sexismo e, por fim, analisar, a partir das narrativas das ativistas e de nossa participação nas atividades, as práticas educativas e saberes emancipatórios (Gomes, 2017) produzidos na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, relacionados à articulação interseccional entre raça, gênero e classe, considerando que estas pedagogias e saberes emergem das ações cotidianas desta coletividade.

Para tanto, partimos da questão: Quais práticas educativas vêm sendo constituídas no processo de articulação política de mulheres negras ativistas do Estado de Sergipe visando o combate às opressões interseccionais? Na resposta a esta e a outras questões, apresentamos as experiências educativas envolvidas no processo de formação política de mulheres negras, que enxergaram na militância uma alternativa de sobrevivência em meio a uma realidade que historicamente discrimina, marginaliza e oprime pessoas negras, reproduzindo práticas racistas e sexistas iniciadas no período colonial brasileiro. Nossa investigação incide sobre as práticas educativas e saberes emancipatórios, considerando o Movimento de Mulheres Negras como sujeito político produtor e produto de experiências que ressignificam a questão étnico-racial (Gomes, 2017).

O contexto de escrita desta tese se deu em meio à pandemia da COVID-19, que apresenta efeitos catastróficos sob diversos aspectos e que, no Brasil, ceifou a vida de mais de 600 mil pessoas. Além das mortes diárias e evitáveis, a COVID-19 trouxe o isolamento social como um desafio e, no caso de muitos pós-graduandos, esse isolamento gerou a necessidade de repensar metodologias ou mesmo de modificar os objetos de pesquisa. Tais alterações trazem implicações diretas no que se refere ao cumprimento do cronograma de pesquisa e na própria escrita.

Além da pandemia da COVID-19, em 2022 vivenciamos um ano eleitoral ainda mais violento que em 2018, no qual a democracia brasileira foi constantemente atacada por grupos fascistas que queriam se manter no poder a todo custo, após quatro anos de aparelhamento ideológico do Estado, em especial das Forças Armadas e demais forças de segurança. Eram constantes os ataques às instituições, a exemplo do Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal

Superior Eleitoral, de um grupo extremista que reivindicava um novo golpe militar no país.

Esta realidade de tensionamento da democracia fez com que os segmentos democráticos da sociedade brasileira, dentre eles os movimentos sociais, se unissem em uma frente ampla de enfrentamento ao fascismo, empreendendo esforços para a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, que havia sido impedido de concorrer ao pleito de 2018, graças a uma série de estratégias corruptas empreendidas dentro da Operação Lava Jato. O esforço da campanha antifascista, portanto, deu a tônica dos movimentos sociais no ano de 2022, tendo em vista que a continuidade do governo Bolsonaro seria o pior cenário possível para as minorias, ou “maiorias minorizadas”, como pontuou a jornalista Flávia Oliveira em seu podcast *Angu de Grilo*², ao se referir à população negra, no que se respeita ao cerceamento de direitos e a continuidade do genocídio da população negra.

Os Movimentos Negro e de Mulheres Negras, então, empreenderam esforços máximos para que o projeto de poder de Bolsonaro fosse derrotado, em nome da possibilidade de, com um novo governo democrático, e após anos de desmonte das políticas de igualdade racial, pudessem continuar pressionando as instâncias governamentais para a retomada do debate antirracista e de proteção às minorias. E, estando inserida no Movimento de Mulheres Negras, também me dediquei a engrossar as trincheiras antifascistas e democráticas, atuando com as mulheres da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria e da Rede de Mulheres Negras de Sergipe na luta pelo restabelecimento da democracia, uma vez que mais quatro anos de governo Bolsonaro representariam mais criminalização do ativismo. Dito isto, trato a seguir dos meus caminhos de pesquisa construídos durante o doutoramento.

Meus itinerários de pesquisa foram, desde 2019, quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação, marcados por mudanças. No caso, estas alterações foram empreendidas, tanto no que se refere à temática da pesquisa, que inicialmente se referia aos processos de identificação étnico-racial e territorial de jovens estudantes quilombolas sergipanos, quanto no que diz respeito à metodologia de trabalho, que está acontecendo num contexto pandêmico marcado pelo distanciamento social. Por não poder estar presente no espaço escolar, em virtude da pandemia e da paralisação momentânea das atividades escolares na rede pública de ensino de Sergipe, decidi, em conjunto com a minha orientadora, repensar

2 ANGU DE GRILO 159: Lula Presidente do Brasil. Flávia Oliveira e Isabela Reis. Rio de Janeiro: 01 de novembro, 2022. Disponível em: < https://open.spotify.com/episode/7CQwcb8GZ99MiRKKvzIDGV?si=yGDum1RqQpShx3t1szmVjQ&utm_source=copy-link > Acesso em 02/11/2022.

o campo de pesquisa, dentro de uma ideia que já havia sido pensada no momento do processo seletivo para o doutorado, que era analisar processos educativos experienciados por ativistas do Movimento Negro sergipano, na intenção de que a pesquisa não fosse tão afetada.

Sou uma mulher negra, professora de História que, após concluir a graduação, relutou em tentar processos seletivos para ingressar em um programa de mestrado por não ter tido oportunidade de trilhar uma caminhada dentro da pesquisa acadêmica durante a graduação, pois os projetos de pesquisa eram poucos, e, por acreditar, naquele tempo de formação, que não tinha capacidade intelectual para dar conta das atividades, não concorria. Cursei uma pós-graduação lato sensu e segui os caminhos da sala de aula e da tutoria EAD através de contratos de trabalho, até conseguir ingressar no magistério estadual, através de concurso público. Ingressei no mestrado oito anos após a conclusão da graduação, através do Exame Nacional do PROFHISTÓRIA (mestrado profissional em ensino de História), um programa em rede que abrange diversas universidades do país e que é voltado para professores que estão em sala de aula.

No mestrado, desenvolvi a pesquisa *“Memória e Identificação Quilombola na Escola Estadual Quilombola Gilberto Amado – Estância/SE”*, objetivando compreender os processos múltiplos envolvidos na formação identitária quilombola da comunidade remanescente de quilombo Porto D’Areia, através da nossa participação em um projeto chamado Consciência em Movimento, desenvolvido anualmente pela Escola e que trata dos saberes locais interligados com a questão étnico-racial e quilombola. Desta pesquisa, além da dissertação, produzimos o Caderno *“Memórias e Histórias de Porto D’Areia: Reexistir para resistir”*, para funcionar como suporte didático e pedagógico para atividades futuras dentro da escola e da comunidade.

As leituras que subsidiaram esse projeto, e as falas das crianças e jovens com quem desenvolvemos³ a pesquisa, me possibilitaram refletir sobre a discussão étnico-racial no ambiente escolar e como o silenciamento ou adoção de narrativas eurocentradas e brancocêntricas atingem diretamente a constituição identitária de crianças e jovens negros e negras. Desenvolvi meu trabalho em uma comunidade quilombola, onde havia muitos alunos negros, só que, ao aplicar um questionário com eles, observei que muitos se declaravam como

3 Nesta tese, os tempos verbais variam da seguinte forma: o uso da primeira pessoa do singular ocorre quando refiro à minha trajetória individual enquanto mulher negra e pesquisadora, bem como a minha incursão no campo de pesquisa, já o uso da primeira pessoa do plural, ocorre quando há o movimento de construção de conceitos, referenciais teórico-metodológicos, categorias de análise e argumentos com a orientadora, ou mesmo com as mulheres ativistas que colaboraram com nossa pesquisa. O uso da terceira pessoa demarca e indica o processo de construção coletiva da tese.

“morenos” e não como negros. Esta realidade foi constatada em leituras de outros trabalhos acadêmicos, como a de muitas outras crianças negras Brasil afora, o que mostra que a identidade de crianças e jovens negros é violentada durante todo o seu processo de formação educacional, de forma explícita, com episódios de racismo, como também através de uma educação que não contempla efetivamente a diversidade cultural e o respeito a esta, quando toma como história única uma narrativa eurocentrada e reproduz nos livros, nos cursos de graduação e na estrutura curricular elementos que inferiorizam os povos negros e indígenas.

A partir do mestrado, iniciei algumas leituras de autores inseridos na perspectiva da decolonialidade, ou seja, autores que questionam a narrativa eurocêntrica universalizante e ainda hegemônica, e trazem outras formas de ver e pensar o mundo, a partir dos olhares dos povos historicamente inferiorizados, considerados como não produtores de conhecimento. São indígenas, africanos, afro-brasileiros, quilombolas, mulheres etc, que passam a ter suas experiências ouvidas e consideradas como legítimas. Através da contestação da universalidade das bases epistemológicas às quais todos nós fomos submetidos nas diversas áreas do conhecimento, iniciei então um processo de apropriação e reconstrução identitária.

Com o início dessas leituras, fui me dando conta das violências às quais somos submetidos durante toda a nossa vida, e que nos fazem, por exemplo, ter auto-ódio com relação a nossas características físicas, por estas não se encaixarem em um padrão brancocêntrico, e nos levam a reproduzir discursos que não nos representam como povo.

Nesse sentido, nosso trabalho se justifica como necessidade de compreensão dos aspectos que demarcam a mentalidade colonizada que, ao longo da história, silenciou, censurou e desvalorizou os conhecimentos produzidos por grupos racializados, dentre os quais se encontram as mulheres negras. Nos colocamos na posição de escuta e acolhimento dessas mulheres, com vistas a visibilizar práticas educativas que permeiam suas trajetórias de vida e inserção no ativismo.

Esta tese se encaminhou como proposição de descolonização do conhecimento, a partir do momento em que compreendemos as mulheres negras para além de meros “objetos de estudo”, situando-as como protagonistas na construção de conhecimentos e na luta por democracia e justiça social. Descolonizar significa assumir uma postura epistemológica que rompe com o paradigma eurocêntrico da modernidade, refutando a ideia de uma neutralidade científica, além de significar um posicionamento político em defesa do reconhecimento dos saberes produzidos por sujeitos que, historicamente, foram pensados como irracionais,

incivilizados, não humanos e sem cultura. Buscamos, portanto, contribuir com a divulgação das vozes até então subalternizadas por uma epistemologia e geopolítica do conhecimento dominante, nos somando a estas vozes para defender outras possibilidades de se fazer Educação.

Neste sentido, esta pesquisa buscou realizar um registro histórico e afetivo da agência de mulheres negras sergipanas na luta por emancipação e contra as múltiplas opressões que afetam os corpos pretos e que são responsáveis pelas desigualdades raciais, de gênero, sexualidade, classe e socioeconômicas presentes em nosso Estado, bem como contribuir com o repertório de referências sobre mulheres negras, feminismo negro, ativismo e escrevivências negras. A agência aqui é compreendida como a forma como estas mulheres negras se articulam e se mobilizam contra as opressões interseccionais e defendem um novo pacto civilizatório para a sociedade. No que se refere às mulheres negras na sociedade brasileira, Beatriz Nascimento nos ensina que:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais. Podemos acrescentar, no entanto, ao que expusemos acima que a estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo, se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados (Ratts, 2007, p. 104).

Esta tese, inspirada no Pensamento Feminista Negro e nos Estudos Decoloniais, se articula em torno do ativismo político de mulheres negras e seus anseios por políticas públicas que as alcancem e promovam justiça social, intencionando, também, visibilizar as potencialidades educativas existentes nas articulações empreendidas por mulheres negras com vistas a combater as desigualdades raciais, sociais e de gênero que circundam suas escrevivências.

Nossa pesquisa se situa no campo do Pensamento Feminista Negro, delineado por Collins (2019) como o conjunto de tradições intelectuais feministas negras específicas, embora heterogêneas, criadas através do lugar social que as mulheres negras ocupam

enquanto coletividade. Trata-se de um conjunto de tradições que nasce da tensão dialética entre a opressão sofrida pelas mulheres negras e seu ativismo (Collins, 2019). O Pensamento Feminista Negro atua no sentido de produzir soluções para os problemas enfrentados pela população negra, servindo como uma possibilidade de emancipação e promoção da justiça social.

A realização desta pesquisa enfrentou, assim como milhares de outras pesquisas de graduação e pós-graduação, diversos percalços, mudanças de rota e inseguranças. Contudo, compreender as práticas pedagógicas ocorridas dentro de uma Auto-Organização de mulheres negras foi o caminho que, se inicialmente significava a possibilidade de continuar o doutoramento mediante as potencializadas pela pandemia da COVID-19, revelou ser um tema potente para pensar a Educação “de e com” as mulheres negras. Importa destacar que a escolha de um tema de pesquisa que trata da agência de mulheres negras representa um atravessamento muito significativo para mim, enquanto mulher negra que está se colocando na condição de aprendiz, no que se refere à caminhada dentro do ativismo nos movimentos sociais.

Antes da pandemia, havia iniciado uma caminhada de leituras ficcionais de textos produzidos por mulheres negras, e, nessas leituras, pude observar de forma marcante nas obras críticas contundentes com relação ao racismo e ao sexismo, bem como o combate às múltiplas opressões e a defesa da justiça social, elementos estes que são pautas fundantes dentro do movimento de mulheres negras em nível local e internacional. Nesse sentido, esta pesquisa, que se situa no campo da pesquisa qualitativa em Educação, está sendo realizada como possibilidade de vivenciar experiências de aprendizagem dentro de uma coletividade constituída por mulheres negras ativistas. Para Pimentel (2016):

À medida que reconhecemos na experiência do trabalho de campo uma experiência viva, inscrevemos em nossos corpos os gestos, as palavras, as cores, os sons, as texturas, as imagens, as temperaturas e um sem número de sensações que remetem às nossas vivências em educação (Pimentel, 2016, p. 8).

Assim, os cenários da pesquisa em educação produzem paisagens fecundas para que os educadores exponham suas presenças no campo, deslocando-se de si mesmos e indo ao encontro dos colaboradores com os quais se faz a pesquisa, bem como das práticas e saberes que emergem desse processo. Para esse mesmo autor, a sensibilidade constitui o fluxo gerador através do qual os pesquisadores em educação produzem, ao mesmo tempo, conhecimento e

relações de alteridade. Este fluxo gerador está relacionado à abertura e ao ato de colocar-se entre os outros para situar-se nos espaços das relações.

Nesse sentido, inserimo-nos na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, indo ao encontro das mulheres negras que dela participam, com o intuito de vivenciar as atividades do grupo, compartilhar escrivências, estabelecer vínculos de afeto e aprender sobre o ativismo negro e o protagonismo de mulheres negras nas reivindicações em torno do combate ao racismo, sexismo e a defesa por justiça social, constituindo-me, também, enquanto ativista. A escolha da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria se deu, tanto por constituir um grupo formado apenas por mulheres negras, em meio a um cenário de tantos movimentos negros mistos no Estado de Sergipe, quanto pela curiosidade sobre a trajetória de Rejane Maria Pureza do Rosário, que dá nome à Auto-Organização. Além disso, ao verificar as redes sociais do coletivo, encontrei iniciativas de inserção comunitária que dialogam diretamente com o campo da Educação, com as quais pessoalmente me identifiquei e julguei pertinente dar maior publicidade a estas iniciativas dentro do ambiente acadêmico, em especial no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS.

Neste campo de pesquisa, com o qual estou tão imbricada e implicada, o impasse com relação à qual seria a metodologia ideal foi uma questão inquietante durante uma boa parte do tempo. Precisava de uma metodologia feminista, decolonial, transgressora e que apreendesse toda a sensibilidade e afetividade que envolvem o encontro com minhas iguais e as trocas/aprendizados dele decorrentes. Esta é uma pesquisa onde a objetividade do fazer acadêmico e a subjetividade de minhas experiências cotidianas como mulher negra vivendo em uma sociedade racista, aparecem de forma marcante. Iniciei a busca por leituras que me fizessem chegar a novas metodologias, inclusive participando de um curso de extensão chamado “Pesquisas Decoloniais: reflexões metodológicas”, organizado pelo Grupo de Pesquisa Educação, História e Interculturalidade (GPEHI/CNPQ/UFS) do qual fazemos parte. Nessa busca por novas alternativas metodológicas, chegamos até a Pesquisa Ativista Feminista Negra, que apresenta desenho metodológico pensado pela intelectual e ativista negra Rosália Lemos em sua tese de doutorado⁴.

Para Lemos (2020):

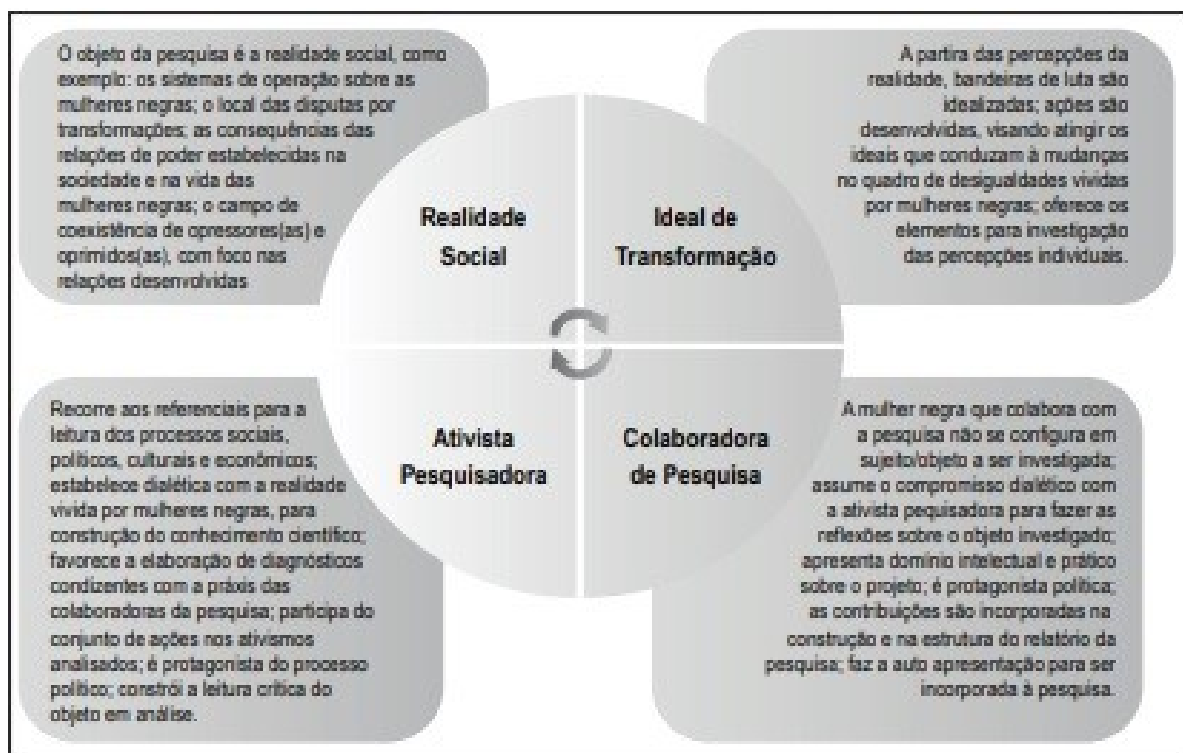
4 LEMOS, R. O. Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras, 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas. 2016. Tese (Doutorado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

[...] as metodologias de pesquisa, [...] são impregnadas por diferentes componentes, que são influenciadas pelas experiências e vivências das pesquisadoras, das entrevistadas, do meio social, da percepção e inserção política, econômica, ambiental, cultural, em uma interação dialética com esses mesmos elementos da orientação acadêmica. Serão esses fatores, que determinarão o andamento, os resultados e as conclusões do estudo (Lemos, 2020, p. 27).

A Pesquisa Ativista Feminista Negra é uma “metodologia de pesquisa centrada no ativismo do feminismo negro” (Lemos, 2020, p.19), que “tem o compromisso político em registrar, coletivamente, transformações locais e as intervenções radiais na sociedade realizadas por, para e com mulheres negras visando transformações e erradicação das opressões, e em busca do Bem Viver” (Lemos, 2020, p. 28). A mesma autora define que a Pesquisa Ativista Feminista Negra reúne vários recursos metodológicos, com vistas a produzir um determinado tipo de conhecimento, surgido dentro do feminismo negro, onde o processo de construção dos saberes ocorre através da parceria com as colaboradoras da pesquisa, viabilizando o encontro entre a pesquisadora ativista com o ativismo das colaboradoras, num processo de retroalimentação. Retroalimentação em que Lemos (2016) afirma que as interações no campo e a construção de uma cumplicidade entre ela (pesquisadora ativista) e as colaboradoras da pesquisa se deram a partir da sua imersão no movimento de mulheres negras e no feminismo negro, e pelo compartilhamento de ideais de transformação e justiça social.

Lemos (2016) afirma que na Pesquisa Ativista Feminista Negra não há sujeito da pesquisa e sim colaboradoras que, por sua vez, são protagonistas epistemológicas no estudo. Além disso, aponta que, o caráter inovador presente nesta metodologia está no fato da busca pela compreensão do protagonismo das feministas negras, bem como no mapeamento das estratégias criadas por elas para transformar a realidade socioeconômica, política e cultural, auxiliando no combate a reprodução de opressões. Sendo assim, a Pesquisa Ativista Feminista Negra tem como objetivo registrar e visibilizar as lutas das feministas negras, sendo constituída a partir das experiências dessas ativistas. Reproduzimos abaixo o desenho metodológico da Pesquisa Ativista Feminista Negra desenvolvido por Lemos (2016) em sua tese e apresentado por ela em um texto datado de 2020.

Figura 1– Desenho metodológico da Pesquisa Ativista Feminista Negra



Fonte: Lemos (2020)

Conforme expresso da figura acima, a Pesquisa Ativista Feminista Negra parte da realidade social e, no caso das escriturências de mulheres negras brasileiras, é uma realidade onde o racismo, o sexismo e a heteronormatividade operam de forma estruturante interferindo na forma como as relações sociais se desenvolvem. A partir da percepção de que estas opressões atravessam suas existências de forma interconectada, as mulheres negras se articulam em coletivos, como a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, ou individualmente, para resistir às opressões e buscar alternativas para a transformação da realidade social.

Compreendendo a dinâmica secular de articulação das mulheres negras por justiça social e combate às opressões, destacamos as mulheres negras que participam da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, e que colaboraram com a pesquisa, como protagonistas políticas deste trabalho, expondo seus pontos de vista sobre o desenvolvimento do trabalho e auxiliando na sua construção, para além de serem apenas entrevistadas que fornecem dados empíricos. O trabalho se desenvolveu numa perspectiva dialógica e crítica, ressaltando a aproximação existente entre investigação e práxis, onde as mulheres negras da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria buscam,

a partir de seus aquilombamentos, produzir novos conhecimentos e práticas que visem a transformação social.

Nessa perspectiva a minha postura como pesquisadora ativista é a de, utilizando os referenciais teórico-metodológicos, estabelecer uma relação entre estes referenciais e a realidade social das mulheres negras sergipanas, participando das atividades da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, constituindo-me como parte do grupo, ou seja, como uma mulher negra ativista, e, em diálogo com as ativistas, realizar análises críticas sobre as experiências vivenciadas por mulheres negras sergipanas e sua articulação para alterar a realidade social e sua desigualdade. Trata-se de uma postura que rompe com o que historicamente foi estabelecido como a única forma de realizar uma pesquisa acadêmica, uma vez que há envolvimento direto entre a pesquisadora e as colaboradoras da pesquisa, não havendo interesse em manter uma neutralidade e um afastamento entre pesquisadora e pesquisados. Lemos (2016) afirma que:

A pesquisa ativista feminista negra se constitui como um ramo de estudo no campo da pesquisa qualitativa, cujo subgrupo é a pesquisa ativista numa perspectiva descolonial. É orientada no sentido de considerar que o pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que constroem um ponto de vista sobre temas comuns, tendo como referência a mulher negra e direcionando-o a outras mulheres negras visando a transformação social, através da reforma do estado brasileiro. (Lemos, 2016, p. 34).

Nesse sentido, assim como Lemos (2016), defendemos a relevância de pesquisas implicadas que abordem a realidade brasileira em seus escritos, num processo de subversão e independência com relação às normas que ainda imperam na construção das pesquisas acadêmicas, e que foram estabelecidas diante de um contexto de desumanização dos povos racializados, cujos conhecimentos eram inferiorizados graças à estrutura ainda colonial, que elege quem e sobre o que podemos ou devemos falar. Nossa pesquisa se apresenta como uma investigação crítica que, dentro de uma perspectiva interseccional, busca compreender como formas variadas de violência que atingem as mulheres negras contribuem para a desigualdade e a injustiça social, e como as mulheres negras sergipanas têm se articulado para combater essas violências.

Além do referencial metodológico da Pesquisa Ativista Feminista Negra, identificamos nossa pesquisa como uma Investigação-Ação Participante. Utilizaremos o escopo teórico de Orlando Fals Borda, que, assim como Boaventura de Sousa Santos, se opõe

ao colonialismo intelectual ao qual a produção do conhecimento foi historicamente submetida a partir da modernidade. Este colonialismo é caracterizado “pela imitação sistemática, pela importação de paradigmas e pelos ditames de cientificidade e publicabilidade promovidos nos meios de divulgação científica dominantes.” (Moraes, 2013, p. 28).

A Pesquisa Ação Participante ou Investigativa, enquanto metodologia de trabalho, surgiu na América Latina junto a outras correntes de pensamento, como a Educação Popular e a Teologia da Libertação, buscando produzir conhecimentos que permitiriam aos setores considerados subalternos a compreensão de sua realidade para que, posteriormente, pudessem transformá-la. (Ortiz; Borjas, 2008). Estaria este conjunto de conhecimentos orientado para a construção de um paradigma emancipatório, com objetivo de fortalecer os grupos sociais estudados. Nessa perspectiva, a pesquisa empírica se desenvolve em formato de colaboração com representantes da população, no nosso caso, as mulheres negras da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, com o objetivo de refletir e intervir em problemas sociais, como a opressão interseccional, que atravessa as escrivências de mulheres negras sergipanas.

Entendemos que as soluções para os problemas sociais devem ser discutidas com quem efetivamente é afetado por eles, respeitando as prioridades definidas pelas populações marginalizadas. Nesse sentido, nossa pesquisa se aproxima da proposta de Fals Borda (2013), que é uma busca pela endogênese, ou seja, pela recuperação das prioridades definidas pelas populações locais. Para tal abordagem, Fals Borda (2013), utiliza a chamada Pesquisa Ação Participante, “cuja regra geral consiste em assentar-se na realidade concreta, vinculando pensamento com ação.” (Moraes, 2013, p. 28). Nesse sentido, a observação participante não é suficiente, propiciando uma descrição fiel das comunidades, sem, no entanto, existir envolvimento profundo do investigador com o grupo. Em resposta à observação participante, Fals Borda (2013) propõe uma observação-inserção como método mais alinhado à Pesquisa Ação Participante. Tal método implica em envolvimento do pesquisador com os membros da comunidade, demandando uma tomada de posição política. Trata-se de uma metodologia imersa em um processo vivencial focado em grupos de base. Este processo inclui simultaneamente educação, pesquisa científica e ação política (Fals Borda, 1977).

Assim como a Pesquisa Ativista Feminista Negra, a Investigação Ação-Participante possui uma clara intencionalidade política, uma vez que se faz a opção pelos excluídos, buscando acompanhar sua formação e posterior transformação da sociedade (Ortiz; Borjas,

2008). O aprendizado, a partir da observação-inserção, não ocorre apenas através da observação, mas também pelo trabalho executado junto às pessoas investigadas e com as quais o pesquisador se identifica.

A IAP representa uma forma de pesquisa militante na qual as problemáticas e os objetivos são determinados pelos valores e metas dos grupos que aspiram a transformar a sociedade. O conhecimento, portanto, é gerado e retornado em condições controladas pelo próprio grupo. Dessa forma, as hipóteses de pesquisa são confirmadas ou rejeitadas a partir do contato imediato com a realidade viva – e, agregaria eu, vivida –, de acordo com os julgamentos dos sujeitos que participaram do estudo. (Moraes, 2013, p. 28).

Sendo assim, na pesquisa que desenvolvemos, buscamos estabelecer uma relação horizontal e dialógica com as mulheres negras ativistas, despida de concepções hierarquizadas de conhecimento e visando interagir com as lutas, aprender com as colaboradoras da pesquisa e contribuir em suas atividades.

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, temos assistido a uma ebulição, no que se refere à produção de pesquisas que buscam visibilizar e reverberar os conhecimentos produzidos pelos sujeitos estrutural e historicamente oprimidos, com o diferencial de que estas pesquisas têm sido produzidas por ativistas dos mais diversos movimentos sociais, como também por pessoas racializadas, que não atuam associadas a um coletivo específico. Nesse contexto, destacamos o avanço dos estudos decoloniais, empreendidos a partir dos trabalhos do grupo Modernidade/Colonialidade, composto por intelectuais latino-americanos, que sinalizam “a necessidade de transcender epistemologicamente – ou seja, de descolonizar – a epistemologia e o cânone ocidentais” (Grosfoguel, 2008, p. 116).

Este grupo de autores aponta a existência e continuidade de um sistema de dominação multifacetado, que ultrapassou a barreira do colonialismo: a colonialidade. A colonialidade do poder pode ser compreendida como “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (Grosfoguel, 2008, p.126).

O início do sistema colonial nas Américas representou a constituição do continente enquanto um espaço/tempo de um padrão de poder mundial. Este padrão (colonialidade do poder) tinha dois eixos fundantes: a ideia de raça, enquanto fator de diferenciação e hierarquização entre colonizadores e colonizados, e o capitalismo, enquanto modelo de

estruturação econômica. Nesse sentido, as relações sociais foram pautadas em “hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes (...). Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (Quijano, 2005, p. 117).

A raça foi utilizada como uma forma de dar legitimidade às relações de dominação impostas a partir do início do sistema colonial, e esta perspectiva se mantém até a contemporaneidade, sendo percebida dentro da sociedade brasileira, quando observamos os lugares socioeconômicos e os papéis sociais que são historicamente atribuídos à população negra e indígena. Nesse sentido, raça, gênero e trabalho podem ser considerados pilares fundantes de classificação, quando estamos analisando a formação do capitalismo moderno do século XVI, sendo que nessas instâncias se organizam as relações de exploração, dominação e conflito (Quijano, 2005).

Posteriormente, o que foi inicialmente pensado como colonialidade do poder, foi ampliado a partir da inclusão das dimensões da colonialidade do saber e do ser (Mignolo, 2003; Maldonado-Torres, 2008), da natureza e do gênero (Curiel, 2007; Lugones, 2008, 2014). A colonialidade do poder está relacionada a uma complexa matriz de dominação, que está sustentada nos pilares do conhecimento (epistemológica), do compreender e do sentir. (Mignolo, 2010). A colonialidade do saber está associada ao apontamento da existência de uma geopolítica do conhecimento, que tem como características o eurocentrismo enquanto modelo de cientificidade e universalidade, no que se refere à produção do conhecimento, e o racismo epistêmico, como eixo que desqualifica, subalterniza e invisibiliza a intelectualidade e a produção dos povos racializados. Para Maldonado-Torres⁵ (2007), a colonialidade do ser está relacionada à experiência vivida pelos sujeitos racializados e colonizados, que são produzidos pelo sistema colonial, a priori, como não humanos, como objetos, situação que atingiu diretamente as mulheres negras durante todo o empreendimento colonial, tendo efeitos até os dias de hoje.

Ao analisar a situação das mulheres no contexto da colonialidade, Castro (2020) aponta que este grupo marginalizado também foi atravessado pelo modelo europeu de hierarquização racial e de gênero, sendo submetido a uma série de violências que foram legitimadas a partir de um sistema que desumanizava os povos colonizados. As mulheres

5 MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGUÉL, R. (Orgs.). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-167.

negras não tinham suas escrevivências contempladas na dinâmica da razão instrumental europeia colonizadora, e não tiveram depois, quando se traçou uma razão feminista também pautada no eurocentrismo e na branquitude:

Da mesma forma que o conceito universal moderno de ser humano – ou de natureza humana, definida com base no modelo europeu de racionalidade (autonomia moral e razão instrumental) – serviu para legitimar a submissão dos povos não europeus à invasão colonial, cultural e econômica, também pode-se dizer que o conceito universal de “mulher” serviu para ocultar outras formas de opressão, como a de raça e a de classe (Castro, 2020, s/n).

Dentro da dinâmica de universalização de experiências e do consequente apagamento das especificidades dos sujeitos colonizados pelo sistema moderno-colonial, Curiel (2014) afirma que algumas categorias centrais do feminismo, a exemplo de gênero e mulheres, são categorias que refletem a colonialidade, e estes elementos compõem o que Lugones (2008) denomina como sistema moderno-colonial de gênero. A questão do apagamento das mulheres racializadas oriundas dos países atingidos pela colonização é também analisada por Ballestrin (2013), que aponta a diferença colonial epistêmica como “cúmplice do universalismo, sexismo e racismo” (Ballestrin, 2013, p. 104). Subjugar os conhecimentos produzidos pelos grupos oprimidos, a exemplo das mulheres negras, portanto, facilita o processo de dominação. Sendo assim, as mulheres negras e as indígenas encontram-se, aos olhos do colonizador, com um status de dupla inferiorização, tendo o seu corpo, a sua subjetividade e sua intelectualidade violentados e silenciados. Este aspecto está diretamente implicado com o que nosso trabalho pretende subverter, ao visibilizar a intelectualidade e a resistência de mulheres negras. Sobre a estrutura racista, machista e anti-intelectualidade que se impõe às mulheres negras, bell hooks (1995) afirma:

Para contrabalançar a baixa estima constante e ativamente imposta às negras numa cultura racista/sexista e anti-intelectual aquelas entre nós que se tornam intelectuais devem estar sempre vigilantes. Temos de desenvolver estratégias para obter uma avaliação crítica de nosso pensamento e valor que não nos obrigue a buscar avaliação e endosso críticos das próprias estruturas instituições e indivíduos que não acreditam em nossa capacidade de aprender. Muitas vezes temos de ser capazes de afirmar que o trabalho que fazemos é valioso mesmo que não seja julgado assim dentro de estruturas socialmente legitimadas. Afirmando no isolamento que o trabalho que fazemos pode ter impacto significativo numa estrutura coletiva devemos com frequência tomar a iniciativa de chamar a atenção para o nosso trabalho de um modo que reforce e fortaleça um senso de público (hooks, 1995, p. 474).

Observamos, nesse sentido, o crescimento de publicações que tem como referencial teórico para os estudos que tratam das experiências de mulheres racializadas, tendo como referenciais teóricos o Pensamento Feminismo Negro (Collins, 2019), o Feminismo Afro-Latinoamericano (González, 2020), o Feminismo Decolonial (Curiel, 2014; Lugones, 2008) e o Feminismo Comunitário (Paredes, 2010). No que se refere à produção de mulheres negras e o deslocamento epistemológico e metodológico que suas pesquisas impulsionam, Cardoso (2012) afirma que:

A investigação feminista negra realizada a partir de um posicionamento epistemológico de forasteira de dentro (outsider within) requer que intelectuais aprendam a confiar em suas próprias biografias pessoais e culturais como importantes fontes de conhecimento. Assim se faz emergir as experiências das mulheres negras, na medida em que a omissão e a distorção serão confrontadas fazendo com que os feminismos, nesta perspectiva, surjam como diferentes lutas e falem de experiências subjetivas historicamente construídas de diferentes mulheres (Cardoso, 2012, p. 86).

Compreendemos, assim como Cardoso (2012), que as pesquisas produzidas a respeito das articulações empreendidas por mulheres negras, e que utilizam as histórias de vida destas como fonte, nos ajudam a proporcionar a divulgação de saberes, pedagogias e epistemologias que desafiam e tensionam os padrões racial e estruturalmente estabelecidos, seja no âmbito científico, seja no âmbito social. Ressaltamos a importância de divulgar as produções de intelectuais negras, estejam elas presentes no âmbito acadêmico, no ativismo institucionalizado, ou em ações individuais voltadas para benefício das comunidades periféricas, como forma de contar outras versões para além da chamada história oficiais, enaltecendo a trajetória e as estratégias de resistência criadas para sobrevivência do povo negro.

Mencionando brevemente temas que abordaremos mais adiante na tese, partimos para a descrição do desenho metodológico que esta pesquisa percorreu no nosso contato com as mulheres negras ativistas da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria. Associo a caminhada construída junto a essas mulheres negras potentes com o meu processo de transição capilar, uma vez que este é um processo lento, marcado por altos e baixos no que se refere à autoestima e a crença de que conseguiria chegar até o final, além da expectativa de como seria, depois de mais de 15 anos, (re)conhecer como era o meu cabelo natural.

A transição capilar é um processo pelo qual as pessoas (mulheres em sua maioria) passam um período sem utilizar químicas que alterem a estrutura do cabelo com o objetivo de

fazê-lo crescer na sua curvatura natural. A utilização de químicas de alisamento é uma realidade muito presente nas escrivências de mulheres negras, uma vez que os padrões de beleza historicamente difundidos no Brasil e no mundo estão relacionados à brancura da pele e os cabelos lisos, e nós mulheres negras não fomos educadas para achar nossos cabelos naturais bonitos. Crescemos com a ideia de que só seremos aceitas se alterarmos a estrutura dos nossos cabelos, mantendo-os alinhados e disciplinados, e de que os cabelos naturais (crespos e cacheados), além de feios, são difíceis de lidar. Ao discutir sobre padrões de beleza universalizantes estabelecidos pela branquitude, e que inferiorizam as características fenotípicas negras, dentre elas o cabelo crespo, Gomes (2019) demonstra o quanto a estrutura racista estabelecida com o processo de colonização influencia na constituição identitária dos sujeitos negros, sejam eles homens ou mulheres:

[...] ao proteger as pessoas brancas e elegê-las como padrão universal de beleza, inteligência, competência e civilidade, o racismo inculca e gera, em suas vítimas, um sentimento antagônico a todos esses atributos. Essa negatividade é expressada principalmente em seus corpos, na superfície da pele e no tipo do cabelo. Quanto mais preta é a cor da pele e mais crespo o cabelo, mais as pessoas que possuem tais características são desvalorizadas e ensinadas a desvalorizar, não só esteticamente, mas também enquanto seres humanos. O racismo e a branquitude, ao operarem em conjunto, lançam dardos venenosos sobre a construção da identidade negra e tentam limitar os indivíduos negros, sobretudo as crianças e as mulheres que, ao se mirarem no espelho, veem aquilo que ele – o racismo – coloca à sua frente (Gomes, 2019, p.18-19)

Assim como Nilma Lino Gomes, bell hooks (2005) também critica a estrutura racista, que estabelece padrões estéticos que associam a beleza à branquitude e contribuem para que as mulheres negras experienciem, desde a infância, o auto ódio e desenvolvam um ideal de beleza que se aproxime da brancura, o que Souza (1983) identifica como um fetiche de ser branco:

Dentro do patriarcado capitalista – o contexto social e político em que surge o costume entre os negros de alisarmos os nossos cabelos –, essa postura representa uma imitação da aparência do grupo branco dominante e, com frequência, indica um racismo interiorizado, um ódio a si mesmo que pode ser somado a uma baixa auto-estima (hooks, 2005, s/n).

Lembro-me da minha infância, onde havia uma música com os versos “nega do cabelo duro, que não gosta de pentear”⁶, associada à dificuldade de lidar com os cabelos cacheados ou

crespos e que era utilizada como forma para cometer discriminação racial nos mais diversos espaços da sociedade. Quando fui crescendo, os meus cabelos se tornaram um incômodo. Geralmente andava com eles muito bem presos para que não ficassem armados. Estudei durante toda a minha formação na educação básica em escolas privadas, o que me levava a ser sempre uma das poucas alunas negras na turma ou mesmo na escola, acionando uma insegurança constante quanto a ser alvo de racismo. A música de Luiz Caldas, aliada aos ideais de beleza racistas cristalizados na sociedade brasileira, ao contexto de minha infância num bairro periférico e estudando em uma escola particular, fizeram com que, assim que cheguei a uma idade considerada apropriada, também passasse pelo processo de alisamento capilar.

Cresci fazendo alisamentos cuja denominação mudava de acordo com a moda do momento – relaxamento, escova inteligente, selagem, progressiva etc. Recebia bastantes elogios por meu cabelo alisado sempre estar com brilho e sem frizz, e algumas vezes até me perguntavam os produtos que havia utilizado no alisamento, dada a “perfeição” do serviço feito pelas cabeleireiras que frequentava. Na adolescência e início da fase adulta, continuei mantendo o padrão de alisar o cabelo, até que, em 2016, ingressei no mestrado e passei a pesquisar processos de identificação vivenciados por estudantes de uma escola pública localizada em uma comunidade quilombola.

No processo de pesquisa, fui fazendo leituras que me implicavam diretamente enquanto mulher negra que cresceu em uma realidade branqueada. Ainda no decorrer do mestrado, iniciei uma formação da Pedagogia Griô, idealizada por Lillian Pacheco e Márcio Caires, cujo eixo central é a ancestralidade e a valorização das histórias de vida e comunidades.⁷ Essas duas experiências me fizeram compreender a minha situação enquanto mulher negra vítima das armadilhas do racismo cotidiano, tanto no que se referia aos meus cabelos então alisados, quanto nos demais traços físicos, e na minha postura enquanto docente e acadêmica. Fui direcionada para o caminho do autoconhecimento, da busca pela ancestralidade, e da descolonização de meu corpo e mente, o que me levou a iniciar o processo de transição capilar. Meu processo de transição durou 9 meses, período equivalente a uma gestação humana, geração de uma nova vida, e foi assim que me senti depois de

7

“A Pedagogia Griô é uma pedagogia facilitadora de rituais de vínculo e aprendizagem entre as idades, entre a escola e a comunidade, entre grupos étnico-raciais e de gênero, territórios de identidade, saberes ancestrais de tradição oral e as ciências, artes e tecnologias universais, por meio de um método de encantamento, vivencial, dialógico e partilhado para a elaboração do conhecimento e de um projeto de comunidade/humanidade que tem como foco a expressão da identidade, o vínculo com a ancestralidade e a celebração do direito à vida”. Disponível em: < <http://pedagogiagriogio.com/> > Acesso em 19/12/2021.

conseguir vencer a transição, me livrando da química e indo de encontro a uma nova aparência e posicionamento político quanto ao meu pertencimento racial.

Durante o processo de transição capilar, busquei muitas fontes de conhecimento, no que se refere à transição em si, mas também muitas inspirações de mulheres negras com cabelos naturais, e isso representou um importante processo de aprendizagem. Foi nas redes sociais que encontrei grande quantidade de influenciadoras negras que falavam sobre transição capilar, indicavam produtos e estratégias para resistir à transição diante da baixa na autoestima, bem como indicavam livros, enalteciam outras mulheres negras e faziam com que entendesse ainda mais como funcionava a dinâmica racista, que fazia com que nós negras não conseguíssemos enxergar nossa beleza e potencialidades. Fui aprendendo a ser paciente, cortando os cabelos aos pouquinhos, fazendo cronograma capilar e recebendo incentivos de outras colegas e amigas que já haviam passado pela transição.

Com a minha interação com as mulheres negras da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, estive fazendo mais uma vez esse caminho de aprendizado, autoconhecimento e descolonização. Nesse sentido, compreendo essa experiência de pesquisa como uma grande oportunidade de me (re)educar e fortalecer no caminho da luta antirracista, antissexista, antilgbtfóbica e anticapitalista. Estando com mulheres negras, sinto-me como parte de um quilombo, sinalizado pela ancestral Beatriz Nascimento como um “instrumento ideológico contra as formas de opressão” (Nascimento, 2006, p. 46) e um “instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional” (Nascimento, 2006, p. 48). Estar com elas, ouvindo e aprendendo com suas experiências, auxiliou-me a me constituir enquanto uma mulher negra ativista, a me constituir enquanto uma “Rejane”.

Esta pesquisa teve uma dimensão de observação e participação ativa nas atividades da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria conforme os pressupostos da Pesquisa Ativista Feminista Negra de Lemos (2016). Os encontros com as “Rejanes”, sejam eles individuais, para a realização de entrevistas, ou coletivos, em momentos de reuniões abertas ou fechadas, vivências e participação em atos públicos, serão denominados nesta pesquisa como aquilombamentos. Para melhor compreensão do significado político dessa palavra, trago o seguinte excerto produzido por Junior (2019):

Aquilombar-se na atualidade é estabelecer o Autocuidado, construir espaços coletivos de afeto, de acolhimento, de escuta, de sociabilidade, de sentidos coletivos,

de fortalecimento de laços, memórias e constituição de uma identidade.

Aquilombar-se é se organizar, constituir espaços que possamos refletir e agir sobre a nossa realidade. Questionar o que está posto que nos oprime e construir demandas, ações concretas, nos colocar em movimento para mudar nossa realidade.

Aquilombar-se é compreender a nossa história, nossas origens, nossa cultura, resgatar nossas memórias, é lembrar o passado, para entender o presente e construir o futuro. Isso nos faz perceber o quanto a Ação Cultural e Ação Política caminham juntas e formam uma tecnologia poderosa de organização e intervenção social.

Aquilombar-se é também saber se comunicar, organizar conceitos, construir fundamentos, narrativas e estabelecer diálogo com o conjunto da sociedade. É a Batalha das ideias. Além de descolonizar o nosso corpo, precisamos descolonizar nossas mentes (Junior, 2019, s.p.).

O acompanhamento das atividades para fins de pesquisa foi compreendido entre o período de abril de 2021, quando ingressamos na Auto-Organização após apresentar a proposta de pesquisa, até novembro de 2022, na ocasião da realização da Marcha da Consciência Negra. Além do acompanhamento de atividades abertas ao público e restritas ao grupo, realizamos pesquisa documental, considerando projetos e relatórios produzidos pela Auto-Organização, acompanhamento das redes sociais da Auto-Organização e das ativistas que participaram da pesquisa e, utilizando os pressupostos da História Oral (Alberti, 2005), realizamos entrevistas com as mulheres negras ativistas, com vistas a conhecer suas trajetórias de vida no âmbito individual, centradas nas suas escritórias (Evaristo, 2015) dentro da militância nos movimentos sociais, em especial a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, compreendendo os significados dados pelas mulheres negras à sua participação e aprendizado na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria.

De acordo com Alberti (2005) a história oral é um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, possibilitando o estudo de acontecimentos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos etc. A partir dos depoimentos das pessoas que vivenciaram.

Nesse sentido, compartilhamos o pensamento de Alberti (2018), ao relatar que uma entrevista é “uma narrativa de experiências de vida produzida no contexto de uma entrevista de história oral” (Alberti, 2018, p. 165). Além disso, pontuamos, nesta pesquisa, o compromisso textual das percepções das ativistas que colaborarem com a pesquisa ao longo do processo de construção do texto, a fim de que as entrevistas sejam aproveitadas o máximo possível, sem nos fixar em citações que nos pareçam convenientes. Nas entrevistas semiestruturadas, “também chamadas focalizadas, o entrevistador faz perguntas específicas,

mas também deixa que o entrevistado responda com seus próprios termos” (Alves-Mazzotti, 1998, p.168). Neste tipo de entrevista é possível fazer perguntas mais direcionadas, divididas por eixos temáticos a serem respondidos livremente, mas com certo direcionamento por parte da pesquisadora.

É importante ressaltar que as colaboradoras da pesquisa conhecem a temática estudada e, a partir de suas escrevivências dentro e fora da Auto-Organização, constroem seus discursos políticos que registramos, seja por meio das entrevistas, ou pelas falas proferidas pelas ativistas nos espaços de convivência e formação política e afetiva que compartilhamos.

Algumas perguntas guiaram nossas observações e diálogos com as mulheres negras ativistas que compõem a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, a saber:

- 1) Quem são essas mulheres? Quais as suas singularidades? Quais são as suas histórias, suas experiências e suas práticas sociais?
- 2) Quais as memórias elas têm do ingresso na Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria?
- 3) Como o ingresso na Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria contribui para o seu conhecimento sobre raça, gênero e classe?

No que se refere às entrevistas realizadas, foram direcionadas a partir de eixos denominados Escrevivências sobre o ser negra e feminista; Escrevivências no ativismo e na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria e Agenda de luta das mulheres negras. As escrevivências, compreendidas por Evaristo (2015) como algo que:

[...] nasce realmente de uma vivência, que não precisa ser minha vivência particular, né? É a vivência da comunidade, é a vivência do amigo que conheço... e que acabo também projetando como a minha vivência, a partir da experiência, né? [...] Mas escrevivência é isso, é essa escrita marcada pela vivência, que é marcada pela sua experiência (Evaristo, 2015, s.p.).

Quanto aos critérios para escolha das ativistas que colaboraram com nossa pesquisa, utilizamos apenas a disponibilidade e autorização delas para registrar as atividades coletivas e para realizar as entrevistas individuais. Em virtude da pandemia da COVID-19, desde 2020, uma boa parte das atividades da Auto-Organização foi realizada de forma remota e, por este motivo, passei boa parte do tempo sem contato presencial com as ativistas. A possibilidade de

encontro presencial com as ativistas, só ocorreu na ocasião da Marcha da Consciência Negra de 2021. Posteriormente, outras reuniões presenciais aconteceram ao longo do ano de 2022, permitindo que fosse estabelecida uma conexão mais próxima com as Rejanas.

Para essa pesquisa, nos propusemos a empreender uma investigação construída em colaboração com as ativistas da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, criada em 2014. Uma organização que se constitui a partir de anseios de mulheres que buscavam um espaço onde pudessem discutir questões relacionadas às demandas sociais das mulheres negras. A Auto-organização de Mulheres Negras Rejane Maria realiza trabalhos de base em comunidades periféricas, ações com a juventude em escolas, além de estar articulada com outros movimentos sociais em nível local, regional e nacional, buscando dialogar com órgãos e instituições para expor a condição das mulheres negras sergipanas e reivindicar políticas públicas que tenham uma perspectiva interseccional.

Em virtude do isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19, utilizamos como instrumentos para coleta de dados alguns recursos tecnológicos, a exemplo do *WhatsApp*, de questionários do *Google Forms* e do *Google Meet*, para realizar entrevistas e com as ativistas colaboradoras da pesquisa. Além disso, acompanhamos e gravamos as reuniões internas e abertas do grupo realizadas virtualmente, a fim de partilhar do cotidiano das atividades da organização, bem como perceber os sentimentos, angústias e possibilidades de mobilização diante do isolamento social. Também realizamos pesquisa documental, no que se refere ao levantamento de fontes relacionadas à constituição da Auto-Organização, bem como da participação de suas ativistas em atividades de parceria com outras organizações do Movimento Negro, instituições de ensino, órgãos públicos e privados e conselhos municipais e estaduais ligados às questões racial e das mulheres.

A partir da orientação da Pesquisa Ação-Participante e da Pesquisa Ativista Feminista Negra, buscamos utilizar diferentes instrumentos que nos possibilitassem realizar a análise pretendida, tais como inserções nas ações desenvolvidas pela Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, observações, vivências de mobilizações do grupo, anotações em diário de campo, entrevistas semiestruturadas e análise documental. Buscamos observar o campo, sem predeterminações anteriores, intencionando compreender aquilo que as mulheres negras que colaboraram com nossa pesquisa consideram importante para sua formação política e pessoal. Os encontros com as ativistas, mesmo que realizados virtualmente, foram compreendidos como momentos de aquilombamento, fortalecimento e partilha de afetos, para

além das atividades políticas.

A seleção das ativistas com as quais desenvolvemos a pesquisa, se deu a partir de uma consulta quanto à disponibilidade para o diálogo, pois entendemos que o mesmo deve ocorrer a partir do desejo de participar da pesquisa. No momento das entrevistas, foram utilizados os pressupostos da História Oral (Alberti, 1990), buscando recuperar o vivido, a partir das narrativas de quem viveu. A partir dessas entrevistas, buscamos compreender a significação dada pelas mulheres negras à sua participação e aprendizado na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, destacando as práticas educativas e saberes emancipatórios que emergem desta coletividade.

Realizadas as entrevistas, acompanhadas as atividades realizadas e catalogadas as fontes documentais e imagéticas das ações da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, fomos observando semelhanças entre as falas das ativistas a ponto de conseguir categorizar seus aprendizados nos seguintes eixos: 1) aprendizados para o exercício do ativismo; 2) aprendizados para empoderamento e autoestima; 3) aprendizados sobre os fundamentos do Feminismo Negro e do Movimento de Mulheres Negras; 4) aprendizados para relações interpessoais e compartilhamentos de experiências em grupo.

No que se refere às atividades realizadas ao longo dos anos, categorizamos em: 1) ações voltadas para o combate à violência contra a mulher negra; 2) ações voltadas para a valorização da cultura negra; 3) ações de combate à discriminação e ao racismo; 4) ações voltadas para o empoderamento da mulher negra; 5) ações de empoderamento por meio da educação e do trabalho; 6) ações de incidência política; 7) ações voltadas para a maternidade; 8) ações de autocuidado; 9) ações voltadas para o empoderamento por meio da conscientização de direitos e 10) ações lúdicas voltadas para infâncias pretas.

Esta tese é sobre Educação, abordando, mais precisamente, trajetórias de mulheres negras ativistas que vivenciam no espaço da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria e em outras organizações negras que frequentam, experiências educativas e constituem saberes sobre raça e gênero. Interessa-nos, portanto, considerar o Movimento de mulheres negras em Sergipe sob a perspectiva da produção de conhecimentos e saberes emancipatórios dentro do grupo, com especial atenção para os saberes sobre raça e gênero. Observamos os processos formativos de mulheres negras ativistas como uma experiência de formação humana, tendo em vista que o movimento se preocupa com a educação das suas ativistas. Compreendemos o movimento de mulheres negras como um

sujeito pedagógico, ou seja, como uma coletividade em movimento que é educativa e que atua intencionalmente no processo de formação das mulheres que o constituem.

No âmbito político e social, esta pesquisa se constitui como um importante elemento para demarcar o protagonismo de mulheres negras no que diz respeito à educação. Para Gomes (2017), apesar da grande atuação dos movimentos sociais no tensionamento do Estado por políticas públicas, nem todos possuem a mesma visibilidade. Nesse sentido, a autora, referenciada nos escritos de Boaventura de Sousa Santos, evoca a chamada sociologia das ausências para afirmar que existem ausências propositalmente produzidas no ambiente acadêmico, mediante desqualificação que, por sua vez, é decorrente das ideias de universalidade, linearidade e totalidade que cercam a produção científica. Entendemos aqui que a negligência acadêmica quanto às escrevivências de mulheres negras são um exemplo dessas ausências propositalmente produzidas e que, com este trabalho, pretendemos visibilizar essas experiências como potência educativa e possibilidade de transformação social.

Nosso trabalho divide-se em seis capítulos. No primeiro capítulo, abordamos a figura de Rejane Maria, mulher negra ativista que dá nome a Auto-Organização, bem como a trajetória da Auto-Organização com a qual estabelecemos vínculo desde o ano de 2021. Tratamos do percurso que nos levou ao encontro da Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria como espaço de pesquisa, aprendizagem e afeto; elencamos, ainda, os caminhos metodológicos da pesquisa, que é pautada na Pesquisa Ativista Feminista Negra (Lemos, 2016) e apresentamos as colaboradoras diretas da pesquisa. No segundo capítulo, abordamos o referencial teórico presente em nossa pesquisa, explicitando nossa escolha pelo pensamento feminista negro e decolonial como posicionamento epistemológico que questiona o eurocentrismo e o branqueamento da produção científica, e que ancora a atuação política do Movimento de Mulheres Negras.

No terceiro capítulo, abordamos o associativismo negro no Brasil como fenômeno histórico, destacando as articulações de negros e negras nas últimas décadas, suas pautas e demandas e situando o Movimento Negro sergipano em diálogo com o contexto de ativismo negro, no âmbito nacional. No quarto capítulo, tratamos do Movimento de Mulheres Negras no Brasil em perspectiva histórica, destacando o diálogo desta trajetória com o Movimento Negro e com as discussões em torno do Feminismo Negro e do Feminismo Decolonial. No quinto capítulo, refletimos sobre o Movimento de Mulheres Negras em Sergipe que, na atualidade, tem na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria um

importante mobilizador, e na construção de sua Rede de Mulheres Negras, um novo capítulo sendo construído no sentido da articulação de diversos coletivos, que também são mistos, no que se refere a gênero e raça, em torno do tensionamento das instâncias de poder em prol de políticas públicas que considerem raça e gênero como marcadores indispensáveis em sua elaboração.

No sexto capítulo, apresentamos as práticas educativas narradas e experienciadas dentro da Auto-Organização, dialogando com a interseccionalidade de raça, gênero, classe e sexualidade que atravessam as escrituras das mulheres negras do coletivo e que motivam seu posicionamento contra o racismo, o sexismo, a homofobia, a transfobia e as desigualdades sociais que têm origem no sistema capitalista. Abordamos as Pedagogias e os saberes emancipatórios que pudemos observar a partir de nossa inserção, compreendendo a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria como produtora de uma pedagogia de (re)existência (Almeida, 2019), que surge das escrituras das mulheres negras ativistas que dela participam, e que, este espaço de afeto e aprendizagem é caracterizado pela realização de práticas pedagógicas emancipatórias inseridas na perspectiva da Pedagogia Feminista Negra, com o intuito de organizar a resistência das mulheres negras com relação à colonialidade do ser e do saber, e, sobretudo, de combate às opressões interseccionais de raça, gênero, classe e sexualidade.

1. “É TEMPO DE FALARMOS DE NÓS MESMOS”: NOTAS DE UMA PESQUISA SOBRE ESCRIVIVÊNCIAS NEGRAS

1.1 Rejane Maria Pureza do Rosário: notas de uma escrevivência negra

*“Eu sou filha do Abaô
Eu sou filha do Abaô
Isso eu não posso negar
Bença pai, bença mãe
Dá licença, vou pra lá
É lá que é minha casa
Lá é o meu abassá
Vou pra lá, Eu vou correndo,
Vou ligeiro, vadiar
Camaradim, aruandê
Ê aruandê...Camará”*

(Ladainha criada no Projeto Caçula – Abaô)

Figura 2– Rejane Maria Pureza do Rosário



Fonte: Negras de Sergipe Rejane Maria (2019)

Iniciamos este capítulo, pedindo a bênção e permissão para a ancestral Rejane Maria

Pureza do Rosário, mulher negra, de axé, filha de *Oyá*⁸, angoleira⁹, ativista da causa antirracista, dos direitos humanos e, em especial, das mulheres, fundadora e participante de vários braços do Movimento Negro sergipano, que se encantou e voltou ao *Orun*¹⁰ em 2012. A breve presença física de Rejane Maria neste mundo teve grande impacto para o Movimento Negro sergipano, servindo como exemplo para mulheres e homens negros ativistas, e hoje sendo energia vital para a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria. Que a potência da sua escrivência nos guie nessa escrita e nas atividades da Auto-Organização que recebe o seu nome. “*Olorun Kosi Pure*”¹¹.

Trazendo à tona fragmentos da trajetória de Rejane Maria Pureza do Rosário torna-se fundamental no contexto da escrita desta tese, uma vez que seus caminhos estão atrelados a importantes organizações do Movimento Negro sergipano, e o seu legado de luta gerou sementes, no que se refere ao ativismo negro dentro e fora da Auto-Organização que carrega o seu nome. Ao rememorar experiências de mulheres negras forjadas na luta pela igualdade racial e de gênero, fazemos um trabalho de confronto com a colonialidade do poder e do saber, através da qual as mulheres negras são colocadas em condição de subalternidade, tendo suas falas, feitos e posicionamentos silenciados ou apagados a ponto de não serem reconhecidos pela sociedade, pois

Há um caráter de colonialidade que perdura, permeia e organiza as relações de representação de lideranças em movimentos, em espaços acadêmicos, em espaços político-decisórios institucionais, mídia em geral e em aparatos burocráticos institucionais. A colonialidade do poder, se reproduz e controla variadas dimensões e a do conhecimento é uma delas (Santos, 2020, p. 7).

Nesse sentido, buscamos apontar como o racismo pautou a produção do conhecimento e a definição de quem seriam os sujeitos relevantes na História, a partir de um modelo eurocristão, branco e patriarcal. Nessa perspectiva, não há o reconhecimento das mulheres negras como sujeitos políticos, que questionam as opressões estruturais e propõem outros modelos civilizatórios de sociedade. Este modelo, que ainda permeia o meio acadêmico, pode ser percebido a partir do momento em que constatamos a ausência de trabalhos que abordem o

8 De acordo com Verger (1981, p.168) “Oya (Oia) é a divindade dos ventos, das tempestades e do rio Níger que, em iorubá, chama-se Odò Oya”. Para Theodoro (2019, p. 40), Oyá está associada aos ventos, tempestades e raios e seu nome significa “mãe dos nove”, representando os nove estuários do Rio Níger e os nove espaços que separam o Aiyê (mundo material) do Orum (mundo espiritual).

9 Praticante da capoeira angola.

10 Mundo espiritual, habitado pelos orixás.

11 Que Olorun (deus supremo) conduza a paz.

ativismo de mulheres negras em Sergipe, mesmo estas mulheres estando em posição de liderança em várias entidades negras nas últimas décadas. Rejane Maria é um exemplo dessa invisibilização a que as mulheres negras historicamente são submetidas em escritos acadêmicos. É importante ressaltar que as mulheres negras possuem presença significativa nos movimentos sociais como um todo, além de podermos identificar várias delas exercendo papéis de liderança em comunidades, dentro ou fora de entidades institucionalizadas.

Rejane Maria nasceu em Aracaju, no dia 21 de março de 1976. Mulher negra e pobre, Rejane cresceu nas ruas do bairro Getúlio Vargas, bairro periférico da capital. Mulher de axé, Rejane era filha do *Ilê Axé Opô Oxogunladê*¹² e do orixá *Oyá*¹³, fato este que a coloca também como ativista contra a intolerância religiosa frente às religiões de matriz africana.

De acordo com seu companheiro Robson Martins, ela sempre foi uma liderança em defesa das mulheres, algo que já transparecia desde os tempos de criança, quando ela não deixava que os meninos atrapalhassem as brincadeiras das meninas¹⁴. Dentro do seu seio familiar, Rejane Maria observou situações em que o machismo direcionava o relacionamento entre seus pais. Rejane tinha atritos com seu pai e devido a isto, decidiu mudar-se para a casa de seus avós ainda na adolescência (Santos, 2019).

Esse espírito de liderança e o posicionamento crítico com relação ao machismo acompanham a trajetória de Rejane Maria dentro dos movimentos sociais, quando ela passa a defender a igualdade racial e de gênero, e os direitos humanos. De acordo com Santos (2019), o interesse de Rejane pelas questões raciais se inicia a partir de diálogos estabelecidos com o seu então vizinho e futuro esposo Robson Martins, quando ambos debatiam livros que tratavam da questão racial, causando um envolvimento dela com a temática.

Robson era militante do Movimento Negro pelo menos desde o final dos anos 1980, tendo sido membro da União dos Negros de Aracaju (UNA) e da Sociedade Afro-Sergipana de estudos e Cidadania (SACI), e acabou sendo um grande incentivador para o ingresso de Rejane no ativismo negro, tendo em vista que ela também passou a integrar a SACI e, posteriormente, em 1994, ajudou a fundar o Grupo *Abaô* de Capoeira Angola. Na SACI, num

12 Terreiro de candomblé ketu situado no povoado Caípe Velho, município de São Cristóvão-SE.

13 De acordo com Verger (1981, p.168) “Oya (Oiá) é a divindade dos ventos, das tempestades e do rio Níger que, em iorubá, chama-se Odò Oya”. Para Theodoro (2019, p. 40), Oyá está associada aos ventos, tempestades e raios e seu nome significa “mãe dos nove”, representando os nove estuários do Rio Níger e os nove espaços que separam o Aiyê (mundo material) do Orun (mundo espiritual).

14 SANTOS, S.S. Como um fio que tece uma rede, Rejane Maria Pureza do Rosário: traços de memória e arranjos possíveis de uma trajetória de vida da mulher negra, militante e sergipana. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). UFS: São Cristóvão, 2019.

contexto de profissionalização de entidades negras sergipanas, Rejane foi uma das ativistas que conseguiu ter vínculo empregatício na organização, porém, como informa Dantas (2003), ela não teve espaço nos projetos educativos desenvolvidos naquele espaço, ficando o seu trabalho restrito ao aspecto administrativo:

Rejane do Rosário se inseriu na SACI como telefonista, mas nunca conseguiu desenvolver atividades de educadora popular como desejava. Não havia trabalho para todas as pessoas que se interessavam. Além disso, as atividades como educadores ou como coordenadores de projetos eram muito disputadas, de modo que a pretensão de ocupar um desses cargos implicava não somente em formação profissional, mas sobretudo prestígio dentro daquela entidade (Dantas, 2003, p. 189).

Em suas primeiras experiências dentro do Movimento Negro, Rejane Maria ocupou, assim como várias outras mulheres negras, um espaço secundário de atuação, ficando longe dos espaços decisórios ou do protagonismo nas atividades educativo-culturais e projetos da SACI. Dantas (2003) reforça o interesse de Rejane em atuar em projetos educacionais e a falta de espaço para suas ideias dentro da ONG, enquanto o seu companheiro não enfrentava dificuldades:

Na SACI, os esforços pessoais de Rejane do Rosário para desenvolver o melhor trabalho que podia no seu setor e a articular-se com pequenos grupos internos interessados na direção da entidade nunca obtiveram o êxito esperado durante os cinco anos que integrou aquela Ong. Robson Martins teria tido mais oportunidades para desenvolver suas mobilidade (sic) internamente, na medida em que integrou a SACI desde a criação da União dos Negros de Aracaju em 86 (Dantas, 2003, p. 191).

Esta realidade é apontada por Domingues (2007; 2009) como sendo comum nos movimentos negros constituídos no pós-abolição, e que se tornou alvo de crítica de muitas mulheres negras, que passaram a pontuar que o machismo presente na sociedade se materializava, também, dentro do Movimento Negro, no que se refere à distribuição dos papéis dentro das instituições, pois as mulheres negras eram preteridas dos núcleos decisórios, tendo suas atividades direcionadas à atividade de cuidado ou assistência, e também à organização de atividades culturais.

O seu ingresso na SACI, junto com sua interação amorosa e política com Robson Martins, contribuíram no processo formativo de Rejane como mulher negra ativista, fornecendo, tanto subsídios teóricos para que a mesma estabelecesse discussões em torno da intersecção de gênero e raça, quanto capacitação profissional a ponto de Rejane também

conseguir idealizar projetos educativos de valorização da cultura e identidade negra no âmbito da ONG que ajudaria a fundar no ano de 1994: o Grupo *Abaô* de Capoeira Angola.

O referido grupo foi fundado por Robson Martins, Rejane Maria, Fábio Ventania e Alex Asa Aberta, num contexto em que o Movimento Negro sergipano, em sintonia com o que vinha acontecendo com entidades negras em outros Estados, se profissionalizava através da criação de Organizações Não-Governamentais (ONG). A fundação do grupo foi impulsionada pela SACI, grupo do qual Rejane e Robson faziam parte. Segundo Dantas (2003), a prática da capoeira angola em Sergipe se desenvolveu a partir da interação entre sergipanos e o Grupo de Capoeira Angola Pelourinho, da cidade de Salvador, através de oficinas que buscavam a introdução deste tipo de capoeira no Estado, onde até então se praticava a chamada capoeira regional¹⁵. Estas oficinas foram promovidas por intermédio da SACI.

Apadrinhado pelo Mestre Valmir Damasceno (...), o grupo torna-se importante referência na cidade de Aracaju, por ser um dos primeiros grupos de capoeira angola em Sergipe, quando esta forma de praticar capoeira era praticamente desconhecida por aqui, e também por sua postura em unir capoeira à discussão, estudos e atividades relacionadas à negritude¹⁶ (Portal do Governo do Estado de Sergipe, 2013).

Nesse contexto, Rejane Maria se torna uma das primeiras mulheres a praticar e difundir a capoeira angola em Sergipe, trazendo para o *Abaô* várias mulheres, tanto para realizar a prática da capoeira, quanto para integrar os projetos socioeducativos da entidade. Sobre a inserção de Rejane na capoeira, Santos (2019) colheu o depoimento de Robson Martins a respeito desse processo:

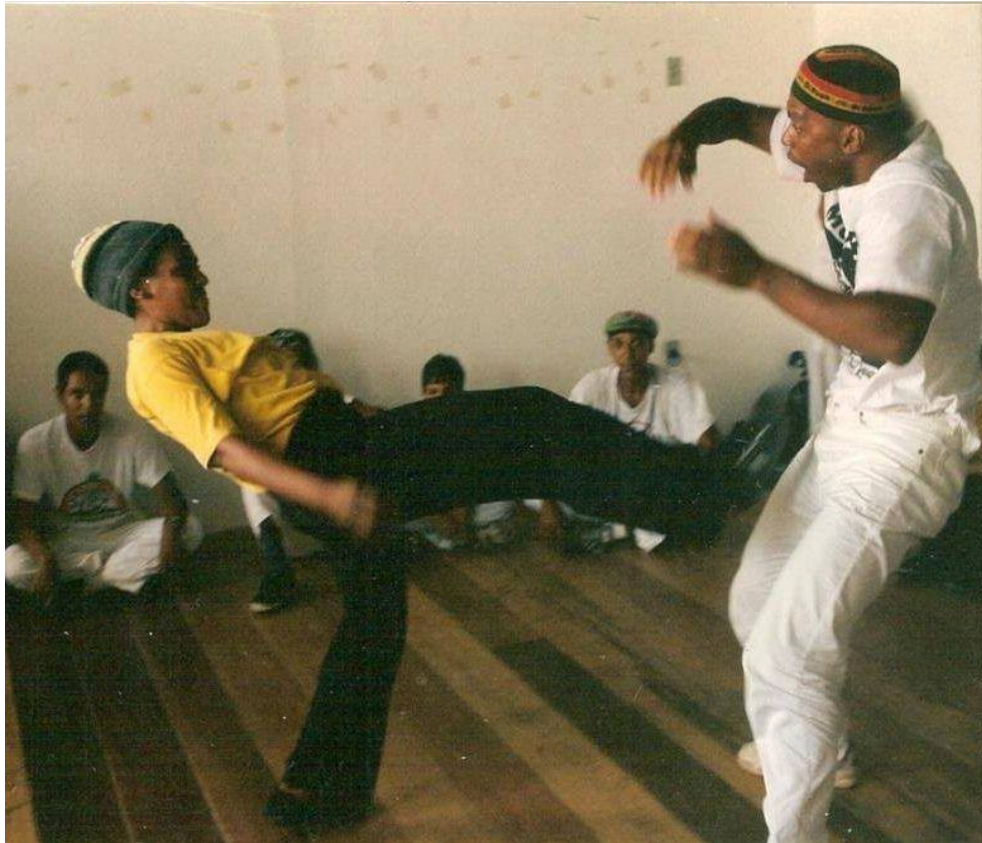
Depois que eu conheci o Movimento Negro eu mudei, larguei a capoeira regional pra capoeira angola, e aí trouxe essa galera toda que eu conhecia comigo, e a Rejane foi uma delas, que estava comigo, estávamos juntos, e ela não fazia regional nunca fez capoeira, fez capoeira a primeira vez comigo lá no Centro de Criatividade, e ela já estava totalmente interessada pela capoeira de angola, por sinal muito bem, e aí a gente deu a ideia era: fazer capoeira angola, porque a capoeira angola tem uma proposta, tinha uma proposta interessante né, de valorização de aspectos das questões raciais, negros africanos [...] aí a ideia da gente fazer capoeira angola e construir um grupo em que a gente pudesse nesse

15 Sobre a diferenciação entre capoeira angola e regional, ver: SOUZA, T. V. Capoeira Angola: saberes, valores e atitudes na formação do mestre. 2010. 250 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96097>>. Acesso em 11/12/2022.

16 Disponível em: < https://www.se.gov.br/noticias/educacao_cultura_esportes/ponto-de-cultura-promove-oficina-de-capoeira-angola > Acesso em 11/12/2022.

grupo, a gente até chamava isso, a gente nem existia, devia [...] devia ter registrado esse termo, quilombo urbano, a gente chamava o Abaô de quilombo urbano lá atrás isso, porque a nossa intenção era juntar, agrupar, juntar pessoas em torno de um projeto que discutisse e que as pessoas acreditassem nisso tipo, igualdade de gênero, respeito a questão a raça, discutir [...] (Santos, 2019, p. 9).

Figura 3– Rejane Maria na prática da capoeira angola



Fonte: Facebook da Associação *Abaô* (2015)

Em depoimentos de amigas de luta de Rejane Maria, são recorrentes os comentários de que Rejane era uma grande incentivadora das mulheres, e que pautava as questões de gênero dentro do Movimento Negro e do *Reggae*. De acordo com Ana Paula Santana, que integrou o Grupo *Abaô* e atua no movimento do *reggae* sergipano, Rejane Maria foi idealizadora do Coletivo de Mulheres do *Reggae* sergipano¹⁷, além de ter sido cantora de *reggae*, fazendo backing vocal numa banda chamada Utilidade Pública.

Verificamos que, na composição dos ativistas que faziam (e ainda fazem) parte do *Abaô*, a presença de muitas mulheres, tendo estas ocupado espaços importantes na elaboração

17 O depoimento pode ser encontrado em: < https://www.youtube.com/watch?v=FByf_n_jEv0 > Acesso em 01/11/2022.

e execução de projetos dentro da instituição. De acordo com Robson Martins, Rejane desenvolveu uma relação de companheirismo com as mulheres que frequentavam o *Abaô*, buscando conscientizá-las sobre situações em que o machismo se fazia presente nas relações:

Ela criou com as meninas que entravam, ela tinha essa intenção de puxar discussões politizadas sobre as mulheres, comportamento, igualdade de gênero, o que é que era isso? As pessoas nunca tinham ouvido falar, aí acabava que intrometendo né na vida das pessoas né, porque assim, a Rejane fazia isso né, se o cara destrata você, discussões que aconteciam muito, as vezes a menina estava treinando aí o cara vinha, o namorado vinha buscar a menina que estava treinando, e aí aqui ou ali em uma festa ou outra ele tinha um distrato, ele puxar pelo braço, ah essa coisa assim, e aí a Rejane ia chamando atenção de forma muito sutil né, em algumas reuniões que fazia no espaço, sobre o comportamento né, como é, que tipo de comportamento a mulher tinha que ter né pra ser respeitada? Que companheiro era esse que agia com você? Mas ela não dizia diretamente não, colocava assim de forma geral, mas as pessoas iam entendendo iam se regulando né, a partir desse tipo de provocação (Santos, 2019, p. 10-11).

Sobre a condução da questão de gênero dentro do *Abaô*, Dantas (2003) afirma que, assim como ocorria na SACI, as mulheres possuíam relativo destaque. O autor nos informa que:

A razão do êxito do *Abaô* está ligada tanto à forma como Robson Martins e Rejane do Rosário acreditam que o grupo devia construir sua própria identidade, quanto ao modo como estes dois coordenadores reinterpretaram e deram novos significados às “questões de gênero” institucionalizadas na SACI (Dantas, 2003, p. 190).

Ainda na década de 1990, Rejane e Robson se casaram, constituíram família e continuaram realizando projetos dentro da *Abaô*, junto com os parceiros de capoeira e militância:

Entre 1998 e 1999 Rejane do Rosário e Robson Martins decidem casar, tornando os seus projetos “afetivos” coerentes com a sua prática política e com suas perspectivas de mobilidade social. Tais projetos pessoais desses dois ativistas estavam articulados com o objetivo de consolidação das ações da Associação *Abaô* de Arte-Educação e Cultura Negra, a partir das quais desenvolveriam outras atividades além da capoeira angola. Concretamente, de um lado a Associação *Abaô* fortalecia-se internamente, animada pelo vigor dos seus integrantes (Dantas, 2003, p. 190)

Em 2000, Rejane e Robson têm uma filha, batizada com o nome africano de Lindiwe Makini. Enquanto grávida, Rejane ainda praticava a capoeira e, depois que se tornou mãe, interessada pelo campo da Educação, Rejane Maria buscou qualificação pessoal e profissional, se graduando em Pedagogia pela Universidade Tiradentes no ano de 2007. De

acordo com Ana Paula¹⁸, sua companheira na capoeira, no ativismo e no *reggae*, Rejane teve muitas dificuldades no período da graduação, pois nesse momento o seu processo de adoecimento físico começou. Rejane era portadora de uma doença renal crônica agravada pela psoríase, e, em determinado período, precisou fazer sessões de hemodiálise, algo que comprometeu, de certa forma, o desenvolvimento de suas atividades de trabalho, estudo e no ativismo, ocasionando inclusive um período de afastamento dela do *Abaô*.

De acordo com Santos (2019):

Vivendo tão intensamente sua militância negra, em 2000 a Rejane Maria tem seu estado de saúde afetado pela doença psoríase, o que vai dificultar a sua participação mais ativamente na *Abaô*, iniciando com uma restrição parcial sendo que quatro anos depois, em 2004, ocorre seu afastamento total, decorrente das sessões de hemodiálise que a fragilizava muito, mas como relatado em falas, não será impedimento para continuar levando a sua vida, participando de reuniões, pegando ônibus, indo para festas e sua casa de axé. No entanto o *Abaô* era a sua razão de vida, mesmo com todas as dificuldades perante a sua saúde, ela resistia, despertando a admiração e orgulho das pessoas que com ela conviviam e viam a força que emanava daquela mulher na luta pelo que acreditava (Santos, 2019, p. 11)

Além do trabalho com mulheres, Rejane também tinha profundo interesse no trabalho com crianças em situação de vulnerabilidade social. O *Abaô* desenvolvia vários projetos no bairro Industrial, onde ficava a sede da Associação e, no ano de 2010, a Associação foi contemplada em um edital de Ponto de Cultura, promovido pela Secretaria de Cultura do Estado de Sergipe e pelo Ministério da Cultura. O Ponto de Cultura Batuque de Angola representou a potencialização do trabalho de disseminação da cultura africana e afro-brasileira, valorização da identidade e de resgate da dignidade e cidadania das pessoas da comunidade. No projeto havia, além das aulas de capoeira angola, aulas de informática e rodas de leitura. Rejane Maria foi uma das idealizadoras do projeto, num momento que demarcava o seu retorno à Associação, e defendia a leitura como uma atividade fundamental na estruturação do projeto.

Em 17 de novembro de 2011, Rejane Maria foi uma das agraciadas com o Prêmio Abdias Nascimento, iniciativa da então deputada estadual Conceição Vieira, para homenagear o trabalho de personalidades negras no cenário político, econômico, cultural, religioso e social de Sergipe.

18 O depoimento pode ser encontrado em: < https://www.youtube.com/watch?v=FBYf_n_jEv0 > Acesso em 01/11/2022.

Figura 4 – Rejane Maria na entrega do Prêmio Abdias Nascimento



Fonte: Facebook da ativista Ingrid Guimarães (2012)

As atividades no Ponto de Cultura demarcam os últimos momentos de vida de Rejane Maria, que faleceu no dia 05 de maio de 2012, aos 36 anos de idade, em decorrência de um câncer, agravado por todo o seu histórico de fragilidade na saúde. De acordo com Santos (2019), após a morte de Rejane, a comunidade em que ela nasceu e cresceu se mobilizou e conseguiu que fosse aprovado um requerimento que seria uma homenagem a esta ilustre moradora:

Umas das primeiras ações da comunidade negra quando de sua partida para outro plano espiritual, foi a preocupação de não deixar morrer a sua trajetória que a tantos impulsionou dentro da militância negra. E nesse momento a antiga rua, conhecida como Rua Particular, onde viveu a sua adolescência e alguns momentos de sua vida adulta, foi objeto de um projeto de lei, que propunha mudança daquela rua para o nome Rua Rejane Maria Pureza do Rosário, e que foi aceito e atualmente se encontra trocada (Santos, 2019, p. 14).

Outra forma encontrada de homenagear a vida de Rejane dentro do *Abaô* foi batizar a sala de leitura, aberta dentro do Ponto de Cultura, com o seu nome, fato este ocorrido no ano de 2013, rememorando que ela era grande defensora da leitura como forma de emancipação intelectual. Além disso, foi idealizada a *Kizomba* de Rua, uma grande festa, organizada pelo Grupo *Abaô* e, posteriormente abraçada pela Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria. A festa ocorre desde o ano de 2015, e visa relembrar a forma como Rejane Maria viveu, cercada de muita festa, música, gente preta e aquilombamento. A homenagem ocorria no bairro Getúlio Vargas, na rua batizada com o nome de Rejane Maria Pureza do Rosário, e teve suas edições realizadas até o ano de 2019, antes da pandemia da COVID-19.

Figura 5 – Placa da Sala de Leitura Rejane Maria Pureza do Rosário



Fonte: Blog Capoeira Angola e Outras Questões em Amarelo e Preto (2013)

Segundo relatos de familiares e amigos, Rejane Maria tinha o desejo de criar um coletivo de mulheres negras para discutir temas pertinentes às suas trajetórias, e este desejo veio a ser concretizado quando Ingrid Guimarães e Everlane Moraes sugerem que o nome de Rejane batizasse a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe, criada em 2014.

Em uma homenagem promovida pela Auto-Organização de Mulheres Negras de

Sergipe Rejane Maria no Julho das Pretas de 2021, algumas mulheres que conviveram com Rejane dentro e fora do ativismo, foram convidadas para trazer lembranças de sua existência e marcas deixadas por Rejane nos espaços em que passou¹⁹, destacando o seu amor pela vida, sua alegria e sua dedicação dentro do ativismo. Consideramos importante trazer as falas dessas mulheres no sentido de humanizar a figura de Rejane Maria, uma mulher preta, periférica, que teve sua vida atravessada pelas opressões interseccionais e faleceu precocemente, enquanto promovia iniciativas direcionadas para o Bem Viver em seus espaços de atuação. Trata-se também da intenção de dar visibilidade às suas escrevivências, posicionando-a como destaque dentro do ativismo negro e feminista sergipano:

A rasura da escrevivência está em limpar esses vestígios vexatórios e de diminuição de nós mesmas diante do discurso literário e científico hegemônicos. Trata-se de uma escrita que tem aspectos de resistência, contradiscurso e contramemória (Fernanda Miranda, 2019) e que, ao colocar personagens negras, notadamente mulheres, no centro da cena, irrompe também como ferramenta do reconhecimento da humanidade e da vida negra em si, deslocando a ênfase dada ao opressor. Para além de resistência frente a hegemonia do poder brancomasculino, a escrevivência lança olhar atento e cuidadoso ao que acontece na vida, subjetivação e emocionalidade negra, bem como dentro das comunidades negras em seus momentos de encontro, afeto, alegria, festa, respiro, paz, dor (Santos, 2021 p. 53).

Corroborando com a perspectiva trazida por Santos (2021), Marina, membro do *Abaô*, destacou a importância de humanizar Rejane Maria através de memórias do dia a dia. Afirmou ter conhecido Rejane um pouco depois de entrar no *Abaô*, em 2004, pois não a encontrava nos horários em que fazia aula. Destacou a semelhança entre Rejane e sua filha Lindiwe e a seletividade dela na escolha de pessoas que fariam parte do seu ciclo de amizade. Destacou o afeto que Rejane Maria tinha pelo *Abaô*, afirmando que era uma das moléculas de oxigênio dela, e acha que isso as aproximou, pois também tem muito afeto pelo projeto.

Marina ressaltou ainda que Rejane Maria, mesmo após descobrir um problema renal crônico, continuou no ativismo, apesar de ter diminuído a prática da capoeira. Era uma mulher muito feliz, uma mulher muito intensa e que aproveitou muito a vida, segundo depoimento da ativista. Destacou que Rejane tinha muito medo de ser esquecida, e pedia muito para não ser. Quando ela soube do câncer, que foi agravado pela situação renal, enfatizou muito esse receio de cair no esquecimento. Destacou que Rejane continua sendo lembrada em roda, coletivamente, assim como agiu durante toda a sua vida, em prol da coletividade. Destacou

19 Os depoimentos podem ser encontrados em: < <https://www.youtube.com/watch?v=DT8rXHe-5DM> > Acesso em 02/11/2022.

que a memória dela está extremamente viva e enfatizou que o *Kizomba* de Rua é uma forma de continuar homenageando Rejane, uma festa realizada na rua que leva o nome dela e ressalta a forma como ela gostava de viver.

Marina rememorou a doação de Rejane Maria, tanto na organização do grupo *Abaô*, quanto na prática da capoeira, e o esforço que ela teve que fazer para enfrentar o machismo. Falou de um período de afastamento de Rejane do *Abaô*, marcado, sobretudo, por suas limitações de saúde, e da mediação que houve para que ela retornasse ao seio da Associação. Nesse retorno, foi criado o projeto Ponto de Cultura (2010), para o qual Rejane se dedicou bastante, que tinha como público-alvo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Destacou ainda o apego que Rejane Maria tinha com crianças e o auxílio que Rejane lhe prestou em seus primeiros momentos dentro do candomblé. Agradeceu a todos aqueles que buscam sempre transformar a memória de Rejane em memória viva, destacando que isso representa um afago e um abraço.

Em seguida, Ingrid Guimarães, também ativista no *Abaô* e nos princípios da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, deu o seu depoimento sobre sua amizade com Rejane. Disse ter a conhecido em 2003, quando conheceu o *Abaô* por intermédio de seu companheiro. Destacou que a sua aproximação efetiva com Rejane se deu com a retorno dela para o *Abaô* no momento da elaboração do projeto Ponto de Cultura e na Associação que havia sido constituída. Ressaltou que esse foi um momento em que ela estava bastante adoentada por conta da questão renal, mas que não deixou de se dedicar ao projeto.

Destacou a dedicação que Rejane tinha com o *Abaô*, que fazia muito bem tudo o que se propunha a fazer, sendo bastante responsável e determinada. Era sinônimo de movimento. Disse que vê muito de Rejane em sua filha Lindiwe. Falou que Rejane era uma águia, muito observadora em todos os aspectos, e dava vários toques para encaminhar as ações do grupo. Ressaltou ainda o amor que Rejane Maria tinha pela vida, por se divertir e viver a vida intensamente. Era força, mas também brisa.

De acordo com Ingrid, Rejane conduzia muito bem o trabalho com mulheres, com as crianças, e sentia que estar no *Abaô* alimentava Rejane Maria para resistir apesar das adversidades. Destacou que Rejane Maria foi receber uma homenagem²⁰ mesmo estando com febre, e a felicidade demonstrada ao receber essa homenagem. Após o evento, Rejane foi para o hospital e não saiu mais de lá, enfrentando um grande período de internação até sua morte.

Nesse período, as amigas se revezavam no cuidado com ela, acompanhando o tratamento e prestando assistência emocional. Rememorou que mesmo hospitalizada, Rejane não deixava de se preocupar com os projetos do *Abaô*, inclusive, em uma ocasião, pediu papel para poder anotar sobre demandas da Associação, comprovando o apego e a responsabilidade de Rejane com aquele quilombo.

Ingrid destacou que Rejane é intensidade, é vida, e aquilo que se propunha a fazer, fazia com muita qualidade. Se ela amasse, amava com intensidade. Destacou que foi muito importante cuidar dela em vida e ouvir ela dizer que a amava. Agradeceu a oportunidade de estar ali fazendo dela presente e disse que ficou muito emocionada quando surgiu a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, pois acha que aquilo representava algo que Rejane queria fazer, aglutinar mulheres, ver mulheres juntas ocupando espaços e potencializando sua capacidade. Tem certeza de que Rejane se orgulharia de ver o coletivo, a forma que ele é e o que ele faz, que está em consonância com tudo o que ela lutou.

Neste mesmo evento, Lindiwe Makini pontuou que é muito importante ter um grupo que carregue o nome de sua mãe, e que cada pessoa que faz parte da Rejane leva um pouco da força dela em suas ações. Marina também relatou que Rejane Maria tinha muita vontade de organizar um grupo de mulheres negras, principalmente voltado para dar suporte psicológico para mulheres negras e, de certa forma ela conseguiu. Marina ressaltou que todas as ativistas do grupo se tratem como “Rejanes”²¹ é algo muito completo, pois demonstra o legado dela que existe em nós, corroborando com a vontade que Rejane tinha de criar esse grupo.

Observando depoimentos e imagens de Rejane Maria, compreendemos a sua importância enquanto símbolo na luta das mulheres negras contra o racismo, a discriminação de gênero e em defesa da educação como instrumento de conscientização, empoderamento e possibilidade de mudança no *status quo*.

1.2 - O quilombo²² Rejane Maria: espaço de pesquisa, afeto e aprendizagem

A Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria foi criada no

21 Esta é a forma como as ativistas da Auto-Organização se tratam e são tratadas nos espaços da militância.

22 Compreendemos a Auto-Organização enquanto quilombo, por considerá-la um espaço de resistência de mulheres negras sergipanas, que lutam contra os índices desoladores que marginalizam, invisibilizam e matam a população negra sergipana, buscando por um outro pacto civilizatório, livre as opressões interseccionais que as atravessam.

município de Aracaju, em setembro de 2014. Reunindo mulheres negras com realidades distintas, tem como objetivo construir uma frente de luta para reivindicar as demandas de mulheres negras de Sergipe, considerando os diversos marcadores sociais – classe, raça, gênero e sexualidade – que atravessam suas escrivências, promovendo o enfrentamento às opressões interseccionais.

A primeira convocatória para reunir mulheres negras surgiu nas redes sociais, mais precisamente em um *chat* coletivo no *Facebook*. Neste *chat*, mulheres que já se conheciam e militavam em diferentes espaços, decidiram organizar um encontro para compartilhar experiências vivenciadas e criar uma rede de apoio preta.

Algumas mulheres que participaram dessa primeira comunicação virtual militavam em outros coletivos negros ou feministas, dentre os quais o Coletivo de Mulheres de Aracaju, um grupo misto do ponto de vista de raça, classe, sexualidade e identidade de gênero, e que representou, para algumas mulheres negras, um espaço próprio para a discussão de questões específicas que ficavam minimizadas diante das pautas mais gerais abordadas no Coletivo.

Diante dessas divergências, algumas mulheres negras, deixaram o Coletivo de Mulheres de Aracaju e passaram a buscar caminhos para construir uma integração mais fechada com outras mulheres negras. Antes da criação da Rejane Maria, há registro em Sergipe de outra organização de mulheres negras, a Organização de Mulheres Negras Maria do Egito (OMIN). Esta organização foi fundada no ano de 2003, a partir da identificação, por parte de algumas ativistas negras, da necessidade de incluir o recorte racial e de gênero nas discussões sobre políticas públicas para a população negra. De acordo com Souza (2012), a instituição tinha como objetivo prestar assessoria a mulheres negras, além de atuar em eventos educativos e culturais.

Domingues e Oliveira (2021) mencionam que a referida organização tinha ligações com os Fóruns Estadual e Nacional de Mulheres Negras, este último inserido na Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Atualmente a OMIN encontra-se inativa. Além da OMIN, outras organizações inseridas no contexto do Movimento Negro contemplam em suas pautas o recorte racial de gênero, a exemplo da Sociedade *Omolàiyé*, da Comunidade *Oju Ifá*, da Casa de Mar, da Frente Estadual pelo Desencarceramento de Sergipe e, mais recentemente, da Rede de Mulheres Negras de Sergipe.

Realizados os primeiros encontros, a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria estrutura-se e, nesse contexto, pensou-se em articular mulheres negras

da cidade e do campo, num estado onde cerca de 80% da população se autodeclara negra, a fim de visibilizar demandas específicas e pleitear direitos da comunidade negra, em especial as mulheres, dentro de uma perspectiva feminista interseccional. Pautada pela Dororidade, definida por Piedade (2017) como a união das mulheres negras a partir da dor causada pelo racismo, e que carrega em si também a dor causada pelo machismo, as mulheres negras ativistas da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria realizam trabalhos de base em comunidades periféricas e ações com a juventude nas escolas, estando articuladas com outros movimentos sociais, e dialogando com as instituições sobre a condição das mulheres negras sergipanas com vistas a garantir políticas públicas voltadas para o combate às desigualdades sociais, raciais e de gênero no Estado de Sergipe.

Observamos que o afirmado por Souza (2017), a ideia de Auto-Organização dentro do campo feminista, está relacionada ao anseio de ampliação da participação política das mulheres, sobretudo com a reestruturação do movimento de mulheres a partir da década de 1960:

Esse tipo de organização e de compreensão da política, que encontra nas necessidades e demandas das mulheres a sua razão e vem sendo retomado com força pelas novas gerações de feministas no Brasil, emerge de forma expressiva nos movimentos de liberação de mulheres da década de 1960, como princípio organizacional político que se desenvolveu em contraposição aos modelos altamente estruturados, hierárquicos e excludentes comuns na cultura organizacional ocidental contemporânea (Souza, 2017, p.71)

Nesse sentido, os movimentos sociais chamados de identitários, a exemplo do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres, vão estabelecer críticas ao padrão hierarquizado e engessado existente nos movimentos sociais mais tradicionais, e ao fato destes movimentos serem estruturados numa forte base generalizante, onde o sujeito político da transformação social seria o proletário, e as opressões seriam estruturadas apenas na classe, sem considerar outros marcadores, ou seja, sem observar “as formas de opressão específicas contra as mulheres, os negros, os *gays* e lésbicas, entre outros” (Souza, 2017, p. 72).

Na perspectiva em que a Rejane Maria se constitui, a ideia de Auto-Organização se relaciona ao feminismo contra hegemônico, onde os grupos de mulheres negras, organizados de forma não hierarquizada, se constituem em espaços de acolhimento onde as mulheres podem refletir, dialogar e, a partir dos saberes produzidos nesses encontros, construir alternativas que possam ser postas em prática no decorrer da luta por justiça social, combate

ao racismo, sexismo e LGBTfobia. Portanto, tem como base a aprendizagem por meio da coletividade, e representa uma alternativa que visa o empoderamento e o protagonismo de mulheres negras nas lutas sociais.

Conforme indicado na Carta de Princípios da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, elaborada coletivamente no ano de 2015, a Rejane Maria não é constituída de forma hierarquizada, por isso não apresenta uma direção ou coordenação. Todas as decisões tomadas no âmbito da Auto-Organização são aprovadas coletivamente, havendo ampla discussão entre as integrantes do grupo. Dentre os objetivos expostos na Carta de Princípios da Auto-Organização estão:

- 1) Organizar as mulheres negras da cidade e do campo, do Estado de Sergipe, de modo a visibilizar suas demandas específicas e pleitear seus direitos;
- 2) Realizar trabalhos de base em comunidades periféricas;
- 3) Promover ações com a juventude nas escolas;
- 4) Estabelecer a articulação com outros movimentos sociais;
- 5) Dialogar com órgãos e instituições sobre a condição das mulheres negras sergipanas;
- 6) Desenvolver atividades que demarquem datas históricas relacionadas a luta das mulheres negras²³. (Carta de princípios da Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, 2015).

Os eixos nos quais a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria atua são: Educação, Saúde, Pobreza, Mercado de trabalho e Desigualdade social, Direitos Humanos, Violência, Formação política, Mídia e Cultura²⁴. A partir desses pilares, são organizadas as mobilizações em comunidades periféricas, instituições públicas e nas mobilizações de rua, com vistas a promover discussões sobre a posição da mulher negra dentro da sociedade racista, sexista, classista e cisheteronormativa e formular proposituras que possam ser apresentadas em momentos de diálogo com instituições públicas e privadas.

A Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria não conta ainda com um Estatuto ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), itens que representam um status de institucionalização, que permite ao grupo alçar iniciativas de maior proporção, a exemplo da captação de recursos, sendo uma demanda que as ativistas pontuaram como fundamental para o planejamento da Auto-Organização em 2023. Até o momento, para atividades como concorrência à eleições para Conselhos da sociedade civil e para inscrição

²³ Carta de Princípios da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, disponível no apêndice C deste trabalho.

²⁴ Disponível em: < <https://mulheresnegrasdese.wixsite.com/rejanemaria/eixos-norteadores> > Acesso em 02/12/2022.

em editais para captação de recursos, a Auto-Organização vem contando com o apoio de outras entidades da sociedade civil, seja mediante a disponibilização de cartas de reconhecimento da existência e efetividade dos trabalhos da Auto-Organização, seja através da parceria com a cessão do CNPJ para que a Rejane Maria pudesse concorrer a editais como, por exemplo, os publicados pelo Fundo Brasil²⁵.

Figura 6 – Áreas de atuação da Auto-Organização Rejane Maria de acordo com sua Carta de Princípios



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Constituído atualmente por 16 integrantes, este coletivo de mulheres negras homenageia a trajetória de luta da militante negra Rejane Maria Pureza do Rosário, uma mulher de axé, filha do *Ilê Axé Opô Oxogunladê*, falecida no ano de 2012 e que, durante sua vida, dedicou-se à defesa dos direitos das pessoas negras, da causa feminista, difundindo a capoeira angola e a participação das mulheres nesse esporte, sendo também grande incentivadora da cultura e da religiosidade afro-brasileiras.

Conforme verificado nos registros das redes sociais da Auto-Organização, ao longo desses oito anos de existência, foi organizada uma série de eventos pelas ativistas, com o intuito de debater temáticas de interesse do povo preto com o destaque para as especificidades

25

“O Fundo Brasil de Direitos Humanos é uma fundação independente, sem fins lucrativos, com a proposta inovadora de construir mecanismos sustentáveis para canalizar recursos destinados aos defensores de direitos humanos. A fundação impulsiona as atividades de pessoas e organizações não governamentais voltadas à defesa dos direitos no país. Faz isso por meio de um modelo de apoio a projetos que estimula o investimento social e desenvolve a filantropia nacional voltada para a justiça social”. Disponível em: < <https://www.fundobrasil.org.br/quem-somos/> > Acesso em 05/12/2022.

das mulheres negras, respeitando sua sexualidade e identidade de gênero²⁶. Além dos eventos realizados pelo próprio grupo, as ativistas fazem participações em eventos organizados por outras entidades, sejam elas do Movimento Negro, do movimento feminista, escolas públicas, instituições públicas e privadas, dentre outras, com vistas a abordar temas pertinentes às escrevivências de mulheres negras como: racismo, sexismo, feminismo negro, mulheres negras na política, maternidade, violências, infância e racismo, estética negra, autocuidado, ancestralidade, direitos sociais, dentre outros temas, além de relatar experiências exitosas ocorridas dentro da Auto-Organização nos espaços onde são convidadas.

As ativistas também auxiliam na organização e participam de marchas de protesto e reivindicação relacionadas à condição da população negra e da mulher, e se somam na publicação de notas de repúdio e divulgação de atividades de outras organizações. Os eventos que as Rejanes organizam e participam podem ser classificados em: Reuniões de articulação, Rodas de Conversa, Palestras, Cineclube, Oficinas para profissionalização ou conscientização de direitos, Cursos de formação política, Cursos voltados para o autocuidado, Encontros, Fóruns, Audiências ou Consultas Públicas e Marchas.

A Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria se vincula a diversas entidades negras no âmbito local, regional e nacional a fim de discutir e fazer trocas com outras mulheres negras em rede sobre as especificidades que atravessam as suas existências, de montar um repertório argumentativo, a fim de pressionar entidades do Movimento Negro e feminista, bem como o poder público e a sociedade em geral, por um olhar mais atento às questões pertinentes à intersecção de opressões que atingem as mulheres negras e as colocam em grande desvantagem no que diz respeito aos índices socioeconômicos e da violência no país.

Além disso, no âmbito do Estado de Sergipe, as ativistas da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria têm buscado ocupar assentos em Conselhos Estaduais e Municipais que versem sobre Igualdade Racial ou de Gênero, levando para esses espaços a discussão do recorte interseccional que deve ser considerado na elaboração de políticas públicas, e que é defendido pelas feministas negras no Brasil e em outras partes do mundo. Na figura abaixo elencamos algumas ligações institucionais que a Auto-Organização possui na atualidade:

26

No Anexo I deste trabalho, há um quadro referenciando as atividades organizadas pela Auto-Organização nos últimos anos.

Figura 7 – Ligações da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No âmbito do Fórum de Entidades Negras de Sergipe, recriado em 2019, com o objetivo de articular a mobilização do povo preto no combate ao racismo e em torno da garantia e conquista de direitos para a população negra sergipana, as ativistas da Rejane Maria atuam destacando a importância do recorte de gênero nas pautas defendidas por esta coletividade. O Fórum é composto por representantes de diversas organizações negras atuantes do campo da Educação, da Cultura, da Música, do Esporte, da Política, das Religiões de matriz africana, dentre outros, e discute temas como o combate ao genocídio da juventude negra, geração de emprego e renda para o povo preto, políticas públicas de igualdade racial e políticas de ações afirmativas no campo da educação e do trabalho.

Dentro deste espaço, as ativistas da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane compõem a coordenação provisória, e participam das mobilizações empreendidas pelo grupo, desde as que se referem à organização da Marcha da Consciência Negra, realizada no mês de novembro, até audiências públicas nas casas legislativas no âmbito estadual e do município de Aracaju que discutam temas como racismo e mercado de trabalho e o genocídio da população negra em Sergipe.

O Fórum de Mulheres de Sergipe atua no combate às violências contra as mulheres, denunciando o estupro, o feminicídio e a retirada de direitos, reivindicando empregos,

garantias dos direitos sociais e políticas públicas que atendam às demandas femininas, e as ativistas da Rejane Maria contribuem chamando atenção para as experiências de mulheres negras e a necessidade de políticas públicas que beneficiem todas as mulheres. Dentro desse espaço, o momento de maior interação entre a Auto-Organização e o Fórum está relacionado à construção de atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher (8 de março).

Na Frente Estadual pelo Desencarceramento são discutidas questões pertinentes aos direitos dos internos do sistema prisional, no que se refere à preservação de sua integridade, assistência às famílias dos internos e reintegração dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho e, considerando que grande parte da população carcerária é composta por pretos e pardos, e que, mulheres negras na condição de internas, familiares de internos ou egressas tem uma relevância numérica, as ativistas da Rejane Maria atuam apoiando as atividades do grupo e oferecendo acolhimento para familiares e egressos (as) do cárcere.

Nos Conselhos Municipal e Estadual de Igualdade Racial, as ativistas contribuem com a propositura e análise de políticas públicas que contemplem a população negra, em especial as mulheres negras sergipanas, propondo um recorte de gênero nas discussões e propostas. No entanto, no período em que nos inserimos nas atividades do coletivo, estes Conselhos não conseguiram uma constância de reuniões, ficando comprometido o andamento das atividades.

A Campanha Sergipe sem Fome é um projeto de arrecadação de alimentos para distribuição em comunidades periféricas, as quais são habitadas em grande parte por pessoas negras, que têm nas mulheres negras um número significativo de chefes de família. Neste campo, as ativistas atuam contribuindo com doações ou se disponibilizando para organização e distribuição das doações em comunidades periféricas.

Junto à Rede de Mulheres Negras do Nordeste, a Rejane Maria contribui no sentido de buscar articulação e mobilização de organizações de mulheres negras do Nordeste, visando o fortalecimento das mesmas no combate ao racismo, sexismo, transfobia e lesbofobia.

Importa indicar, ainda, que a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria possui um número reduzido de ativistas, e, além disso, as ativistas não têm o seu tempo dedicado integralmente à militância, uma vez que não são profissionalizadas. Estes aspectos também impactam no escopo de ação do grupo. No período em que ocorreu nossa inserção no grupo, verificamos o afastamento de algumas ativistas das atividades, mesmo aquelas realizadas de forma remota, o que representou uma sobrecarga para quem permanecia em atividade. Essa realidade parece ser comum dentro do coletivo.

No entanto, compreendendo as violências que atravessam as escrituras de mulheres negras, marcadas pelo racismo, pelo sexismo, pela lgbtfobia, pela desigualdade racial e pela violência, as ativistas, mesmo com os afastamentos e a sobrecarga de algumas, continuam se apoiando e mantendo a comunicação aberta com as ativistas, sempre esperando que elas possam retornar e contribuir de alguma forma com o coletivo, seja do ponto de vista da participação das atividades, seja no sentido do afeto.

1.3 Do encontro e do aquilombamento com as Rejanas

Após discorrer sobre este breve panorama histórico, contemplando atividades da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria e os caminhos metodológicos percorridos nesta tese, apresentamos a forma como tratamos as ativistas colaboradoras de nossa pesquisa. Os seus nomes foram modificados a fim de preservar a identidade, conforme prescrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido disposto no Apêndice D. São, em sua maioria, mulheres negras, que tiveram acesso ao ensino superior, que atuam na iniciativa pública e privada, no âmbito da Educação, Assistência Social, Saúde, Comunicação, Direito e Empreendedorismo.

Sendo assim, por se tratar de um trabalho que versa sobre a agência das mulheres negras unidas pela Dororidade na busca de soluções para as violações que atravessam seus corpos e na consolidação de outras possibilidades de existência, optamos por substituir a identidade original das ativistas por nomes de Rainhas africanas que representam a configuração matriarcal existente no continente africano, antes da invasão europeia para o estabelecimento do sistema moderno-colonial e escravocrata. Os nomes fictícios das ativistas foram extraídos da obra “Poderosas Rainhas Africanas” de autoria da professora Mariana Bracks Fonseca, e publicado como paradidático em 2021²⁷, e a seleção dos nomes ocorreu de forma aleatória.

De acordo com Fonseca (2021), o modelo de organização chamado por Cheik Anta Diop (1987) de Matriarcado Africano se diferencia do patriarcado europeu, que reduzia o papel das mulheres na sociedade ao fim da procriação, desconsiderando sua importância na configuração econômica da sociedade. No matriarcado africano, “homens e mulheres têm suas esferas de atuação e deliberação na sociedade e atuam de forma harmoniosa e

27

FONSECA, M.B. Poderosas Rainhas Africanas. 1ª ed. Editora Ancestr: Belo Horizonte, 2021.

equilibrada” (Fonseca, 2021, p.7), e ambos possuem as mesmas prerrogativas. Esse é o mote da mobilização do Movimento de Mulheres Negras: possuir as mesmas prerrogativas dos homens negros, sem enxergá-los necessariamente como inimigos, mas como alvos do sistema de opressão racista.

Quadro 1 – Ativistas da Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria²⁸

NOME FICTÍCIO	PROFISSÃO	POSSUI FILHO(S)?
Njinga Mbandi	Jornalista	Sim
Modjadji	Advogada	Não
Makeda	Professora de Sociologia	Sim
Moremi	Professora de Sociologia	Não
Nandi Zulu	Professora de reforço escolar	Não
Aisa Kili	Professora de Sociologia	Não
Amina	Professora de História	Não
Luedji A’Konde	Agente Comunitária de Saúde	Não
Nana Yaa Asantewaa	Educadora Popular	Sim
Kimpa Vita	Professora de História	Não
Mammy Yoko	Professora de Teatro/Artista	Não
Josina Machel	Assistente Social	Não
Ranavalona	Publicitária	Não
Aline Sitoè Diata*	Contadora	Sim
Candaces*	Bibliotecária	Sim
Ahosi*	Jornalista	Não

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Durante a realização da pesquisa, dados os problemas relacionados ao afastamento de algumas ativistas da Auto-Organização, não foi possível realizar entrevistas com todas as ativistas. Além disso, houve indisponibilidade de tempo, interesse e condições de saúde de algumas possíveis entrevistadas. Nesse último ano, outras mulheres ingressaram na Auto-Organização, e estas foram mencionadas na tabela acima a título de registro do quantitativo de ativistas do coletivo, tendo assinalado ao lado de seus nomes um (*).

Foram realizadas um total de 6 entrevistas semiestruturadas e, diante deste impasse, nós utilizamos como fontes as anotações do diário de campo e os vídeos referentes à

participações que estas mulheres tiveram em espaços, como reuniões abertas e fechadas do coletivo, reuniões com outras entidades negras de Sergipe e com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, além das falas das ativistas em eventos, como o Encontro de Mulheres Negras de Sergipe, a Consulta Pública relacionada à PL nº 57/2021 e as Audiências Públicas ocorridas na Câmara Municipal de Aracaju e na Assembleia Legislativa de Sergipe, que versavam sobre o genocídio da população negra e sobre o racismo no mercado de trabalho.

Sendo assim, o compartilhamento de experiências com as Rejanas e a análise do potencial educativo da Auto-Organização ocorreram no contexto das Reuniões Abertas e Reuniões Fechadas da Auto-Organização, dos diálogos estabelecidos através de um grupo de *WhatsApp*, das atividades de articulação e realização do Julho das Pretas e da criação da Rede de Mulheres Negras de Sergipe, das atividades junto ao Fórum de Entidades Negras de Sergipe e da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, além dos eventos para os quais as Rejanas foram convidadas para palestrar e compartilhar experiências. Estes espaços são compreendidos como momentos educativos em que as Rejanas se constituem enquanto ativistas, mobilizando saberes que foram produzidos ao longo de sua trajetória na Auto-Organização, articulados com suas experiências de vida.

Para compreensão da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria enquanto espaço educativo, nos referenciamos na compreensão de Boaventura de Sousa Santos, ao prefaciar o livro “Movimento Negro Educador” de Nilma Lino Gomes (2017). Santos afirma que:

[...] movimentos sociais têm um valor epistemológico intrínseco, são produtores de um tipo específico de conhecimento, o conhecimento nascido na luta. À medida que se consolida, esse conhecimento transforma a própria percepção e representação sociais a respeito dos temas e problemas que motivam as lutas. Contribui de forma decisiva para legitimar e fortalecer as lutas ao permitir aos movimentos sociais construir argumentos novos para sustentar as suas reivindicações; conhecimento próprio capaz de enfrentar, contrapor ou dialogar com o conhecimento convencional, crítico ou não, construído sobre os movimentos e suas lutas (Gomes, 2017, p. 9).

Nesse sentido, as mulheres negras ativistas que compõem a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria estão construindo, neste e em outros movimentos sociais dos quais fazem parte, conhecimentos e saberes emancipatórios que influenciam, tanto na sua autopercepção enquanto mulheres negras, quanto na sua percepção acerca da sociedade brasileira e seu caráter racista, classista, sexista, misógino e heteronormativo. Esses

conhecimentos e saberes emancipatórios construídos no espaço de aquilombamento e afeto na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria reverberam nos diferentes espaços pelos quais as Rejanes atuam: em suas comunidades, em seus espaços de trabalho, em suas famílias, em seus espaços de culto religioso etc.

Gomes (2017) afirma que o Movimento Negro, e, acrescentamos o movimento de mulheres negras do qual a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria faz parte, gera conhecimentos que alimentam as lutas e contribuem para que a sociedade seja munida desses conhecimentos e se enriqueça como coletividade, auxiliando na desconstrução de estruturas coloniais e desumanizadoras, no que se refere ao tratamento dado a pessoas negras, pobres e com diferentes identidades de gênero e orientação sexual. Dentro da perspectiva teorizada por Gomes (2017), a respeito da potencialidade educativa do Movimento Negro e sua característica transformadora, Pinho e Mesquita (2021) apontam os conhecimentos que têm sido produzidos pelas mulheres negras como parte desse processo de desconstrução epistemológica e educacional:

as mulheres negras têm produzido conhecimento de forma totalmente articulada com a luta fundamental pela transformação da sociedade. Ainda que a narrativa hegemônica tenha tentado aniquilar nossas histórias, nossa perspectiva de mundo é única e é criada na tensão dialética entre a opressão e a resistência, resgatando o sentido da práxis histórica. Nossa herança ancestral se opõe à forma de organização da vida que caracteriza o mundo ocidental e que, portanto, caracteriza a educação e a ciência (Pinho; Mesquita, 2021, p. 8).

Nestes aquilombamentos com as Rejanes foi possível refletir sobre como as experiências constitutivas de ser mulher, presentes nas práticas pedagógicas da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, expressam características do Feminismo Negro, ao passo que percebemos que estas práticas suscitam desdobramentos, a exemplo da execução de outras ações educativas para além do ambiente restrito de convivência das ativistas no grupo. Sendo assim, compreendemos a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane como proponente de alternativas ao projeto educacional brasileiro, pautando-se na Pedagogia Feminista Negra para combater o racismo, o sexismo, a misoginia, a homofobia, a transfobia e o preconceito social e apontar possibilidades de transformação direcionadas para a justiça social.

Compreendemos que a Pedagogia Feminista Negra se constitui na resistência e na construção de novas possibilidades de existir e resistir, apresentando-se como instrumento de

emancipação, ao pensar a sociedade a partir de uma perspectiva interseccional, representando um avanço teórico, racial, social e de gênero.

Uma pedagogia feminista negra é uma pedagogia que busca aprender/ensinar a luta pelo fim da opressão interseccional gerada pela colonialidade, a partir da perspectiva das mulheres negras. É uma pedagogia que visa o resgate da humanidade usurpada, pois concorda que “a opressão, que é um controle esmagador, é necrófila. Nutre-se do amor a morte, não do amor a vida” (Freire, 2017, p. 90).

Outra característica importante da Pedagogia Feminista Negra é o relacionamento profundo entre a experiência com as opressões interseccionais vivenciadas pelas mulheres negras, seguida da teorização sobre essas escrevivências (relacionamento entre teoria e prática). Destas experiências emerge o pensamento feminista negro (Collins, 2019) e, junto dele, uma pedagogia feminista negra de resistência e (re)humanização das mulheres negras. (Nascimento, 2020).

A nossa defesa do espaço da Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria como um ambiente educativo dialoga com a perspectiva decolonial, compreendendo que, no campo da educação, a concepção de pedagogia decolonial elaborada por Walsh (2007) está relacionada a uma práxis que está pautada numa insurgência educativa propositiva, não apenas denunciativa, uma vez que as mulheres negras constantemente apontam soluções para os problemas relacionados às desigualdades raciais, sociais, de gênero e sexualidade. Essa insurgência está associada à construção de novas epistemologias e políticas públicas que modifiquem a estrutura racista, sexista, classista e heteronormativa, que é dominante na sociedade brasileira. Como afirma Walsh (2007), trata-se de “um projeto de existência, de vida”. (Walsh, 2007, p. 8)

Nilma Lino Gomes dialoga com a propositura de Walsh (2007) a respeito da pedagogia decolonial, estabelecendo uma relação desta práxis insurgente com a atuação do Movimento Negro brasileiro. Gomes (2017) relaciona a pedagogia decolonial à resistência protagonizada pelo Movimento Negro enquanto produtor, organizador e sistematizador de saberes, que subvertem as epistemologias eurocêntricas e embranquecidas e reeducam o Brasil contra o racismo, propondo novas possibilidades no que se refere a saberes, práticas e agentes e entendendo a Educação como “um projeto emancipatório possível” (Gomes, 2017, p. 45). De acordo com Marinho (2022):

As ações e as produções teóricas que emergem a partir desse movimento, protagonizadas por feministas negras, dão suporte para que se propaguem novas formas de compreender as mulheres negras como sujeitos de direitos e sujeitos políticos capazes de construir suas próprias pautas de reivindicações, bem como suas próprias histórias. (Marinho, 2022, p. 99)

No que se refere ao Movimento de Mulheres Negras de uma forma geral, e a Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria, em específico, compreendemos que as ativistas que dela participam constroem saberes políticos, identitários e estético-corpóreos específicos. Os saberes políticos estão relacionados ao questionamento do sexismo existente dentro do Movimento Negro e em outros movimentos sociais, e do racismo existente dentro do movimento de mulheres (Gomes, 2017). Além disso, as mulheres negras da Rejane Maria introduzem em suas reuniões de aquilombamento, debates em torno de questões relacionadas às comunidades quilombolas, à intolerância religiosa praticada contra as religiões de matriz africana, ao genocídio da juventude negra, à necessidade de maior participação das mulheres negras na política e à experiências das pessoas negras LGBTQIAP+.

Nesse sentido, este trabalho se propõe a lançar o olhar sobre o pensamento de mulheres negras sergipanas que têm buscado outras explicações epistemológicas e ontológicas para além daquilo que foi estabelecido como hegemônico ao longo de séculos de violência colonial e continua sendo presença na atualidade, a partir da colonialidade. Compreendemos as práticas que vêm sendo realizadas no âmbito da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria como parte de uma pedagogia decolonial feminista negra, que tem como base a interseccionalidade, ou seja, considera todas as dimensões de opressão que limitam e interferem no processo de humanização das mulheres negras sergipanas.

Apresentamos a seguir as irmãs que disponibilizaram com uma fração maior de seu tempo para contribuir com a pesquisa, uma vez que todas as demais contribuíram com suas presenças, falas e posicionamentos que pudemos compartilhar durante todo o período de pesquisa de campo que realizamos no coletivo. O uso do termo irmãs está associado ao tratamento que nos damos dentro da Auto-Organização, e que está relacionado ao conceito de Dororidade, que estabelece a união de mulheres negras que têm suas escrevivências marcadas pelas opressões interseccionais.

Nesta breve apresentação buscamos informar alguns dados pessoais das entrevistadas, bem como as suas concepções sobre ser mulher negra e feminista, seu contato com o ativismo

e o ingresso na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane. O grupo é composto de mulheres de variadas origens e classes sociais, mulheres negras de pele clara, de pele retinta, cis e trans, com e sem deficiência, com e sem filhos, com diferentes idades e afiliações religiosas, algo que é muito positivo e que propicia importantes debates dentro do campo da interseccionalidade. O coletivo consegue dialogar com o que tem sido produzido nos ambientes acadêmicos, e, ao mesmo tempo, realizar trabalhos de base nas comunidades, tendo ainda suas discussões impactadas nos espaços em que as Rejanes atuam fora do coletivo, uma vez que elas polinizam o conhecimento produzido na luta em seus ambientes de sociabilidade.

1.4 Breve Apresentação das irmãs entrevistadas

1.4.1 Njinga Mbandi²⁹

Nzinga Mbandi tem 35 anos de idade, nascida em Sergipe, é jornalista, mestre em Comunicação Social, solteira e se identifica como uma mulher negra cis, com uma inclinação bissexual. Tem dois filhos, e é uma mulher de axé, filha do *Ilê Axé Opô Oxogunladê*, mesma casa frequentada por Rejane Maria. Possui renda mensal em torno de 5 salários-mínimos e trabalha com assessoria parlamentar e de um plano de saúde.

Filha de uma família de servidores públicos, sendo mãe parda e pai preto, diz ter se identificado como mulher negra desde que começou a socializar com outras crianças. Por volta dos quatro anos de idade, teve seu primeiro conflito racial na escola primária. Njinga estudava em uma escola privada que, apesar de ter uma linha pedagógica construtivista, não conseguia mediar as questões referentes ao racismo. Sendo ela uma das poucas crianças negras naquele ambiente, buscava pela aceitação de seus colegas e, diante do racismo sofrido, começou um processo de adoecimento psicológico, desenvolvendo ansiedade.

29 Nascida em Mbundu, no século XVI, era filha do rei do Ndongo (Ngola), atual Angola, que assumiu o posto quando Njinga tinha oito anos. O reinado de seu pai foi marcado pelo enfrentamento com os portugueses, e Njinga cresceu em profundo contato com as tratativas da administração do reino Ndongo. Tendo habilidades militares, Njinga participou ativamente das batalhas do reino contra os portugueses no século XVII, comandando as tropas de seu pai. Com a morte de seu pai, seu irmão Mbandi assumiu o posto de Ngola, porém, não conseguindo resistir às ofensivas portuguesas, abandonou o poder refugiando-se na ilha do rio Kwanza. Nesse contexto, Njinga negociou com os portugueses e firmou um acordo que não durou muito tempo, pois Njinga, que assumira o posto de governante após a morte de seu irmão, não contribuía para a dinâmica do tráfico de escravizados. Foram muitas batalhas e negociações empreendidas com relação aos portugueses até sua morte. Até hoje Njinga é reconhecida como símbolo da luta contra a colonização. (FONSECA, 2021, p. 59-63)

Lembro de músicas tipo “nega preta, suvaco (sic) fedorento, rala a bunda no cimento pra ganhar 1500”, minha mãe disse que tudo que eu levava eu deixava na escola porque eu trocava por amizade, tipo eu levava minha boneca, eu dava minha boneca, ela disse que até meia mulher, eu tirava, quando ela ia me buscar “cadê a meia de Njinga?”, tipo eu tirava a meia e dava aí chegou assim ao ponto extremo que ela disse “não, agora foi o limite, eu preciso tirar ela”. (Depoimento Njinga Mbandi, 2022).

Diante da experiência com o racismo vivenciada no ambiente escolar em seus primeiros anos de vida, Njinga pontuou que, ao contrário do que outras pessoas pontuam quando vão contar suas experiências sobre ser negra, ela não teve esse processo, pois considera que a descobriram negra (no caso, as pessoas com que ela convivia em seu ambiente escolar) e a discriminaram, impedindo que ela tivesse um processo de descoberta posterior. Pontuou que essa descoberta ocorre nas relações sociais, por meio da alteridade.

Njinga cresceu em um ambiente classe média e o seu contato com o ativismo se deu a partir adolescência através da música. Nesse período Njinga ouvia rock, punk rock e hardcore, principalmente mulheres nesses segmentos musicais. Ela bebeu na fonte deste nicho musical, onde, em sua concepção, se enfatiza muito a luta pela liberdade, pelos direitos humanos e pela justiça social. Njinga participou de grupos de mulheres que ouviam essas músicas e, posteriormente passou a integrar bandas de rock formadas por mulheres. Nestes grupos, Njinga narrou que eram realizadas rodas de fanzini, rodas para discutir aborto e infância, estabelecendo debates dentro do campo feminista.

Depois, Njinga estabeleceu amizades com mulheres dentro de grupos de defesa pessoal feminina e conheceu integrantes do Movimento Organizado dos Trabalhadores Humanos (MOTU). Quando ingressou no curso de Comunicação Social, se integrou nas articulações em torno do diretório acadêmico e começou a participar de eventos que abordavam a questão racial, passando, nesse contexto, a pesquisar referências sobre a representação negra na mídia, algo que veio a se tornar o seu tema de pesquisa no mestrado.

Após se graduar em jornalismo, ainda direcionada pela pauta feminista, Njinga participou da fundação do Coletivo de Mulheres de Aracaju e da articulação para as Marchas das Vadias. Como já abordamos anteriormente em fala da própria Njinga, o Coletivo de Mulheres de Aracaju era constituído por mulheres de várias origens sociais, étnicas e de diferentes identidades de gênero, no entanto, havia um predomínio das discussões do feminismo hegemônico que, por sua vez, invisibiliza o debate racial. Os conflitos dentro do

Coletivo de Mulheres de Aracaju fizeram com que Njinga saísse do mesmo e, meses depois, participasse da articulação para a criação da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria.

Sobre a sua identificação enquanto mulher feminista, Njinga reflete:

Eu me considero uma mulher que também se constituiu e se construiu através do feminismo, é, boa parte, boa parte da minha trajetória militante se deu no campo feminista. Esse acúmulo ele foi fundamental pra eu descobrir outras formas de luta também, então, é não é algo que eu descarto ao mesmo tempo hoje eu não tô trabalhando muito com essas autodenominações sabe Andréia, porque eu acho que elas as vezes prendem a gente muito em caixinhas, são perigosas. (Depoimento Njinga Mbandi, 2022).

Assim como outras mulheres negras ativistas, Njinga reconhece a importância do feminismo em sua constituição enquanto militante, porém hoje, com o seu caminho dentro do Movimento de Mulheres Negras, prefere não se limitar a partir de conceitos fechados. Esta situação de amadurecimento quanto a sua trajetória, ou não associação irrestrita ao feminismo por parte de mulheres negras é algo comum, que vem sendo relatado em estudos acadêmicos como Marques (2019) e Barbosa (2015). Consideramos que, no caso de Njinga, essa fala esteja relacionada aos processos conflituosos de disputa sobre as pautas dentro do Coletivo de Mulheres de Aracaju, onde ouviu frases que visavam o seu silenciamento como: “mas você sabe que você tá dividindo a luta né?” e as experiências vivenciadas nos últimos anos dentro da Rejane Maria.

De acordo com Rodrigues (2006), muitas mulheres negras ativistas, por terem participado de ambos os movimentos (negro e feminista) construíram grupos que representam formas híbridas de organização, contendo características próximas às organizações feministas, com sua perspectiva de horizontalidade e mantendo em relação às organizações negras a centralidade da discussão do racismo (Rodrigues, 2006). No caso da Rejane Maria, a perspectiva da horizontalidade e da Auto-Organização (ou gestão), são elementos que estão associados a experiências de algumas ativistas que participaram da fundação do grupo dentro de coletivos feministas, como é o caso de Njinga.

A respeito de sua compreensão sobre o que significa ser uma mulher negra em Sergipe, algo que vem sendo aprimorado ao longo de sua trajetória dentro do ativismo, Njinga considera:

Desafiador na medida em que a gente vive é em um Estado que tem uma maioria negra, de mulheres negras né... que tem um histórico aí de trajetória de luta, de resistência tanto pela cultura quanto pela militância, mais ainda vive muito forte a linha da denegação né... que Lélia Gonzalez colocava que é você negar a existência do racismo, inclusive de se reconhecer também né... aqui é muito difícil, ainda tem uma resistência muito grande da identificação enquanto população negra, as pessoas não se reconhecem, aí a gente sabe que é fruto da colonização e etc. É né...mas aqui é muito forte o morenismo, a moreninha ou escurinha, é diferente de Salvador né...por exemplo. Também são construções diferentes né... então eu acho que tudo isso acaba sendo obstáculos pra nossa existência aqui também né... a nossa trajetória. É... você vê que tudo é mais difícil né... até inserir a discussão é mais difícil na militância, até dentro do campo da esquerda é difícil né... a gente inserir algumas discussões então é desafiador né... é bem desafiador. Não é tranquilo ser uma mulher negra é Sergipe. Não é tranquilo, por tudo né... existe violência, racismo, é, violência institucional, mercado de trabalho, enfim, por tudo que em vários lugares acontecem, mas aqui a gente sente ainda que essa construção mesmo é, civilizatória muito permeada do coronelismo, é, do... Tem um racismo que ele é muito arraigado e que a população como um todo bebeu dessa fonte né... então não é fácil (Depoimento Njinga Mbandi, 2022).

Todo este acúmulo de conhecimento que Njinga demonstra na fala acima reflete um processo de estudo que se deu, tanto na academia e no movimento estudantil, onde teve os primeiros contatos com referências que abordavam a questão racial, quanto nas vivências dentro da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria e na interlocução com outras organizações negras sergipanas e regionais, a exemplo da Rede de Mulheres Negras do Nordeste e as organizações de mulheres negras que a compõem.

Importa destacar que a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria surgiu do descontentamento de algumas ativistas com a experiência em um Coletivo misto de mulheres. Foi também fruto do desejo de mulheres negras jovens em construir um espaço de discussão e compartilhamento de experiências em que pudessem se sentir acolhidas e não tivessem as suas falas e vivências invisibilizadas ou descredibilizadas.

Sobre seu ingresso na Rejane Maria, Njinga participou de todo o processo de articulação de mulheres negras via *chat* do *Facebook* que culminou em sua fundação no ano de 2014 e, desde então milita no coletivo, participando de importantes momentos como a presença da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria no Comitê Impulsionador da Marcha das Mulheres Negras de 2015, o ingresso da Auto-Organização na Rede de Mulheres Negras do Nordeste (2015), a realização da primeira edição do Julho das Pretas em Sergipe (2016) e a articulação empreendida nos anos seguintes para a continuidade das atividades, a realização da primeira Marcha de Mulheres Negras de Sergipe (2018), a realização do Projeto Mulheres Negras Movendo Estruturas (2019), a rearticulação do Fórum de Entidades Negras de Sergipe (2019) e, mais recentemente, a criação da Rede de Mulheres

Negras do Nordeste.

Embora a Auto-Organização não possua cargos hierárquicos de gestão, Njinga é reconhecida como uma importante liderança articuladora dentro e fora da Rejane Maria. Desde o primeiro ano de existência do coletivo, participa ativamente das articulações da Rejane Maria com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, conseguindo estabelecer a comunicação da Rede com os coletivos que contam com a presença de mulheres negras em Sergipe. Sua habilidade como comunicadora e mediadora, além do fato de ser uma das fundadoras da Auto-Organização, faz com que seja comumente acionada (e cobrada) em atitudes por ativistas do Movimento de Mulheres Negras.

Njinga Mbandi relatou que a questão da não existência de funções definidas em alguns momentos lhe rendeu cobranças violentas, inclusive em momentos que precisou se afastar da condução de atividades por questões referentes à sua religião e a maternidade. Destacou que, essa flexibilidade quanto a não existência de funções definidas não é algo unânime dentro do grupo desde o primeiro ano, sendo isso, em alguns momentos, causa de conflitos e afastamentos de ativistas do coletivo. Mesmo assim, entende a flexibilidade e a circularidade das funções como algo positivo, pois permite que todas as ativistas vivenciem momentos de destaque nos diversos espaços em que a Auto-Organização participa.

No primeiro ano, pontuou que houve o afastamento de algumas mulheres das reuniões, pois, pensando em formar um núcleo duro dentro da Auto-Organização, para pensar em institucionalizar e profissionalizar, foi feito o envio de mensagens nas redes sociais das mulheres perguntando sobre o interesse em compor esse núcleo, algo que, na avaliação de Njinga, ocasionou rupturas.

O perfil de liderança de Njinga Mbandi fez com que, em 2017, ela fosse convidada a integrar a Gerência de Igualdade Racial, incluída na Diretoria de Direitos Humanos da Secretaria de Assistência Social Prefeitura de Aracaju, cargo que exerceu até 2021, quando foi convidada para retornar a uma função na assessoria parlamentar de uma vereadora da capital. Enquanto gerente de igualdade racial, Njinga pôde desenvolver uma série de projetos que abrangiam outras secretarias além da Assistência Social. Foram trabalhos em Centros de Referência de Assistência Social e na Secretaria Municipal de Educação, além da realização de pré-Conferências nos bairros como preparação para a Conferência Municipal de Igualdade Racial, a implementação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, além de conseguirem verbas federais para projetos voltados para o combate ao racismo. Njinga

ressalta que conseguiram fazer um bom trabalho, apesar das dificuldades orçamentárias e institucionais que infelizmente são bastante comuns nos órgãos voltados para os direitos humanos e igualdade racial.

Neste período também relatou ter conseguido ganhar a confiança de alguns militantes do Movimento Negro que não a conheciam e, ao ver uma mulher negra jovem ocupando um cargo que em geral é disputado pelos quadros mais antigos do Movimento, apresentaram alguma desconfiança com relação ao seu trabalho. Segundo Njinga, a sua postura foi de abrir um canal de escuta com entidades do Movimento Negro e comunicar sobre projetos e atividades, a fim de estabelecer uma relação de confiança, algo que se reflete hoje no importante papel que Njinga ocupa na articulação dentro do Fórum de Entidades Negras, por exemplo.

Atualmente está bastante empenhada em fazer com que a articulação das mulheres negras sergipanas através da Rede de Mulheres Negras de Sergipe se fortaleça, e que cada vez mais atividades sejam realizadas por esta entidade. No que se refere à Rejane Maria, especificamente, Njinga pensa ser importante iniciar um processo de institucionalização e profissionalização do coletivo, a fim de que possamos conseguir suporte financeiro, administrativo e ter uma maior capacidade de intervenção social.

1.4.2 Modjadji ³⁰

Modjadji tem 38 anos de idade, nascida em Sergipe, é advogada, especialista em Direito Médico, atuante na Comissão de Direito Médico e da Saúde da OAB/SE. Solteira e sem filhos, se identifica como uma mulher negra cis heterossexual. É católica e atua na área da advocacia como autônoma, tendo renda mensal em torno de 6 salários-mínimos. Filha de pais negros e médicos, teve uma vida sem dificuldades financeiras, estudando em escolas privadas e crescendo cercada de pessoas brancas.

Sobre o seu processo de identificação como mulher negra, e o seu ingresso no ativismo, Modjadji relata que sempre soube que era preta, porém, no sentido político essa identificação veio no período em que cursou o ensino superior. Modjadji saiu de Sergipe para cursar Direito no Rio de Janeiro, sendo aprovada inicialmente na UFRJ, onde cursou 1

³⁰ Linhagem de rainhas da Chuva de Balobedu (Lovedu), província de Limpopo, que fica no Norte da África do Sul. Estas mulheres tinham poderes derivados de sua capacidade de controlar as nuvens e chuvas tendo, por conta disso, grande destaque como lideranças políticas, econômicas e religiosas. (FONSECA, 2021, p. 167-169)

semestre, saindo quando foi chamada na lista de espera da UERJ como cotista negra, fazendo parte da primeira turma de alunos cotistas do curso de Direito daquela instituição no ano de 2003.

No ambiente universitário da UERJ, Modjadji teve contato com pessoas com realidades financeiras completamente diferentes da sua, estando entre estas pessoas, militantes de organizações do Movimento Negro e de Mulheres Negras. Observando a realidade socioeconômica de seus colegas, e as dificuldades que os estudantes cotistas enfrentavam após o ingresso na universidade, Modjadji participou de articulações em defesa de bolsas para estudantes cotistas, ingressando, portanto, no movimento estudantil, onde chegou a concorrer nas eleições do Diretório Central dos Estudantes. Depois, Modjadji ingressou em um coletivo de estudantes negros e negras chamado Denegrir, dentro do qual formou-se um grupo de estudos chamado “Tornar-se Negro e Negra”, onde se realizavam leituras de autores negros e negros.

Através das articulações do Denegrir, Modjadji e seus colegas participaram de audiências voltadas para o debate das cotas no STF, na ALERJ e no Congresso Nacional. Após sua caminhada de militância dentro da Universidade, Modjadji concluiu o curso e passou mais alguns anos no Rio de Janeiro fazendo especialização e mantendo contato com seus colegas do Denegrir.

Em 2014 retorna a Aracaju e decide procurar um grupo de mulheres negras. Através das redes sociais conheceu a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, passando a acompanhar reuniões até solicitar a entrada no grupo, passando um período de tempo até entrar de fato no coletivo no ano de 2016.

Aí o povo do Rejane ficou um ano eu acho me enrolando, por que tinha que ter um grupo de formação, por que tinha que ter não sei o que, por que tinha que ter não sei o que e ã ã ã ã ã... Eu sei que eu falei com elas pelo facebook, aí eu sei que depois de um tempão fizeram um curso, grupo de formação e aí eu comecei a participar do Rejane aqui em Sergipe (Depoimento Modjadji, 2022).

A procura de mulheres pelo grupo através das redes sociais é bastante comum. O próprio grupo se formou a partir de um chamamento nas redes, algo que tem sido utilizado pelos coletivos de mulheres negras para divulgação de atividades, apresentação de conteúdos acadêmico-literários e notícias do povo preto. Modjadji participou de uma formação política

organizada pela Rejane Maria e assim ingressou no grupo, permanecendo até hoje. Sobre sua identificação enquanto mulher negra feminista, Modjadji pontua:

Então cara, é assim, eu entendo a crítica que a galera faz ao feminismo sabe, do ponto de vista da gênese mesmo assim né, a gênese é branca do feminismo, então eu tô mais indo pra pegada da Lélia sabe, dessa galera, e tipo, eu não tenho muito aprofundamento nessa... Eu já li muita coisa, mas tipo, é, eu mesmo, eu sou muito exigente, então tipo, eu não me considero que eu sou especialista ou li tudo sobre isso sabe, tipo hoje em dia eu digo que sou uma feminista negra sabe, é... E tipo que tô aprendendo assim, porque eu também, agora na verdade eu tô marxista, eu agora estou estudando o marxismo e aí né ... (risos). (Depoimento Modjadji, 2022).

Modjadji pontua a crítica que é feita pelas mulheres negras ao Feminismo hegemônico, que está ainda associado a um padrão da branquitude e, portanto, não reflete as escrevivências de mulheres negras. No período em que viveu no Rio de Janeiro e militou no Coletivo Denegrir, Modjadji teve contato com o Mulherismo Afrikana, difundido no Brasil por autoras como a filósofa Katiuscia Ribeiro, o qual Modjadji considera muito pautado em uma idealização da África, enquanto ela se identifica mais com uma análise voltada para a realidade material, por isso tem feito esse caminho de leituras marxistas, além dos textos de Lélia González, intelectual feminista negra.

Dentro da Auto-Organização Rejane Maria, Modjadji apresenta uma postura prática na condução das atividades, sempre buscando otimizar o tempo e organizar materialmente o que o grupo precisa para desenvolver determinada atividade. Durante o Julho das Pretas de 2021 teve um papel importante na organização da dinâmica do Encontro de Mulheres Negras de Sergipe, tanto do ponto de vista da articulação das reuniões, quanto do ponto de vista do suporte tecnológico para a realização do evento na modalidade virtual.

Sobre sua concepção do ser uma mulher negra em Sergipe, Modjadji apresenta uma perspectiva em que considera importante compreender a realidade e os problemas específicos que atingem a população negra e se colocar em posição de diálogo e conciliação para desconstruir os preconceitos existentes. Nesse sentido, afirma que:

Significa que eu tenho um olhar diferenciado né, em relação ao que acontece, em relação a outras pessoas, em relação a mim mesmo, tipo entender que a realidade social impacta a gente de forma diferente né? Tipo assim, eu sou uma mulher negra que sempre tive bem assim, nunca tive muitos problemas de sobrevivência básica né, só que eu sempre tive muitos problemas de aceitação, autoestima, de não sei o quê, sabe? E isso me incomodava, assim, por que eu não sabia de onde vinha meu mal estar e hoje em dia tipo eu vejo que tô bem assim, eu já consigo entender que sou uma mulher negra, que não vou ficar me comparando sabe com os brancos

“ah, o branco que tem a mesma formação”, eu sei que vai tá três vezes mais na frente sabe, por que isso é normal, então tipo eu não vou mias levar para a questão pessoal, eu vejo que é tipo uma questão conjuntural mesmo, da conjuntura, e isso é bom assim, de certa maneira, de... Não no campo do conformismo, mas de também não gerar uma cobrança, de uma ansiedade que é maléfica assim pra gente, e aí eu vejo que também tem um papel de promover essa mudança né, de como eu acesso espaços que as vezes muitos negros não tem acesso, eu acabo sendo essa pessoa que vai lá e vai falar “olha, isso aqui é racismo, isso aqui a gente precisa melhorar, não sei o quê, né”, tipo eu me vejo nesse lugar assim, nesse lugar de diálogo mesmo, por que eu também já aprendi que não adianta ir pra enfrentamento, tem que ir comendo pelas beiradas e tentando conciliar e tentando conversar por que senão a galera nem ouve né, nem para pra ouvir. (Depoimento Modjadji, 2022).

Dentro da Auto-Organização, Modjadji se interessa nas discussões sobre saúde e mortalidade da população negra, área de sua especialização, bem como tem se interessado pela pauta das candidaturas negras e estratégias de segurança eleitoral, e a discussão sobre Direito, tecnologia e raça, com ênfase na questão do racismo algorítmico e proteção de dados, tema este que tem relação com outro coletivo que ela participa, o AqualtuneLab³¹.

A partir do reconhecimento do seu trabalho na área do Direito Médico e da Saúde, recentemente, Modjadji foi convidada a participar de debates no Gabinete de Transição Governamental da Presidência da República no Grupo Técnico de Saúde. Modjadji contribuiu com propostas relacionadas à Saúde Digital, que é uma estratégia que vem sendo adotada em várias partes do mundo, mas que, para Amaniremas, é preciso que os governos levem em consideração a questão da proteção de dados, uma vez que a tecnologia deve estar alinhada aos princípios do Sistema e também respeitando a segurança e proteção de dados dos usuários do Sistema Único de Saúde.

1.4.3 Luedji A’Konde³²

31 “AqualtuneLab é um coletivo jurídico com suporte multidisciplinar, pautado no estudo e elaboração de propostas que comportam a análise das inter-relações entre Direito, Tecnologia e Raça. Nosso grupo é composto por pessoas de diversas regiões do país, e temos como objetivo racializar discussões em temas como uso de tecnologias no sistema jurídico a exemplo – mas não nos limitando – das vigilâncias pública e privada, políticas de proteção de dados, identificação biométrica, segurança na internet, aplicativos móveis e mídias sociais. Buscamos compreender através de um olhar jurídico e multidisciplinar qualificados e orientados na comunicação, TICs e áreas correlatas, compreender as intersecções entre tecnologia e raça, descortinando as armadilhas do racismo como estruturantes das relações de saber e poder no Brasil. Disponível em: < <https://aqualtunelab.com.br/> > Acesso em 20/12/2022.

32 Viveu no século XVI no estado da Lunda, povoado pelos povos bungos às margens do rio Kalani (atuais Angola, Congo e Zâmbia). Filha de Kondi, que ocupava o mais alto cargo entre os Tubungos (senhores das terras férteis). Sendo traído por seus filhos mais velhos, Kondi reuniu o conselho dos bungos (Xacala) e pediu para que transmitissem o seu cargo (Lukano) para Lueji. Conseguindo o apoio necessário, Lueji passou a governar e fortalecer o estado da Lunda, cuidando das plantações e cultuando os ancestrais. Casou-se com o caçador Tchibinda Illunga, filho do soberano do reino Luba, e esse casamento representou a união e a troca de tecnologias entre os dois reinos. (FONSECA, 2021, p. 53-57)

Luedji A’Konde tem 48 anos de idade, nascida em Sergipe, é graduada em História e trabalha como agente comunitária de Saúde. Solteira, tem um filho e se identifica como uma mulher negra cis heterossexual. Não tem religião, apesar de se identificar e possui renda mensal em torno de 2 salários-mínimos.

Luedji teve o seu filho aos 22 anos, de forma não planejada, e isso a abalou, pois não pensava em ter filhos naquele momento, uma vez que pretendia cursar enfermagem. Em virtude desse desvio em seus planos, disse não ter vivido uma gravidez feliz, e, para piorar, foi abandonada pelo pai da criança antes mesmo de ela nascer. Depois do nascimento, o pai do seu filho o pegava para levar para a casa dos avós paternos em alguns finais de semana, e relatou que, como desde os primeiros anos de vida seu filho tinha trejeitos afeminados, isso incomodava o pai, que dizia para ele “ser homem” e posteriormente culpava Luedji pelo fato de o filho deles ser homossexual.

Sobre seu processo de identificação como mulher negra, assim como Modjadji, Luedji data este processo já em sua vida adulta, graças a interações com movimentos sociais e o seu ingresso na universidade, que se deu através do Prouni:

Na verdade, eu vim me identificar enquanto uma mulher negra, eu me entendi como uma pessoa negra, é ... Acho que com meus 35 anos por aí né. Na verdade, eu não aceitava né... a minha cor, cabelo, sempre tive aquela coisa de relaxar o cabelo, me sentia feia o tempo todo, por que era sempre o que eu ouvia né, essa baixa autoestima sabe, aí o que é que acontece, é ... Eu vim morar no Santa Maria, que antigamente era Terra Dura, aí comecei a morar em barraco, aí comecei é... A entrar nessas coisas de movimentos sociais né, aí depois passei no ENEM, entrei na universidade e comecei a conhecer pessoas né, dentro do mundo da universidade, pessoas dos movimentos sociais, pessoas, é, que lutavam por essa questão racial, essa questão de gênero, aí eu falei “opa, pera aí, tem uma outra história que eu não tô sabendo aí né”, aí sim, meu cabelo sempre foi relaxado, desde que eu me entendo por gente, na época quando eu era criança minha mãe fazia coque, colocava umas coisa assim que eu odiava né, aí eu chorava tanto, aí depois que eu conheci os movimentos, entrei na universidade e tal, aí eu falei, tava relaxado meu cabelo e tal aí eu falei, eu cheguei em casa e falei “quer saber? Eu vou cortar esse cabelo!”, aí peguei a tesoura, cortei a parte que tava relaxada e fiquei com o natural né, nossa, velho! Eu me achei assim tão, foi tão massa sabe (risos). Eu falei “p..., e não é que eu fiquei bonita?”, e aí ficou aquela coisa assim, e agora quando eu chegar na universidade né, aí cheguei na universidade as meninas “menina, você ficou muita massa com o cabelo assim, não sei o quê”, pronto, aí eu fui ... Hoje eu não sei, eu posso até relaxar o cabelo sabe, mas, eu não tenho mais essa necessidade né, se relaxar eu vou relaxar por que quero mudar o visual e não com a necessidade assim de tipo, é, chega pra eu ficar bonita vou ter que tá com o cabelo relaxado sabe, mas, foi a partir dos 35 anos que eu comecei né, comecei a me entender assim como uma mulher negra, de fato né, e aí fui caminhando nesse processo né, mais ainda tô nesse processo de tipo, as vezes a autoestima da gente “puff”, cáí, e aí depois

levanta de novo (risos), mas é isso (Depoimento Luedji A’Konde, 2022).

Sobre sua identificação como feminista, Luedji é categórica ao afirmar que sim. Ela afirma que o reconhecimento de situações de machismo ocorreu inicialmente dentro de sua família, quando considerava errada a ideia de que a mulher deveria obedecer incondicionalmente ao seu esposo, assim como era professado na fé de seus pais. Posteriormente, com sua vivência dentro dos movimentos sociais e da universidade, aperfeiçoou suas concepções:

Eu acho que a universidade, os movimentos sociais ele me trouxe um aprofundamento né, tipo assim, do feminismo assim, mas desde criança que eu via as coisas dentro de casa, tipo assim, eu achava meio que errado, eu não entendia o porquê né, criança ainda e tal, adolescente, tinha umas coisas que eu achava errado, tipo né, teve uma época que eu era evangélica né, eu era evangélica, minha mãe era evangélica, então tinha que ir pra igreja evangélica e fui, aí tinha umas coisas muito tipo assim de, é ... O marido é a cabeça da casa e não sei o quê, e tinha que obedecer então eu achava uma coisa meio, então eu achava assim tipo, “oxente, Deus é uma pessoa justa e quer que a pessoa seja submissa ao homem, eu não consigo entender esse negócio aí, tem alguma coisa errada”, aí sim depois que eu comecei a participar dos movimentos sociais e a universidade, você vai lendo mais sobre, aí sim, “ah, eu sabia que tinha alguma coisa errada, tá vendo”, aí sim, aí foi que eu me aprofundei mais, mas sim, eu super me considero uma mulher feminista, eu acho que não sai mais de mim, assim sabe (Depoimento Luedji A’Konde, 2022).

Quanto ao que pensa sobre ser mulher negra em Sergipe, assim como Njinga, Luedji considera como algo desafiador, uma vez que a luta deve ser constante em todos os espaços em que estamos inseridas. Destacou que adota uma questão mais reativa quando se depara com situações de racismo e machismo:

Desafiador. É desafiador (risos). Eu acho que resume bastante isso assim sabe? É... Lutar sempre, isso é um fato. É... Não é uma questão tipo assim “tem um ato em tal lugar”, não essa luta é constância, constância. Essa luta é constante, essa luta é em qualquer espaço que a gente esteja, institucional, seja aqui na minha rua, no meu bairro, em ponto de ônibus, menina, tem coisas que eu não consigo mais, eu tava até comentando com uma colega minha que tem coisas que eu não consigo mais digerir entendeu?! Por que quando você vai se aprofundando, é, no processo da luta, da gente enquanto mulher negra, a gente vai ficando mais indignada com as coisas né, então assim, eu tô meio pavio curto, esse negócio assim, é, mas é por que é “não conhece, foi só uma forma de falar, um jeito de dizer”, só que eu não aguento mais essas coisas sabe, a gente tá no século XXI, as informações tá por aí velho, por aí, então se você não sabe, você procura saber, pra não tá fazendo essas coisas tipo assim, a gente tá sempre “ah mas é por que não tem informação”, não tem informação por que as vezes não procura informação, não acha importante essa informação e f... quem a pessoa tiver agredindo sem essa informação sabe, eu ando assim meio pavio curto nessas

coisas, mas, sim, é desafiador, isso é fato (Depoimento Luedji A’Konde, 2022).

Luedji ingressou no ativismo através do movimento por moradia, após morar em uma ocupação próxima do bairro onde trabalha como agente de saúde, e, após uma reunião com a coordenação geral do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) em seu bloco de moradia, foi convidada para integrar a coordenação do movimento na parte da ocupação onde havia construído o seu barraco. Dessa maneira, passou a integrar o MOTU, que era um movimento misto, formado por homens e mulheres negros e brancos. Posteriormente, após constatar a grande presença de mulheres negras dentro do MOTU, passou a se interessar mais pela causa das mulheres nos movimentos sociais:

Na verdade, eu acho que foi mais pra tipo assim, fome de conhecimento sabe? Fome, tipo assim, tá eu quero saber mais sobre, é, por que o que acontece nas ocupações, na ocupação a gente vê muito mulheres a frente, é, por exemplo, coordenação mesmo, os homens eles entram, mas eles nunca estão na reunião, por exemplo, quando tem a reunião de coordenação com a direção, sempre quem ia era as mulheres, e quando tinha mobilização e atividade, quem ia era as mulheres, entende?

Começou-se a fazer atividade com as mulheres dentro da ocupação, tipo, essa questão de gênero, mas era uma coisa muito assim, que não tinha muito aprofundamento né, eu precisava, tipo assim ... Aí eu comecei a procurar assim, “deve ter movimentos também que organizem mulheres, né?”, aí eu fui pra alguns, mas, né, é como se você não se encontre lá, sabe? (Depoimento Luedji A’Konde, 2022).

Sobre a sua entrada na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, Luedji afirma que se deu nesse contexto em que ela apresentou maior interesse em observar as questões de gênero e raça dentro do MOTU. Ela passou a procurar informações nas redes sociais e achou o perfil da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria. Além disso, seu filho atuava no teatro negro e avisou para ela de uma reunião da Auto-Organização que haveria na sede do *Abaô*, onde aconteceram a maioria das reuniões do grupo nos primeiros anos de existência. Ela então despretensiosamente decidiu ir à reunião e lá encontrou, a partir do acolhimento e da discussão de textos, um espaço onde lhe cabia ficar. Segundo Luedji, tratava-se de um grupo de mulheres negras que fazia a discussão racial e de gênero, e era o que no momento ela estava com necessidade de aprofundamento, uma vez que no MOTU se discutia mais a questão de classe e moradia, uma realidade que ela vem tentando modificar através do acúmulo de discussões que ela vem conseguindo acompanhar nas atividades da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria.

Em uma das reuniões abertas da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, quando perguntada sobre a motivação da criação do grupo, Luedji respondeu que aquele era um espaço de discussão para a pauta racial e de gênero, a fim de que pudéssemos nos organizar e enfrentar as opressões. Além disso, era um espaço para acolher e fortalecer as mulheres negras, pois a sociedade racista nos coloca em condição de subalternidade, enfatizando que “a mulher negra sempre está lá atrás”. Exemplificou que a escravidão acabou, mas quem continua nas cozinhas e nas condições de servidão são as mulheres negras. Destacou ainda que em alguns espaços não nos confundem com convidadas, e sim com as pessoas que estão servindo ou limpando, associando esse tipo de trabalho à cor da nossa pele. Explicou ainda que não há discussão racial e de gênero em alguns movimentos sociais e isso em alguns momentos a afastou da militância, porque só se enxergava a questão de classe.

Dentro da Auto-Organização, Luedji apresenta maior identificação com as atividades de base realizadas pelo grupo, sobretudo as que são voltadas para o autocuidado e para a promoção da saúde, seguindo a perspectiva de seu trabalho como agente comunitária de saúde, que tem contato com práticas integrativas e complementares de saúde disponíveis no SUS. Constantemente pontua a importância de o coletivo realizar trabalhos nas comunidades periféricas, por considerar que nestes locais vivem muitas mulheres negras que são chefes de família e precisam de apoio para lutar por seus direitos. Defende também que esse trabalho de conscientização pode ser feito em espaços como escolas, unidades de saúde e espaços da sociedade civil. Em um evento voltado para a discussão das candidaturas negras, Luedji reforçou esse pensamento, refletindo da seguinte forma: *“eu acho que isso tem que tá na escola, eu acho que isso tem que tá na unidade de saúde, eu acho que isso tem que tá... tipo, sei lá... tem uma ONG ali, ela dá espaço pra gente? Vamo lá falar!”*

A demanda exposta por Luedji é uma questão recorrente nas falas das ativistas da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, enxergando a possibilidade de fazê-lo diante do retorno das atividades presenciais possibilitado pelo avanço da vacinação contra a COVID-19 e passado o período das eleições, em que muitas ativistas se dedicaram a atividades de campanha.

1.4.4 Moremi³³

33 Viveu em Ile-Ifé, reino dos povos iorubás, no século XII (atual região da Nigéria). Era casada com Oranmiyan, um dos filhos de Oduduwa (deus criador) e, em uma época onde Ile-Ifé era

Moremi tem 36 anos, nascida em Sergipe, é uma mulher preta, filha de pai negro e mãe parda, solteira, sem filhos e que se identifica como uma mulher cis heterossexual. Professora de Sociologia na Educação básica, tem renda média de aproximadamente 3 salários-mínimos e é servidora na rede pública de ensino. De acordo com Moremi, ela sempre soube que era uma mulher negra, sempre se questionou sobre algumas situações de racismo que vivenciava e via ao seu redor, porém, considera que o seu ingresso na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria representou um posicionamento político de sua afirmação enquanto mulher negra:

Mulher negra eu sempre soube que eu era, agora... o papel da mulher negra para mim, a importância de se afirmar né... de ter que se afirmar, foi muito mais quando eu entrei na Rejane mesmo né... em 2019 (...)

Por que até então eu já percebia que a gente passa por questões né... de diferença de... de olhares, que a gente tem que tá se afirmando de uma certa maneira, que eu não entendia o porquê exatamente né... eu não entendia que tudo passava por essa... por essa parte da cor, como algo muito concreto assim né... não era só uma questão de... será que é, né? Tinha estudos, tinha muitas... muita história, que eu não... não sabia, que eu fui de certa maneira privada de ter acesso.

E aí, dentro da própria universidade, a gente fica né... tendo que dar conta de uma... de uma leitura, de vários estudos, que muitas vezes não passa por essas questões de forma muito mais concreta mesmo, né?... prática, do dia a dia da gente. Então quando eu entrei na Rejane eu tive essa chance né... de começar a ter isso mais fortalecido né?! O entendimento de não ficar só especulando... Por que antes eu especulava né... será que é? Né?... Será que o cara me seguiu na loja por causa disso, né?! E aí eu comecei a perceber que né... que outras pessoas tinham essa mesma preocupação, e buscavam também é... combater... não só entender, mas combater né? Que é o mais importante que eu vejo hoje, não só entender (Depoimento de Moremi, 2022).

Sobre a sua identificação enquanto mulher feminista, Moremi considera que sempre teve uma postura questionadora, no que se refere aos papéis de gênero, dentro de sua estrutura familiar e de convivência mais próxima. Assim como Luedji, a sua identificação com comportamentos em defesa das mulheres vem de antes do seu ingresso nos movimentos

constantemente atacada por guerreiros Ògbòs (povos da floresta), que iam até o reino para cultuar suas divindades. Nesse contexto, Moremi foi aconselhar-se com sua divindade e prometeu um presente caso conseguisse livrar o reino dos Ògbòs. Foi aconselhada a se deixar aprisionar, foi feita rainha e descobriu que os Ògbòs não eram espíritos, e sim humanos disfarçados com gramas e fibras de bambu, que poderiam ser destruídos pelo fogo. Com essas informações, Moremi fugiu, retornou a Ile-Ife e preparou uma ofensiva contra os Ògbòs com tochas de fogo, fazendo com que eles desistissem do ataque. Diante do êxito obtido, Moremi foi cobrada por sua divindade e teve que entregar o seu filho Olúorogbo em sacrifício. Depois disso o povo de Ile-Ife passou a ser chamada de Yeye Aiye gogbo (mãe do mundo inteiro), e posteriormente Moremi passou a ser uma ancestral divinizada. (FONSECA, 2021, p. 33-35)

sociais, se aperfeiçoando posteriormente a partir dos debates estabelecidos dentro da Auto-Organização:

Eu me considero feminista assim... porque o sentido da palavra né... ele tem sido tão deturpado, tão ressignificado, tomado por tanta... por tantos grupos né?... que terminou sendo deturpado. Mas eu, até isso também eu entendi...as problemáticas de...do sentido da própria palavra, do sentido do que é né... ser feminista, né? Até pra gente mulher negra, como é diferente né?... a história de ser feminista. Então, até isso eu fui entender depois de muito tempo, eu acho. Pra mim podia ter sido... eu eu vejo as... as jovens né... as meninas mais novas que já tem isso, já tem essa fluência né?... de... de... se... se apossar mesmo disso, e crescer com isso. Eu acho massa assim, porque eu sempre tive uma estranheza. Por isso que eu digo que já era feminista, eu já tinha essa coisa da... da defesa da mulher, de achar muito estranho.

Por que eu também tive na minha vivência né?! ...vamos dizer que eu tive um privilégio que outras pessoas não tinham, de não ser tão rebaixada assim, de buscar né... ser sempre... tá sempre além. Que era coisa também que já envolvia a questão racial né?... De ter que tá sempre um... é... um bom... um bom desempenho na escola, de ter que... é... se prevenir, né... de não engravidar na adolescência... é... de se cuidar... é... com relação à questão mesmo da... do corpo da... da questão até moral mesmo, né?!... de você não ficar mal falada. Essas coisas assim, e que envolve também a questão até religiosa, né?

Então tem coisas que, ao mesmo tempo que ajudaram, também me privaram de... de entender outras questões assim. Mas eu acho que eu tive uma série de... de privilégios. De não ter sido tão exposta a desigualdades, assim né?! Apesar de ter machismo em casa, de ter machismo na família: forte. Mas eu acho que eu, por causa da questão mesmo de estudar, de ter acesso ao conhecimento, né... Eu acho que eu tive uma chance a mais de... de... de assim... estranhar, sabe?! E pelo menos achar: Pera aí! Tem alguma coisa estranha, sabe?!

Por que que as mulheres né... que a gente conhece, as mulheres da família, as vizinhas, chegam até esse ponto e acho que não pode ir além, sabe?! Até teve momentos que eu digo: Oxente! E eu sou menino?! (risos) Eu tô sendo tratada como menino, porque eu faço coisas que só vejo os meninos fazerem, sabe?! Que era ter essa chance de você escolher que profissão você vai seguir, de... ser mais livre... de... até com relação à questão do corpo mesmo, de... é... fazer atividades esportivas, sabe?! Que tinha vez que só os meninos faziam. Eu também queria, também... e eu nunca fui privada dessas coisas. Eu acho que isso me ajudou (Depoimento de Moremi, 2022).

A respeito do significado de ser uma mulher negra em Sergipe, Moremi, que é cientista social, destaca a identificação que tem com as mulheres negras da cultura, a importância da sua área na produção de estudos sobre a cultura como um todo, destacando o papel das mulheres negras na história do Estado através da cultura e da produção do conhecimento, bem como a falta do reconhecimento de suas contribuições nesse campo. Ou seja, para ela, as mulheres negras sergipanas encontram-se ainda em posição de invisibilidade:

Assim... eu vou dar uma resposta, mas tem várias possibilidades, né?! Eu acho que ser mulher negra num Estado tão pequenininho, é tão assim, se expande tanto...

Porque assim... estatisticamente, né?! A maior parte das mulheres em Sergipe é negra, né?! Porque negra e parda, né?!

Então... Como é que essa maioria não aparece?! Não é falada, né?! Não era falada... A gente não vê falar, pela sociedade como um todo, né?! E a expressão delas tá aí... tá na cultura, né?! As mulheres, principalmente as mais as mais velhas, né?! As mulheres de... de... rodas... de...de... grupos culturais, ninguém... não.... Eu não tinha essa... essa... essa... noção de como elas contavam minha história. De como as mulheres negras, elas contam a história da gente... da história de Sergipe, mas não era falado que era a mulher negra, né?!

E aí eu comecei a perceber, comecei a...a... a estudar, até quando a gente vai vendo algumas coisas, né?! Da história de Sergipe, né?! Da... dos municípios, então tem muita... muita expressão das mulheres negras, das mulheres que tem... é.... famílias representativas ali, né?! E contando da história mesmo, de como é... é... que elas superaram certas situações, e como elas até hoje tentam superar ainda... ainda tentam é.... é... superar a pobreza, superar a falta de... de reconhecimento.

E tem algumas áreas como a minha... ainda bem, né?! A minha área que faz estudos, que... que expõe, né?! É... toda a riqueza do conhecimento, né?! (...)

A gente não... não conhecia... não...não tinha... não tinha a... a ideia de como é que a gente produz conhecimento que, pode se tornar científico, mas que ninguém cita que são pessoas pretas, que são mulheres negras que tão ali liderando, que tão ali organizando a coisa toda, né?!

A gente não tem isso no nosso imaginário né?!... Então eu acho que em Sergipe, principalmente depois que eu fui... fui... pra... pra Secretaria de inclusão, eu comecei a viajar aos municípios né?! Eu comecei a ver mais assim, e comecei a naturalizar, a gente começou a naturalizar na cabeça da gente que a gente... que a gente existe, que a gente não é reconhecida como deveria e que precisa lutar (Depoimento de Moremi, 2022).

Moremi considera que a sua entrada no ativismo ocorre primeiro através da mobilização estudantil, enquanto estava na graduação em Ciências Sociais. Na época, Moremi era bolsista de trabalho e, junto com outros colegas, passou a reivindicar os direitos dos bolsistas em torno da melhora na Assistência Estudantil da UFS. Foi um início que ocorreu de maneira não formalizada, sem vínculo com um movimento social em específico, e que também teve como referência aquilo que ela vinha lendo e conhecendo dentro do seu curso de Ciências Sociais.

O seu ingresso na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, por sua vez, ocorreu no ano de 2019, após participar de suas atividades por várias vezes, sempre com bastante interesse em integrar o grupo, mas com receio de não conseguir dar conta das atividades. Conhecia outras ativistas da Auto-Organização desses encontros e de atos públicos, além de ter sido colega de graduação e ter uma relação de amizade com outra participante do grupo, que a incentivou e, junto com outras companheiras, a entrar formalmente no grupo.

Assim... Eu digo sempre que eu já eu já flertava com a Rejane. Eu adoro essa palavra, porque eu já conhecia as meninas, né?! Eu... eu fui, na verdade, eu já tinha essa proximidade com Makeda, né?! Então eu já queria há muito tempo, mas eu

*achava sempre que... Não eu não vou, eu não tenho como não!
 Elas são demais assim, sabe?! Eu sempre achava que era algo que tava distante de mim, porque eu sempre pensava, eu sempre tive a preocupação com questões que eram muito pessoais, né?! E como é que eu vou dar conta de questões que são, né?! Pra poder atender a população, para poder atender a uma categoria que é tão importante, né?! As mulheres negras, o povo negro.
 Então eu ficava sempre muito preocupada... Será que tô preparada?! Será que eu tava preparada?! E aí eu sempre ficava vendo de longe, achava muito bom a atuação delas, né?! Particpei de eventos, é... é... Encontros, né?! De... de... Rodas de conversa, participava.... sempre.
 Aí até que um dia, numa roda, elas fizeram um... um convite, né?! E aí eu já tava... eu já tinha... Eu sou colega de Makeda, do tempo, do curso mesmo, da turma, né?! A gente entrou juntas. Nós entramos juntas... Então naquele... naquele tempo eu já tinha essa vontade, eu tinha muita vontade... é... E era o movimento que eu tinha mais iden... me identificado mais, né?! Por causa da... da forma, né?! Como se coloca, né?! De auto-organização.
 Só de falar auto-organização, eu já ficava com os olhos brilhando assim, porque a hierarquia sempre foi algo que me trava. Eu tenho muito problema com hierarquia. Mas é necessário, né?! Em alguns momentos, a gente sabe, né?! Mas, é... auto-organização... de como elas se colocam, né?! Como ela se colocavam de maneira muito... é... acolhedora, né?!
 E....e... eu sempre via... participar... sempre participando da... das caminhadas, né?! O Ele Não... E eu não tava ainda, mas eu sempre via as meninas, né?! De longe! Já conhecia Njinga de... de ver de longe. Via ela com o bebezinho na...na... no colo, na barriga, no colo, né?! Eu via as meninas sempre né juntas ali na movimentação, e tinha muita vontade assim... Eu sempre tive muita vontade, mas achando que não... não ia dar conta.... E aí a gente vê que é um aprendizado, né?! É uma escola, também (Depoimento de Moremi, 2022).*

Moremi não participa de outros coletivos dentro do Movimento Negro ou Feminista, porém, em um período em que foi estagiária na Assistência Social de Aracaju, conheceu muitas pessoas do Movimento Negro, sobretudo mulheres, e, nesse contexto, pôde dialogar e aprender com essas pessoas nos mais diversos espaços, conhecendo a causa do Movimento e se inspirando na luta desses indivíduos e grupos dos quais eles faziam parte.

Dentro da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, Moremi tem exercido a representação da entidade em algumas reuniões do Fórum de Entidades Negras, além de participar das reuniões abertas e fechadas da Auto-Organização. Sobre seus interesses dentro da Auto-Organização, Moremi destaca a área da Educação, tendo em vista que ela é professora, e pensa sempre em levar as leituras, realizações e feitos do povo preto, além de suas vivências enquanto mulher preta, para a sala de aula, auxiliando na promoção de uma educação antirracista. Também demonstra interesse na área da Assistência, uma vez que já trabalhou como educadora social e entende esse campo como um importante ponto de transformação da realidade social das comunidades periféricas.

Na Marcha das Mulheres Negras de 2022, Moremi defendeu o reconhecimento da luta e ancestralidade das mulheres negras, destacando que a mobilização das mulheres pretas é

constante, questiona o *status quo* estruturalmente racista, machista e misógino, e propõe outro pacto civilizatório pautado no bem viver:

Estamos aqui para reconhecer a força da mulher preta. Uma mulher que luta, uma mulher que tem ancestralidade. Nós estamos aqui com força, de outras mulheres, de outras irmãs que lutaram por nós e nós hoje estamos aqui... mulheres, crianças, lutando pra um bem viver, lutando pra que nós tenhamos não o mínimo, mas o que é de direito, de igualdade de todos.

Mulheres pretas que são historicamente vitimizadas, que são historicamente violadas, violentadas, por uma sociedade racista e misógina. Nós hoje aqui estamos reforçando a nossa existência e resistência, nós vamos agora seguindo pela cidade, cortando a cidade e mostrando a nossa força, chamando outras mulheres, mulheres trabalhadoras do centro da cidade de Aracaju, com a força de mulheres de todo o Estado de Sergipe, todas as mulheres hoje sintam-se representadas, por tantas mulheres que lutam todos os dias de cada dia do ano, lutando em cada área em que atua.

Essa luta hoje, e que vai seguir, ela vai incomodar sim, é pra incomodar esse pensamento ainda machista, racista, que nos coloca num lugar que a gente não vai aceitar, nunca aceitou e não vai aceitar. Então hoje, mulheres pretas, hoje toda a sociedade sergipana precisa refletir e mudar. A mudança não é algo que a gente vai levar só na fala, a gente precisa mudar nossa postura, a gente precisa mudar nossa forma de se comportar diante de uma realidade racista, de uma realidade que hoje a gente vê, a gente tem direito de reivindicar, que é crime. Racismo é crime. Nós da Rejane Maria também estamos atuando juntas por uma luta que é de todas, uma luta que é de todas as mulheres pretas (Fala de Moremi na Marcha das Mulheres Negras, 2022).

Apesar de ter uma personalidade tímida, Moremi constantemente se posiciona nas Marchas, entrevistas e Audiências Públicas em que a Rejane Maria participa, demonstrando o seu posicionamento firme em defesa do reconhecimento da importância das mulheres negras, algo que vem sendo constituído e fortalecido a partir de suas vivências dentro e fora do coletivo. Afirma que se inspira nas companheiras de Auto-Organização, de quem admira e aprende com as trajetórias de vida e as habilidades de articulação dentro e fora do grupo, uma vez que são também lideranças em suas respectivas comunidades/espacos de convivência/trabalho.

1.4.5 Nandi Zulu³⁴

34 Filha de BheBhe, chefe da nação Elangeni, Nandi nasceu por volta de 1760 na atual África do Sul. Dona de uma beleza digna de atenção, Nandi encantou Senzangakhona, o filho do rei Zulu Jamas. Após algumas tentativas de sedução, Nandi cedeu e acabou engravidando antes do casamento, o que era condenado pelo povo Zulu. Nandi foi humilhada publicamente e abandonada. Porém, uma sacerdotisa avisou a Nandi que aquele filho seria a realização de uma profecia que previa o nascimento de um guerreiro que traria muitas mudanças. Após o nascimento de seu filho Shaka, Nandi foi levada por Senzangakhona para viver no palácio. Os chefes Mhlongo exigiram que os zulus pagassem uma indenização diante da humilhação sofrida por Nandi e, no momento da cerimônia de casamento, Nandi exigiu seu dote, o que representou a ridicularização de seu marido. Alguns anos após o casamento, Nandi retorna ao seu povo, onde era vista com vergonha. Posteriormente migra para a região do povo Qwabe, onde casa-se novamente. Seu filho destacou-se como

Nandi Zulu tem 43 anos, nascida em Sergipe, é uma mulher preta cis heterossexual, solteira e sem filhos. É uma mulher de axé, filha do *Ilè Àsé Ojú Ifà Ni Sahara*³⁵, trabalha como professora de reforço escolar, e tem renda média de 2 salários-mínimos. Filha de pais negros que tiveram um relacionamento extraconjugal, foi criada apenas por sua mãe, tendo como núcleo familiar atualmente, além de sua mãe, os seus sobrinhos e respectivos filhos. Além de atuar na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, Nandi também é ativista da causa animal e liderança comunitária na comunidade Pantanal³⁶, onde reside há 6 anos. Nandi se considera uma mulher feminista, por lutar pela causa das mulheres, e, a respeito de sua identificação enquanto mulher negra, Nandi considera que existe uma diferença entre o naturalmente ser negra e o tornar-se, o qual ela associa ao posicionamento político a respeito da cor. Quanto a este posicionamento, Nandi alega ter obtido a partir do seu encontro com o Movimento Negro:

E aí eu posso me... me posso dizer que me considerei negra a partir do momento que comecei a frequentar né?! Os espaços os, espaços é... de Movimento Negro mesmo. Comecei a me inserir, a conhecer mais sobre minha origem, sobre meus ancestrais...E a partir daí eu entendi o que é ser negra, o que é tornar-se.... Porque negra eu sempre... eu já nasci preta..., mas eu me tornei a partir do momento que eu comecei a frequentar esses espaços (Depoimento de Nandi Zulu, 2022).

Sobre a sua trajetória no ativismo, Nandi aborda o seu contato com o Movimento Negro há aproximadamente 9 anos sem, no entanto, estar vinculada a uma organização em específico. Posteriormente, ao se mudar para a comunidade onde reside, foi se estabelecendo como liderança comunitária, papel este que foi incentivada a exercer por pessoas que compunham o Movimento Negro e a própria Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, a exemplo de Makeda e Njinga.

Há 6 anos atrás eu vim morar aqui na região do Pantanal...É um... é uma comunidade periférica, né?! Que sofre com as mazelas de toda a periferia né?! Falta de assisten... assistencialismo, falta de...engloba tudo que uma periferia tem... aqui tem... nós temos... E quando eu vim morar aqui, eu conheci de perto... Embora eu morasse aqui perto, e eu já conhecesse boa parte da população..., mas vivendo é que a gente sente realmente a necessidade do povo daquele local. Então, diante disso, eu comecei a observar o que as pessoas precisavam, o que era que mais fazia falta na... em determinados momentos na... nas famílias. A maioria

estrategista militar e, quando seu pai faleceu, ele tomou o trono Zulu e deu o título de rainha-mãe para Nandi, que também foi incluída no conselho de mulheres e no exército. (FONSECA, 2021, p. 79-81)

35

Terreiro de candomblé localizado no bairro 17 de março, Aracaju-SE.

36

Comunidade localizada dentro do bairro Inácio Barbosa, Zona Sul de Aracaju-SE.

das famílias são compostas por mãe solteira...

E eu já estava no no mov... porque assim... Eu entrei no Movimento Negro, eu comecei a participar, e vamos dizer que isso já tem em torno de 9 anos. E tem 6 anos que eu tô aqui nessa região.

Então quando eu vim para cá foi que eu vim perceber essa necessidade... da gente trazer... é... oficinas pra cá, algo para as crianças, para as mães também... E aí através do movimento né?! A gente... nós temos irmãs como Njinga mesmo... Njinga é uma grande inspiração para mim, e foi uma das pessoas que me incentivou a participar né?! É... dessa parte social...

E aí eu comecei a fazer algumas atividades aqui dentro do Pantanal. Quais atividades?! Atividades no ramo de Educação, oficinas para as mulheres... E aí as pessoas começaram a me inserir em outras atividades... e foi... eu fui entrando, participando... O pessoal sempre me procura “Nandi, vai rolar algum... alguma oficina... algo que a gente possa desenvolver, tornar um empreendedorismo mais tarde, coisa e tal!

E aí tudo vai fluindo né?! O que eu posso eu venho trazendo pra cá... Já fiz diversos trabalhos aqui... Você ainda não estava no Rejane..., mas é assim... tem ...tem... eu tenho as fotos de tudo que a gente já fez aqui dentro... não só pelo Rejane...

E aí é onde entra essa outra questão que você falou... não só Rejane... E aí as pessoas começaram a me procurar... sabendo que eu moro aqui... sabendo que é uma comunidade necessitada nesse... nesse ramo principalmente... começaram a me procurar pra fazer algumas atividades... (Depoimento de Nandi Zulu, 2022).

Sobre a causa animal, Nandi atua há 5 anos, e vem realizando trabalho de castração e conseguindo outras cirurgias com baixo custo, graças à parceria estabelecida com clínicas veterinárias. Anteriormente esteve vinculada a organizações não-governamentais da causa animal, mas, atualmente, trabalha de forma individualizada, como protetora independente.

Nandi conheceu a Rejane Maria há 6 anos, após ser convidada por Makeda, sua amiga de infância, a participar de algumas atividades da Auto-Organização. Por curiosidade, Nandi começou a frequentar rodas de conversa do coletivo, até ser formalmente convidada a integrar o grupo. Desde então, vem desenvolvendo trabalhos de base com o coletivo, sempre buscando levar benefícios para sua comunidade. Destaca que tem interesse nas atividades que são desenvolvidas em comunidades periféricas como a sua, principalmente aquelas voltadas para a capacitação profissional, com possibilidade de geração de renda, e as atividades para as crianças, envolvendo ludicidade e discussão racial, uma vez que considera importante que as crianças tenham outra Educação, que lhes permita se auto identificar como negras e negros, além de desenvolver sua autoestima de forma positiva.

Foi uma das responsáveis por organizar, dentro da programação do Julho das Pretas de 2018, o Encontro de Crespas e Cacheadas, realizado nas comunidades Pantanal e Jardim Esperança, além viabilizar a realização de momentos de atividades lúdicas para as crianças da comunidade, e oficinas profissionalizantes para pessoas da comunidade, em especial mulheres negras. Ressalta a importância da realização desse tipo de oficina como forma de empoderar

as pessoas pretas e oportunizar que elas possam gerar ou complementar sua renda através do empreendedorismo.

No trabalho comunitário que desempenha, há uma relação de parceria com a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, mas também com outras instituições, a exemplo do Sergipe Sem Fome e da Central Única das Favelas (CUFA), através dos quais Nandi conseguiu, no período de pandemia, viabilizar a entrega de cestas básicas e vale-gás para famílias da comunidade que tiveram sua renda praticamente zerada com a chegada da pandemia. Ela pontua que, graças a sua presença na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, conseguiu estabelecer uma rede de contatos que viabiliza a participação dela em campanhas de arrecadação de alimentos.

Nandi possui uma personalidade muito proativa dentro do grupo, sendo uma importante articuladora para a realização de atividades da Auto-Organização. Participa de eventos onde representa o grupo, a exemplo de Audiências Públicas, prêmios e rodas de conversa, além de atuar conduzindo oficinas de autocuidado e capacitação profissional. Também atua representando o coletivo no Conselho Municipal de Igualdade Racial de Aracaju, onde diz ter conseguido realizar discussões importantes encontrando espaço para fazer o debate sobre raça e gênero.

1.4.6 Aisa Kili³⁷

Aisa Kili tem 33 anos, nascida na Bahia, é uma mulher preta cis heterossexual e sem filhos. Vive em uma união estável, e não professa nenhuma religião. Filha de pais pardos, afirma que sua família é constituída por uma variedade de tonalidade de peles, sendo fruto dessa mistura de cores. Cresceu na Bahia e teve um círculo de convivência com bastantes pessoas negras. É graduada em Ciências Sociais, mas, quando foi entrevistada, estava atuando como recenseadora pelo IBGE, tendo renda mensal de um pouco mais de 1 salário-mínimo.

37 Foi rainha regente do Império de Kanem-Bornu (região do Chade, Camarões e Nigéria) no século XVI, e é considerada a ancestral de todas as Magira (rainhas mãe). A versão mais difundida é que o rei Dunama VI assumiu o poder e mandou matar os filhos de seus predecessores. Nesse contexto, Idris Alawona, meio-irmão de Aisa, foi mandado para fora do reino para escapar. Com a morte de Dunama VI, diante da ausência de sucessores masculinos, Aisa assumiu o poder, garantindo a estabilidade e a prosperidade do reino através do fortalecimento do comércio. Tendo conhecimento de que seu irmão estava vivo, o coroou como Mai (rei) e assumiu o posto de conselheira no cargo de Magira, dando continuidade à expansão e fortalecimento do império. (FONSECA, 2021, p. 45-47)

Afirma que, apesar de viver em um núcleo familiar bastante politizado, tendo mãe professora de educação básica e pai cientista social atuando como professor universitário, a discussão racial não era algo corriqueiro dentro de casa. Alegou que seus pais tinham consciência dos problemas raciais, mas não viam estes problemas como algo que os afetava de alguma forma, então era como se o racismo fosse algo de fora. No entanto, quando questionada sobre o seu processo de identificação enquanto uma mulher negra, Aisa responde:

Pergunta difícil... é... é... A gente sempre sabe que é negro, né?! A gente sabe sempre sabe que a nossa... Nossa pele tem uma marca, tem uma coisa que diferencia a gente das outras pessoas, principalmente no tratamento que a gente recebe das outras pessoas, assim... tanto no nível familiar, afetivo, institucional, todas essas coisas... Essa diferença é sempre... mesmo que ela não seja dita, né?!... mesmo que você não diga que “é porque você é negra!” Essa coisa você sente ali (Depoimento Aisa Kili, 2022).

A respeito do seu posicionamento quanto a se identificar como uma mulher feminista, Aisa pontua que sim, e que isso foi um processo que teve início quando ela ingressou na Graduação em Ciências Sociais, onde teve contato com teorias críticas a respeito da estruturação das sociedades, e conheceu os movimentos sociais, passando a participar de reuniões e atividades de grupos feministas, sendo estes grupos a porta de entrada para a sua trajetória no ativismo:

*Sim, sim. Eu me considero uma mulher feminista, com certeza!
É... Então... em relação... Isso misturou um pouco com a pergunta que você fez no início, né?! De como foi que eu me descobri uma mulher negra... bem...bem... lugar comum ali... Faculdade né?! De Repente você faz: Oh! O mundo lá fora! (risos)
E aí você começa a entrar em contato com...com várias coisas, com...com teorias críticas, né?! Na universidade especificamente, porque a gente é de Ciências Sociais(...)
E... Com outras pessoas, com movimento social, e etc. E tal e não sei o quê...
E aí, no início da minha faculdade.... Eu entrei na UFS em 2009, que foi é... numa época assim, que essas, essas questões tavam numa efervescência assim, né?!.... Feminismo tudo e tal não sei o quê e não...não...não
E aí eu em...Aí eu comecei a participar, eu me envolvi mais assim na... em movimento social, né?! Em luta, em causas sociais assim, através do feminismo primeiro, né?! E indo... participando de reuniões, de coletivos e tal, ‘aquelas coisa’, aquela efervescência, tudo muito legal...
Só que aí não... Não encaixava assim, sabe?! Algumas questões, algumas coisas...
E aí eu acho que entra um pouco também a questão de eu me perceber como uma mulher negra, especificamente...tá?!
Porque a pele clara me dá uma certa passabilidade em determinados coisas no sentido de que as vezes o racismo contra uma pessoa de pele clara ele é um pouco mais velado... Às vezes, as vezes...
Porque também tem uma questão social... tem uma questão de renda aí, eu acho.
(...)*

Acabava que essa coisa da raça eu num... por uma falta de entendimento mesmo, de como as coisas aconteciam.... Eu não achava que me afetava tanto, até eu começar a entrar em movimentos feministas e querer... é... e não me ver ali em várias pautas, sabe?!

E não...não me enxergar naquelas pessoas, e não conseguir criar vínculos com aquelas mulheres... e não por nada pessoal, mas porque não... as experiências não batiam, sabe?! Em relação a várias coisas. (Depoimento Aisa Kili, 2022).

Aisa pontua ainda que, após ingressar no movimento feminista, dentro do Coletivo de Mulheres de Aracaju, encontrou alguns estranhamentos com relação às pautas e sinalizou uma dificuldade de estabelecer vínculos com as mulheres, algo que ela associa ao fato de ser uma mulher negra e ter experiências diferentes da maioria do grupo.

Conheceu a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria através de Njinga, que havia participado do Coletivo de Mulheres de Aracaju, e com quem tinha estabelecido vínculo de amizade por conseguir ter com ela uma discussão sobre raça. Njinga havia passado pelas mesmas situações que Aisa dentro do coletivo e, após uma série de convites feitos, Aisa começou a participar de algumas reuniões abertas da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria em 2015. Nesse mesmo ano, Njinga convida Aisa para integrar a comitiva de Sergipe na Marcha de Mulheres Negras em Brasília e, isso foi um divisor de águas, pois, depois disso, ela não saiu mais da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria:

A gente frequentava muito um mesmo bar, um que a gente sempre ficava no cantinho assim conversando sobre as coisas, né?! E tal, não sei o que nã nã nã... Começava a falar sobre raça, e aí ficava aqui meio tricotando só eu e ela... porque... conversar com a mesa toda ia ser muito complicado (risos)... E aí, ela já tava no Rejane né?! O Rejane já existia... já tinha ido para algumas reuniões assim, sempre... tentava ir pras reuniões abertas, e tal não sei o que nã nã nã... mas eu não tinha...eu tinha tipo... passado pelo Coletivo de Mulheres de Aracaju e sai muito rápido e fiquei meio assim descrente de coletivos assim, sabe?!Aí... é... Njinga ficava... Vamo pro Rejane.... Vem pro Rejane....não sei o que... nã nã nã... aí ela me convidou, aí e eu fazia: “ah, eu vou, eu vou”, mas nunca ia. Aí teve a Marcha de Mulheres Negras em Brasília, em 2015, e aí ela falou: “ó, amiga, tá sobrando vaga! Bora com a gente?” Aí eu:Bora!

Aí minha filha, não teve volta nunca mais, porque foi a coisa mais emocionante que eu já participei em toda a minha vida assim, sabe?!

Tipo aquele bando... aquelas mulheres todas marchando... suas referências todas ali ‘nos coisas’, enfim...

Aí quando eu voltei, já voltei dentro do Rejane, e é isso! (Depoimento Aisa Kili, 2022).

Aisa considera as reuniões de preparação para a Marcha, organizadas pelo Comitê impulsionador do qual a Rejane Maria fazia parte, como um momento de muito aprendizado,

pois começou a buscar ler mais e se inteirar mais sobre as pautas e funcionamento da lógica por trás do Movimento de Mulheres Negras. Considerou que, por ser oriunda de uma tradição universitária, que pauta os movimentos desse tipo como identitários e, segundo ela, distorce algumas questões. Então Aisa começou a buscar outras visões sobre o Movimento de Mulheres Negras, a partir da leitura e das vivências dentro da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, buscando desconstruir algumas perspectivas que havia tido contato na academia.

Como não passou muito tempo dentro do movimento feminista, Aisa considera que no Movimento de Mulheres Negras tem aprendido e adquirido habilidades para lidar com as demandas e situações conforme elas aparecem, se constituindo enquanto mulher negra ativista. Pontuou que, dentro do Movimento de Mulheres Negras, nem sempre as mulheres vêm de outros movimentos sociais, a exemplo do movimento estudantil, chegando, pela identificação, direto nos coletivos de mulheres negras, e tendo neles um caminho de aprendizado para fazer falas, mediar rodas de conversa e outras atividades. Para ela, a caminhada na militância é constituída experiência: *“você pode ler o quanto você quiser, você só aprende na prática mesmo. Você só aprende fazendo”* (Aisa Kili, 2022).

Em seu caminho no ativismo, busca se inspirar em mulheres negras que conheceu na própria Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, a exemplo de Njinga e Ingrid Guimarães, e em mulheres negras que compõem a Rede de Mulheres Negras do Nordeste e outros grupos da região, como Naiara Leite, Alane Reis, Vilma Reis e Piedade Marques, destacando sua capacidade de articulação e mediação de conflitos nos espaços de mobilização das mulheres negras.

Após sua entrada na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane, buscou mais leituras de textos produzidos por mulheres negras. Participou de um grupo de estudos chamado Tornar-se Negro, onde se faziam leituras de autores negros, a exemplo da Neusa Santos Souza, obra a qual Aisa considera como de grande impacto em sua subjetividade, pois percebeu que muitas situações de incômodo vivenciadas não eram “coisas da sua cabeça”, e sim eram efetivamente motivadas pelo racismo.

É... pra eu começar a ter uma rede de gente preta ao meu redor demorou um pouco, sabe?! É... inclusive isso foi um dos motivos pelos quais eu comecei a entrar mais...eu... eu quis eu comecei a ir mais pro Rejane, que era tipo: gente só tem branco ao meu redor! Preciso de uns pretos perto de mim para me sentir em casa, um pouco assim, sabe?! Poder conversar... (Depoimento Aisa Kili, 2022).

Aisa pontua que a motivação para procurar um coletivo de mulheres negras foi a sua saúde mental, associada à necessidade de interagir com pessoas negras, uma vez que os seus círculos de sociabilidade, pela questão de classe, eram constituídos de pessoas brancas. Além disso, a decepção com as limitações dentro do Feminismo hegemônico também aparece como fator de motivação para a sua busca por um grupo de mulheres negras:

É... sendo bem sincera com você... o que me levou a procurar é... uma organização só de mulheres negras foi minha saúde mental mesmo! Porque... sei lá... você começa a... ter... cê entra em contato... entra em contato com essa crítica racial de uma maneira geral..., mas, como realmente só tinha gente branca ao meu redor, com quem é que você vai conversar sobre essas coisas?! Livre sim, de verdade assim, sabe?! Falando francamente sobre as coisas...

Era muito complicado... e aí tinha poucos amigos negros assim, nesse sentido... Poucos amigos íntimos, não é?! Negros...Acaba que minhas amizades íntimas eram mais gente branca, porque era quem tava comigo na universidade... porque era quem tava comigo no prédio onde eu morava, que era quem cresceu junto com... minhas amigas de infância de Salvador é tudo branca, que era o povo do balé, da escola de música, entendeu?! Então: todo mundo branco...

Então eu fui no... No sentido assim de tipo... eu não... não... não tô... sentindo que eu me encaixo mais, sabe?! É... é isso... à medida que essa identidade negra foi ficando mais forte em mim, né?! Mais presente... essa sensação de... de não me... de não se encaixar em outros lugares vai ficando mais latente, né?! E aí eu queria tá mais perto de gente preta, e aí eu fui ...aí fiz ó... vamos começar por algum lugar...e aí fui cultivando as minhas amizades... começando a cultivar minhas amizades bem a partir do Rejane, assim....

(...)

E... Além disso, tem a eterna decepção com o feminismo que você tem, né?!

Que eu acho que toda mulher negra passa por esse momento... Por mais que você continue se...se...se identificando enquanto feminista, em algum momento você faz assim, tipo... Cara! Isso aí não é problema meu, sabe?!

Ou tipo assim... os meus problemas não são alcançados pelo Feminismo, as minhas demandas não são alcançadas pelo Feminismo em relação a várias coisas...Em relação a sexo, em relação a amor, em relação a... é... capacidade de filiação, mesmo... sentimento de criação de comunidade... em relação a esferas de poder, mesmo... Esferas de poder, saca?! (Depoimento Aisa Kili, 2022).

Aisa considera ainda que são pautas importantes a conscientização da população negra sobre direitos, a visibilidade das pautas das mulheres negras para a sociedade em geral e as pautas de ação social, com relação à realização de projetos nas comunidades. Considera as rodas de conversas como as atividades com as quais mais se identifica, tanto as realizadas de forma itinerante, nas comunidades, como aquelas realizadas na sede do *Abaô*. Elencou que nestas atividades, as Rejanes se dividiam em duplas, escolhiam o tema gerador, os textos e os convidados e, na roda, todas as pessoas participavam de igual pra igual, tendo variedade nos pontos de vista expostos. Participou também da organização do *Kizomba* de Rua junto com o

Abaô, de reuniões de articulação com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste e do Projeto “Mulheres Negras Movendo Estruturas”, realizado em 2019 nas Ocupações Beatriz Nascimento e Marielle e Anderson.

Mesmo tendo se mudado para Maceió, Aisa continua participando de atividades da Rejane Maria. No período de pandemia, participou das atividades remotas realizadas pela Auto-Organização, chegando a se colocar como mediadora em algumas lives e reuniões abertas realizadas pelo *Google Meet*, além de participar de interlocuções com instituições de ensino, representando a Rejane Maria.

Traçado o perfil das irmãs colaboradoras diretas da pesquisa, identificamos que a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane é composta por mulheres pretas com tons de pele e experiências diversas no que se refere ao racismo, sexismo, questões de classe, identidade de gênero e sexualidade. Verificamos dentro do perfil das entrevistadas, e também de outras ativistas da Auto-Organização, uma grande incidência de mulheres negras com ensino superior e pertencentes à classe média. No ensino superior as ativistas tiveram contato com algumas leituras críticas que, por sua vez, foram ampliadas e aprofundadas ao adentrarem ao universo dos movimentos sociais. Essas leituras são utilizadas em processos formativos dentro do grupo e com a comunidade externa.

Do ponto de vista do trabalho e sua conciliação com o ativismo, há no grupo servidoras públicas e de empresas privadas, caracterizando que o grupo não atua em um formato profissional, tendo as ativistas que dividir suas atividades entre militância e trabalho formal. Quanto ao aspecto religioso, observamos que há variação religiosa entre as ativistas, contendo o grupo mulheres cristãs católicas e evangélicas, além de ativistas praticantes do candomblé e as que não possuem vínculo religioso. Do ponto de vista da identidade de gênero, a Rejane Maria tem em seu grupo uma ativista trans e o restante são mulheres cis. Quanto à sexualidade, a maioria do grupo é heterossexual, tendo uma ativista que se identifica como bissexual.

Na seção a seguir, tratamos dos conceitos e epistemologias que constituíram nosso processo de pesquisa, entendendo a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria como um quilombo produtor de saberes emancipatórios mobilizados na perspectiva do Feminismo Negro e Decolonial.

2. PODE O SUBALTERNO FALAR?": EPISTEMICÍDIO, COLONIALIDADE E O PENSAMENTO DOS POVOS RACIALIZADOS

Iniciamos essa seção com a provocação oriunda do texto "Pode o subalterno falar", de Gayatri Spivak (2010). A autora indiana, radicada nos EUA, é vinculada aos estudos pós-colonial sendo parte do Grupo de Estudos Subalternos, que questionam fundamentos da ciência europeia com base nas experiências e saberes provenientes dos sujeitos subalternizados dos territórios colonizados apontando, portanto, a limitação existente em tentar explicar o mundo a partir de um ponto de vista eurocentrado, onde o sujeito colonizado é automaticamente constituído como Outro, tendo como referência o Eu (Europa).

Spivak (2010) se mostra contrária a concepções universalizantes sobre ciência e sobre os sujeitos subalternos, os quais define como "irredutivelmente heterogêneos", além de pontuar que, nenhum trabalho intelectual feito em nome do subalterno, pode ser feito sem que haja fundamentalmente o questionamento do discurso hegemônico (sobre ciência, sobre humanidade, sobre capacidade intelectual etc.), não cabendo, portanto, ao intelectual pós-colonial, falar em nome do subalterno e construir um discurso de resistência.

Pesquisas que tratam dos subalternos (povos colonizados e racializados), mas não questionam as estruturas eurocentrada, brancocêntrica e universalizante presentes na estrutura acadêmica continuam tratando o subalterno como mero objeto do conhecimento e reproduzindo os sistemas de opressão, mantendo o subalterno silenciado. A autora se posiciona de forma crítica quanto a uma intelectualidade que busca falar por ou representar o subalterno, não construindo um espaço dialógico e se sobrepondo ao sentido da agência dos sujeitos subalternos, dificultando seu processo de autorrepresentação.

Para Spivak (2010), no contexto de sua crítica à intelectualidade, a situação da mulher subalterna como ainda mais periférica, tendo elas a sua capacidade de autorrepresentação sufocada pela estrutura patriarcal e colonial, uma vez que, além de não poder falar, quando tentam, não encontram formas para se fazer ouvir. Ao problematizar a situação das viúvas indianas, Spivak (2010) nos mostra que as mulheres subalternas são silenciadas pelas estruturas de opressão presentes em um sistema colonial e racista que inviabilizam que suas vozes sejam ouvidas.

É mais uma questão de que apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a

dominação masculina. Se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (Spivak, 2010, p. 66-67).

O argumento utilizado por Spivak (2010) é questionado por Kilomba (2019) de que, por conta das estruturas de dominação, a subalterna, representada no texto de Spivak pela viúva indiana, não pode falar, argumentando que os grupos subalternos colonizados não são vítimas passivas nem cúmplices voluntários da dominação. A autora retoma argumentos da teórica feminista negra Patrícia Hill Collins para pontuar que a ideologia colonial sugere que os grupos subordinados se identificam incondicionalmente com o opressor, não tendo uma interpretação construída de forma independente acerca da opressão que sofre e sendo, portanto, incapazes de falar em seus próprios nomes.

Nesse sentido, Kilomba (2019) menciona a responsabilidade de criar configurações de poder e reconhecimento, como fator importante para que as identidades marginalizadas e subalternas possam reconfigurar a noção de conhecimento e a sua fala ou escrita sirvam como elemento de transformação, significando o ato de falar em seu próprio nome, a respeito de sua realidade e a partir de sua própria perspectiva um ato de descolonização. Esse argumento também é defendido por bell hooks em toda a sua produção, quando a intelectual recomenda que as populações negras, em especial as mulheres, ergam suas vozes e através disso reescrevam a história de forma diferente do que tem sido contado de forma hegemônica. O ato de falar (ou de escrever) representa um ato político de descolonização e, para Kilomba (2019):

Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá que ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outra/o”. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredos (Kilomba, 2019, p. 41).

Kilomba (2019) rememora a máscara do silenciamento, utilizada pelo colonizador como uma ferramenta concreta para silenciar os escravizados, num contexto racista e machista, por considerarem a boca como um símbolo da fala e, por conseguinte, um órgão da repressão por excelência. O sujeito branco (colonizador) garante o seu lugar de poder controlando as vozes dos sujeitos colonizados e essa realidade, no âmbito acadêmico, envolve o silenciamento e descrédito das produções de intelectuais negros, num convite constante a que estes voltem para os seus devidos lugares (no caso, saiam da academia). Kilomba (2019) questiona o discurso de neutralidade defendida por muitos acadêmicos e afirma que “a teoria

está sempre posicionada em algum lugar e é sempre escrita por alguém” (Kilomba, 2019, p. 58).

Assim como Spivak (2010), Kilomba (2019) critica o ambiente acadêmico, pontuando como os conceitos de conhecimento, erudição e ciência são estruturalmente ligados a uma hierarquia racial. Nesse espaço, ocupado majoritariamente pela branquitude, as pessoas negras são produzidas como inferiores, e suas falas são constantemente desqualificadas, consideradas não científicas ou “subjetivas demais”, o que representa uma reedição da máscara do silenciamento utilizada no período colonial.

A autora sinaliza a existência de mitos, como o da objetividade e neutralidade, que funcionam como eixos estruturantes do processo de desqualificação e silenciamento das vozes subalternas que adentram a academia e afirma, ainda, que acadêmicos brancos não reconhecem que também escrevem de um lugar específico que não é nem neutro, nem objetivo e nem universal.

Nesse sentido, Kilomba (2019), ao criticar os princípios da objetividade e neutralidade construídos por uma academia eurocentrada e branca, pontua que o discurso de intelectuais negros e negras parte de uma periferia e reflete sobre a sua realidade, representando um discurso político, pessoal e poético que transgride a linguagem academicista tradicional e produz a descolonização do conhecimento, oportunizando a produção de um conhecimento emancipatório alternativo.

Assim como Kilomba (2019), Boaventura de Sousa Santos (1988), ao afirmar que todo conhecimento científico é socialmente construído e a sua objetividade não necessariamente implica em neutralidade, critica um paradigma científico dominante, fundado na modernidade, e que, por se estruturar em torno de hierarquizações raciais, políticas e econômicas, negou o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não partam de premissas europeias e brancas. A modernidade é caracterizada por uma tradição de pensamento que se compreende enquanto produtora de um conhecimento científico e universal, que ultrapassa dimensões geopolíticas. A partir do empreendimento colonial e do sistema de dominação dele decorrente, se acredita que o conhecimento produzido dentro da tradição europeia possui validade universal. Maldonado-Torres (2007) pontua que existe, nesse contexto, uma ligação entre conhecimento e existência, sobretudo quando se pensa a partir da formulação de Descartes: “Penso, logo existo”, fundamental para embasar o cientificismo e o eurocentrismo no século XVII. Para Maldonado-Torres (2007):

[...] o privilégio do conhecimento de uns tem como corolário a negação do conhecimento de outros, da mesma forma que a afirmação da existência de uns tem como lado oculto a negação do direito à vida de outros: “a desqualificação epistêmica se converte em instrumento privilegiado da negação ontológica” (Maldonado-Torres, 2007, p. 145).

A construção de um discurso científico neutro e objetivo pelo chamado Norte Global e epistêmico, representou, portanto, a negação da existência e da legitimidade de outras formas de conhecimento produzidas pelos sujeitos colonizados que, por sua vez, também foram rejeitados enquanto sujeitos do conhecimento, sendo submetidos a um processo de desumanização. As culturas não ocidentais não eram consideradas relevantes, sendo descartadas ou apropriadas de forma violenta. Para Meneses (2008):

No Norte global, os ‘outros’ saberes, para além da ciência e da técnica, têm sido produzidos como não existentes e, por isso, radicalmente excluídos da racionalidade moderna. A relação colonial de exploração e dominação persiste nos dias de hoje, sendo talvez o eixo da colonização epistêmica o mais difícil de criticar abertamente (...). Esta hierarquização de saberes, juntamente com a hierarquia de sistemas económicos e políticos assim como com a predominância de culturas de raiz eurocêntrica, tem sido apelidada por vários investigadores de ‘colonialidade do poder’. Uma das expressões mais claras da colonialidade das relações de poder acontece com a persistência da colonização epistêmica, da reprodução de estereótipos e formas de discriminação³⁸ (Meneses, 2008, p. 5-6).

A colonialidade do saber decorre do longo processo de colonização a que o chamado Sul global foi submetido, e, uma vez que findo o processo de dominação, houve continuidade na reprodução das práticas econômicas, políticas, cognitivas, de relacionamento com a natureza e das subjetividades. Para Fanon (2005), o colonialismo não se contenta em segurar o povo com suas garras, ele atua no sentido de controlar o cérebro (e as subjetividades) dos nativos através de uma lógica pervertida que distorce, destrói e desfigura o passado, subjugando as formas de pensar, sentir e produzir dos sujeitos racializados.

Para Santos (1995), junto com o genocídio imposto pelo regime colonial ocorreu o chamado epistemicídio, que visava “subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista” (Santos, 1995, p. 328), tendo como alvo minorias étnicas, religiosas e sexuais, a exemplo de indígenas, negros e mulheres. O epistemicídio se apresentou como um *modus operandi* do sistema colonial, e teve

38 MENESSES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, Março, 2008. p.5-10. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/rccs/pdf/681> > Acesso em 04/01/2022

continuidade com o fim da dominação política colonial, se manifestando no que se denomina colonialidade do saber. Carneiro (2005), ao analisar a produção do Outro (negro) como não-ser no contexto da sociedade brasileira, compreendendo o epistemicídio como “elemento constitutivo do dispositivo de racialidade/biopoder” (Carneiro, 2005, p. 96), utiliza o conceito de Santos (1995) e o amplia, trazendo à tona questões pertinentes à influência do epistemicídio na autoestima, bem como sua relação com o processo educativo, envolvendo dificuldades de acesso e permanência de pessoas negras na Educação:

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. É uma forma de seqüestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta. (Carneiro, 2005, p. 97).

Nesse sentido, nossa pesquisa a respeito de práticas educativas construídas dentro de uma organização de mulheres negras sergipanas, se situa no bojo do diálogo entre pesquisadora e colaboradoras da pesquisa, falando sobre suas realidades dentro de uma perspectiva feminista negra decolonial, e, destacando a resistência dos povos subalternos (no caso, as mulheres negras), suas falas e capacidade de autorrepresentação, que tensionam o status quo vigente e produzem estratégias de resistência e (re)existência.

O Movimento Negro, assim como o Movimento de Mulheres Negras, é protagonista de uma luta histórica empreendida em torno da denúncia da exclusão e da desumanização de negros, negras e negres na educação, possuindo ainda um papel epistemológico no que se refere à denúncia da colonização no âmbito do conhecimento, e a proposição da descolonização das ciências e o reconhecimento dos saberes subalternizados, invisibilizados, apropriados e violentados ao longo da história do mundo colonizado. As ações do movimento de mulheres negras representam o giro decolonial enquanto “movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (Ballestrin, 2013).

Nosso trabalho reverbera a atitude decolonial dos “condenados da terra” (Fanon, 2005), no caso, as mulheres negras, através de sua articulação em torno do ativismo e seu posicionamento contra a desumanização que atravessa os corpos negros desde o início do empreendimento colonial, que demarca a modernidade, e tem continuidade até os dias de hoje, como colonialidade do poder, do ser, do saber, da natureza e do gênero. As mulheres negras, como parte dos “condenados da terra”, são compreendidas como intelectuais, pensadoras, criadoras e ativistas em torno da desconstrução das hierarquias raciais, de gênero, sexualidade e classe que ainda estruturam a sociedade e da construção de um mundo mais justo e igualitário.

Para abordar as escrevivências dessas mulheres negras, nesta pesquisa, valemo-nos do pensamento decolonial que, para além de uma corrente epistemológica, é um projeto político e acadêmico que denuncia a colonialidade como sistema que surge como efeito do colonialismo e é responsável por manter uma lógica de dominação que se apresenta de diferentes formas – do ser, do saber, do poder e da natureza, e está enraizado nas lutas de resistência e reexistência dos povos originários e afrodiaspóricos, colocando em posição central a resistência dos condenados da terra (Fanon, 2005), suas estratégias de resistência e reexistência e seu anseio por transformações sociais. Para Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), a decolonialidade, para além de um projeto acadêmico, “consiste também numa prática de oposição e intervenção, que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492” (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016, p. 17).

Do ponto de vista acadêmico, a decolonialidade emerge a partir dos estudos empreendidos pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), criado no final da década de 1990, por intelectuais latino-americanos atuantes em diversas universidades nas Américas. Para Ballestrin (2013), o grupo foi responsável por um movimento epistemológico importante no que concerne à “renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial” (Ballestrin, 2013, p. 89).

De acordo com Baltar (2020), antes da criação do referido grupo, na década de 1960, outros intelectuais estabeleceram críticas aos efeitos do colonialismo no âmbito das ciências sociais, a exemplo de Frantz Fanon e Aimé Césaire. Estes autores, considerados importantes expoentes dos estudos pós-coloniais, denunciavam a dominação e exploração europeia no

continente africano no contexto das lutas pela independência. Na década seguinte, surge o Grupo de Estudos Subalternos, que buscou questionar a dominação, invisibilização e silenciamento dos povos não-Ocidentais e sua representação como sendo o “outro”, a partir do olhar europeu, e se tornou uma referência nos estudos pós-coloniais. Este grupo era composto em grande parte por intelectuais asiáticos que estavam radicados em universidades situadas no Ocidente.

O Grupo Modernidade/Colonialidade, a priori Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, se diferencia do Grupo de Estudos Subalternos, por empreender releituras sobre a trajetória histórica da América Latina, se posicionando a favor de uma postura decolonial do ponto de vista epistemológico, teórico e político. Enquanto o Grupo de Estudos Subalternos buscava contestar “a razão colonial e nacionalista na Índia, restituindo aos sujeitos subalternos sua condição de sujeitos plurais e descentrados” (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016, p. 16), o Modernidade/Colonialidade buscava, “em decorrência do silêncio ou da obliteração da teoria pós-colonial às contribuições de intelectuais da América Latina” (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016, p. 16), produzir estudos que utilizassem bases e categorias de análise que pudessem levar à interpretação da realidade a partir das experiências da América Latina. Para Baltar (2020), os intelectuais que compõem o grupo Modernidade/Colonialidade:

[...] passam a considerar a América Latina não apenas como um lugar geográfico, mas como um espaço epistemológico, isto é, um espaço no qual se produz e por onde transitam conhecimentos e saberes. O grupo, então, concebe a América Latina como o lugar de suas raízes e observa a sua influência, mas sem deixar de lado teorias globais, em especial as discussões originadas de lugares com experiências coloniais similares (Baltar, 2020, p. 29).

Dulci e Malheiros (2021) afirmam que os intelectuais do Grupo Modernidade/Colonialidade abordam conceitos-chave do “giro decolonial”, a exemplo da colonialidade, e suas derivações, especialmente colonialidade do poder, colonialidade do ser e colonialidade do saber. A colonialidade do poder está relacionada às várias dimensões de poder que constituem o colonialismo e os elementos de dominação que permanecem na contemporaneidade (Quijano, 2005). A colonialidade do saber está relacionada ao controle das perspectivas cognitivas, dos sentidos, dos imaginários e das subjetividades, e resulta da perspectiva eurocêntrica que impede a compreensão do mundo a partir de outras epistemologias. Já a colonialidade do ser diz respeito às experiências de violência vivenciadas pelos povos colonizados e seus efeitos em suas subjetividades (Dulci; Malheiros,

2021).

O conceito de colonialidade é de fundamental importância nas análises empreendidas pelos intelectuais do Grupo Modernidade/Colonialidade e para o nosso estudo com as mulheres negras da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria. Para Baltar (2020):

A colonialidade é, portanto, o conceito-chave do trabalho crítico dos autores do grupo M/C/D e do projeto decolonial como um todo. Ele permite tornar visível a manutenção da lógica de dominação, que deixa de ocorrer nos parâmetros claros e evidentes como aqueles da época colonial, passando a sobrevir em outros marcos mais sutis e tácitos (Quijano, 1992). O conceito de colonialidade visa justamente mostrar formas de opressão sub-reptícias, uma vez que não mais caracterizadas ao modo metrópole vs. Colônia, como nos séculos XVI, XVII e XVIII. Ele evidencia a manutenção de relações semelhantes àquelas instituídas pela dinâmica citada, apontando para como existe, até os dias de hoje, a manutenção de uma lógica colonial enraizada nas estruturas da sociedade (Baltar, 2020, p. 29).

A colonialidade é entendida como parte constituinte da modernidade, sendo ambas indissociáveis. De acordo com Dussel (2005), até 1492, quando teve início a expansão marítima europeia, não existia uma História Mundial, e os diversos sistemas culturais e impérios coexistiam. Os resultados das expedições portuguesas e espanholas nos séculos XV e XVI representaram o início da operação do sistema-mundo, e o planeta passou a ser o “lugar” de “uma só” História Mundial, tendo a Europa como centro. A centralidade da Europa, para Dussel (2005), é fundamental para a Modernidade, e, a partir dela, a Europa estabelece uma relação de domínio sobre as outras culturas, concebendo-as como inferiores. Nesse sentido, a modernidade traz consigo um conjunto de paradigmas no que se refere à vida cotidiana, à interpretação da história, ao entendimento do que é ciência, religião etc.

Para Quijano (2005), a América se constituiu como primeiro espaço/tempo de um padrão de poder mundial e, para que esse espaço/tempo se firmasse, dois processos históricos foram fundantes: 1. “a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça” (Quijano, 2005, p. 117); 2. “a articulação de todas as formas históricas de controle de trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (Quijano, 2005, p. 117). Assim, foram estabelecidas relações sociais pautadas na ideia de raça, e estas relações se configuraram em termos de hierarquizações e atribuições de papéis sociais de forma que a raça e a identidade racial se tornaram instrumento de classificação social da população. A hierarquização racial dava legitimidade às relações de dominação estabelecidas pelos europeus nas colônias. O padrão de poder moderno-colonial envolveu o

controle do trabalho, do Estado, das instituições e da produção do conhecimento.

A modernidade, ao mesmo tempo em que apresenta um padrão de racionalidade, onde a Europa é colocada como farol para tirar a humanidade de uma suposta imaturidade, apresenta uma face irracional que justifica a prática de violências para garantir a superação de obstáculos ao processo de modernização. Essa face irracional é chamada de “mito da modernidade”, sendo descrito por Dussel (2005) como: 1. Civilização moderna se definindo como mais definida e superior (eurocentrismo); 2. Obrigação europeia de desenvolver os mais primitivos enquanto exigência moral; 3. Caminho do desenvolvimento semelhante ao europeu; 4. Exercer a violência caso apareçam obstáculos (guerra justa); 5. Violência e sofrimento como inevitáveis e associados a um “bem maior”; 6. Culpabilização do colonizado que se opõe ao processo de modernização.

O pensamento decolonial trouxe para o centro do debate a importância da raça e do racismo como elementos estruturantes do processo de organização dos territórios coloniais após a dominação europeia. Compreendemos o racismo como um importante eixo de sustentação da dominação, desumanização, exploração e de exclusão social de negros e indígenas. De acordo com Grosfoguel (2019):

O racismo é um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas e os seres superiores (civilizados, hiper-humanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano) (Grosfoguel, 2019, p. 59).

O discurso eurocêntrico, sob o qual se pautaram as diferenças coloniais no sistema moderno-colonial, passou por várias modificações, justificando a continuidade da escravidão africana por quase quatro séculos, e se replicando, por exemplo, no racismo científico do século XIX, cujas ideias têm importante impacto no Brasil no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. De acordo com Carneiro (2005), no contexto da modernidade, contraditoriamente, se articulavam ideias de autonomia e afirmação do indivíduo com a escravização e violência contra africanos e indígenas, e, posteriormente, ideias abolicionistas com o racismo científico, inaugurando novas formas de inferiorização racial.

De acordo com Dussel (2005), a superação do “mito da modernidade” se dá por sua negação e pelo reconhecimento, por parte dos grupos subalternizados e culpabilizados, de sua

inocência e da consequente perversidade e irracionalidade da violência colonial e da Modernidade, se afastando do papel de culpados atribuído pelo colonizador, passando para o papel de vítimas dessa violência. Para Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), os sujeitos coloniais estão nas fronteiras da modernidade e não são passivos, podendo estes rejeitar as histórias forjadas no contexto da colonialidade e fazer emergir o pensamento de fronteira enquanto projeto decolonial, como uma resposta epistemológica dos subalternos ao projeto eurocêntrico da modernidade, um conhecimento contra hegemônico e emancipatório.

Para Mignolo (2000), a transcendência da diferença colonial, estabelecida no contexto do sistema moderno/colonial, só pode ser feita a partir de uma perspectiva de subalternidade, de descolonização e, portanto, a partir de um novo terreno epistemológico onde o pensamento de fronteira é exercido. Para Oliveira (2020) “o pensamento de fronteira é aquele formulado pelas(os) deserdadas(os) da modernidade, pensamento da dor e da fúria, da fratura de histórias, memórias. (Mignolo, 2000). Ele possui efeito de denúncia” (Oliveira, 2020, p. 6-7). Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) apontam a trajetória individual e coletiva das mulheres negras como um espaço epistemológico onde se elabora um pensamento de fronteira dentro da perspectiva subalterna, pelo fato de as feministas negras questionarem a epistemologia dominante, apontando que ela é branca e masculina.

O argumento apontado por Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) pode ser também observado na produção de Collins (2019), quando ela forja o conceito de pensamento feminista negro enquanto “pensamento social concebido para se opor à opressão” (Collins, 2019, p. 8), que diverge da teoria acadêmica padrão no que se refere ao formato, mas também com relação ao propósito, uma vez que visa encontrar maneiras para se opor, escapar ou sobreviver numa estrutura marcada pela injustiça social e econômica.

Sendo assim, reconhecemos neste trabalho as mulheres negras ativistas como vítimas da violência colonial que, por sua vez, reconhecem a irracionalidade e violência presentes no processo colonizador, e que tem continuidade na sociedade brasileira, marcada pelo racismo e sexismo estruturais. Estas mulheres, ressignificam e politizam a raça, denunciam o genocídio da juventude negra, fruto de um sistema racista que define quem tem o direito de viver, buscando recompor a humanidade e a potência de sua cultura, sua cor, seu gênero, sua religião etc. Através do ativismo e da luta por justiça social, elas produzem saberes e pedagogias emancipatórias a partir de seu lugar epistêmico e rompem com a invisibilização proposital das experiências dos sujeitos subalternos do ponto de vista de raça, gênero, classe e

sexualidade. Estas mulheres produzem o chamado Pensamento Feminista Negro que, para Collins (2016), consiste em “ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras” (Collins, 2016, p. 101). Para Collins (2019):

Como as mulheres negras têm acesso a experiências que acumulam o ser negra e ser mulher, uma epistemologia alternativa utilizada para rearticular o ponto de vista delas deve refletir a convergência desses dois conjuntos de experiências. Raça e gênero podem até ser analiticamente distintos, mas na vida cotidiana das mulheres negras eles operam conjuntamente. (Collins, 2019, p.165).

Compreendemos que não existe uma teoria universal sobre as lutas das mulheres e que as questões de gênero devem estar articuladas com outras matrizes estruturais de opressão, tais como raça, classe e sexualidade. As mulheres negras produzem contra narrativas que tensionam o que é colocado como universal, e que na realidade é excludente, rompendo com a estrutura de silenciamento e invisibilidade que foi calcificada a partir do sistema moderno/colonial. Nesse sentido, assim como apontado por Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), reconhecemos os feminismos negros como um pensamento de fronteira que promove o giro decolonial, uma vez que sua epistemologia compreende a raça como categoria fundante dentro do sistema colonial, e o racismo funciona como mecanismo de manutenção da exploração e opressão do povo negro, tendo no mito da democracia racial um importante eixo de sustentação do ponto de vista discursivo, uma vez que auxilia na promoção do branqueamento da população e nega a existência do racismo.

Consideramos, assim como Figueiredo (2020), que a epistemologia feminista negra articula teoria, metodologia e prática política visando a transformação social. Na seção seguinte, abordamos o Feminismo Negro e o Feminismo Decolonial como importantes aportes teórico-metodológicos que nos auxiliam a compreender as escrevivências de mulheres negras ativistas sergipanas, considerando a existência de um sistema moderno/colonial de gênero (Lugones, 2008) que inferioriza, violenta e invisibiliza as mulheres racializadas e que produz desigualdades que se refletem nos índices socioeconômicos do país e colocam as mulheres negras em posição de vulnerabilidade.

2.1 “O lixo vai falar, e numa boa”: Feminismo Negro e Feminismo Decolonial enquanto Epistemologias do Sul

Utilizando a expressão da intelectual e ativista negra Lélia González, iniciamos esta seção refletindo sobre as bases que fundamentam nossa pesquisa, pensando epistemologicamente nas contribuições de mulheres racializadas (em especial, as mulheres negras), que partem do Sul Global e epistêmico para pensar as condições sociais, materiais e políticas das mulheres negras diante do racismo e do sexismo e outras opressões. Buscando produzir uma pesquisa que reconhece as mulheres negras ativistas como intelectuais, mesmo que estas não tenham acessado o ambiente acadêmico, coadunamos com o pensamento de Collins (2019) quando afirma que recuperar tradições intelectuais feministas negras tem uma dimensão para além de desenvolver análises que seguem os padrões epistemológicos hegemônicos, sendo necessário desafiar e desconstruir o próprio conceito de intelectual.

Na perspectiva do pensamento de González (2020), à qual nos somamos, como mulheres negras, precisamos superar a reprodução e repetição de modelos apresentados na academia como padrões, - que infantilizam, desumanizam, buscam falar por nós e reproduzem a classificação racial -, para falar com todas as implicações que nossa existência carrega. Antecipando em suas análises o que hoje convencionalmente conhecemos como interseccionalidade, González demonstra em seus escritos a importância do ativismo nas mudanças que têm gradativamente se apresentado para as mulheres negras brasileiras no que se refere ao combate as múltiplas opressões (de raça, classe, gênero, sexualidade etc.) e a necessidade de se fazer sujeita de pesquisa, não apenas ser objeto.

Santos (2020)³⁹ aponta que a ciência foi – e afirmamos que ainda continua sendo -, machista, sexista e misógina, no que se refere às suas aplicações, concepções e teorias, bem como na forma de conceber e construir o conhecimento. Para Kilomba (2019), “estudos de e com mulheres negras são capazes de gerar materiais que tenham implicações tanto para as maneiras pelas quais “raça” e gênero têm sido teorizados até agora quanto para a teoria social geral” (Kilomba, 2019, p. 109), conseguindo, assim, romper com a colonialidade do ponto de vista do saber e do gênero. Tanto o Feminismo Negro, quanto o Feminismo Decolonial se apresentam como alternativas para romper os silêncios epistêmicos que foram produzidos pela ciência moderna colonial que inferiorizou, estereotipou e ignorou muitas vozes, inclusive as vozes das mulheres negras em luta.

Ao destacar o dilema “é racismo ou sexismo?”, comumente apresentado nas

39 Epistemologias do Sul. Entrevista com Boaventura de Sousa Santos, por Cleyton Andrade. Disponível em: < <https://www.ebp.org.br/epistemologias-do-sul/#:~:text=Boaventura%20de%20Sousa%20Santos%3A%20As,capitalismo%2C%20o%20colonialismo%20e%20o> >. Acesso em 01/02/2022.

discussões que envolvem as mulheres negras, Kilomba (2019), afirma que “Raça” não pode ser separada do gênero, nem o gênero pode ser separado da “raça”. “A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção da “raça” e na experiência do racismo” Kilomba (2019, p.94). Essa questão também é abordada por Bairros (1995), quando aponta a existência de diferentes formas de ser negro (vivida a partir do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça), que impedem que raça e gênero sejam pensados separadamente, a ponto de ser priorizados pelo Movimento Negro ou feminista.

Ainda observamos, na literatura feminista ocidental, a pouca visibilidade dada à produção no que se refere à abordagem das experiências de mulheres negras e como as questões de gênero e sexualidade se interligam com a raça, por não se reconhecer que as desigualdades de gênero afetam as mulheres racializadas de forma diferente das mulheres brancas. Pontuamos o silenciamento com relação às violências que atingem sistematicamente as mulheres racializadas inseridas nos territórios coloniais, considerando que estas se encontram atingidas não apenas pela colonialidade do poder, mas também pela colonialidade do gênero, conforme sinaliza Lugones (2014). A produção do conhecimento por parte das mulheres racializadas visa contestar as produções eurocentradas, sexistas e racistas através da articulação de categorias de análise que possibilitam uma abordagem interseccional, contemplando experiências dos povos submetidos à experiência da ferida colonial e cujos saberes e pedagogias de resistência são compreendidos como epistemologias do Sul.

Esse questionamento é levantado por várias intelectuais negras como hooks (2019a, 2019b e 2019c), Collins (2019), Bairros (1995), González (2020) e Carneiro (2011), no sentido de apontar as inconsistências existentes dentro da estrutura acadêmica e a incompletude dos movimentos feminista e negro com relação às opressões interconectadas que atingem as mulheres negras.

Nesse sentido, compreendemos o Feminismo Negro e o Feminismo Decolonial como epistemologias que se complementam, pois ambas se propõem a articular teoria, metodologia e práticas políticas dentro de uma perspectiva que emerge a partir dos atravessamentos do racismo, do sexismo, da heteronormatividade, do capitalismo e da colonialidade, apresentando as imbricações existentes entre as múltiplas opressões sofridas pelas mulheres negras e as práticas de resistência historicamente desenvolvidas por esta coletividade.

Os esforços das mulheres negras em desafiar o feminismo hegemônico e desconstruir

a universalidade da categoria mulher e sua associação ao sexo biológico, além da denúncia de uma ciência androcêntrica, representaram uma importante intervenção epistemológica no sentido de tensionar a colonialidade do saber e seus padrões de produção e validação do conhecimento, levando em consideração a articulação entre sistemas de opressão. Para hooks (2019c) e Collins (2019), os escritos de mulheres negras dentro e fora da academia são determinantes para a promoção de uma prática feminista emancipatória.

Buscamos, nessa pesquisa, articular em nossa escrita, ideias, modos de ser, pensar e agir frente às formas de opressão, bem como a resistência empreendida pelas mulheres negras ativistas em seus grupos de pertencimento e demais espaços de convivência, considerando que as suas experiências pessoais servem como ponto de partida para a politização e para a tomada de consciência quanto a necessidade de articulação em torno de demandas que atendam a coletividade.

Para hooks (2019a), as mulheres negras têm um papel central na construção de uma teoria feminista e de uma práxis libertadora, que contribui com ideias e referenciais direcionados para o empoderamento do grupo. Assim como hooks, Lemos (2018) considera que a produção escrita de mulheres negras se constitui em instrumento para compreensão e intervenção crítica sobre a realidade material e subjetiva das mulheres negras. Identificamos o Feminismo Negro e o Feminismo decolonial com as Epistemologias do Sul, pois como indica Santos (2020):

As Epistemologias do Sul são uma proposta epistemológica que pretende identificar, validar os conhecimentos nascidos nas lutas, nas lutas sociais contra a opressão que, na época moderna, foram fundamentalmente produzidas por três formas de dominação: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. São epistemologias porque procuram validar conhecimentos, conhecimentos outros, que não aqueles que estão validados pelas epistemologias do Norte (Santos, 2020, s/p)

As mulheres negras lutam contra o chamado racismo genderizado (Essed, 1991), definido por Kilomba (2019) como a “opressão racial sofrida por mulheres negras como estruturada por percepções racistas de papéis de gênero” (Kilomba, 2019, p. 99). Com vistas a enfrentar o legado da escravidão, que desumaniza e desvaloriza a população negra, e construir estratégias de enfrentamento ao racismo e ao sexismo, elas compõem uma série de movimentos contra hegemônicos que tensionam as estruturas de poder presentes no âmbito da produção e da construção do conhecimento, desenvolvendo teorias que abrangem subjetividades e linguagens que haviam sido negadas pela modernidade e pela colonialidade

do saber.

Observamos a existência de muitas teorias elaboradas por pessoas oriundas do chamado Norte global e epistêmico, cujas perspectivas excluem os conhecimentos e as escrevivências de grupos racializados, em especial as mulheres negras, e consideramos que, estas teorias, eurocentradas, racistas e sexistas, não apresentam amplitude analítica para contemplar experiências de pessoas negras que vivem nas margens. Sendo assim, compreendendo as mulheres negras como uma coletividade que é atravessada por opressões interseccionais, estabelecemos uma crítica ao feminismo hegemônico que apresenta uma perspectiva unidimensional sobre as mulheres, e nos ancoramos nos Feminismos Negro e Decolonial como possibilidades teóricas que auxiliam na análise das atividades desenvolvidas no âmbito da Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria.

Entendemos que os conhecimentos que as mulheres negras da Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria produzem, a partir de suas experiências/insurgências, representam estratégias afrodiaspóricas de reexistência contra a violência colonial, racista e patriarcal. As mulheres negras da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria (e de outras organizações de mulheres negras) têm construído outras possibilidades de existência através de suas práticas culturais e sociais, e estas, por sua vez, apresentam caráter pedagógico em prol do enfrentamento aos sistemas hegemônicos que oprimem e violentam os considerados subalternos.

2.1.1. Feminismo Negro

O Feminismo negro nasce, foi e ainda é produzido fora do ambiente acadêmico (Figueiredo, 2020). Nesse sentido, consideramos que a articulação e resistência das mulheres negras contra opressões, e, portanto, o feminismo negro, ocorria já no contexto da colonização, onde o racismo, o classismo e o sexismo se revelavam como força opressiva perante seus corpos. A violência física decorrente da escravização da mão de obra africana e sua excessiva jornada de trabalho, a objetificação sexual, o impedimento da maternidade e da formação de famílias, a proibição do culto religioso, a criação de estereótipos negativos em torno de suas subjetividades e o estabelecimento de papéis sociais no contexto da sociedade escravista, são exemplos de violências que se abatiam sobre as mulheres negras e que ainda são replicadas até a atualidade.

As mulheres negras africanas e afrodiaspóricas não foram pacíficas quanto à submissão escravocrata, como as narrativas hegemônicas expressam. Elas estiveram lutando de diversas formas contra a desumanização de seus corpos e manutenção da sua sobrevivência, a exemplo do controle do corpo, da permanência ao lado de seus filhos e a manutenção da família (nuclear ou extensa), das fugas, das compras de cartas de alforria, da manutenção da religiosidade e do território, por exemplo. É importante ressaltar que a estrutura racista, classista e sexista estabelecida no período colonial se manteve no pós-abolição, reproduzindo os estigmas e a exclusão que resultam na marginalização das mulheres negras até a atualidade.

Diante da situação de marginalização que indica uma continuidade da estrutura opressora escravocrata e colonial, as mulheres negras perceberam que as mulheres brancas estavam lutando por igualdade de gênero, em especial no que se refere à inserção no mundo do trabalho e da autorização para votar, enquanto elas ainda estavam lutando pelo direito de ter sua humanidade reconhecida. Ao refletir sobre a posição social que as mulheres negras têm ocupado, hooks (2019a) afirma que:

Como grupo, as mulheres negras estão em uma posição peculiar na sociedade, não apenas porque, em termos coletivos, estamos na base da pirâmide ocupacional, mas também porque o nosso status social é inferior ao de qualquer outro grupo. Isso significa que carregamos o fardo da opressão sexista, racista e de classe (hooks, 2019a).

Dentre as questões mais discutidas pelas mulheres negras dentro do Feminismo Negro está a questão da representação social da mulher negra, uma vez que se identifica a existência e cristalização de estereótipos negativos que se referem ao gênero e a raça. Nesse âmbito, o movimento feminista negro busca visibilizar imagens positivas das mulheres negras, exaltar sua trajetória de resistência e suas potencialidades, bem como apontar soluções para os problemas que atingem a população negra de uma forma geral, e em específico as opressões que atingem as mulheres negras.

O Feminismo Negro se desenvolveu tanto nos Estados Unidos quanto na América Latina. No caso estadunidense, as ativistas negras se mobilizaram no contexto da luta pelos direitos civis, nas décadas de 1960 e 1970, problematizando o feminismo hegemônico e centrado nas experiências de mulheres brancas. No caso brasileiro, as mulheres negras se mobilizaram no contexto do regime militar, em especial nas décadas de 1970 e 1980,

problematizando os movimentos feminista e negro e se posicionando contra o regime autoritário. Em ambos os casos, parte das ativistas negras participavam dos movimentos negro e feminista, além de algumas estarem inseridas no ambiente acadêmico. Para Collins (2017):

[...] o termo “feminismo negro” desestabiliza o racismo inerente ao apresentar o feminismo como uma ideologia e um movimento político somente para brancos. Inserindo o adjetivo “negro” desafia a brancura presumida do feminismo e interrompe o falso universal desse termo para mulheres brancas e negras. (Collins, 2017, s/p).

Enquanto campo teórico dentro do pensamento feminista, o Feminismo Negro ganha destaque a partir das décadas de 1970 e 1980 através da produção de intelectuais negras como Lélia González, Sueli Carneiro, Ângela Davis, bell hooks, que denunciavam a invisibilidade das mulheres negras no movimento feminista e questionavam a sua agenda política, por não contemplar as demandas específicas das mulheres negras num contexto em que o racismo e o sexismo se apresentam como forças simultâneas de opressão contra seus corpos.

Desafiando a produção do conhecimento, que reflete uma sociedade historicamente hierarquizada, que prioriza os sujeitos masculinos, brancos e heterossexuais, as feministas negras lutam para enegrecer o movimento feminista e trazer a discussão sobre sexismo e patriarcado para o Movimento Negro, demonstrando que suas experiências são moldadas por gênero, raça, classe, sexualidade e outros marcadores e que estes devem ser considerados ao traçar as reivindicações de ambos os movimentos. Collins (2017), ao refletir sobre o que significa ser feminista negra na conjuntura afro-americana, pontua que:

[...] o termo “feminista negra” destaca as contradições subjacentes à brancura presumida do feminismo e serve para lembrar às mulheres brancas que elas não são nem as únicas nem a norma “feministas”. O termo “feminismo negro” também faz com que muitas mulheres afro-americanas se sintam desconfortáveis porque desafia as mulheres negras a confrontar os seus próprios pontos de vista sobre o sexismo e a opressão das mulheres. (Collins, 2017, s.n)

Com relação às discussões teóricas ou nas experiências diárias, as mulheres negras vivenciam uma espécie de não lugar, vivendo na condição de outsider (Lorde, 2019). Nesse sentido, o Feminismo Negro foi responsável pela introdução das discussões sobre raça e classe no debate feminista, pois o movimento feminista se negava a incluir a raça no escopo de discussão e ação, se valendo do discurso da sororidade feminina que, na verdade, está ligado a uma universalidade que não considera o antirracismo como uma questão relevante a

ponto de compor a pauta do movimento.

Atravessadas por questões como o genocídio negro, o feminicídio, e dificuldades pertinentes à escolarização e inserção no mercado de trabalho, além do epistemicídio e toda a histórica desumanização que atinge os povos racializados, intelectuais negras passaram a publicar estudos relacionados a raça, gênero e classe como pilares para a efetivação do pensamento feminista negro no espaço acadêmico.

Através da utilização de categorias como interseccionalidade (Crenshaw, 1989; 2002), e entendendo que as “formas de opressão não operam em singularidade, elas se entrecruzam” (Kilomba, 2019, p.98), as intelectuais negras e, também mulheres negras que não estavam dentro do ambiente acadêmico, apontavam que as escrevivências de mulheres negras são atravessadas por uma confluência de opressões que constroem um lugar social específico para as mulheres negras através de imagens de controle (Collins, 2019), além de denunciarem as limitações do feminismo hegemônico e a sua não abrangência quanto às especificidades das mulheres racializadas.

O termo interseccionalidade, tido como referência nos estudos que abordam as escrevivências de mulheres negras, está relacionado à percepção e denúncia das relações de poder desiguais que envolvem categorias como raça, gênero, classe, sexualidade, nacionalidade, dentre outras. O conceito é definido por Crenshaw (2002) como:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

No entanto, o conceito de interseccionalidade foi cunhado e ganhou ampla divulgação acadêmica após décadas de existência, enquanto práxis das lutas anti-segregação racial, a fim de direcionar discussões que giravam em torno das categorias, gênero, classe, raça, visto que as mulheres racializadas sofrem com essas múltiplas opressões. O direcionamento dos trabalhos em torno da interseccionalidade ocorreu no sentido de evidenciar o contexto em que as mulheres negras estavam inseridas e, ao mesmo, tempo possibilitar uma articulação em torno do enfrentamento a essas opressões múltiplas de forma a garantir que as políticas públicas abranjam essas especificidades e atendam efetivamente às demandas das mulheres

negras. Sendo assim, Crenshaw (1989) afirmou que, para que a teoria feminista e o discurso antirracista abranjam as experiências e anseios das mulheres negras, há uma necessidade de reformulação que considere essas especificidades.

Outro conceito importante dentro do pensamento feminista negro é o de imagens de controle. Estas imagens de controle são estabelecidas no contexto das opressões com o intuito de controlar os corpos e os comportamentos das mulheres negras, atribuindo a estas um lugar social inferior que se perpetua mesmo após o fim da colonização ou após a conquista de direitos civis. A partir do pensamento de Collins, Bueno (2019) afirma que as imagens de controle são:

a dimensão ideológica do racismo e do sexismo compreendidos de forma simultânea e interconectada. São utilizadas pelos grupos dominantes com o intuito de perpetuar padrões de violência e dominação que historicamente são constituídos para que permaneçam no poder. As imagens de controle aplicadas às mulheres negras são baseadas centralmente em estereótipos articulados a partir das categorias de raça e sexualidade, sendo manipulados para conferirem às inequidades sociorraciais a aparência de naturalidade e inevitabilidade. (Bueno, 2019, p. 69)

Nesse sentido, consideramos que as imagens de controle são manipuladas historicamente e utilizadas como uma estratégia de controle do comportamento e dos corpos das mulheres negras, o que dificulta a expressão de suas subjetividades (que são a todo tempo submetidas a julgamentos), bem como sua autonomia e o seu posicionamento na sociedade. Para Bueno (2019), essas imagens de controle não são apenas estereótipos, mas sim uma forma de articular roteiros a partir dos quais a sociedade visualiza e trata as mulheres negras, definindo ainda como as mulheres negras devem se comportar. Esta perspectiva de controle das subjetividades se aproxima do que conhecemos como colonialidade do ser. (Maldonado-Torres, 2007).

Para além das análises que contemplem a conexão entre as opressões de gênero e raça, Angela Davis estabelece a importância de incluir no debate feminista negro as críticas ao capitalismo, ao colonialismo e seus efeitos contínuos. Para a autora, o Feminismo Negro deve:

envolver uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colonialidades, às capacidades físicas, a mais gêneros do que jamais imaginamos, a mais sexualidades do que pensamos poder nomear. O feminismo não nos ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levam

além das categorias “mulher” e “gênero” (Davis, 2018, p. 99).

Outro elemento importante que caracteriza o Feminismo Negro é a constante atualização dos debates e categorias. Nesse sentido mencionamos a produção de Audre Lorde (2019), que buscou abordar em seus escritos discussões relacionadas à sexualidade, partindo do seu lugar de mulher negra lésbica para questionar os marcadores de sexualidade, desconstruir estereótipos acerca de uma agressividade/animalidade das mulheres lésbicas e visibilizando que existe uma diversidade também no segmento das mulheres negras.

A política do pensamento feminista negro emerge, portanto, da relação dialética entre opressão e ativismo intelectual, e o trabalho intelectual de mulheres negras tem contribuído para promover o ativismo feminino negro (Collins, 2019). A negação da intelectualidade das mulheres negras (dentro e fora da academia) fez com que o processo de buscar constituir um pensamento próprio se tornasse uma “condição epistemológica incontornável para as intelectuais negras” (Collins, 2019, p. 59). Portanto, o conhecimento adquirido a partir das opressões de raça, classe e gênero serve como ponto de partida para a elaboração e transmissão dos saberes subjugados que compõem o pensamento feminista negro, considerado por Collins (2019) como uma teoria social crítica que tem como compromisso a promoção da justiça social.

As mulheres negras constituem uma coletividade que é atravessada por opressões interseccionais e que, para se fortalecerem, precisam agenciar sua autodefinição – falar por si, defender seu ponto de vista e seus interesses – para se articularem coletivamente ou individualmente perante os sistemas de dominação que estruturam as sociedades mediante a formulação de respostas comuns. Apesar de pautarem um ponto de vista coletivo, as propostas das mulheres negras não têm a pretensão de universalidade, nem se afasta de outros grupos considerados oprimidos, uma vez que o interesse de suas ações é a promoção da justiça social, que envolve questões que contemplem marcadores como raça, classe, gênero, sexualidade, geração etc.

No contexto brasileiro, o Feminismo Negro atua no sentido de fortalecer o discurso que questiona a existência de uma democracia racial no país, apontando de que forma as diferenças raciais se refletem nos índices socioeconômicos do país, em especial no que concerne às mulheres negras. Para Collins e Bilge (2021), “o mito da democracia racial e a história específica do Brasil com escravidão, colonialismo, ditadura e instituições democráticas moldaram padrões distintos de relações interseccionais de poder quanto a raça,

gênero e sexualidade” (Collins; Bilge, 2021, p. 42), e isso fez com que as mulheres afro-brasileiras estabelecessem uma identidade feminista negra e uma política identitária que é marcada pelo cruzamento entre a história nacional e o racismo, sexismo, a exploração de classe e a sexualidade.

Uma das precursoras do pensamento feminista negro no Brasil, Lélia González (2020), nos auxilia a compreender as especificidades que atingem as mulheres negras brasileiras debruçando o seu olhar sobre o colonialismo e a colonialidade enquanto marcadores importantes para análise da trajetória africana e afro-brasileira, propondo uma descolonização do saber e da produção do conhecimento (Cardoso, 2012).

Ao cunhar o termo amefricanidade, numa perspectiva feminista negra e decolonial, González (2020) chama a atenção para as experiências vivenciadas por homens e mulheres negras na América colonizada para que se possa pensar a partir delas e traçar tanto a luta antirracista quanto a luta feminista, ao discutir sobre as opressões que atingem a população racializada. Para González (2020), a amefricanidade está relacionada ao processo histórico vivenciado nas sociedades colonizadas da América Latina e que envolve resistência, acomodação, reinterpretação e recriação de modelos que têm como referência a África e que visam a constituição de uma identidade étnica.

González (2020) aponta que as sociedades latino-americanas, enquanto herdeiras das ideologias de classificação social baseada na raça e no gênero, se pautaram pela hierarquização que garantia o elemento branco como superior e dominante sobre os demais e tinha na ideologia do branqueamento uma importante estratégia de perpetuação da classificação hierarquizada que garante a branquitude como padrão universal. Refletindo sobre a situação das mulheres negras, González (2020) afirma:

nós, mulheres e não brancas, somos convocadas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao nos impor um lugar inferior dentro de sua hierarquia (sustentado por nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos e não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história. Não será necessário dizer que, com todas essas características, estamos nos referindo ao sistema patriarcal-racista (González, 2020, p. 141).

Assim como outras intelectuais negras, González (2020) denuncia que os parceiros do Movimento Negro reproduzem as práticas sexistas características do patriarcado ao excluírem as mulheres negras dos espaços de decisão enquanto o movimento feminista apresenta

práticas de exclusão e dominação racistas, onde as mulheres negras são desracializadas. Sendo assim, as mulheres negras tiveram como alternativa a organização em movimentos que lutassem nas duas frentes (racismo e sexismo), denunciando a superexploração econômica e sexual das mulheres racializadas, o que aconteceu no Brasil a partir dos anos 1970.

González (2020) ressalta que estas organizações surgem, tendo como ponto de partida o Movimento Negro e não o movimento de mulheres, onde grande parte das mulheres negras continuou atuando. Tal realidade apontada por ela, também ocorre na Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria, uma vez que a maior parte de suas participantes atua em outras organizações do Movimento Negro, dando suas contribuições a partir de um recorte interseccional. Quanto ao feminismo, González (2020) reconhece sua importância nas lutas e conquistas das mulheres a partir do questionamento do *status quo* estabelecido, inclusive no que se refere às reflexões sobre o ser mulher, além do estímulo à formação de coletivos de mulheres.

O racismo por omissão é apontado por González (2020) como explicação das motivações que levam o feminismo a negligenciar a questão racial em suas discussões e indica que este racismo por omissão tem raízes na visão eurocentrada e neocolonialista do mundo. Dialogando com mulheres negras da América Latina, González (2020) propõe, portanto, um Feminismo Afro-Latino-Americano que reflita sobre a posição que as mulheres racializadas ocupam nas sociedades amefricanas e derrube as barreiras com relação ao reconhecimento do racismo como elemento estruturante das sociedades colonizadas, cujos efeitos reverberam até a contemporaneidade.

A discussão sobre o Feminismo Negro como perspectiva que contempla o ponto de vista e as experiências de mulheres negras, em torno do que hoje é chamado de interseccionalidade, é levantada por Luiza Bairros (1995), ao refletir sobre os diversos feminismos e sobre que caminhos que o movimento de mulheres negras brasileiro poderia seguir:

Raça, gênero, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando [...] um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. [...] Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que

as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra (Bairros, 1995, p. 461).

Assim como Lélia González e Luiza Bairros, Sueli Carneiro (2003) denuncia a manutenção das relações de gênero segundo a cor ou raça, que foram criadas desde o período da colonização, onde as mulheres negras escravizadas e, portanto, destituídas de humanidade, têm experiências de opressão que vão além do que o feminismo clássico, branco e eurocentrado abrange.

Para Carneiro (2003a), “um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas (...) tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades” (Carneiro, 2003a, p. 49). Portanto, uma perspectiva feminista deve considerar que o gênero não pode ser separado de outros marcadores identitários e raciais, tendo em vista que o próprio racismo hierarquiza o gênero no contexto de uma sociedade que convive com fortes marcas da colonização.

Carneiro (2003a) propõe o enegrecimento do feminismo a partir do questionamento das bases brancas e eurocentradas presentes nos discursos dos movimentos feministas, com vistas a oportunizar políticas públicas que atendam a população negra e que efetivamente tragam impacto social em setores como saúde, educação, moradia e habitação. O movimento de mulheres negras seria, portanto, responsável por sintetizar as bandeiras de luta do Movimento Negro e feminista, enegrecendo o feminismo e feminizando o Movimento Negro, além de demarcar na agenda reivindicatória o peso da questão racial, a fim de que se possa romper com as desigualdades raciais, socioeconômicas e de gênero que demarcam a trajetória do nosso país.

Assim como Cardoso (2012), compreendemos que o pensamento feminista negro no Brasil tem como uma característica importante a recuperação da trajetória histórica das mulheres negras e a reinterpretação dessa história frente ao que foi difundido hegemonicamente, resultando na superação da “história única” e na consequente divulgação das contribuições das mulheres negras em diversos aspectos sociais, culturais e intelectuais, dentre outros. Sendo assim, o Feminismo negro tem uma forte ligação com o aspecto educativo, uma vez que se compreende a importância dessa visibilidade como estratégia de resistência, fortalecimento da coletividade e aumento do repertório de reivindicações por políticas públicas que promovam efetiva justiça social.

Do ponto de vista educacional, identificamos um forte apelo pelo aumento da presença negra nos ambientes de educação formal como parte do processo de descolonização dos saberes. Reconhecemos que o Feminismo Negro é educador e atua no sentido de reeducar o feminismo hegemônico e o Movimento Negro, a fim de que estes contemplem as diversas formas de ser mulher e o peso das opressões de raça, classe, gênero e sexualidades na vida de todas as mulheres, reconhecendo as especificidades das mulheres negras. Nesse sentido, o Feminismo Negro contribui, tanto no que se refere às discussões sobre racismo, quanto aos estudos feministas, sendo importante para tensionar categorias até então tidas como universais e desafiando ambos os campos do conhecimento a incluir em suas produções as especificidades que permeiam as escrituras de mulheres negras.

Além disso, entendemos que as iniciativas feministas negras se apresentam como práxis insurgentes decoloniais que buscam, portanto, superar as desigualdades de raça, gênero, sexualidade e classe através do questionamento e denúncia das bases epistemológicas, socioeconômicas e culturais hegemônicas, as compreendendo enquanto parte da colonialidade (do poder, do ser e do saber). Nesse sentido, ao também destacar a colonialidade, e se desenvolver a partir das vozes de quem foi historicamente silenciado e colocado à margem, o Feminismo Negro, bem como o Feminismo Decolonial se apresentam como importantes aportes teóricos para que possamos pensar as atividades educativas da Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria.

2.1.2 Feminismo Decolonial

O Feminismo Decolonial emerge a partir de análises empreendidas por intelectuais latino-americanas, africanas e asiáticas não-brancas e representa uma nova abordagem do feminismo, onde há questionamento das epistemologias heteronormativas e coloniais (Hollanda, 2020) e, portanto, um enfrentamento às produções do Norte Epistêmico e a colonialidade do saber. Assim como o Feminismo Negro, o Feminismo Decolonial realiza um movimento contra-hegemônico que sugere um rompimento com o pensamento universalista presente, tanto nas concepções de ciência, conhecimento válido, intelectual, feminismo, mulher e outras categorias, destacando a importância de reconhecer as diversas experiências vivenciadas pelas mulheres, que são atravessadas por marcadores de diferença e que são determinantes para o estabelecimento do lugar social das mulheres racializadas. Ocorre, nesse

contexto, a denúncia do racismo de gênero e de uma geopolítica do conhecimento que inferioriza e silencia vozes de indígenas, latinas, chicanas, africanas e afrodescendentes, mestiças e de pessoas que não seguem o padrão de heteronormatividade que a cristandade e o colonialismo impuseram como padrão.

Dentro dessa perspectiva de análise, gênero, raça e sexualidade são categorias que estiveram a serviço do extermínio de mulheres pertencentes a sociedades colonizadas. Assim como o Feminismo Negro, o Feminismo Decolonial articula produção teórica e práticas políticas, numa perspectiva que busca promover o combate aos sistemas de opressão como racismo, sexismo, capitalismo, heteronormatividade e colonialidade (Pires, 2018).

Trata-se de um feminismo antirracista, antipatriarcal e anticapitalista, que considera as consequências da colonização nas relações sociais e de poder com vistas a repensar o feminismo inter cruzando categorias para além do que é proposto pelo chamado feminismo civilizatório (Vergès, 2020), que podemos associar ao feminismo branco ou liberal. Curiel (2020), ao refletir sobre a construção de metodologias a partir do Feminismo Decolonial pontua que:

O feminismo decolonial, retomando boa parte dos postulados do giro decolonial e dos feminismos críticos, nos oferece uma nova perspectiva de análise para entendermos de forma mais complexa as relações e entrelaçamentos de “raça”, sexo, sexualidade, classe e geopolítica. Essas propostas, feitas principalmente por feministas indígenas e de origem indígena, afrodescendentes, populares, feministas lésbicas, entre outras, têm questionado as formas como o feminismo hegemônico, branco, branco-mestiço e com privilégios de classe entende a subordinação das mulheres, a partir de suas próprias experiências situadas, reproduzindo o racismo, o classismo e o heterossexismo em suas teorias e práticas políticas (Curiel, 2020. p. 121).

Além de introduzir o gênero como um tema dentro da perspectiva decolonial, o Feminismo Decolonial deu a ele um estatuto teórico e epistemológico, ao examiná-lo como categoria capaz de explicar todos os outros aspectos da transformação imposta à vida das comunidades ao serem captadas pela nova ordem colonial moderna (Segato, 2010, p. 12). O Feminismo Decolonial, ao incluir o gênero como elemento estruturante da colonialidade (Lugones, 2020), denuncia que a heteronormatividade, o racismo e o capitalismo são estruturas que se interrelacionam e influenciam na classificação dos sujeitos. Miñoso (2020) aponta a existência de uma razão feminista moderna que é racista, eurocentrada, capitalista e colonial que contribuiu para a idealização de um sujeito universal mulher, e funciona a partir da adoção de formas de validação do conhecimento que são próximas das adotadas pela

ciência moderna colonial. Ampliando a discussão de Aníbal Quijano, Lugones (2020) pontua que a raça não é o único determinante para a colonialidade do poder e afirma que:

“Colonialidade” não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção do conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas (Lugones, 2020, p. 52).

Com a introdução do sistema moderno-colonial uma noção de humanidade também foi estabelecida. Homens e mulheres colonizados, os condenados da terra, não eram considerados humanos, e este aspecto da objetificação e desumanização foi classificado posteriormente como parte da colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2007). A desumanização serviu como autorização e justificativa para a submissão e violência praticada sob os corpos dos sujeitos colonizados, em especial as mulheres racializadas (Curiel, 2020), a quem foram atribuídos papéis sociais subalternos, num processo que permanece ocorrendo até a atualidade. Para Castro (2020):

As mulheres racializadas dos países periféricos do capitalismo global carregam no corpo a experiência da colonização. Na época colonial não foram consideradas mulheres; ao contrário, eram, na visão do colonizador, bestas sexuais, selvagens. Somente na medida em que foram “embranquecendo” ao longo dos séculos, isto é, submetendo-se ao ideal civilizado de feminilidade, foram então reconhecidas como “mulheres”. Essa ferida colonial nunca foi sarada, e o ponto de vista soberano do colonizador perdura até hoje nas relações centro-periferia (Castro, 2020, s/n).

Assim como as feministas negras, Lugones (2014) pontua que o olhar feminista hegemônico é marcado pelo eurocentrismo e por postulados de liberdade e igualdade que não levam em consideração as diferentes posições sociais estabelecidas a partir de elementos raciais, culturais, políticos, econômicos e que colocam as mulheres racializadas em situação de inferioridade.

A perspectiva feminista decolonial possui, portanto, profundo alinhamento e diálogo com as lutas empreendidas por mulheres oriundas do Sul global e epistêmico, se apoiando na história de luta das mulheres racializadas que foram no passado reduzidas à condição de escravidão, invisibilização e violência e tensionando o feminismo civilizatório e o seu viés reducionista no que se refere à diversidade das experiências das mulheres, bem como a sua cumplicidade com relação à ordem capitalista. Diante disso, faz-se necessário que ocorra uma ruptura com valores ditos universais que compõem o chamado feminismo

ocidental/hegemônico/civilizatório. Para Vergès (2020):

Os feminismos de política decolonial colocam à disposição das lutas que partilham o objetivo de reumanizar o mundo a sua biblioteca de saberes, sua experiência de práticas, suas teorias antirracistas, antissexistas, incansavelmente associadas às lutas anticapitalistas e anti-imperialistas (Vergès, 2020, p. 46)

O Feminismo Decolonial, assim como o Feminismo Negro, se apresenta como uma proposta crítica que parte de referenciais teórico-metodológicos não hegemônicos para questionar as narrativas produzidas pela ciência eurocentrada e possibilitar a compreensão das especificidades históricas, sociais, culturais e políticas que estiveram envolvidas no processo de construção do mundo colonial e que tem continuidade nas sociedades contemporâneas. O Feminismo Decolonial, fundamenta-se em epistemologias que não são oriundas das elites acadêmicas, tendo sustentação nos saberes populares e memórias comunitárias, estabelecendo uma crítica à forma como o feminismo hegemônico determina como deveria ocorrer a emancipação das mulheres ou das sexualidades.

Para Curiel (2020), o Feminismo Decolonial se referencia nas reivindicações de feministas negras, chicanas, indígenas, mestiças, feministas latino-americanas e na Teoria Decolonial, propondo a interligação entre as diversas opressões bem como a quebra do paradigma universalizante que atinge a categoria mulher. A partir da decolonialidade podemos pensar num Feminismo latino-americano que, ao invés de se vincular automaticamente aos padrões universais, questiona as estruturas que garantem a permanência da colonialidade e promove o giro decolonial como movimento de resistência epistemológica.

Ainda na perspectiva do Feminismo Decolonial como uma produção daquelas que estão historicamente à margem, e que tecem críticas ao feminismo hegemônico, Castro (2000) afirma que:

Como o restante dos feminismos subalternos, o decolonial também não se vê reconhecido na representação do feminismo pelo feminismo hegemônico-liberal-branco-ocidental-heterocentrado. As experiências e vivências de um corpo feminino racializado, cis ou trans, e pobre, em países da periferia global é tão própria que não há como alguém que nunca viveu sob as mesmas condições saber seu significado ou poder descrever suas dores. Os feminismos, portanto, são diferentes, porque há inúmeras formas de viver em um corpo feminino. Mas quando o feminismo *mainstream* reivindica a universalização da opressão de gênero como se essa opressão atravessasse todas as culturas e classes sociais, e se sobrepusesse a outras formas de opressão, o que ele está fazendo, na verdade, é também oprimir. Isso é racismo de gênero (Castro, 2020, s.n).

Lugones (2020) afirma que o sistema de gênero se constituiu e cristalizou junto ao projeto colonizador europeu, construindo o gênero e suas relações e organizando, a vida de homens e mulheres brancos e burgueses, colocados como padrão do que significa ser homem ou ser mulher e tendo na heterossexualidade uma característica compulsória, enquanto os povos racializados foram reduzidos à animalização e ao abuso sexual e laboral. Castro (2020) afirma que os colonizados foram aproximados ao chamado estado de natureza (relacionado à barbárie) e considerados não civilizados e, a partir dessa perspectiva se justificou a sua exploração por séculos. O processo de construção do sistema moderno-colonial de gênero, portanto, foi marcado pela hierarquização e pela violência física e epistêmica, e estas desigualdades continuam sendo reproduzidas mesmo após o fim do colonialismo.

Dentro dos Feminismos Decoloniais existem grupos cujas análises partem de seus locais geográficos, a exemplo do Feminismo Comunitário da América Andina, o Feminismo Chicano do México, as produções das intelectuais afro-dominicanas, africanas asiáticas, sendo que estas produções buscam demarcar que os obstáculos e perigos enfrentados pelas mulheres negras, mestiças, chicanas, lésbicas e trans não são os mesmos enfrentados pelas mulheres brancas e de classe abastada que pautaram o discurso feminista durante boa parte do tempo. Essa realidade diversa é apontada por Glória Anzaldúa, teórica que defendeu o chamado pensamento fronteiriço, em sua carta para as mulheres do Terceiro Mundo:

A mulher de cor iniciante é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que, neste último, isto esteja gradualmente mudando. A lésbica de cor não é somente invisível, ela não existe. Nosso discurso também não é ouvido. Nós falamos em línguas, como os proscritos e os loucos (ANZALDÚA, 2000, p. 229).⁴⁰

Os feminismos do século XX não estabeleceram conexões entre gênero, classe e sexualidade como elementos racializados, construindo sua luta em torno da libertação da mulher, pautada nas demandas traçadas pelas mulheres brancas e burguesas, restando às mulheres racializadas um papel de inferioridade que não lhes permitia compartilhar e celebrar as conquistas do movimento feminista. Os estudos feministas negros e decoloniais apontam que o conceito de sororidade, como relação de união entre mulheres não diz respeito à realidade concreta, dadas as diferenças de raça, classe e sexualidade que também deveriam ser

40 ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In: Revista Estudos Feministas. v. 8, n. 1, 2000. p. 229-236 DOI: <<https://doi.org/10.1590/%25x>> Acesso em 01/02/2021.

consideradas nos movimentos feministas.

O Feminismo Decolonial se aproxima do Feminismo Negro, ao pontuar a perspectiva de que as opressões experienciadas pelas pessoas subalternizadas não podem ser vistas de forma fragmentada, uma vez que elas atuam de forma interseccional, e a crítica à universalização no que se refere à experiência de ser mulher. Ambas as concepções atuam “rompendo fronteiras e colocando os sujeitos que historicamente estiveram à margem no centro da produção do conhecimento” (Figueiredo, 2020).

As feministas negras e decoloniais estão comprometidas com a luta contra as opressões de raça, gênero, sexualidade e de classe, estabelecendo como missão importante a produção de análises e práticas que considerem que os principais sistemas opressores atuam de forma interligada. Há, em ambos os movimentos, a ideia de que apenas a teoria não é suficiente para transformar a realidade social e as origens de ambos estão relacionadas à trajetória de luta por humanização, contra o extermínio e pela liberdade dos povos racializados. Nessa perspectiva, considerando que das diferentes relações sociais emergem diferentes epistemologias, avaliamos os Feminismos Negro e Decolonial como parte de um movimento que Santos (2004) denomina de sociologia das ausências, uma vez que tais grupos intelectuais apontam que o que não existe é, na verdade, produzido como não existente através da desqualificação, invisibilização e descarte dos saberes dos grupos subalternizados empreendida por uma ciência pautada em concepções universalizantes, lineares e totalizantes. A partir desse questionamento, se busca transformar as ausências em presenças, apresentando possibilidades concretas de transformação social e indicando caminhos de um processo emancipatório possível.

No campo da Educação, percebemos que ainda há dificuldade em discutir outras racionalidades, a exemplo dos saberes produzidos pelos movimentos sociais, em especial o movimento de mulheres negras, o que gera um processo de não-existência. Para este campo, Santos (2004) sugere que consideremos a sociologia das ausências. E, com base no apontamento das ausências, é possível promover a emergência de saberes, lógicas e experiências dos movimentos sociais. Constatada a produção de não-existências, a sociologia das emergências teria então o papel de abrir as possibilidades de trabalho com o que ainda não está sendo considerado, ocorrendo assim a abertura de um horizonte de expectativas em que, as políticas públicas que contemplam a igualdade racial, de gênero e sexualidade estão inseridas.

Nesse sentido, assim como Curiel (2007), compreendemos que as feministas decoloniais atuam no sentido de feminizar a decolonialidade e descolonizar o feminismo, considerando que as mulheres oriundas do Sul Global e Epistêmico foram racializadas e desacreditadas tanto pelas sociedades racistas e patriarcais as quais estavam inseridas, como também “pelo próprio feminismo, devido ao cunho racista que o permeava” (Curiel, 2007, p. 7). Estas características dos feminismos decoloniais nos auxiliam a melhor compreender as atividades educativas realizadas na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria uma vez que estas mulheres atuam no sentido de articular estratégias de resistência contra o racismo, o machismo, o sexismo, a transfobia e o classismo que sirvam para a promoção da justiça social.

3. APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O ASSOCIATIVISMO NEGRO NO BRASIL

Nesta seção, abordamos o Movimento Negro em perspectiva histórica, compreendendo que o associativismo negro no Brasil existiu desde o período da escravização, quando os sujeitos negros buscaram se organizar e resistir a diferentes formas de violência empreendidas pelo colonizador europeu a partir da concepção da existência de uma hierarquia racial, que demarcou profundamente a organização do sistema colonial. A resistência negra, nesse contexto, decorreu de diferentes maneiras, a exemplo da manutenção da religiosidade africana, da constituição de quilombos, da organização em irmandades cristãs, da compra de cartas de alforria, ou da luta abolicionista, todas estas alternativas que representam o agenciamento do povo preto para garantir a sobrevivência ou pleitear melhores condições de vida. E, considerando que González (2020) afirma que o Movimento de Mulheres Negras emerge do Movimento Negro, é importante destacar a construção histórica desta coletividade nas últimas décadas.

Em fala proferida em um evento do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, Domingues (2022)⁴¹ define o ativismo negro como a articulação de mulheres e homens africanos e seus descendentes em torno de uma atividade ou instituição no espaço público, tendo em vista o fazer coletivo em nome do grupo que procuram representar. Nesse sentido, o autor destaca três aspectos importantes para se pensar o associativismo negro, do qual o Movimento Negro institucionalizado faz parte: o aspecto da Auto-Organização negra, o da ação coletiva e o fato desta ação coletiva se dar de forma organizada.

Assim como Ramos (1938), Domingues (2022) afirma que o associativismo negro como reação contra o preconceito de cor surge no período da escravização e, ao longo do tempo, ganha novos contornos, dimensões, configurações e capilaridades, de acordo com o contexto. No entanto, o autor destaca que o associativismo não apresenta unicamente caráter reativo, de apenas posicionar-se em torno da luta contra o preconceito racial, mas também havia, por parte dos sujeitos negros, o desejo de autonomia, de viver e organizar-se de acordo com princípios e experiências, tradições e aspirações específicas e interesses comuns, montando narrativas, propostas, demandas, projetos e ações coletivas, com vistas a garantir a população africana e afro-brasileira conquistas, no que se refere ao reconhecimento de direitos

e conquista da cidadania.

Nesse sentido, Pereira (2010) corrobora o pensamento de Domingues (2022), quanto à ideia de que o associativismo negro adquire novas camadas e formas de articulação e organização, de acordo com o contexto histórico e suas possibilidades, e ao fato de que esses coletivos se dedicam ao combate ao racismo e à luta por melhores condições de vida para a população negra, independente de suas formas de ação:

É exatamente neste contexto, de luta contra o racismo e pela melhoria das condições de vida da população negra, ou de luta por mudança na “distribuição vigente das recompensas e sanções sociais” e nas “formas de interação individual e [nos] grandes ideais culturais” que se constitui o movimento social negro brasileiro ao longo do século XX. Em cada momento da história do Brasil no século XX, de acordo com as diferentes conjunturas sócio-históricas e com as possibilidades de atuação construídas, o movimento social negro organizado possuía características distintas (Pereira, 2010, p. 81).

As organizações negras eram lugares de memória, sociabilidade, civismo e diversão da população negra, mas, para além disso, se constituíram em espaços de formação política e cultural onde as pessoas negras se reuniam, debatiam, ressignificavam e significavam tradições afrodiaspóricas, discutiam experiências comuns e, a partir daí, apontavam caminhos, estratégias e projetos de incidência política em prol da promoção da mobilidade social do povo negro. Entre as propostas esboçadas pelas associações negras estão: a reabilitação moral da população negra, a preocupação com a autoimagem, a valorização da identidade negra, a preocupação com a melhoria do nível educacional e instrucional da população negra, a necessidade de reagir frente às instituições e a defesa da inserção dos negros na política (Domingues, 2022).

De acordo com Ribeiro (2008), o Movimento Negro busca o reconhecimento da ancestralidade africana enquanto valor positivo, ao passo que tem sua luta marcada pela garantia da dignidade e pela continuidade da resistência contra a desigualdade racial. Para Silva e Xavier (2019), o associativismo negro pode ser entendido como:

as diversas formas de agenciamento da comunidade negra no exercício de organização e apoio para melhores condições de vida. Ele podia vir de uma relação de amizade, uma ajuda na obtenção de direitos, denúncia da exclusão, enfim podia englobar uma série de atividades coletivas como a criação de jornais, clubes, escolas, apoio à religiosidade e toda uma série de manifestações em favor da defesa e promoção do grupo (Silva; Xavier, 2019, p. 2).

As autoras, assim como nós, compreenderam que o Movimento Negro abrange todas

as formas de resistência do povo preto em prol de sua sobrevivência e dignidade, desde o seu sequestro em África. Ao analisar a trajetória do Movimento Negro organizado no pós-abolição, Domingues (2007), referenciando-se na pesquisa de Pinto (1993), identifica o Movimento Negro como:

[...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o Movimento Negro, a “raça” e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o Movimento Negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (Domingues, 2007, p. 101-102).

A concepção trazida por Domingues (2007) relaciona o Movimento Negro à luta para resolução dos problemas oriundos da desigualdade e da discriminação raciais, que marginalizavam a população negra no pós-abolição, impedindo, portanto, a sua plena inserção na sociedade brasileira e no recém-criado regime republicano. Nesse sentido, o componente raça é o marcador de opressão, que mobiliza esta coletividade na luta por melhorias e pelo reconhecimento dos seus direitos básicos.

Em documento produzido no 1º Encontro Nacional de Entidades Negras (São Paulo, 1991), a compreensão do Movimento Negro era abrangente, contemplando a pluralidade de iniciativas de resistência negra presentes no país naquele momento. De acordo com o texto, publicado no Jornal do Movimento Negro Unificado (MNU), fariam parte do Movimento Negro:

[...] o conjunto de iniciativas de resistência e de produção cultural e de ação política explícita de combate ao racismo que se manifesta por via de uma multiplicidade de organização em diferentes instâncias de atuação, com diferentes linguagens, por via de uma multiplicidade de organização espalhadas pelo país. Trata-se, de fato, de um mosaico que tenta sustentar sua identidade no propósito comum de posicionar-se contra o racismo (Souza, 2006, p. 14).

A ideia de multiplicidade de iniciativas, exposta pelo documento do MNU, se aproxima da forma que compreendemos o Movimento Negro, uma vez que consideramos que as agências negras, em diferentes campos, têm o intuito de combater o racismo e viabilizar para o povo preto a equidade de direitos para além do previsto nas leis nacionais. Organizados a partir do antirracismo, os negros vêm historicamente questionando a História oficial e buscando falar de si, não apenas como contribuintes, nem como vítimas de uma formação

sócio-histórica, mas como participantes desta formação (Nascimento, 2018).

Como este trabalho reflete sobre o Movimento Negro contemporâneo, nos ateremos ao período histórico do associativismo negro no pós-abolição, destacando algumas instituições que ajudaram a abrir os caminhos que hoje eu e as ativistas da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria trilhamos na construção de uma sociedade antirracista, antissexista, antilgbtfóbica e livre de desigualdades socioeconômicas proporcionadas pelo sistema capitalista. Retomamos o contexto brasileiro no imediato pós-abolição a partir da reflexão de González (1983), que delinea a continuidade da luta de negros e negras apesar da aprovação da lei abolicionista.

No período pós-abolição, essa resistência se reorganizou, com vistas a alcançar a cidadania preconizada pela primeira Constituição da República, através da possibilidade de participação política mediante voto, e a possibilidade de ocupar postos de trabalho em consonância com a nova dinâmica econômica da sociedade brasileira. Nesse período, buscando inclusão social, surgem diversas entidades de cunho assistencialista, cultural ou recreativo que reuniam negros e negras na luta antirracista, em prol da valorização cultural afro-brasileira e da inserção justa da população negra no mercado de trabalho e no sistema educacional. Eram grupos que desenvolviam atividades de caráter social, cultural, educacional, desportivo, artístico, ou mesmo realizando ações voltadas para o socorro mútuo e atividades beneficentes.

De acordo com Rios (2014), o Movimento Negro surgiu no início do século XX, quando ocorreram os primeiros protestos contra o preconceito de cor publicados na imprensa negra e, através da criação de associações, que foram assumindo objetivos políticos em torno da luta pela integração do negro na sociedade republicana e capitalista. A autora também pontua que esta articulação coletiva emerge a partir da atuação de lideranças negras, oriundas de grupos sociais que obtiveram alguma ascensão social, os quais são denominados de elite negra.

Domingues (2007), em sua análise sobre o associativismo negro no pós-abolição, aborda etapas, atores e propostas, e estabelece uma periodização para demarcar a trajetória do Movimento Negro, organizado a partir da Proclamação da República. O primeiro momento (1889-1937) é caracterizado pela chegada do regime republicano e a continuidade da marginalização da população negra, então liberta, mas que permanecia atingida pelas mazelas do racismo que, neste período, encontrava amparo nas teorias eugenistas e racistas que

defendiam o branqueamento do país, mediante o incentivo à imigração europeia. Diante desta realidade, os negros se organizaram em torno de clubes, grêmios e associações, que tinham cunho assistencialista, cultural ou recreativo, e da imprensa negra, constituída por jornais voltados para a população negra.

O referido autor destaca a Frente Negra Brasileira (1931-1937) como um grande ator de mobilização negra nesta primeira fase, uma vez que possuía uma grande estrutura organizacional e atingiu mais de 20 mil associados em diferentes regiões do Brasil, além de dispor de uma variedade de setoriais para prestação de serviços à população negra, e de possuir uma agenda intensa de mobilização política e social. Fundada em 16 de setembro de 1931, na cidade de São Paulo, a Frente Negra Brasileira, oficialmente chamada União Social da Raça, conforme seu estatuto, tinha como objetivo central promover a união do negro, sua elevação e completa integração do negro na sociedade brasileira.

González (2022) também destaca a Frente Negra como uma organização que conseguiu condensar o assimilacionismo (reivindicação pela inclusão do negro na sociedade) e as práticas culturais, conseguindo aglutinar milhares de adeptos a partir do grande centro econômico do país, onde os negros iniciavam o seu processo de inserção na sociedade capitalista.

De acordo com Domingues (2007), apesar da expressividade da Frente Negra Brasileira, nesse período “o Movimento Negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e um projeto ideológico mais amplo” (Domingues, 2007, p. 105). A Frente Negra Brasileira também foi destacada anteriormente nos estudos de Ramos (1938), Bicudo (1942), Fernandes (1965), Butler (1992) e Guimarães (2002), como referência na luta por direitos sociais da população negra, nas primeiras décadas do século XX.

Outra forma importante de articulação negra, destacada nos estudos historiográficos e sociológicos sobre associativismo negro, é a Imprensa Negra. Este conjunto de veículos de comunicação é tema dos estudos de Bastide (1973), Ferrara (1986) e Pinto (2010), sendo compreendido enquanto meio utilizado para denúncia das desigualdades raciais e socioeconômicas experienciadas pela população negra em virtude da existência do preconceito de cor.

Pereira (2010) aponta que “em muitos casos, esses jornais da “imprensa negra” eram veículos de informação constituídos por organizações como os grêmios, clubes ou

associações, que surgiram em algumas partes do país desde o final do século XX” (Pereira, 2010, p. 86). O autor considera a Imprensa Negra como um conjunto de “veículos de informação constituídos por negros tiveram um papel fundamental para a circulação de informações, ideias e referenciais para a luta contra o racismo no Brasil e em outras partes do planeta” (Pereira, 2010, p.124).

Voltando à periodização estabelecida por Domingues (2007), o autor destaca que o período do Estado Novo (1937-1945) foi caracterizado como um momento de relativo esvaziamento do Movimento Negro, em virtude da repressão imposta pelo regime ditatorial varguista, que extinguiu partidos políticos e perseguiu opositores. A Frente Negra Brasileira encerrou suas atividades, porém, várias organizações negras continuaram existindo no período, a exemplo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (BA) e de agremiações culturais como os blocos carnavalescos. González (2022) também destaca as entidades negras de massa como símbolos do processo de resistência negra, apesar das tentativas de apropriação por parte do Estado Novo. Nos desfiles havia músicas de protesto e temas que contestavam o racismo e enalteciam a identidade negra.

Sendo assim, o segundo momento histórico da atuação do Movimento Negro é compreendido por Domingues (2007), como o período de 1945 a 1964, e é marcado pelo ressurgimento, após o hiato ditatorial, porém, com menor poder de aglutinação de outrora. Nesse contexto, há destaque para a atuação da União dos Homens de Cor (UHC), da Associação dos Negros Brasileiros, e do Teatro Experimental do Negro (TEN), criados em 1943 e 1944, respectivamente, e para a continuidade das publicações de jornais e revistas que compunham a chamada Imprensa Negra. A retomada da democracia, após o Estado Novo, foi marcada pelo surgimento e diversificação de grupos negros em diversas partes do país, defendendo a afirmação identitária e a igualdade de direitos e cidadania, fato este que caracterizou o período entre 1945 e 1964, quando o Brasil mais uma vez tem sua democracia golpeada pela ação de grupos autoritários.

Com a instauração do regime militar em 1964, os movimentos sociais são novamente desarticulados devido à perseguição e a cassação de direitos impostas pelo novo regime. Nesse contexto, Rios (2014) afirma que o Movimento Negro contemporâneo foi gestado e intelectuais, ativistas, artistas e políticos negros, que contestavam a perspectiva da democracia racial, e que também se posicionavam contrários à ditadura e em defesa da democracia, eram vistos como uma ameaça aos governos ditatoriais e tinham seus direitos políticos cassados.

Um exemplo significativo da perseguição aos movimentos sociais foi a imposição da Lei de Segurança Nacional, disposta no Decreto-Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969. Este decreto restringia o espaço de atuação dos ativistas e, aliado a isso, a censura atingia as produções culturais, artísticas e intelectuais, bem como a realização de manifestações.

González (2022) aponta que o regime militar representou a imposição de uma “pacificação” da sociedade civil (leia-se repressão), em nome da construção de um novo modelo econômico, que também relegava ao negro uma posição de inferioridade e, nesse contexto, as entidades negras de massa sofreram o impacto da inserção da dinâmica capitalista e ditatorial na construção das atividades, com a mercantilização do carnaval. No que se refere ao caso específico da luta negra, Guimarães (1999) afirma que “nos anos de ditadura militar, entre 1968 a 1978, a “democracia racial” passou a ser um dogma, uma espécie de ideologia do Estado brasileiro” (Guimarães, 1999, p.66), defendida inclusive no âmbito internacional, e isso contribuiu bastante para restringir a atuação do Movimento Negro.

Algumas atividades fragmentadas do Movimento Negro ocorreram nos primeiros anos da ditadura militar, a exemplo da continuidade de jornais impressos, da realização de eventos, a exemplo das Semanas Afro-Brasileiras organizadas pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos e pela Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil, da criação de centros culturais e de pesquisa como o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), e do movimento relacionado à Soul music, difundido entre jovens do Rio de Janeiro e São Paulo (Domingues, 2007; González, 2022).

Outra característica importante do ativismo negro na década de 1970, destacada por Pereira (2010), é a criação de redes de relacionamento entre militantes negros brasileiros em âmbito nacional e internacional. Analisando a interação interna entre os militantes negros brasileiros, o autor considera que “essas redes possibilitaram a difusão de informações e elementos importantes para a organização do movimento em todo o país” (Pereira, 2010, p. 96). Do ponto de vista internacional, Pereira (2010) pontua que muitos ativistas brasileiros fizeram viagens ao exterior divulgando a luta negra e denunciando o mito da democracia racial que, tanto interna quanto externamente, contribuiu para se pensar que as relações raciais no Brasil ocorrem de maneira pacífica e sem segregação.

No contexto da abertura democrática, iniciada a partir do final dos anos 1970, uma série de movimentos e organizações sociais volta às atividades de rua, dentre elas algumas organizações do Movimento Negro. De acordo com González (2022), nesta década, houve

uma intensificação dos contatos entre entidades e ativistas negros do Rio de Janeiro e de São Paulo e, a partir desta interação se pautou a necessidade de criar um Movimento Negro de caráter nacional, lançando as bases do que seria o Movimento Negro Unificado (MNU).

O ano de 1978 marca a fundação do Movimento Negro Unificado o que, para Nascimento (1989) representou a volta do Movimento Negro organizado à cena política do país. O grupo, inicialmente denominado Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR), surgiu em 18 de junho de 1978, através da divulgação de uma Carta e de uma convocação para um ato a ser realizado em 07 de julho de 1978, contra o racismo e a violência policial, em virtude do assassinato de Robson Silveira da Luz, além da discriminação racial sofrida por atletas do Clube de Regatas Tietê. A Carta indicava que a motivação para a criação de um movimento unificado era: “defender a comunidade afro-brasileira contra a secular exploração racial e desrespeito humano a que a humanidade é submetida” e denunciando que a discriminação racial “destrói a alma do homem negro e sua capacidade de realização como ser humano.” (González, 2022, p. 55).

O ato do dia 07 de julho de 1978 reuniu cerca de 2 mil pessoas nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo e tinha como pautas o fim da discriminação racial, a denúncia da violência policial, e a defesa da igualdade racial. Foi disponibilizada uma Carta Aberta onde os ativistas conclamavam os negros a formarem células de luta em diferentes espaços, tais como periferias, vilas, prisões, terreiros, locais de trabalho e estudo para auxiliarem no combate à discriminação racial (Domingues, 2007).

Rios (2008) considera que o referido ato representa um marco dos protestos do Movimento Negro contemporâneo, uma vez que várias organizações negras aderiram a uma campanha nacional de combate à discriminação racial, à violência policial e a favor da efetivação da democracia racial, para além da distorção imposta pelos donos do poder. Através desse ato, o Movimento Negro ganhava as ruas novamente, num contexto ditatorial. Já Pereira (2010), considera a denúncia do “mito da democracia racial” como um elemento crucial na constituição do movimento, a partir da década de 1970, e o surgimento do MNU como um marco na formação do Movimento Negro contemporâneo. Pereira (2010) também sinaliza que houve uma articulação prévia de ativistas negros, em diferentes partes do país, com o fito de discutir e construir a agenda de luta do povo preto naquele momento, e que a interação com militantes negros, que atuaram nas primeiras décadas do século XX, foi algo que se deu a posteriori, conforme os ativistas iam se integrando às frentes de luta.

Para Domingues (2007), o MNU foi responsável por destituir o termo “negro” de sua conotação negativa, adotando-o oficialmente a fim de designar, não apenas a instituição, mas todos os afrodescendentes. Isso representou a ressignificação do termo, que deixava de ser ofensivo, e a exclusão do termo pessoas ou homens de cor das atividades realizadas pelos coletivos negros. Outro aspecto importante defendido pelo MNU e que tem relação com a Educação, é a defesa da reavaliação/reescrita do papel do negro na história do Brasil e a ressignificação de datas alusivas à trajetória negra, a exemplo do 20 de novembro, que marcava a morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares, e que, graças ao Movimento Negro, se constituiu no Dia da Consciência Negra. Já o 13 de maio, data alusiva à abolição da escravidão, foi transformada em data de protesto e denúncia quanto à falsa abolição e ao mito da democracia racial. Sendo assim, a partir do final dos anos 1970, o Movimento Negro, do qual o MNU é um grande expoente, “se coloca como catalisador de mudanças nas representações e estereótipos acerca dos descendentes dos africanos no país” (Neves, 2000, p. 1).

Na década de 1980, o Brasil se encontrava no contexto da reabertura democrática, com intensas mobilizações de rua organizadas por diversos movimentos sociais. No caso do Movimento Negro, esta década foi marcada pela realização de eventos diversos, pelo surgimento de vários coletivos negros, com destaque para a emergência do Movimento de Mulheres Negras. Surgido a partir da constatação da desigualdade de gênero existente dentro do Movimento Negro, e da desigualdade racial perpetuada no Movimento Feminista, este movimento levou que as mulheres negras passassem a se posicionar enquanto ator político independente, articulando-se nacional e internacionalmente, e ocupando espaços em diversas instâncias da sociedade civil e em espaços de discussão internacional.

O centenário da abolição, em 1988, foi um momento importante do protesto negro, no qual se identificou um confronto de narrativas entre Estado e Movimento Negro. Enquanto o Estado buscava fazer do 13 de maio de 1988 uma data celebrativa, o Movimento Negro, através de suas marchas, panfletos, jornais, campanhas, manifestações culturais e defendia a premissa da falsa abolição. (Rios, 2008; 2014).

Além disso, nos anos 1980, o Movimento Negro atuou no contexto da mobilização pelas eleições diretas e na construção de propostas para serem levadas à Assembleia Constituinte, instaurada com vistas a redigir uma nova Carta Magna para o país, após a retomada da democracia. Ainda sobre a atuação Movimento Negro nesta década, Rios (2014)

afirma que os últimos anos desta década foram importantes para o ativismo negro inscrever na história do país as suas reivindicações em torno da igualdade racial, e que, neste período, ocorreu a expansão e nacionalização do movimento, a partir da realização de encontros regionais, que tinham como objetivo aumentar o quantitativo de ativistas e fortalecer organizações negras em diversas partes do país, através da formação política.

Estes encontros contribuíram para a apropriação das pautas e para o fortalecimento das reivindicações no contexto da Constituinte e das mobilizações em torno do centenário da abolição da escravidão⁴². Além dos Encontros regionais, também ocorreram, na década de 1980, eventos nacionais, a exemplo do I Encontro Nacional de Entidades Negras (1982, Rio de Janeiro) e do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988, Valença - RJ) e a continuidade da imprensa negra também marca o período, através da criação de vários jornais negros em diferentes estados o que, para Rios (2014) representou a “descentralização, a expansão e o enraizamento da luta antirracista, além de um diálogo com a luta mais abrangente no âmbito nacional” (Rios, 2014, p. 141). Avaliando a importância dos encontros, Pereira (2010) afirma que estes foram cruciais para a construção de redes de relações que alimentaram a constituição do Movimento Negro no país.

Nos anos 1980, o Movimento Negro atuou, também, do ponto de vista da Educação, a partir de iniciativas que iam das visitas a escolas, para realização de palestras informativas que desconstruíam estereótipos negativos sobre a trajetória da população negra, passando pela elaboração de materiais didáticos, como cartilhas, que serviam “para informar não só alunos e professores nas escolas, mas os próprios militantes e a sociedade como um todo” (Pereira, 2010, p. 207).

Podemos identificar, também, que o Movimento Negro se articulou, durante a reabertura democrática, na perspectiva de defender a presença negra em espaços de poder. Para Rios (2014), a estratégia do Movimento Negro foi a de “insistir na ideia de que os interesses da população afro-brasileira só seriam bem representados, caso houvesse a presença negra no processo decisório” (Rios, 2014, p.155), uma vez que a partir da presença negra, se poderiam apresentar propostas alinhadas ao combate do racismo e à defesa da intersecção entre raça e classe na construção de políticas públicas.

O espaço de tempo entre 1978 e 1988 representou, portanto, um momento de grande

42 Rios (2014) elenca a realização de 13 Encontros Regionais organizados pelo Movimento Negro na década de 1980, sendo destes 2 realizados na região centro-oeste, 9 Encontros Norte-Nordeste e 2 Encontros Sul-Sudeste.

expansão do Movimento Negro, em termos de projeção política, interação com outras organizações da sociedade civil e religiosas, difusão de propostas, da interferência no processo de revisão dos estudos sobre relações raciais, a partir de intelectuais negros ativistas, e na capilarização por diversas partes do país. Domingues (2008) informa que, no contexto do processo de redemocratização do Brasil, o Movimento Negro apresentou uma tendência de atomização, através da criação de centenas de grupos afro-brasileiros negros, nas mais diversas partes do país.

Durante a Constituinte, o Movimento Negro, aliado a outros movimentos sociais, defendeu pautas, como: penalização da discriminação racial, descriminalização do aborto, defesa da liberdade de culto, posicionamento contrário a programas de controle de natalidade, garantia do direito à terra para os quilombolas e a desapropriação de terras improdutivas, rompimento de relações diplomáticas com países segregacionistas e defesa da consideração da tortura como crime contra a humanidade, dentre outros (Rios, 2014).

Nos anos 1990, Rios (2014) pontua que o debate sobre relações raciais deixou de ser um tema considerado marginal para ocupar maior audiência no espaço público, com a presença de ativistas nos espaços institucionais, como conselhos, parlamento, na burocracia estatal ou no judiciário. Este fato decorre de todo o histórico de mobilização negra posto em prática desde os anos 1970, com o movimento conseguindo inserir, na agenda pública, algumas pautas do ativismo negro.

O governo Collor (1990-1992) foi marcado pelo desmonte de políticas públicas e conselhos que contavam com a participação da sociedade civil a partir de seu alinhamento automático com o neoliberalismo e, nesse contexto, a Fundação Cultural Palmares chegou a ser extinta em 1990, tendo o quadro revertido a partir da mobilização do Movimento Negro junto ao poder Legislativo.

Uma característica comumente apontada nos estudos sobre o Movimento Negro é a interação de coletivos negros com Organizações Não-Governamentais (ONG), ou mesmo a criação de ONGs por grupos negros. Para Pereira e Pereira (2021), o Movimento Negro, assim como outros movimentos sociais, sofreu os impactos da imposição de uma agenda liberal implantada nos anos 1990, uma vez que esta agenda impunha o enfraquecimento do Estado, no que se refere aos temas sociais, impactando diretamente sob as vidas negras, as mais vulneráveis em termos socioeconômicos. Além disso, os autores associam a imposição dessa agenda neoliberal com a ampliação do número de Organizações Não Governamentais

(ONGs) voltadas para auxiliar a população negra, principalmente organizações criadas por mulheres negras.

Além disso, foi marcante a presença de coletivos negros em eventos nacionais e internacionais, a exemplo da presença das mulheres negras na Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, ocorrida na capital chinesa, em 1995. Nestes eventos, os ativistas, que se preparavam previamente a partir da construção de uma rede de debates, elaboravam pautas reivindicatórias para ser apresentadas nos locais de discussão mais amplos.

Nos anos 1990, nota-se a inserção de muitos ativistas ocupando cargos em administrações estaduais e municipais, onde podiam negociar pautas de interesse da população negra em órgãos criados para tratar da igualdade racial. Os ativistas negros adentravam à burocracia estatal para pressionar, a partir de dentro, pela inserção das demandas do Movimento Negro.

Domingues (2008) referencia que a década de 1990 também trouxe a fragmentação e multiplicação do Movimento Negro, decorrente da formação de vários grupos regionais, mas também ocorreu o surgimento de movimentos de alcance nacional, a exemplo da União de Negros pela Liberdade (UNEGRO). Essa fragmentação e multiplicação, no entanto, não representou o enfraquecimento do Movimento Negro, uma vez que as redes de interação entre entidades negras, estabelecidas desde as primeiras décadas da República, e intensificadas na década de 1970, permaneceram existindo. Um exemplo dessa interação nos neste período foi a realização do I Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), realizado em 1991, na cidade de São Paulo.

Após o I ENEN, foi criada a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) que, de acordo com Domingues (2008) “funcionando como uma espécie de central das organizações afro-brasileiras de base de todo país e articulando os Fóruns Estaduais de Entidades Negras” (Domingues, 2008, p. 105). Outra tendência apontada pelo autor é o processo de especialização de entidades negras por áreas consideradas como estratégicas.

Nesse contexto, Rios (2014) aponta um deslocamento de ativistas negros para outras instâncias políticas, a exemplo da parceria com organizações nacionais e internacionais para a captação de recursos, a fim de realizar iniciativas políticas, culturais e de assistência social. Destacam-se, nesse aspecto, ONGs como Geledés e Crioula, como importantes agentes mobilizadores da população negra, em especial as mulheres negras e periféricas.

A utilização da *advocacy* também é apontada por Rios (2014) e por Rodrigues e Freitas (2021), como estratégia de atuação política do Movimento Negro na década de 1990, pressionando instâncias governamentais em prol da aprovação de políticas públicas que beneficiem a população negra. Guimarães (2005) delinea que a dinâmica do modelo estatal dos anos 1990 representou o fortalecimento das ONGs, que prestavam serviços de diversos segmentos às comunidades periféricas (majoritariamente ocupadas por pessoas pretas) e a consolidação de uma camada intelectual negra, que atuava fora da burocracia estatal, estabelecendo parcerias com fundações internacionais, entidades religiosas e instituições privadas.

A defesa das ações afirmativas, bem como de políticas de compensação e reparação, foram temas bastante destacados na militância negra, nos anos 1990. Além disso, coletivos negros, pensando na ampliação do número de pessoas negras no ensino superior, tomaram como iniciativa a criação de cursinhos pré-vestibulares para pessoas negras e periféricas, fato este que é relatado nas pesquisas de Pereira (2010) e Rios (2008; 2014). De acordo com Pereira e Pereira (2021), a educação superior se tornou uma das principais pautas que direcionavam a atuação do Movimento Negro, a partir dos anos 1990, sendo considerada uma possibilidade concreta de superação das desigualdades raciais e socioeconômicas. As conquistas em torno das ações afirmativas nesse campo vão ser alcançadas ao longo da década seguinte, com a implementação das cotas raciais.

Nesse sentido, consideramos que os anos 1990 representaram, na dinâmica do ativismo negro e sua relação com o Estado brasileiro, o princípio do reconhecimento do racismo, enquanto eixo estruturante da sociedade brasileira, do uso de estudos das relações raciais como fontes para interpretação do Estado brasileiro, e a preparação para a implementação de políticas públicas que vieram a ser aprovadas na década seguinte, colocando o negro efetivamente na agenda política nacional. A postura do Movimento Negro se modifica, passando de uma postura antiestatal, para uma postura dialógica e integrativa, algo que, posteriormente, vem a ser alvo de críticas por parte daqueles que analisam esse diálogo e ingresso da militância nas instituições estatais como uma estratégia de cooptação e abafamento das pautas urgentes do movimento. Pereira (2010) considera que “nos anos 1990 ativistas e organizações do Movimento Negro passaram a desenvolver e manter canais de interlocução com diferentes setores da sociedade brasileira e inclusive com instituições internacionais” (Pereira, 2010, p. 239).

Na esteira do processo de desconstrução do mito da democracia racial e do desenhar de políticas de ações afirmativas, o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000 foram marcados pela preparação para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul. Assim como em outras conferências mundiais, houve, no Brasil, uma série de eventos preparatórios, envolvendo representantes estatais e membros de ONGs voltadas para a luta antirracista, contra a xenofobia e outras formas de opressão.

Para Carneiro (2002), as Conferências Internacionais têm se constituído “em fóruns de elaboração de diretrizes para políticas públicas” (Carneiro, 2002, p. 209). E, “ao longo dos anos 1990, as várias Conferências deram visibilidade a temas essenciais, tais como direitos humanos, meio ambiente, direitos reprodutivos, gênero e pobreza, entre outros” (Carneiro, 2002, p. 209). No caso da Conferência de Durban, Carneiro (2002) relata um grande engajamento dos coletivos negros brasileiros para construir propostas a serem apresentadas no evento, através da criação de um Comitê Nacional.

Rios (2014) afirma que as conferências preparatórias para Durban contribuíram para o desenvolvimento dos ativistas nos planos local, regional e internacional, servindo para o aprofundamento das pautas e estratégias. A delegação brasileira enviada à Conferência era composta por diversos representantes de ONGs e coletivos ligados ao Movimento Negro, sendo a mais numerosa de toda a Conferência. Além dessa numerosa presença, Durban foi marcada pela escolha da ativista negra Edna Roland, então presidenta da ONG Fala Preta! para ser relatora-geral do evento. A atuação de mulheres negras, neste momento, é destacada não apenas pela participação de Edna Roland, neste alto posto, mas por toda a preparação e construção de propostas. Para Carneiro (2002), Durban representou um marco importante no crescente protagonismo das mulheres negras na luta antirracista, no plano interno e externo.

Com relação aos impactos das discussões da Conferência de Durban, Rios (2014) afirma que, além das contribuições em termos de suscitar discussões sobre racismo e formulação de políticas públicas, a Conferência contribuiu para o fortalecimento de lideranças negras brasileiras, sobretudo mulheres, que, foram responsáveis por levar para o debate internacional denúncias, mas também propostas de combate ao racismo. A autora afirma que, na prática, o processo preparatório e a própria Conferência “construíram tanto um consenso sobre uma gramática identitária dos negros na diáspora (...) como prescreveram uma nomenclatura altamente instrumentalizada de enfrentamento das desigualdades por cor ou por

raça, a saber as *affirmative or positive actions*” (Rios, 2014, p. 219). Soares (2016) também destaca os efeitos das mobilizações no início da década passada:

os anos 2000 foram marcados por uma série de eventos que conduziram a mudanças significativas, sobretudo no âmbito da legislação antirracista brasileira e da postura do Estado brasileiro, que trouxe uma nova marca na resistência e organização negra brasileira, a luta pelas políticas públicas de ação afirmativa (Soares, 2016, p. 74).

Nesse contexto, foram lançados vários decretos e portarias,⁴³ ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e que foram colocadas em prática pelo seu sucessor Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu a presidência em 2003. Nesse sentido, a mobilização negra empreendida entre os anos 1990 e 2000, através do diálogo com as instituições estatais e superando o modelo de protesto e denúncia, partindo para uma atuação mais propositiva e estratégica, foi importante para que houvesse a inserção do racismo na agenda política nacional e para que a reparação histórica fosse iniciada mediante implementação de políticas de promoção da igualdade racial nas últimas décadas.

Como exemplo de políticas e programas voltados para a igualdade racial, criados a partir dos anos 2000, podemos mencionar o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco (PAA/IRBr); o Programa Diversidade na Universidade, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e executado pelo Ministério da Educação, ambos lançados em 2002; a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e institui a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica; a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ligada à Presidência da República, em 2003; a implementação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI); o Programa Universidade para Todos (PROUNI), em 2004; o Estatuto da Igualdade Racial, criado a partir da Lei 12.288, de 20 de julho de 2010, documento este que tratou da necessidade de ações afirmativas em diversos campos, a saber:

O estatuto previu ações afirmativas de corte étnico-racial na educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à justiça e a outros direitos. A lei ainda afirmou o direito das comunidades remanescentes de quilombos ao suporte financeiro, à liberdade de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana, além de instituir cotas mínimas de participação de atores, figurantes e técnicos negros na produção de filmes e programas para o cinema e a TV e afirmar o

dever do Estado de promover a igualdade de oportunidades na educação, emprego e moradia (Feres Junior *et al.*, 2018, p. 80).

As cotas raciais para ingresso no ensino superior foram implementadas pela primeira vez em duas universidades estaduais do Rio de Janeiro, por força das Leis estaduais nº 3524, de 28 de dezembro de 2000,⁴⁴ e nº 3708, de 09 de novembro de 2001, e na Universidade Estadual da Bahia, através da Resolução nº 196/2002 do seu Conselho Universitário. Posteriormente, com a adoção de política de cotas pela Universidade de Brasília (UNB), no ano de 2003, a discussão sobre cotas se nacionalizou e causou controvérsia, com diversas opiniões contrárias por parte de setores da classe média e elite brasileira. A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, foi responsável por garantir a reserva de vagas em todas as universidades e institutos federais para estudantes oriundos de escolas públicas, com vagas reservadas para pretos, pardos e indígenas, em proporcionalidade com a composição étnica dos Estados em que as instituições estiverem situadas.

A ampliação do ingresso de negros e negras nas universidades está no bojo do que Pereira e Pereira (2021) classificam como “imbricamento entre as mobilizações promovidas pelo Movimento Negro e a admissão, por parte da institucionalidade, da necessidade de políticas públicas voltadas à população negra” (Pereira; Pereira, 2021, p. 42). Esta ampliação também contribui para uma reoxigenação do Movimento Negro, sobretudo, a partir do engajamento de jovens negras e negros que, além do aprofundamento intelectual, do questionamento dos currículos eurocentrados e do racismo institucional nas universidades, trazem para o Movimento discussões associadas às suas escrevivências nos mais diversos espaços, a exemplo da cultura e das redes sociais, que tem se mostrado um campo interessante de militância, com grande alcance no âmbito nacional.

Sendo assim, o Movimento Negro vem sendo mobilizado a partir de novas demandas e desafios, seja pelo recrudescimento das políticas públicas e programas sociais nos últimos anos, seja pela necessidade de abertura para novas dinâmicas de militância. O passar dos anos fez com que ficasse mais evidente que a “arena institucional possui um papel central para incorporar amplas parcelas da população no desenvolvimento de políticas públicas que possam redistribuir recursos, partilhar poder e, sobretudo, democratizar a sociedade.” (Pereira; Pereira, 2021, p. 44).

Destacamos, também, a grandiosidade do protagonismo do Movimento Negro, em

44 Disponível em < <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-3524-2000-rio-de-janeiro-> > Acesso em 02/12/2022.

especial, das mulheres negras, no ativismo e na produção intelectual, o crescimento das produções com temas relacionados a questões étnico-raciais e a renovação epistemológica promovida pelo Movimento Negro, tensionando a academia em torno da decolonialidade, da afrocentricidade e das epistemologias do Sul. Outrossim, a pauta da defesa da democracia, a exemplo da campanha “Com Racismo não há Democracia”, encampada pela Coalizão Negra por Direitos, do fortalecimento de candidaturas negras, antirracistas e LGBTfóbicas, a exemplo dos projetos “Eu voto em Negra” e da “Agenda Marielle Franco”, e o uso das redes sociais para a prática do ciberativismo, tem movido os ativistas negros, nos últimos anos, representando novas interfaces do Movimento Negro na atualidade.

A seguir, trataremos de algumas notas sobre o associativismo negro em Sergipe nas últimas décadas, observando em que pontos esta coletividade se aproxima do que tem sido construído no âmbito nacional, em termos de organizações, pautas e agendas e impactos das conjunturas políticas nacional e local.

3.1 Notas Sobre o Movimento Negro Sergipano nas últimas décadas

Sobre o Movimento Negro sergipano, em seu aspecto contemporâneo, constatamos a existência de lacunas de pesquisa, que precisam ser preenchidas num trabalho de resgate de documentos, memórias e narrativas que contemplem minuciosamente a trajetória do ativismo negro no Estado, buscando estabelecer uma sequência cronológica de instituições, suas respectivas ações e relações com o Movimento Negro, no âmbito nacional e internacional. Um obstáculo no processo de reconstituição da memória é o fato de que a grande maioria das instituições não possui o hábito de registrar por escrito ou guardar registros de suas atividades (Neves, 2000), dificultando investigações com uso de fontes documentais e, quando possuem, estas não apresentam fácil acesso, como talvez tivessem caso estivessem disponibilizadas em arquivos ou bibliotecas públicas. Resta aos pesquisadores buscar indícios que levem aos atores do ativismo negro e, a partir de suas histórias de vida e relatos da militância, que confrontadas ou adicionadas outras fontes, a exemplo de jornais e fotografias, subsidiem seus estudos.

Em nossa análise, compartilhamos do pensamento exposto por Souza (2012), quando esta afirma que a trajetória dos movimentos sociais sofre influência de eventos ocorridos no sistema político interno e externo, bem como das concepções dos governos estabelecidos no

poder. Compreendemos que o Movimento Negro sergipano, em grande parte, acompanhou as pautas e articulações do Movimento Negro no âmbito nacional, no que se refere às estratégias postas em prática.

Conseguimos identificar no Banco de Teses e Dissertações da Capes, e no Repositório Institucional da UFS, apenas três trabalhos de mestrado e um de doutorado, além de dois artigos que analisam as atividades e estratégias utilizadas pelos ativistas negros para combater o racismo e romper com a desigualdade racial e socioeconômica presente no Estado de Sergipe.

Em “*Construção de identidade negra e estratégias de poder: o Movimento Negro sergipano na década de 1990*”, Dantas (2003) discute a construção da identidade negra enquanto um importante instrumento de transformação sócio-racial no Estado de Sergipe, destacando as relações do Movimento Negro sergipano com entidades de outros Estados, em especial a Bahia, bem como as ações de militantes e entidades, no sentido de questionar a cultura tida como dominante, e a inserção de militantes no meio político-partidário.

Na pesquisa “*Movimento Negro em Sergipe e política institucional: um estudo a partir de carreiras de militantes negros*”, Souza (2012) realizou um estudo sobre as carreiras de militantes negros sergipanos que tinham atividades divididas entre a militância em organizações negras e/ou em partidos políticos, e a participação destes militantes em administrações de esquerda.

No trabalho “*História e Cultura afro-brasileira em Sergipe: antecedentes da lei 10639/03 (1980-2003)*”, Bispo (2015) apresenta a importância de instituições e entidades negras que foram pioneiras nas propostas que visavam a valorização da cultura afro-brasileira e a implantação dessa discussão na esfera educacional, dialogando com o que, no âmbito nacional, culminou com a aprovação da Lei 10.639/03.

A tese “*Os Militantes no Poder: Lideranças Negras nos Espaços Institucionais em Sergipe (2003-2015)*”, de Silva (2016), se debruça sobre a emergência de lideranças negras nos espaços institucionais do governo em Sergipe, observando o porquê e em que condições os militantes tiveram acesso a esses espaços, as reais condições de poder encontradas por estas lideranças e quais os discursos e critérios acionados para defender a ideia de que somente os negros possuem legitimidade para representar a causa negra. O estudo aborda as narrativas em defesa da necessidade da representação negra nos espaços institucionais, as formas e as condições de participação dos militantes negros nas esferas governamentais e o

processo de desestruturação das instâncias de promoção da igualdade racial no Estado, o que, de acordo com a autora, gerou uma descrença com relação aos partidos políticos e instâncias governamentais.

No artigo *“Movimento Negro em Sergipe: Da burocratização ao retorno às ruas”*, de Silva (2016), a autora se debruça sobre o processo de ingresso de militantes negros sergipanos em instâncias de poder nos governos estadual e municipais, e os entraves encontrados por estes ativistas no trabalho. Falta de estrutura física, verba e desrespeito às pautas raciais foram alguns dos obstáculos encontrados nesse percurso, o que levou alguns militantes a pensar em retornar aos protestos de rua como condição de reoxigenação do movimento nos últimos anos.

No artigo *“A Questão Negra em Sergipe: Visões de Militantes e de Não-Militantes”*, Neves (2000) buscou tratar da realidade do Movimento Negro sergipano, tendo como ponto de partida para a análise, tanto as estratégias que os ativistas vinham colocando em prática desde os anos 1980, quanto a recepção de pessoas negras não-militantes a estas estratégias e discursos.

Verificamos que pelo menos três destes trabalhos se debruçam sobre o processo de inserção da militância negra nos espaços institucionais de governo, o que se revelou uma tendência no direcionamento da atuação do Movimento Negro a partir dos anos 1990. Os trabalhos buscavam reconstituir as trajetórias dos ativistas até chegarem aos cargos, e os desdobramentos desta inserção no âmbito da efetividade do trabalho dos militantes, diante da burocracia estatal.

Observando a trajetória em torno da institucionalização do Movimento Negro no Brasil, verificamos que o Movimento Negro sergipano, a priori, possui conexões próximas com o que vinha sendo construído no âmbito nacional, sobretudo a partir da segunda metade do século XX.

Souza (2012) divide a atuação do Movimento Negro Sergipano, na segunda metade do século XX, em fases que se assemelham aos momentos da articulação negra no âmbito nacional, a saber: A) fase inicial, situada nos anos 1960, marcada pela criação do Grupo Regional de Folclore e Artes Cênicas Amadoristas Castro Alves (GRFACACA) e da Casa de Cultura Afro-sergipana (CCAS), num período atravessado pelo princípio do regime militar; B) fase marcada pelo surgimento e desenvolvimento de novas organizações negras no Estado e extensão da rede informal do Movimento, no contexto de abertura política, no final dos anos 1970 e década de 1980; C) Situada nos anos 1990, esta fase é marcada pela criação do Fórum

Estadual de Entidades Negras (FENS) e da ONG Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania (SACI), onde, segundo a autora, o Movimento Negro sergipano se destaca regional e nacionalmente; D) Situada anos 2000, fase onde o Estado sergipano se abre às demandas do Movimento Negro, sendo marcada pela presença de militantes negros ocupando cargos na administração pública, em órgãos de promoção da igualdade racial.

Para Souza (2012), Dantas (2003), Silva (2016) e Bispo (2015) o Movimento Negro sergipano contemporâneo teve seu início sob a égide do regime militar, a partir da criação do Grupo Regional de Folclore e Artes Cênicas Amadoristas Castro Alves (GRFACACA), em 1968. A instituição reunia professores, militantes, estudantes e simpatizantes com interesse em pesquisa e debate sobre a situação do Negro em Sergipe.

As atividades do referido grupo eram caracterizadas pela exibição de peças teatrais, espetáculos de dança inspirados no folclore, participação em festivais e realização de palestras em escolas. Diante da realidade da censura existente no regime militar, as ações do grupo eram centradas na participação do negro nas manifestações culturais do Estado. Para Silva (2016), o “fato de o Grupo carregar em sua nomenclatura termos como folclore e atividades ligadas à valorização da cultura, isso facilitou a parcial aceitação de um Estado que proclamava os ideais de nacionalismo e democracia racial” (Silva, 2016, p. 79) e ressaltou que o grupo recebia financiamentos da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) e do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

De acordo com Brito (2000), desde sua criação até meados dos anos 1980, o GRFACACA viveu uma fase “diversionista”, sem um espírito efetivo de militância, marcada, sobretudo, pelas atividades ligadas às artes cênicas⁴⁵. Dantas (2003) relata trecho de entrevista com o criador do grupo, onde ele enfatiza que a entidade não pôde se registrar enquanto entidade negra, tendo que ser registrada como entidade cultural, num processo que foi marcado pelo atraso e pela negação, por parte do Conselho Estadual de Cultura.

Em 1986, no contexto da realização do VI Encontro de Negros do Norte e Nordeste ocorrido em Aracaju, o GRFACACA passou a se chamar Casa de Cultura Afro-Sergipana (CCAS) e, de acordo com Silva (2016), o GRFACACA, e, posteriormente, a CCAS, não possuía relações institucionais, em termos de envolvimento com política partidária e estabelecimento de alianças políticas, embora alguns de seus projetos, desenvolvidos ao longo dos anos, tivessem sido financiados pelo governo.

45

O trabalho de Brito (2000) sobre a Casa de Cultura Afro-Sergipana é referenciado por Dantas (2003).

Silva (2016) também indica que, a partir desse momento, a instituição “passou a ser mais abertamente de denúncia ao racismo no Estado” (Silva, 2016, p. 79). Dantas (2003) relata que, nesse período, o grupo passou a “encaminhar ao governo estadual da época pesquisas e projetos a fim de dar visibilidade e importância à questão racial” (Dantas, 2003, p.54). Nesse sentido, alinhado ao processo de redemocratização que o país iniciara, a CCAS iniciou uma fase de maior ativismo em torno da discriminação racial, adquirindo um status mais contestatório.

De acordo com Souza (2012), na década de 1980, alguns frequentadores do GRFACACA fundaram a União dos Negros de Aracaju (UNA). Para Bispo (2015), a criação da instituição se deu após a realização do VI Encontro de Negros do Norte e Nordeste em Aracaju (ENNE), no ano de 1986, sendo a instituição inspirada na União dos Negros do Amapá. De acordo com a autora, a UNA “agregava estudantes negros inseridos, principalmente, no espaço da Universidade Federal de Sergipe e indivíduos comprometidos com a militância da causa negra e a denúncia do racismo na sociedade sergipana” (Bispo, 2015, p. 34).

A UNA foi responsável por organizar, em 1987, na cidade de Laranjeiras⁴⁶, no contexto das mobilizações em torno do Centenário da Abolição, o I Encontro de Negros de Sergipe. Bispo (2015) menciona o Regimento do referido encontro para apresentar os seus objetivos:

Artº 1º. Reunir entidades e negros do Estado de Sergipe, objetivando discutir a situação sociopolítica e econômica do negro em Sergipe visando propor uma ação conjunta em busca do fim do racismo. Artº 2º. Fixar um programa mínimo de atuação conjunta, para a unificação da linguagem a nível estadual em conexão nacional para o fortalecimento do Movimento Negro. Artº 3º. Incentivar militantes isolados e estimular as diversas manifestações dos Negros Estaduais, objetivando o engajamento na Luta contra o Racismo, reconhecendo na organização a força capaz de fazer avançar a luta simultânea, contra a discriminação social, racial, e sexual do segmento negro da Sociedade (Proposta de regimento interno do I Encontro de Negros de Sergipe, 1987)⁴⁷.

Nesse sentido, observamos que a proposta da UNA, de realizar encontros e mobilizar as diversas entidades negras no Estado para a luta antirracista, encontra-se alinhada com as perspectivas de atuação do Movimento Negro no âmbito nacional. Outro fato digno de nota é

⁴⁶ Laranjeiras é um município sergipano que faz parte da região metropolitana de Aracaju e que tem sua história associada à produção açucareira e utilização da mão-de-obra escravizada, sobretudo no século XIX. Sua população é composta majoritariamente por pessoas negras.

⁴⁷ Bispo (2015, p.35)

a realização do evento fora da capital, representando uma busca pela interiorização do movimento, algo que já tinha sido feito anteriormente pelo GRFACACA, dialogando também com o município de Laranjeiras para levar espetáculos e palestras. Avaliando os encontros promovidos pelo Movimento Negro sergipano, Dantas (2003) pontua:

os Encontros de Negros possibilitavam que a militância negra sergipana convidada para aqueles debates desenvolvesse a sua própria leitura acerca das desigualdades sócio-raciais no seu estado. Aqueles eventos também foram a base de suas formas de ação política, que esteve especialmente pautada no interesse de promover uma identidade negra positiva e na reivindicação de políticas públicas. Tais políticas públicas ganhavam maior importância nos novos discursos de militantes e entidades negras em Sergipe. O ponto central daquelas políticas estava direcionado para a participação da população negra no mercado de trabalho e, deste modo, contra a discriminação sócio-racial (Dantas, 2003, p. 55-56).

Para Souza (2012), na década de 1980, o Movimento Negro sergipano se ramificou em várias organizações e aumentou o seu espectro de ação. Além disso, nesta década, houve uma maior interação dos membros do Movimento Negro sergipano com outras instituições do país, o que representou diálogo com as ações do movimento no âmbito nacional. Esta interação ocorria por meio da participação de militantes sergipanos em eventos, como Encontros de Negros e outros fóruns de discussão que também eram realizados em Sergipe.

O GRFACACA, e, posteriormente a Casa de Cultura Afro-Sergipana, através do seu Instituto Sergipano de Pesquisas de Cultura Popular e Negra, teve um papel importante, no que se refere ao campo educacional. A organização foi responsável pela propositura de alguns projetos, como a inclusão da disciplina “Cultura Negra” nos currículos das escolas de 1º e 2º graus, pertencentes ao sistema Educacional de Ensino; do projeto Participação e Voz do Negro Sergipano, proposto pelo Instituto Sergipano de Pesquisa da Cultura Popular e Negra, e a solicitação da observância, pelo Estado de Sergipe, da demanda acerca da interação da Educação Básica com a diversidade cultural do país (Bispo, 2015). A proposição de projetos continuou sendo uma dinâmica de ativismo da Casa de Cultura Afro-Sergipana na década seguinte, com os projetos “João Mulungu: o herói negro sergipano” e “João Mulungu vai às escolas” (Silva, 2016a).

No caso do ambiente acadêmico, a década de 1980 também é marcada pela criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), na Universidade Federal de Sergipe (UFS), com o intuito de produzir pesquisas sobre a realidade do negro no Estado. Este grupo auxiliou na formação de muitos militantes, além de contribuir com a organização de eventos que

abordavam a questão negra no Brasil.

Nos anos 1980, a UNA se destaca como organização negra com maior capacidade de articulação, dialogando com os interesses do MNU, e, na década seguinte, exerce “papel importante nas mudanças de estratégias e configurações do Movimento Negro” (Souza, 2012, p. 97). Analisando a mobilização negra sergipana na década de 1980, Silva (2016a) ressalta que o foco do ativismo esteve na realização ou participação em eventos onde se fazia o debate sobre as questões raciais e estratégias de enfrentamento ao racismo, e, na articulação dos ativistas sergipanos com grupos locais, regionais e nacionais. Nesse contexto, a autora destaca eventos ocorridos em Sergipe e organizados a partir da mobilização dos ativistas da UNA, a exemplo do I Encontro de Negros de Sergipe (1987) e do o I Encontro de Entidades Negras de Sergipe (1989) e, na década seguinte, o I Seminário Estratégico da UNA (1993). No âmbito nacional, além dos encontros regionais de entidades negras, membros da UNA também participaram do I Encontro Nacional de Entidades Negras (1991) e da ECO/92 (Souza, 2012) e chegaram a compor a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN). Outra manifestação do ativismo negro em Sergipe, nos anos 1980, que dialoga com o contexto nacional de mobilização negra é o surgimento de blocos afro, grupos de percussão e de capoeira, a exemplo do Grupo Unidos do Quilombo (1986), criado dentro de um grupo de capoeiristas que se reunia no bairro Cirurgia, em Aracaju. De acordo com Dantas (2003):

O surgimento de diversos blocos afro e a organização, por exemplo, dos Encontros de Negros Norte e Nordeste e, mais adiante, os Encontros de Negros nos estados, são partes integrantes do movimento ou da “onda negra” que emerge na década de 1970 com a “redemocratização” da sociedade brasileira. Apesar de autônomos em relação a objetivos, blocos afro e Encontros Regionais de militantes negros estão dentro de um mesmo contexto. A extinção de alguns blocos afro e o “fechamento” de diversas entidades negras no Nordeste não são uma mera coincidência (Dantas, 2003, p. 61).

Na década de 1990, o Movimento Negro sergipano continuou atuando em rede com as outras organizações nacionais, encaminhando propostas de políticas públicas para os governos (Souza, 2012). Outra característica que relaciona o Movimento Negro sergipano com a mobilização nacional é o processo de multiplicação das entidades negras e a profissionalização da militância, e, no que se refere a esse último aspecto, os militantes da UNA se destacam, uma vez que existia um “acúmulo de experiência dos coordenadores em relação à elaboração de projetos, captação de recursos e em negociar com instituições

financiadoras” (Souza, 2012, p. 98), além da expertise em organização de eventos, o que era feito em grande parte com a colaboração do NEAB.

Diante desse processo de profissionalização, no ano de 1993 a UNA se transforma em organização não-governamental com o nome de Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania (SACI). Silva (2016) pontua que, nesse momento, “o novo caráter jurídico da entidade permitiu um maior estreitamento desta com organizações internacionais, de forma que a captação de recursos passa a ser indiscutivelmente maior” (Silva, 2016, p. 80). Com isso, a SACI atuou significativamente no processo de multiplicação e profissionalização de entidades negras no Estado. Para Silva (2016a):

como na época os recursos eram fartos, parte destes foram investidos na formação de militantes. O objetivo era torná-los mais profissionalizados e capacitados para estabelecer contato com outras entidades e ainda criar outras. São frutos desse contexto a OMIN (Organização de Mulheres Negras Maria do Egito⁴⁸) e o Grupo Abaô (Associação Abaô de Arte, Educação e Cultura Negra) (Silva, 2016a, p.80).

Nesse sentido, a SACI delimitou o seu campo de ação, observando as características das ONGs ,no que se refere ao seu status jurídico, e a missão de agregar as organizações negras passou a ser realizada através do Fórum de Entidades Negras (FENS), criado em 1991, através da articulação feita por membros da SACI. De acordo com Souza (2012), os eixos de ação da SACI eram:

capacitação de grupos comunitários, sindicatos e outras organizações; assessoria jurídica para população negra; capacitação da sua equipe a partir de estudos e pesquisas e a publicação de conhecimento para a comunidade em geral divulgado através da publicação de revistas e jornais; estabelecer diálogo com órgãos públicos dos municípios (Souza, 2012, p. 99).

Silva (2016a) aponta que houve, também, a partir dos anos 1990, uma articulação das lideranças negras com partidos de esquerda, fato este que também ocorre na esfera nacional. Esta articulação, segundo a autora, impulsionou a criação do FENS, que, segundo Souza

48 De acordo com Domingues (2015, p.251): “Descoberta pelas pesquisas de Luiz Mott, essa escrava, “mulata”, de 30 anos, pertencente ao senhor Evaristo José de Santana, morador de Aracaju, disse em Libelo Cível, de 1858, que seu senhor, homem casado, tirou-lhe a virgindade; como recompensa, deu-lhe carta de liberdade e a “teve por sua barregã por mais de 14 anos”. Depois, promoveu um casamento de aparência com seu sobrinho. Só que Maria do Egito apareceu grávida do sobrinho. Evaristo Santana teve um surto de ciúmes e, além de espancá-la a ponto de causar-lhe aborto, rasgou a carta de alforria dela. Maria do Egito constituiu advogado e recorreu à justiça, para fazer valer o seu direito à liberdade, mas acabou perdendo a causa e jazendo no cativeiro”.

(2012), se referenciando em Neves (2000) e Dantas (2003), tinha os seguintes objetivos:

O FENS foi criado em 1991 por lideranças da UNA que participavam dos Encontros Regionais de Negros. O fórum reuniu algumas organizações negras, como a SACI (coordenadora do fórum neste período), a Cooperativa Educacional Lélia Gonzáles, Sociedade de Culto Afrorreligiosos Axé Ilê Obá, Grupo Abaô de Capoeira Angola, MNI, Grupo Afro-Cultural Quilombo e Sociedade de Culto Afro-Brasileiro Filhos de Obá. O coletivo se reunia para debater questões relacionadas à organização de manifestações nos dias 20 de novembro (data em que se comemora o consciência negra), debates em escolas e universidades, encaminhamento de projetos para órgãos públicos, parcerias com entidades como a OAB, entre questões, de acordo com Dantas (2003). Mas também outras organizações atuavam independentemente do fórum, como a CCAS, Criliber, CENARAB, entre outras (Souza, 2012, p. 102).

Ainda de acordo com Souza (2012), o FENS conseguiu definir formas e estratégias de mobilização do Movimento Negro sergipano, o que levou a esta instituição protagonizar, o longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, articulações importantes com partidos políticos, e com entidades locais e de outros estados. Outra entidade, que conta com o envolvimento de militantes negros sergipanos nos anos 1990, é a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN). Surgida a partir das discussões nos Encontros Regionais de Negros, a entidade é criada após uma série de divergências internas que são explicadas por Dantas (2003) da seguinte forma:

A criação da CONEN passa por um processo de “maturação” dos grupos de militantes que estavam interessados em organizar novas entidades negras e construir direções políticas autônomas frente ao MNU. Segundo a avaliação de membros dos movimentos negros sergipanos, no que diz respeito à organização daqueles eventos no final da década de oitenta (1988 é uma data importante) no Nordeste, houve um “recorte”, uma cisão nos objetivos políticos construídos até aquela ocasião. Para os membros de entidades do Nordeste que formariam a CONEN em 1991, aqueles encontros não deveriam ser de militantes, mas de entidades negras constituídas. Essa cisão provocou o afastamento do MNU desses encontros. Os demais grupos que defenderam esta posição viriam formar a CONEN. No que se refere aos investimentos de entidades negras sergipanas na organização da CONEN, a União dos Negros de Aracaju foi a entidade interessada nesse processo (Dantas, 2003, p. 95).

De acordo com Neves (2000), o “FENS é o equivalente regional do CONEN (...), o qual se propõe a ser um aglutinador de todas as tendências existentes no Movimento Negro brasileiro e, neste sentido, competindo com o Movimento Negro Unificado (MNU) pela hegemonia no seio do movimento” (Neves, 2000, p. 6). No Fórum de Entidades Negras de Sergipe, o espaço foi marcado por discordâncias significativas entre as representações negras,

sendo a SACI o maior alvo de críticas por parte de entidades dissidentes. O FENS conseguiu realizar algumas atividades, a saber:

o FENS desenvolveu as seguintes ações: organização e direção das marchas do 20 de Novembro, dia da “Consciência Negra Brasileira”; articulação, com a Secretaria Municipal de Educação de Aracaju, em torno de uma proposta de pedagogia interétnica, a qual deveria ser inclusa na grade curricular das escolas públicas daquela cidade; organização de protestos em relação às propagandas racistas veiculadas na mídia escrita e televisiva; participação em debates promovidos por escolas públicas e universidades – principalmente no 13 de maio, data comemorativa da abolição do trabalho escravo no Brasil; participação e articulação com entidades como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) em casos de discriminação racial da população afro-sergipana, ou mesmo de militantes, dentre outras atividades (Dantas, 2003, p. 100).

Neves (2000), ao analisar o Movimento Negro sergipano a partir das estratégias que os militantes das organizações negras estavam pondo em prática desde os anos 80, sinaliza que esta coletividade é perpassada por diversas divisões, as quais foram motivadas pelas divergências em torno da forma de encarar a questão racial, seja pelas disputas entre pessoas e organizações para ocupar os espaços públicos, seja pelas divergências políticas ou por problemas pessoais entre os ativistas. Um exemplo dessas divergências é mencionado pelo autor, ao tratar do embate envolvendo a oposição entre entidades negras e as ONGs, como a SACI, que era acusada de realizar ações pontuais e paliativas.

O fato é que durante todo o período de investigação, o questionamento sobre que tipo de relações as demais entidades deveriam ter com a SACI foi recorrente. A tensão chegou a tal ponto que, nos últimos meses do ano de 1998, o FENS foi desarticulado, sem condições nem mesmo para realizar uma reunião com o quorum mínimo de quatro entidades.

Ou seja, embora houvesse um certo consenso entre os militantes acerca da situação racial no país, as divergências ideológicas e disputas por espaço sócioeconômico tornavam, por vezes, inviável a convivência entre organizações diferentes em um mesmo coletivo. O que explica a tendência centrípeta do Movimento Negro, onde as cisões e criação de novas entidades são como que normas de funcionamento (Neves, 2000, p. 8).

Nos anos 2000, houve uma multiplicação de entidades negras em Sergipe, algumas organizadas no modelo de Organização Não-Governamental, e outras como agrupamentos de reivindicação política, a exemplo da chegada da Unegro-SE (2009); e de realização de estudos e defesa de comunidades tradicionais, a exemplo da Sociedade De Estudos Étnicos, Políticos, Sociais e Culturais *Omoláiyé* (2017). Nesse contexto, também surge o Instituto Braços (2006), uma organização da sociedade civil constituída por militantes das extintas Sociedade

Afrosergipana de Estudos e Cidadania (SACI) e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que atua na defesa técnica e monitoramento de políticas públicas de educação, direitos humanos e promoção da igualdade racial.

A partir do observado por Neves (2000), no que se refere às divergências existentes entre os agrupamentos do Movimento Negro sergipano, é importante pontuar que outras entidades negras continuaram atuando para além do FENS, a exemplo da CCAS. Estas divergências de agrupamentos podem ser percebidas até os dias de hoje, no âmbito do Fórum de Entidades Negras de Sergipe.

De acordo com Souza (2012), a SACI, através de sua influência no FENS, foi responsável por realizar a aproximação do fórum com partidos políticos e candidatos de esquerda, em especial o Partido dos Trabalhadores, e isto faz com que o posicionamento político de muitos membros do fórum fosse na linha de pensamento de que os partidos de direita não representavam os interesses do povo negro. A autora, assim como Dantas (2003) associam o declínio da SACI e do FENS a esta manobra política:

o envolvimento de lideranças da SACI nas eleições e na campanha para a filiação de seus membros no PT provocou a desorganização do fórum e da SACI. Após as campanhas, não houve mais reuniões no fórum (Dantas, 2003). Em relação à SACI, alguns militantes informaram que a principal causa da desativação da ONG foi o intenso envolvimento de algumas lideranças nas eleições e a exigência de que os demais membros da SACI se filiassem ao PT (Souza, 2012, p. 104).

O Fórum teve sua atuação pausada o que, segundo Dantas (2003), foi ocasionado pela inserção de militantes das entidades hegemônicas dentro do FENS (a SACI, por exemplo) em cargos públicos na administração municipal de Aracaju. De acordo com Dantas (2003), essa inserção foi entendida por alguns como uma meta alcançada pelas reivindicações daquele grupo.

A partir dos anos 2000, com as eleições de governos de esquerda em Sergipe, ocorreu uma considerável inserção de militantes do Movimento Negro em órgãos públicos como secretarias, assessorias e coordenadorias. Souza (2012), ao entrevistar militantes, observou que grande parcela deles considerava a ocupação de cargos públicos como uma importante estratégia para pleitear políticas públicas voltadas para a população negra. Outra estratégia adotada por alguns militantes negros filiados ao Partido dos Trabalhadores foi a criação de um Setorial de Negros o que, segundo Souza (2012), demonstra o “interesse de destacar as reivindicações do Movimento Negro e negociar com candidatos eleitos pelo partido” (Souza,

2012, p. 106). A autora também associa essa estratégia de ação do Movimento Negro sergipano ao contexto nacional de abertura do Estado para o diálogo com os movimentos sociais:

A institucionalização da causa negra é um fenômeno estreitamente relacionado com a postura do Estado, uma vez que é a partir da abertura deste espaço que militantes negros conseguiram negociar a criação de uma secretaria de combate ao racismo, a SEPPIR, e a inserção de militantes negros em espaços de poder. A relação do governo federal com os movimentos sociais, o engajamento de militantes negros no PT e as negociações de militantes no interior deste partido são fatores relevantes para a reconstituição deste processo (Souza, 2012, p. 105).

A análise feita por Souza (2012) pode ser complementada pela de Silva (2016a), quando esta reflete sobre a mudança de postura do Movimento Negro, nos princípios do século XXI. No âmbito do governo federal, a criação da SEPPIR abriu caminhos para a atuação de militantes negros e serviu para mobilizar essa prática nos Estados e municípios brasileiros. O status de ministério deu à SEPPIR um tratamento próprio, com proximidade com o gabinete da presidência da República. Entre 2003 e 2016, foram criadas no Brasil, e, mais especificamente em Sergipe, inúmeras instituições para tratar da igualdade racial, sejam secretarias, coordenações, diretorias ou conselhos. A partir dessa conjuntura, os ativistas negros passam a representar o povo preto nos espaços de poder, mas enfrentando limitações como a falta de orçamento, até mesmo de estrutura física e poucos recursos humanos para executar uma pauta tão importante. Essas carências não ocorrem somente no Estado de Sergipe, elas perpassam até mesmo as pastas que os ativistas ocuparam no governo federal.

Enquanto nos anos 1980 e 1990 o Movimento Negro no Brasil e em Sergipe concentravam-se na crítica aos déficits da inclusão dos atores nas esferas de governo, nesse início de século XXI a preocupação passou a ser outra. Esta girou em torno de legitimar a atuação do militante negro nos espaços de poder, buscando, de um lado, espaço e recursos para desenvolver políticas de promoção da igualdade racial, e, de outro, agir de forma representativa para com aqueles que estavam fora do poder (Silva, 2016a, p. 133).

No âmbito do governo estadual, em 2007, foi criada a Coordenadoria Estadual de Promoção da Igualdade Racial (COPIR). Este órgão esteve ligado, “inicialmente, à Secretaria do Trabalho, da Juventude e da Promoção da Igualdade Racial, e, depois, a partir de 2011, à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SEDHUC). Nos primeiros anos de funcionamento, destacou-se por travar um debate mais próximo com representantes

nacionais” (Silva, 2016b, p. 8). Silva (2016b) constata, ainda, que no contexto da expansão dos órgãos voltados para políticas de igualdade racial, houve também um aumento significativo da quantidade de eventos que traziam o debate da questão racial. A autora identifica, no caso de Sergipe, a COPIR foi responsável pela realização de Conferências Estaduais de Promoção da Igualdade Racial, que contavam com lideranças nacionais e locais para debater sobre as demandas do Movimento Negro e a construção de alternativas para promover a igualdade racial.

A partir de então, no Estado de Sergipe, houve a formação de um quadro institucional criado com o objetivo de elevar as demandas raciais “do espaço da rua” para o “espaço de governo”. A estruturação de secretarias, coordenadorias e assessorias foi, assim, uma das ações que deu novos contornos ao militismo negro no Estado, funcionando como um divisor entre a militância civil (reservada à esfera pública) e a militância política (feita nos espaços institucionais) (Silva, 2016a, p. 83).

Essa ascensão de órgãos de igualdade racial no governo federal, nos Estados e municípios, fez com que muitos ativistas acreditassem que uma política de igualdade racial seria finalmente concretizada em todas as esferas, criando um clima inicial de otimismo. No entanto, os últimos anos se revelaram bastante difíceis para os ativismos, e o Movimento Negro teve que repensar suas estratégias de ação, sobretudo após a extinção da SEPPIR. No caso de Sergipe, Silva (2016b) pontua que “embora as entidades negras sergipanas tenham gozado de certo otimismo em torno da aproximação Governo/entidades negras, na última década tal euforismo cedeu espaço ao descontentamento quase que generalizado em torno da participação institucional” (Silva, 2016b, p. 1-2). O que era pra representar um avanço nas políticas de igualdade racial, na verdade acabou se tornando uma espécie de cabide de emprego, onde alguns ativistas, que tinham ligações partidárias ou proximidade política com os gestores, ocuparam cargos sem necessariamente conseguir efetivar as pautas do Movimento.

Esse descontentamento está relacionado, dentre outras razões, ao desmonte das políticas públicas antirracistas. Silva (2016b) indica que ocorreu, nos últimos anos, um esfacelamento das estruturas de promoção da igualdade racial no Estado, algo que aconteceu antes mesmo da extinção da SEPPIR, na gestão de Michel Temer. A COPIR foi extinta antes mesmo do fim da SEPPIR, fato este que ocorreu também no âmbito da prefeitura de Aracaju. Para a autora:

No Estado de Sergipe, as principais crises institucionais já vinham ocorrendo desde 2014, quando a Coordenadoria Estadual de Promoção da Igualdade Racial foi passado pelo processo de incertezas até chegar a extinção. Considerada uma das grandes conquistas do Estado de Sergipe em relação à política racial, a Copir Estadual foi apresentada como uma referência para provar que, em Sergipe, havia um Governo preocupado com as demandas raciais e que ele agia em conformidade com a política nacional (Silva, 2016b, p. 8).

Outro exemplo que podemos mencionar sobre esse esvaziamento das estruturas de promoção da igualdade racial é o fato de que os Conselhos Municipal e Estadual, que foram reativados recentemente, no momento encontram-se em estado de inércia. No caso do Conselho Municipal de Participação e Promoção da Igualdade Racial (CMPPIR) de Aracaju⁴⁹, estamos aguardando há quase um ano pela recomposição das cadeiras no órgão, sob a alegação de que não teria havido instituições inscritas, além da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria. No caso do Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial⁵⁰, onde a Rejane Maria assumiu vaga há um ano, o quantitativo de reuniões foi mínimo e as deliberações inexistentes.

Verificamos, ainda, que no ano de 2019, ativistas negros decidiram restabelecer o Fórum de Entidades Negras de Sergipe, que havia sido extinto no início dos anos 2000, visando congregar as organizações e promover a luta coletiva no combate ao racismo e em defesa da democracia. Em depoimento cedido ao portal Notícia Preta, um dos ativistas participantes do Fórum pontuou que a recriação do fórum estaria relacionada à conjuntura política nacional, algo que é característico dentro da construção das estratégias de atuação do Movimento Negro:

A ideia de recriar o fórum surgiu após o processo eleitoral com intuito de fortalecer as organizações negras, principalmente diante da conjuntura bastante adversa que este governo de extrema direita, comandado por Bolsonaro, chega ao poder. Compreendemos que as pessoas mais atingidas com a crise democrática e econômica são a população negra. Permaneceremos mais unidos contra o racismo em toda a sua esfera e lutaremos em defesa da democracia também (Depoimento de Rafael Torres, 2019).⁵¹

49 Disponível em: < https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/78941/instalacao_e_posse_do_conselho_municipal_de_igualdade_racial_acoetece_na_segunda-feira.html > acesso em 01/12/2022.

50 Disponível em: < https://www.se.gov.br/noticias/inclusao-social/seias implanta conselho estadual da promocao da igualdade_racial_e_promove Assembleia para escolha de representantes > acesso em 01/12/2022.

51 Disponível em: < <https://noticiapreta.com.br/movimento-negro-de-sergipe-lanca-forum-de-organizacoes-negras/> > Acesso em 01/12/2022.

Em informações dispostas no portal do Fundo Brasil, o Fórum de Entidades Negras de Sergipe se constitui em um “espaço permanente de discussão, de construção e deliberação de ações coletivas das Organizações Negras de Sergipe contra o racismo e de luta pela democracia”⁵², tendo como perspectiva de ação o combate das diversas formas de opressão. Desde sua recriação, o Fórum tem pautado suas ações no enfrentamento à violência sofrida pela população negra sergipana, em especial o genocídio e a violência policial nas comunidades periféricas que majoritariamente são ocupadas por pessoas negras. O Fórum tem se apresentado em audiências públicas e em manifestações organizadas contra o governo Bolsonaro e a favor de pautas coletivas que beneficiem o povo preto. Em 2020, o Fórum lançou a campanha Negros e Negras pela Vida, voltada para a denúncia do extermínio da população negra sergipana, tanto pela COVID-19, quanto pela violência e nos anos de 2021 e 2022 foi responsável por mobilizar Marchas alusivas ao dia da Consciência Negra.

No entanto, em observação que fizemos nas reuniões do Fórum de Entidades Negras de Sergipe de forma virtual ou presencial, e através do grupo do *whatsapp* da instituição, verificamos que o Fórum apresenta divergências internas similares ao que ocorria no antigo FENS, sobretudo no que se refere às discordâncias entre lideranças que compõem o grupo. Essas divergências contribuem para que até hoje o Fórum não tenha conseguido aprovar documentos importantes, como Estatuto e Regimento Interno, nem realizado eleição para a composição de uma Diretoria que substitua a provisória.

Constatamos, também, nesse período de observação-inserção, que o número de ativistas negros filiados a organizações em Sergipe ainda é muito restrito. As organizações que conhecemos neste percurso de pesquisa contam com poucos membros ativos, e o Movimento continua se atrelando a lideranças históricas e aos vínculos partidários de algumas delas para se estabelecer, seja a partir da obtenção de cargos, seja para conseguir financiamento em projetos. Este panorama já fora descrito por Neves (2000), quando o mesmo afirmou que o Movimento Negro sergipano acontecia muito mais por ações individuais de militantes engajados, que, no entanto, não tinham força suficiente para fomentar grandes mobilizações sociais. Atualmente as manifestações negras têm sido apoiadas majoritariamente por coletivos mistos e por entidades sindicais, necessitando encontrar um caminho para uma mobilização mais ampla da sociedade.

52 Disponível em < <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/forum-de-organizacoes-negras-de-sergipe-contra-o-racismo-e-pela-democracia/> > Acesso em 01/12/2022.

Na última década, várias instituições negras surgiram em Sergipe. São coletivos de mulheres negras, a exemplo da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria; de estudantes, a exemplo do Coletivo de Estudantes Negros e Negras Beatriz Nascimento; e de luta contra o encarceramento em massa, a exemplo da Frente Estadual pelo Desencarceramento de Sergipe. Assistimos, também, a retomada de filiais de instituições históricas dentro do Movimento Negro Nacional, a exemplo da UNEGRO-SE, que retomou suas atividades em 2014.

Outro aspecto que observamos é que algumas entidades deixaram de existir, a exemplo da própria SACI e da OMIN, ou encontram-se em estágio de inatividade, a exemplo da Sociedade de Estudos Étnicos, Políticos, Sociais e Culturais *Omolàiyé*. Alguns membros destas organizações continuam militando em outros coletivos, a exemplo da Comunidade *Oju Ifá* (Instituto de Estudos e Pesquisas Sócio Étnico-Raciais Comunidade *Ojú Ifá*) e do Espaço de Arte Cultura e Educação Casa de Mar.

O contexto de esfacelamento das instituições de combate ao racismo no país vem fazendo com que o Movimento Negro sergipano, assim como em outras regiões, precise repensar suas estratégias de atuação para além do galgar a inserção nos governos. É preciso sair dos guetos e reuniões, onde se fala apenas para dentro, voltar às ruas, fazer presença nas bases onde estão muitos negros e negras sem acesso a direitos básicos, a fim de mobilizar cada vez mais pessoas para aderir à luta.

Observamos, portanto, que o Movimento Negro sergipano atua em perspectiva similar ao movimento nacional, promovendo a participação de seus militantes em espaços de discussão em diversos lugares do país. Assim como foram conquistadas demandas por políticas públicas no âmbito nacional, também podemos observar essas conquistas dentro de Sergipe, a exemplo da adoção do sistema de cotas na UFS e em alguns concursos públicos, bem como a abertura de espaços de diálogo com órgãos da administração estadual, e, em alguns municípios, em que foram criadas coordenadorias, secretarias ou núcleos de fomento às práticas que envolvam políticas educacionais para a promoção da igualdade racial. Consideramos também que o Movimento sofre de problemas similares ao que ocorre em outros locais, a exemplo do afastamento das bases populares e a dificuldade de organizar manifestações de massa sem a parceria de entidades sindicais ou partidos políticos.

Carneiro (2020) aponta que homens e mulheres negras historicamente se organizaram através de diversas entidades, lutando cotidianamente contra o racismo, ao passo que

montaram estratégias de emancipação social e resgate da dignidade do povo preto. Os quilombos, as irmandades religiosas, os terreiros de religiões de matriz africana, os espaços culturais como associações, escolas de samba e grupos de teatro, a imprensa negra, os batuques, dentre outros espaços de sociabilidade da população africana e afrodescendente, podem ser compreendidos como espaços de formação política, fortalecimento identitário e articulação antirracista. Em Sergipe, esta realidade também se faz presente, tendo as mulheres um papel importante nesse processo de articulação negra em torno da defesa de direitos, da igualdade racial e de gênero e da concretização da democracia racial a partir da justiça social.

A seguir, abordaremos especificamente o surgimento do Movimento de Mulheres Negras como ator político independente, a partir dos debates que se constituíram, tanto dentro do Movimento Negro, quanto dentro do Movimento feminista. O movimento contemporâneo de mulheres negras no Brasil surgiu, de forma autônoma, dentro das discussões feministas e negras entre as décadas de 1970 e 1980. Para González (2020), no Brasil, os primeiros grupos organizados de mulheres negras surgiram dentro do Movimento Negro, tendo estas um papel relevante para o seu fortalecimento. Neste movimento, as mulheres encontraram um espaço para a tomada de consciência sobre o racismo e sua relação com a opressão de classe. No entanto, dentro do Movimento Negro, as mulheres negras não encontravam espaço para demandas específicas de gênero, tendo este reproduzido práticas sexistas, enquanto no movimento feminista, as questões raciais eram negligenciadas. Com vistas a estes dilemas, o Feminismo Negro surge como uma perspectiva que poderia condensar as discussões sobre as opressões sofridas por estas mulheres dentro dos dois segmentos.

Sendo assim, González (2020) nos informa que “(...) o feminismo negro possui sua diferença específica em face do ocidental: a solidariedade, fundada numa experiência histórica comum” (González, 2020, p.103). De acordo com González, o Feminismo Negro se organiza a partir do Movimento Negro, e não do de mulheres, dada a dificuldade de aprofundar as discussões raciais dentro do feminismo hegemônico.

4. OS PASSOS DA REJANE MARIA VÊM DE LONGE: MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Iniciamos esta seção com uma importante provocação de Werneck (2010) sobre a invisibilização da presença e até mesmo liderança de mulheres negras na História do nosso país:

[...] constatamos que a exclusão da presença das mulheres negras (a exemplo das mulheres indígenas e de outras pessoas e grupos) dos relatos da história política brasileira e mundial deve ser compreendida, principalmente, como parte das estratégias de invisibilização e subordinação destes grupos. Ao mesmo tempo em que pretendem reordenar a história de acordo com o interesse dos homens e mesmo nos tempos pós-feminismo, das mulheres brancas. O que permite apontar o quanto esta invisibilização tem sido benéfica para aquelas correntes feministas não comprometidas com a alteração substantiva do status quo (Werneck, 2010, p. 83).

Esta passagem me remete ao profundo desconhecimento que eu, enquanto mulher negra e historiadora, tinha a respeito destas trajetórias, nomes, lideranças e feitos. Em um dos cursos online, durante a pandemia, fui apresentada a um projeto chamado Coletivo Narrativas Negras. Deste grupo, além da realização de cursos, surgiu um projeto editorial coletivo denominado “Narrativas Negras: biografias ilustradas de mulheres pretas brasileiras”, onde pude conhecer biografias de várias mulheres negras, que foram lideranças, ativistas e transgressoras, a exemplo de Esperança Garcia, mulher negra escravizada que, no século XVIII, escreveu uma carta ao governador da Capitania, denunciando maus tratos vivenciados por ela e outros escravizados, e cuja postura, ao escrever uma espécie de petição, a fez ser reconhecida, em 2017, como a primeira advogada do Piauí. Conheci, também, Laudelina de Campos Melo, militante da Frente Negra Brasileira, que, reconhecendo a importância do trabalho doméstico e da presença significativa de mulheres negras exercendo este ofício, fundou a Associação das Empregadas Domésticas do Brasil, em 1936.

Conforme Werneck (2010) indica, essa invisibilização serviu para a ampla difusão de uma história pautada nos interesses dos colonizadores, do sistema racista e patriarcal decorrente do domínio europeu, que foi tomada como verdade e, no contexto do movimento feminista, acabou servindo para que, com uma universalização da categoria mulher, as mulheres negras e seu potencial articulador fossem marginalizados. Esse processo de invisibilização e silenciamento afasta o povo preto do reconhecimento como parte importante

da História do Brasil, para além das violências da escravização e, no caso específico das mulheres negras, para o reconhecimento de sua potencialidade como matrigestoras de iniciativas importantes de resistência, ativismo e solidariedade ao longo da história.

Nesse sentido, Werneck (2010) considera que o Movimento de Mulheres Negras possui uma identidade política construída a partir da reivindicação de um passado histórico comum caracterizado pela resistência. A autora parte da compreensão de que o racismo se constitui no maior produtor de desigualdades que, no caso das mulheres negras, são acentuadas por influência do machismo e do heterossexismo (Figueiredo, 2018, p. 1091).

Pessoas transformadas em “mulheres” foram inferiorizadas por discursos de dominação e “mulheres negras” adotaram/adotam caminhos de sobrevivência frente às perdas de sua humanidade. Na história de sua luta, estão os coletivos e as associações organizadas para resistir comunitariamente e vislumbrar alternativas de mudança de sua condição. Com uma perspectiva emancipatória, de autoproteção e cuidados mútuos, vivem em mais de um mundo, reinventam sua pertença e recriam seus vínculos identitários (Miranda, 2018, p. 32).

Estas “verdades” vêm sendo desconstruídas a partir do trabalho de muitos intelectuais negros, num movimento de *Sankofa*⁵³ que, neste caso significa olhar para trás e ressignificar a produção do conhecimento científico, e o próprio reconhecimento de si e do seu povo, enquanto produtores de saberes, tecnologias e epistemologias, para, trazendo à tona, biografias, atividades políticas, religiosas e culturais empreendidas pelo povo preto, descolonizar a escrita e os referenciais teóricos, desafiando os cânones eurocêntricos, num movimento caracterizado por Santos (2015), como contra colonização.

Uma característica interessante dos estudos que têm sido empreendidos sobre o Movimento de Mulheres Negras é o fato de que, além de serem majoritariamente realizados por mulheres negras, grande parte das pesquisadoras participou ou ainda participa ativamente de algum coletivo ou organização. Outro aspecto que merece destaque é apontado por Angela Figueiredo (2018), ao mencionar o aumento do interesse acadêmico pelo tema, que pode ser

53 (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer) origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim (...). Os Ashantes de Gana usam os símbolos Adinkra para representar provérbios ou idéias filosóficas. Sankofa ensinaria a possibilidade de voltar atrás, às nossas raízes, para poder realizar nosso potencial para avançar. Sankofa é, assim, uma realização do eu, individual e coletivo. O que quer que seja que tenha sido perdido, esquecido, renunciado ou privado, pode ser reclamado, reavivado, preservado ou perpetuado. Ele representa os conceitos de auto-identidade e redefinição. Simboliza uma compreensão do destino individual e da identidade coletiva do grupo cultural. É parte do conhecimento dos povos africanos, expressando a busca de sabedoria em aprender com o passado para entender o presente e moldar o futuro. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/sankofa/about> > Acesso em 01/10/2022.

percebido pela ampliação das defesas de teses e dissertações e em artigos publicados em periódicos e anais de eventos. Para a referida autora, o “[...] crescente interesse na articulação política das mulheres, através de organizações políticas ou não, está relacionado ao protagonismo das mulheres negras nos mais diferentes aspectos da vida social.” (Figueiredo, 2018, p. 1090).

Mesmo com o aumento das produções sobre o tema, nesta pesquisa nos referenciamos na produção analítica de intelectuais ativistas como González (1985; 1988), Ribeiro (2006; 2008; 2020), Bairros (1995); Roland (2000); Carneiro (2002; 2003a), Figueiredo (2018; 2020), Lemos (1997; 2016) e Werneck (2005; 2010). A partir de suas produções, reconstituímos aqui a trajetória desta coletividade, apontando linhas de ação, estratégias e discursos que também são percebidos na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria. Sobre as autoras acima citadas, Pereira (2019) delinea que:

Ao projetar intervenções no debate político, os escritos dessas autoras descortinam formulações teórico-conceituais que balizam a atuação dos movimentos e carregam visões e projetos de justiça social múltiplos. A reiterada diferenciação em relação ao feminismo e ao Movimento Negro frequentemente organiza diagnósticos das desigualdades a partir desses microcosmos, introduzindo proposições sobre desigualdades e discriminação de gênero, raça, classe e outros marcadores de desigualdades. Ao mesmo tempo, a abordagem de disputas internas ao movimento inspira interpretações sobre sua heterogeneidade (Pereira, 2019, p. 43).

Utilizamos, ainda, como referências, produções de jovens intelectuais negros e negras, alguns deles fruto da ampliação do número de negras e negros nas universidades públicas na graduação e pós-graduação, mediante políticas afirmativas, cuja efetivação se deu a partir do tensionamento do Movimento Negro e de Mulheres Negras junto ao Estado brasileiro. Citamos aqui algumas dessas produções: Rodrigues e Freitas (2022), Mesquita (2022), Miranda (2020), Pereira (2019), Cardoso (2012), Rodrigues e Prado (2010) e Silva (2007).

As análises destas(es) ativistas e intelectuais negras e negros demarcam um posicionamento político combativo frente a colonialidade do saber, que se caracteriza pelo epistemicídio dos saberes produzidos pelos povos que foram subalternizados mediante processo de colonização, e compõem um arsenal argumentativo importante para subsidiar a atuação das mulheres negras no combate às opressões interseccionais, que atingem o povo preto dentro e fora da academia. Nos auxiliam também a viabilizar a construção de estratégias de incidência política e enfrentamento a esse sistema interconectado de opressões, buscando a efetivação de políticas públicas alinhadas à perspectiva de equidade racial historicamente

defendida pelo Movimento Negro.

4.1 Atuação e Agendas do Movimento de Mulheres Negras

Sobre a compreensão da atuação política das mulheres negras, Werneck (2010) nos ensina que essa característica existe, antes mesmo da colonização ou do estabelecimento do movimento feminista. A autora afirma ainda que, enquanto coletividade:

as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos (Werneck, 2010, p. 80).

Nesse sentido, a autora demonstra os impactos profundos que a escravidão, o sistema colonial e a hierarquização racista tiveram, e ainda continuam tendo, na emergência de características que vieram a constituir esta coletividade, pontuando que as articulações empreendidas pelas mulheres negras, de forma coletiva, se direcionam contra a violência racista, eurocêntrica e heterossexista, a fim de garantir voz ativa no que se refere à construção de políticas públicas que viabilizem a existência e a sobrevivência do povo preto.

A reivindicação de uma anterioridade da luta das mulheres negras visa demarcar sua historicidade e memória, e tem sido difundida por ativistas negras e negros como forma de visibilizar as mulheres negras na história, garantindo que as gerações futuras tenham acesso a uma história mais completa do nosso país. Werneck (2010) aponta que a resistência de mulheres negras no Brasil ocorreu ao longo de todo o período de dominação colonial e escravização, e, com a abolição da escravatura, a luta assume outras características, direcionadas para a garantia da inserção de negros e negras na sociedade republicana de forma a exercer uma cidadania plena.

Domingues (2007; 2008; 2009) concentra suas análises sobre o Movimento Negro no período pós-abolição, e menciona a presença de mulheres negras nos movimentos organizados que emergiram no pós-abolição. Nesse contexto, grande parte das mulheres negras era responsável por garantir a sobrevivência da família, vendendo sua força de trabalho nas atividades domésticas, na mendicância ou na prostituição, conforme aponta Fernandes (1976). Esse fato já indica uma diferenciação histórica existente entre as mulheres negras e as

mulheres brancas, algo que vai ser apontado em discussões no âmbito do movimento feminista, demarcando uma diferenciação nas agendas destas duas coletividades, e o impulsionar de um movimento autônomo.

Em “*Entre Dandaras e Mahins*”, Domingues (2009) menciona que algumas organizações mistas, criadas nas primeiras décadas pós-abolição, tinham seus departamentos femininos, e outras eram constituídas somente por mulheres, a exemplo da Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul, fundada em 1908, no Rio Grande do Sul. Ao abordar o associativismo nas primeiras décadas da República, Domingues (2009) identifica que, embora existissem mulheres negras que discutissem a questão racial em perspectiva política, o ideário da Mãe Preta, internalizado no período da escravização, como aquela que cuida e educa todos, também predominava dentro dos coletivos negros. Para o autor, as mulheres negras estiveram presentes em todos os momentos do associativismo negro, apresentando importante contribuição:

Com uma postura arrojada, as mulheres estiveram presentes já na primeira fase do movimento social negro, ora afiliadas às agremiações dominadas por homens negros, ora em suas próprias agremiações. A atuação delas foi importante para impulsionar o “espírito associativo” dos extratos da “população de cor” enfiados nas hostes anti-racistas. Contudo, o espaço que lhes era reservado dentro do movimento correspondia à divisão de gênero que se operava na sociedade mais global: o homem no centro, ocupando o espaço público, e a mulher numa condição periférica. Por isso, as ativistas negras geralmente realizavam as tarefas de apoio dentro das entidades, como auxiliares da diretoria masculina na organização de eventos, no atendimento aos sócios, nos cuidados com a limpeza da sede (Domingues, 2009, p.26).

Além disso, Domingues (2009) identificou, dentro dos coletivos negros, a reprodução da divisão de gênero que imperava na sociedade machista, sendo as mulheres negras direcionadas a atividades secundarizadas pelo movimento, a exemplo de cursos para atividades domésticas, eventos ou ações filantrópicas. Foi registrada, nesse período, a presença de mulheres negras na imprensa negra, onde puderam esboçar uma discussão sobre raça e gênero e tratar problemas específicos de mulheres negras, além da liderança de Laudelina de Campos Mello, ao criar a primeira associação de empregadas domésticas do país em 1936.

Na Frente Negra Brasileira (FNB), importante coletivo antirracista, nascido nas primeiras décadas da República, Domingues (2007) indica que as mulheres negras, que compunham grande parte do número de associados, faziam parte de setoriais femininas, a

exemplo das Rosas Negras e da Cruzada Feminina, realizando atividades recreativas, culturais e de assistência social. Mesmo com grande número de mulheres, havia um grande predomínio masculino nos espaços de decisão, tendo as mulheres negras o seu papel associado a atividades que os homens consideravam menos relevantes.

No período identificado por Domingues (2009), como Segunda Fase do Movimento Negro (1945-1964), o autor destaca a presença das mulheres negras em cargos na União dos Homens de Cor (1943) e no Teatro Experimental do Negro (1944). Neste último grupo, através da coluna Fala Mulher, do Jornal Quilombo, as participantes defendiam as trabalhadoras domésticas e o ingresso das mulheres negras na política partidária, incentivando inclusive o voto racial e sexista. Em 1950, ativistas do Teatro Experimental do Negro viabilizaram a criação do Conselho Nacional das Mulheres Negras, para formulação de propostas específicas, propostas estas que não se efetivaram. No entanto, Domingues (2009) aponta que, neste período, as mulheres negras permaneceram marginalizadas e desempenhando tarefas de apoio das suas organizações: os homens continuavam no centro e as mulheres na periferia.

Os anos de chumbo da ditadura militar foram marcados pela repressão e violência contra os ativistas, e representou alguns anos de arrefecimento das atividades dos movimentos sociais. No final dos anos 1970, num contexto global de reorganização da sociedade civil em torno dos movimentos sociais, houve a retomada do protesto negro, onde o principal destaque foi o Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978. Dentro desta coletividade, a questão da mulher negra foi inserida em seu Programa de Ação (1982), foram organizados grupos de reflexão regionais para conscientização sobre o tema, porém, Domingues (2009) aponta um descompasso entre discurso e prática, uma vez que continuava existindo uma divisão sexual do trabalho e descaso com as propostas formuladas pelas mulheres, demarcando a continuidade da posição masculina no centro decisório do Movimento Negro. Para o autor:

[...] a partir da terceira fase do Movimento Social Negro, as afro-brasileiras amadureceram a compreensão de que eram prejudicadas pelo machismo, não só de homens brancos, mas também de negros – inclusive ativistas -, o que implicava em dispor de pouco espaço dentro do movimento. Como alternativa, algumas delas resolveram criar grupos próprios de mulheres negras (Domingues, 2009, p. 32).

No final dos anos 1970, e, sobretudo nos anos 1980, a partir de questionamentos feitos

frente aos movimentos negro e feminista, as mulheres negras passaram a ganhar maior destaque como sujeitos políticos e trilharam um caminho, no sentido da criação de um movimento autônomo. Domingues (2009) aponta o período entre os anos 1978-2000, denominado Terceira Fase do Movimento Negro, como sendo de grande projeção e liderança das mulheres negras, levando as mesmas a ocuparem cargos e participarem de discussões a nível global, a exemplo das Conferências de Beijing (1995) e Durban (2001). Analisando o período da ditadura militar, Rios (2017) destaca a presença de mulheres negras nos círculos políticos opositores do regime, especialmente em grupos de esquerda, e indica que, por terem passados por processos de formação, tanto no Movimento Negro, quanto no feminista, fez com que elas emergissem como sujeitos políticos independentes.

Para Carneiro (2003b), assim como acontecia em outros movimentos sociais do país, o feminismo também estava vinculado a uma visão eurocêntrica e universalizante e, em consequência disso, se mostrava incapaz de reconhecer e lidar com as especificidades e desigualdades para além de uma concepção biológica de gênero. Com isso, o movimento esteve marcado pelo silenciamento de mulheres, vítimas de outras formas de opressão para além do sexismo, a exemplo das mulheres negras, tendo em vista que as diferenças raciais (e de classe) não eram discutidas.

Nesta fase, as mulheres negras conseguiram pautar suas especificidades e pressionar os movimentos negro e feminista a incorporar o seu ponto de vista para fortalecer a luta e foi muito importante, nesse processo, a presença de algumas intelectuais negras, mencionadas anteriormente aqui como referências, para a construção desse movimento independente. As intelectuais ativistas negras, a exemplo de Lélia González, utilizavam os eventos feministas como importantes espaços de pronunciamento e debate, e cabe aqui mencionar alguns deles para que possamos compreender as articulações empreendidas pelas mulheres negras rumo a sua constituição, enquanto movimento independente.

Em 1975, foi realizado o Congresso de Mulheres Brasileiras, e, neste evento, Lélia González e outras mulheres negras lançaram o Manifesto das Mulheres Negras, significando a divulgação do primeiro de vários posicionamentos formais apresentados pelas mulheres negras com relação ao feminismo branco hegemônico (Gonçalves, 2018; Rodrigues; Freitas, 2021). De acordo com Caldwell (2000), este manifesto tratou sobre as experiências de vida, representações e identidades sociais das mulheres negras e apontou que a dominação racial é marcada pelo gênero, e a dominação de gênero é marcada pela raça, algo que antecipa o que

chamamos de paradigma interseccional. Ao destacar a exploração sexual vivenciada pelas mulheres negras no contexto da escravização, o Manifesto ressaltou o quanto a ferida colonial deixou uma marca cruel para as mulheres negras, mencionando que, do estupro de mulheres negras surgiu a mulata tipo exportação, estereótipo feminino depreciativo, o qual González denunciava em seus textos e pronunciamentos.

Nesse contexto contestatório, diversos coletivos de mulheres negras surgiram, de forma independente ou ligados a entidades negras, a exemplo do Aqualtune (1979, Rio de Janeiro), Coletivo Luiza Mahin (1980, Rio de Janeiro), Nzinga: Coletivo de Mulheres Negras (1983, Rio de Janeiro), Mãe Andresa (1986, Maranhão), Mulheres Negras do Espírito Santo (1987, Espírito Santo) e Geledés (São Paulo, 1988). Rodrigues e Freitas (2021) apontam que foi a partir da segunda metade dos anos 1980 que as mulheres negras conseguiram estabelecer uma maior autonomia com relação às organizações negras e feministas.

A presença de Lélia González também foi marcante no Encontro Nacional Feminista, realizado em 1979. Lélia destacou, mais uma vez, o lugar que a raça ocupa na relação entre mulheres brancas e negras, e lamentou o fato de não haver essa compreensão ampliada dentro do movimento feminista. A negação do racismo como estratégia de invisibilizar a exploração exercida pelas mulheres brancas sobre as mulheres negras foi tema de muitas intervenções em eventos e de publicações de González (1981; 1983; 1985; 1995), assim como a denúncia do mito da democracia racial. Lélia sempre destacou a ligação íntima entre as desigualdades racial, de gênero e de classe, fato este que colocava as mulheres negras de fora dos ganhos econômicos da população brasileira.

Apesar de estar estabelecendo críticas dentro do Movimento Negro e dentro do movimento feminista, Lélia, assim como outras intelectuais e ativistas negras, não se desvincularam do Movimento Negro. González (2020) aponta que “no Movimento Negro que se encontra o espaço necessário para as discussões e o desenvolvimento de uma consciência política a respeito do racismo e suas práticas e de suas articulações com a exploração de classe” (González, 2020, p. 102).

Em 1983, foi realizado o II Encontro Feminista da América Latina e Caribe – em Lima, no Peru. Neste evento, foi pautado pelas mulheres negras, e posteriormente pelas mulheres indígenas, que a discussão sobre o racismo estava ausente nos debates políticos. (Botosso, 2019, p. 94-95). Neste evento, o recém-criado Coletivo Nzinga esteve presente, ao lado de Jurema Batista, representante da Associação de Moradores do Morro do Andaraí e, de

acordo com González (1985), elas “conseguiram que se criasse um Comitê Anti-Racismo no interior do Encontro. Pela primeira vez, na história do feminismo negro brasileiro uma favelada representava, no exterior, uma organização específica de mulheres negras” (González, 1985, p. 103).

Em 1985, no III Encontro Latino-Americano Feminista (EFLAC), realizado em Bertioxa/São Paulo, a pauta da heterogeneidade existente entre as feministas foi bastante forte. Intelectuais, como Moreira (2000) e Ribeiro (1995) destacam que este evento teve fundamental importância na constituição do movimento de mulheres negras e na visibilidade política desta coletividade, dentro do campo feminista. Além disso, tratava-se de um evento internacional, o que garantia visibilidade e possibilidade de debate no âmbito transnacional. Eventos como este representava a construção de uma agenda política regional, a partir dos consensos e dissensos que emergiam das discussões.

O evento em Bertioxa foi marcado pela discussão sobre o feminismo enquanto um movimento plural, e isto pode ser vivenciado na prática. Mulheres negras e de favela, que não tinham dinheiro para a inscrição, chegaram ao evento e isso gerou uma discussão entre mulheres brancas e negras, com as negras apontando como as questões de raça e classe não tinham espaço significativo (Rodrigues; Freitas, 2021). Após debates acalorados entre as participantes, o ingresso das não-pagantes não foi autorizado e este fato chegou a repercutir na imprensa, com jornais noticiando a exclusão de mulheres faveladas de um evento feminista. Neste evento, as mulheres negras deliberaram pela necessidade de realização de um encontro de mulheres negras, fato este que veio a se concretizar em 1988 na cidade de Valença/RJ.

Ainda em 1985, Ribeiro (1995) aponta que, na preparação para a III Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Nairóbi, o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo decidiu produzir um diagnóstico sobre a situação das mulheres no país, e convidou Sueli Carneiro e Thereza Santos, intelectuais e ativistas negras, para produzir dados referentes à situação das mulheres negras. Neste trabalho, as autoras demarcaram, através de dados socioeconômicos, as diferenciações entre brancos e negros do ponto de vista masculino e feminino e destacaram caminhos para a superação das desigualdades raciais e de gênero no país. A pesquisa serviu, não apenas para o evento, mas também para subsidiar discussões no âmbito dos movimentos sociais e da academia por alguns anos.

Em 1987, no IX Encontro Nacional Feminista (ENF), realizado em Garanhuns/PE. Ribeiro (1995) assinala que, assim como outros eventos, este foi “mesclado por fortes

pressões e críticas das mulheres negras em relação à ausência da questão racial na pauta” (Ribeiro, 1995, p. 449). De acordo com Gonçalves (2018), a intersecção entre gênero raça e classe esteve presente no tratamento dispensado pelas feministas brancas para as mulheres negras periféricas oriundas das favelas. Ao reclamarem da exclusão, as negras eram chamadas de agressivas, fato este que é abordado por Lélia González em texto publicado em 1985. González critica a postura das feministas brancas alegando que:

Em nossas participações em seus encontros ou congressos, muitas vezes éramos consideradas “agressivas” ou “não feministas” porque sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levados em conta nas lutas femininas, exatamente porque, como o sexismo, constituem formas estruturais de opressão em sociedades como a nossa. (GONZÁLEZ, 2020, p. 105).

González (2020) indica que essa postura reflete o fato de que o movimento feminista ainda se encontrava (e em grande parte ainda se encontra) reproduzindo o colonialismo e o eurocentrismo, no que se refere ao tratamento pautado na hierarquização de raças. Se julgam superiores e tentam manipular as menos favorecidas para atender aos seus interesses, seja no campo privado, seja no campo do debate público. Além disso, as mulheres negras percebiam uma banalização de suas bandeiras em torno de suas demandas cotidianas, como creches, por exemplo. Nesse sentido, Bairos (1988) estabelece uma crítica:

O feminismo traz uma contribuição importantíssima, do ponto de vista de uma visão de mundo. Mas as feministas também são formadas para desconhecer as desigualdades raciais. Formadas para pensar o Brasil como uma democracia racial. E aí, contraditoriamente, ainda que o movimento feminista consiga perceber em que nível a diferença de sexo é utilizada na reprodução das desigualdades, não consegue perceber como as diferenças raciais são trabalhadas na perspectiva da recriação constante dos mecanismos de discriminação racial (Bairros, 1988, p.4).

Ribeiro (1995) reflete que os problemas quanto à incorporação da discussão racial nas práticas e reformulações teóricas do movimento feminista no Brasil estão relacionados ao racismo existente na sociedade, o que leva as mulheres negras a serem tratadas como cidadãs de segunda categoria. Nesse contexto, as conquistas do movimento feminista acabam se restringindo às mulheres brancas. O questionamento da universalidade da categoria mulher, bem como de suas experiências, dentro do sistema capitalista ainda demarcado pela colonialidade, e a denúncia da reprodução do machismo dentro de organizações negras, foi um importante mote de mobilização das mulheres negras. A este respeito, Mesquita (2022)

destaca que as mulheres negras naquele momento:

Ao enfatizarem em suas análises sobre a condição da mulher negra a incidência das opressões de gênero, raça e classe de forma imbricada, antecipavam o que se traduziria muitas décadas depois na recepção brasileira ao conceito de interseccionalidade (Mesquita, 2022, p. 222).

Outro evento que merece destaque nos textos que buscam historicizar o Movimento de Mulheres Negras é o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN). O evento surge como uma demanda pautada pelas mulheres negras, no contexto do III Encontro Latino-Americano Feminista e do IX Encontro Nacional Feminista. Para Ribeiro (2002):

O ano de 1988 foi emblemático em função da realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), na cidade de Valença, Rio de Janeiro, que impulsionou a construção de uma organização com fisionomia própria e caráter nacional. Esse processo foi possível pelos aprendizados a partir da resistência ancestral (Ribeiro, 1995). O I ENMN possibilitou debater temáticas importantes, muitas delas sem consensos, como: legalização do aborto, sexualidade, relação com partidos políticos, religiosidade, entre outras (Ribeiro, 2022, p. 6).

No I Encontro Nacional de Mulheres Negras, que contou com a participação de 450 mulheres oriundas de 17 Estados, foram discutidas temáticas como educação, trabalho, saúde, legislação, arte, cultura, estética, sexualidade, sexismo, controle de natalidade, violência, meios de comunicação, história das mulheres negras em África e no Brasil, mito da democracia racial e ideologia do branqueamento (Rodrigues e Freitas, 2021). De acordo com o Boletim Informativo do evento, divulgado antes de sua realização, este teria como objetivos:

Denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro; fazer emergir as diversas formas locais de luta e autodeterminação face às formas de discriminação existentes; elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política das mulheres presentes ao Encontro; estabelecer grupos de trabalho para registro e posterior retorno às participantes; realizar um diagnóstico da mulher negra; discutir as formas de organização das mulheres negras; elaborar propostas políticas que façam avançar a organização de mulheres negras colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, de forma unitária e diferentes vertentes políticas (Boletim informativo do I ENMN, 1988, p. 3).

O evento, que se realizou no ano do centenário da abolição da escravidão, contou com uma preparação potente. Para a concretização do mesmo, foram organizadas reuniões

preparatórias de âmbito nacional, em Salvador, São Paulo e Brasília, e reuniões estaduais nas quais havia seminários, oficinas, minicursos, dentre outras atividades de formação política, a fim de sensibilizar as participantes para participar e para conseguir suporte financeiro para a realização do Encontro. A reunião de Salvador contou com a presença de 750 mulheres, e teve como mobilizadoras a Sueli Carneiro, representando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e a Sonia Ribeiro, representante do MNU. Nos eventos estaduais, foram escolhidas delegadas para participar do Encontro Nacional, a fim de que estas pudessem multiplicar as discussões e estratégias de luta traçadas no evento.

Para Ribeiro (1995), no contexto das mobilizações dos movimentos feminista e negro, pensava-se a partir de uma suposta igualdade entre as mulheres e entre negros e negras, numa perspectiva de que existiam diferenças, mas não existiam desigualdades. A partir da forma secundarizada com que suas experiências eram tratadas, as mulheres negras participantes de ambos os movimentos, cientes de seu papel na história, passaram a apontar situações de silenciamento e exclusão de suas demandas por parte das duas coletividades.

As mulheres negras em seu processo político entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem da “mãe preta”, fizeram desaforos. Entenderam que desigualdades são construídas historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização constituídos pelas relações de gênero e raça, que, mediadas pela classe social, produzem profundas exclusões. São combinações de discriminações que geram exclusões, tendo como explicação a perpetuação do racismo e do machismo (Ribeiro, 2008, p. 988).

Nesse contexto, Bairos (1988) aponta a importância do feminismo como paradigma político-organizativo das mulheres negras, reconhecendo a importância deste na constituição desse movimento autônomo de mulheres negras. De acordo com Gonçalves (2018), no I Encontro Nacional de Mulheres Negras, estas mulheres puderam moldar o seu próprio pensamento feminista negro (Collins, 2016), pensamento este que lhes servia de ferramenta para compreender suas especificidades, enquanto mulheres, negras e trabalhadoras, e montar estratégias de enfrentamento às desigualdades originadas da herança escravocrata, do patriarcado e da exploração de classe.

Ribeiro (1995) aponta que nos anos que sucederam o I ENMN, houve uma crescente mobilização das mulheres negras em todo o país, através da estruturação de grupos existentes dentro do Movimento Negro ou feminista, ou de forma independente (com agenda própria). Além disso, foram criados Fóruns Estaduais de Mulheres negras em várias unidades da

federação. O II ENMN foi realizado em Salvador-BA, no ano de 1991, e contou com a participação de mais de 400 mulheres de 17 Estados.

O Encontro teve como tema “Mulher Negra, Organização, Estratégias e Perspectivas e, de acordo com o Relatório Final do evento, “visava a definição de um projeto político nacional que dessas respostas para a situação da mulher negra em nosso país, encaminhando uma proposta unitária de luta dentro desta diversidade social, cultural e política em que vivemos” (Relatório Final do II ENMN, 1991, p.03). A preparação para o evento foi a mesma ocorrida no I ENMN, com a realização de diversas reuniões preparatórias e escolha de delegadas representando os Estados. No evento foram discutidos temas, como: “histórico e a avaliação do movimento das mulheres negras; mulher negra e poder; procriação, extermínio de crianças e adolescentes negros e a subjetividade da mulher negra” (Santos, 2016, p. 19).

As recomendações propostas ao final do Encontro foram a revisão de currículos e avaliações escolares; garantia de acesso e permanência de estudantes negros com baixa renda nas escolas; formação continuada para professores sobre os conteúdos de História da África; produção de materiais didáticos que pudessem ser usados no combate ao racismo e ao sexismo; denúncia do extermínio de crianças e jovens negros e da esterilização de mulheres negras (Santos, 2016).

Nota-se que estes temas ainda aparecem como pontos de mobilização do movimento de mulheres negras e do Movimento Negro, e isso demonstra que as mulheres negras, apesar de terem suas pautas específicas, lutam para sanar as desigualdades que atingem a população negra como um todo. Além disso, foi sugerida a realização de Seminários de mulheres negras como forma de suscitar o aprofundamento das discussões, nos âmbitos estadual e regional, e de discutir os rumos do Movimento de Mulheres Negras de uma forma mais ampliada. Além disso, o Relatório do evento indica a existência de uma pluralidade também dentro do movimento, algo que é reforçado por outras ativistas como Luiza Bairros, que aponta o Movimento de Mulheres Negras como caracterizado por “múltiplas possibilidades de organização política da identidade negra” (Alvarez, 2012, p. 841).

A nossa sociedade é plural, racista e machista. Todas nós somos frutos desta estrutura social e educacional que nos conduz a práticas e ações às vezes determinadas pela nossa formação. A organização de mulheres negras não está isenta destas interferências. Por isso, não constituímos um grupo unitário tanto em nível de concepção política, quanto de metodologias de trabalho (Relatório do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, 1991, p. 4).

Ainda em 1991, houve a participação de mulheres negras no I Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), ocorrido em São Paulo. Assim como os Encontros Nacionais de Mulheres Negras, o ENEN foi precedido de encontros regionais, com o objetivo de reunir o máximo de forças no combate ao racismo. O encontro teve como tema Avaliação, Concepção, Desafios e Perspectivas do Movimento Negro. Neste encontro, questões específicas levantadas pelo Movimento de Mulheres Negras foram apontadas, a exemplo da esterilização em massa de mulheres negras e pobres, e o extermínio de crianças e jovens negros e negras.

De acordo com Domingues (2009), a década de 1990 foi marcada pelo crescimento da presença de mulheres negras em espaços de debate feministas e pelo reconhecimento, pelo Movimento Negro, sobre a importância de se incorporar a discussão de gênero na pauta da coletividade. Rodrigues e Freitas (2021) indicam que nos anos 1990 houve um “esforço coletivo para potencializar a incidência política das mulheres negras institucionalmente” (Rodrigues; Freitas, 2021, p.12).

Outra característica desse período é a internacionalização da atuação das mulheres negras, fazendo com que lideranças do feminismo negro tivessem uma visibilidade no cenário político nacional e internacional. Com isso, discursos e práticas transformadoras, produzidos dentro do Movimento de Mulheres Negras, foram levados para variadas arenas de discussão social, cultural e política. Na década de 1980, as mulheres negras haviam participado dos Encontros Feministas da América Latina e do Caribe (EFALC), onde passaram a dialogar e se articular na reivindicação de uma agenda que lutasse pelas discriminações de gênero e raça, porém, nos anos 1990, esse diálogo se desdobra em práticas integradas das mulheres negras nos eventos internacionais, o que pode ser entendido como uma pluralização e globalização dos feminismos afro-latinoamericanos (Rodrigues; Freitas, 2021).

As articulações com mulheres negras das Américas se concretizaram com a realização do I Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, ocorrido na República Dominicana em 1992. Este encontro foi pensado para discutir a agenda da Conferência Mundial da Mulher, que seria realizada em Beijing, em 1995, com vistas a apresentar denúncias e demandas específicas das mulheres negras da região e demonstrar um repertório discursivo mais independente com relação aos movimentos negro e feminista.

Neste evento, foi pensada a criação da Rede de Mulheres Afro-latinoamericanas, Afro-caribenhas e da diáspora, como espaço de articulação dos Movimentos de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, em torno da reflexão, denúncia e luta política em prol de um

desenvolvimento socioeconômico que abrangesse as questões raciais⁵⁴. Além da criação da Rede, foi estabelecido o dia 25 de Julho como Dia Internacional da Mulher Afro-Latinoamericana e Afro-Caribenha. Esta data tem sido mobilizada, na última década, por mulheres negras do Brasil, em especial da região Nordeste, com a realização do Julho das Pretas, atividade que abordaremos posteriormente.

As mulheres negras estiveram presentes em Conferências Mundiais, a exemplo da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, no ano de 1993 e a IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing, 1995. No contexto das preparações para estas conferências, o Geledés – Instituto da Mulher Negra, através de seu Programa de Saúde, organizou, em agosto de 1993, o Seminário Nacional Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, com participação de lideranças de organizações de mulheres negras, organizações feministas e organizações negras.

Neste Seminário foi elaborada a “Declaração de Itapecerica da Serra das Mulheres Negras”, documento que se estabeleceu como um marco teórico, político e educativo do Movimento de Mulheres Negras, e deu abertura para a participação de um grupo de mulheres negras no Encontro Nacional Mulher e População: Nossos Direitos para o Cairo (Brasília, 1993) e na Conferência Saúde Reprodutiva e Justiça (Rio de Janeiro, 1994). Para Ribeiro (1995), o seminário viabilizou a unificação das propostas em relação a temática dos direitos reprodutivos, expressa na Declaração de Itapecerica da Serra das Mulheres Negras.

Rodrigues e Freitas (2021) consideram que a Declaração tem como pontos importantes o fato de representar uma decisão política construída consensualmente pelas mulheres negras, o impacto da discussão sobre saúde e direitos reprodutivos, dentro das organizações de mulheres negras, e a abertura para se estabelecer um diálogo entre o Estado brasileiro, as ONG nacionais e internacionais, além de organizações da sociedade civil internacionais.

Com relação à IV Conferência Mundial da Mulher (1995), a preparação das mulheres negras se deu a partir de eventos promovidos pelos Fóruns Estaduais e da Articulação de Mulheres Brasileiras. Ribeiro (1995) afirma que o intuito das mulheres negras, nesse contexto, era o de reafirmar a necessidade de tratar o racismo e o machismo de forma interconectada na construção de políticas antidiscriminatórias. As mulheres negras participavam dos eventos preparatórios, pressionando o aprofundamento do debate e

54
Acesso em 01/10/2022.

Disponível em: < <http://www.mujeresafro.org/sobre-nosotras/nuestra-historia/> >.

contribuindo com a elaboração de relatórios.

No contexto de preparação para Beijing'95, foi realizada, em setembro de 1994, mediante organização da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), a VI Conferência Regional para a Integração da Mulher ao Desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Neste evento, que contou com número expressivo de brasileiras, o Geledés e a Articulação de Mulheres Negras do Norte e Nordeste propuseram um workshop denominado “Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas – Balanço e Perspectivas para o III Milênio”.

Neste encontro, a mobilização das mulheres negras foi importante para a inclusão da preocupação com a perspectiva étnico-racial nas discussões que seriam levadas à Conferência mundial no ano seguinte e o posicionamento ficou demarcado nas Propostas das Mulheres Negras Latino-americanas e Caribenhas para Beijing. Após tantos eventos preparatórios, o Brasil teve uma atuação relevante na Conferência, uma vez que a temática racial foi inserida na Declaração Final e na Plataforma de Ação de Beijing. Analisando os efeitos da Conferência, Ribeiro (2006) afirma que:

A Conferência de Beijing possibilitou a abertura da discussão sobre o feminismo e as relações raciais e étnicas em âmbito mundial. A Conferência produziu a Declaração de Beijing'95, documento que reitera compromissos em prol dos direitos humanos. O uso dos termos “raça” e “etnia” gerou longa e dura divergência sobre a qual o Brasil e os Estados Unidos se manifestaram a favor da menção de ambos para fins de dados estatísticos que pudessem gerar documentação acerca da injustiça social. Consta-se que a IV Conferência demonstrou a possibilidade de diálogo e de solidariedade entre as mulheres que vivem diferentes situações sociais e raciais. (Ribeiro, 2006, p. 805).

Carneiro (2002) contextualiza que, após o fim da Guerra Fria, as Conferências Mundiais organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) tornaram-se espaços relevantes para a reorganização do mundo, após o encerramento da configuração de poder marcada pela bipolaridade. De acordo com Ribeiro (2008), as Conferências Mundiais promovidas pela ONU, nos anos 1990, estimularam debates e formulações dos diversos grupos étnicos, políticos e sociais no que se refere à vida social, econômica, política e cultural. Tais espaços se constituíram em fóruns, a partir dos quais poderiam ser elaboradas políticas públicas o que, para os povos historicamente subalternizados, poderia significar mudanças sociais e redução de desigualdades. No caso das mulheres negras, identificamos uma grande contribuição do Movimento de Mulheres Negras, no que se refere à saúde e

direitos reprodutivos, uma vez que os estudos produzidos por ativistas acabaram subsidiando a elaboração de políticas públicas voltadas para a saúde da população negra, como o Programa para a Saúde da População Negra (1997), por exemplo.

Somando-se à luta do Movimento Negro, o Movimento de Mulheres Negras esteve presente na Marcha Zumbi dos Palmares, contra o Racismo, Pela Cidadania e pela Vida, realizada em 20 de novembro de 1995. Conhecida como “Marcha Zumbi +10”, o evento contou com cerca de 30 mil manifestantes e, na ocasião, a Coordenação da Marcha entregou ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, documento no qual constavam uma série de reivindicações em prol de políticas públicas que incluíssem a população negra, no que se refere à educação, cultura, mercado de trabalho, saúde, comunicação, combate à violência, religião e terra.⁵⁵

Como desdobramentos da Marcha, podemos identificar a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (1996), a realização do Seminário “Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos” (1996), e o Programa Nacional de Direitos Humanos (1996), no qual foram estabelecidas metas de curto, médio e longo prazo, como, por exemplo: “Formular políticas compensatórias direcionadas a comunidade negra” (Brasil, 1996, p. 31).

Machado (2020) considera que, nos anos 1990, o movimento de mulheres negras passou por um processo de institucionalização, exemplificado pela criação de ONG’s que, por sua vez, estabeleceram relações com agências de financiamento internacionais. Rodrigues e Freitas (2021) também apontam um processo de “onguização” dentro dos coletivos de mulheres negras. Os autores destacam que as ONGs (a exemplo do Geledés e da Crioula), possuem estratégias políticas e repertórios discursivos diferenciados com relação aos coletivos autônomos, a exemplo de serem compostas por profissionais assalariados, com níveis socioeconômicos mais elevados que, por sua vez, atuam no sentido de produzir estudos e documentos voltados para determinados espaços políticos, se afastando de um viés de confronto característico dos movimentos sociais, de uma maneira geral, para prestarem serviços para grupos nacionais e internacionais, que financiavam projetos sociais voltados para a causa antirracista, por exemplo.

Voltando à atuação internacional do Movimento de Mulheres, nos anos 2000 um

55

02/10/2022.

Disponível em: < <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PNDH2.pdf> > Acesso em

grande marco foi a preparação e presença do movimento na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban (2001). No Brasil, ocorreram diversas reuniões preparatórias, assim como havia ocorrido na pré-Conferência de Beijing e, nesse contexto, foi criado um Comitê Impulsor Pró-Conferência em abril de 2000, constituído por organizações sindicais e negras, a exemplo do Geledés, da Crioula e da organização Maria Mulher e, através desta mobilização, ocorre a criação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) que se tornou um ator político importante.

De acordo com Carneiro (2002), a Conferência de Durban gerou muitas expectativas para o Movimento Negro (e de Mulheres Negras), uma vez que as organizações tiveram grande engajamento na construção de propostas a serem discutidas no evento. A Articulação das Mulheres negras para Durban se posicionava em tom de denúncia das formas de discriminação que atingem as mulheres negras, a partir da intersecção entre racismo e sexismo, resultando em um impacto social perverso em todas as dimensões de sua existência, a exemplo da saúde mental, da redução da expectativa de vida, do menor índice de nupcialidade e do condicionamento quase que automático às ocupações de menor remuneração e prestígio (Carneiro, 2002).

Durban seria, para as mulheres negras, uma possibilidade de dar continuidade nos trabalhos desenvolvidos nas Conferências anteriores, que versaram sobre a mulher, evidenciando, mais uma vez, a necessidade de pautar o enfrentamento ao racismo, além de representar mais um degrau na evolução da participação transnacionais do Movimento de Mulheres Negras na última década. Rodrigues e Freitas (2021) reiteram a importância de Durban como materialização da incidência política das ativistas negras em sua articulação com as instituições estatais, e na elaboração de políticas públicas.

A delegação brasileira em Durban foi numerosa e a Relatoria Geral foi ocupada por Edna Roland, representante da ONG Fala Preta!. Além disso, as mulheres negras, mediante negociação, conseguiram inserir o termo afrodescendente nas Nações Unidas, termo este que designa um grupo específico que sofre racismo e discriminação, e pautaram a recomendação de políticas públicas para erradicar as desvantagens sociais existentes em virtude do racismo nas mais diversas áreas.

A pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ana Luísa

Lobato Pinheiro (s.d)⁵⁶, ao refletir sobre a importância de Durban para a projeção do Movimento de Mulheres Negras afirma:

Muito embora as mulheres negras estivessem incidindo sobre questões de gênero e raça desde os anos 1980 nos fóruns da arena global, os efeitos de sua mobilização interna nos países para as pré-conferências, definição de agendas transversais e, sobretudo, modos de organização que potencializassem o acúmulo dos debates feitos nos espaços feministas e de luta contra o racismo se deram mais expressivamente no documento de Durban (Pinheiro, s.d, p. 9).

De acordo com Carneiro (2002), o que fora aprovado em Durban indica, aos Estados Nacionais, que adotem medidas que tenham como objetivo a eliminação das desigualdades raciais, indo muito além das propostas de cotas raciais, que estavam dando o tom dos debates naquela época. Na esteira do pensamento exposto por Carneiro (2002), após Durban, a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) produziu um dossiê e plano de ação estratégica com propostas para apresentar a alguns Ministérios tidos como estratégicos, com o intuito de buscar espaços de interlocução transversais dentro do governo (Rodrigues; Freitas, 2021).

Ribeiro (2006) afirma que os eventos nacionais e regionais representam uma oxigenação das discussões sobre o feminismo e seu aspecto multifacetado, com crescimento no número de participantes e inserção de mulheres de outros campos de militância. De acordo com Bairros, em entrevista concedida a Alvarez (2012), as mulheres negras se destacaram em Durban por se apropriarem das ferramentas necessárias para participar de uma conferência das Nações Unidas, algo que, segundo ela, foi um acúmulo de conhecimento adquirido devido a participações anteriores em Conferências voltadas para as Mulheres.

Luiza Bairros avaliou, ainda, que as decisões de Durban foram bem aproveitadas no caso do Brasil, uma vez que o Movimento Negro as utilizou para pressionar o Estado a assumir a responsabilidade no combate ao racismo, e isso tem impacto na criação de políticas públicas. Além de Durban, os anos 2000 foram marcados por grande interação de feministas negras dentro das esferas governamentais, sobretudo durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), representados por Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Em 2009, as organizações de mulheres negras se mobilizaram no contexto da conferência de revisão de Durban, no sentido de garantir que as conquistas de

56 PINHEIRO, A. L. L. Disponível em: <
https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190327_tema_i_direitos_humanos_das_mulheres.pdf > Acesso em 02/10/2022.

Durban tivessem impacto nas políticas públicas e continuassem a fortalecer ações em torno do combate ao racismo e construção da igualdade racial.

Rodrigues e Freitas (2021) avaliam que, após um momento caracterizado pela “onguização” de coletivos de mulheres negras, nos anos 1990, houve, nos anos 2000, uma perda da centralidade dessa característica, sobretudo após o início das administrações do PT, uma vez que foram criados programas sociais voltados ao combate às desigualdades socioeconômicas que, por sua vez, tiveram impacto na posição econômica do Brasil no cenário internacional e, internamente, propiciaram distribuição de renda, reduzindo o investimento externo em projetos sociais.

Neste período, foram aprovadas medidas institucionais voltadas para a igualdade racial e de gênero, como, por exemplo, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003. Estas secretarias produziam estudos que, por sua vez, subsidiaram a elaboração de políticas públicas aprovadas nos anos seguintes.

A SEPPIR, transformada, em 2015, em Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, foi ocupada por três mulheres negras: Matilde Ribeiro (2003-2008), Luiza Bairos (2011-2015) e Nilma Lino Gomes (2015-2016). Neste período, houve avanços, em termos de políticas públicas e de ações afirmativas, algo que se deve também à atuação das mulheres negras em eventos nacionais e internacionais conforme mencionado anteriormente.

Podemos citar, dentre alguns avanços do período, a própria criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial; a promulgação da Lei n. 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e inclui o ensino de História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira na educação básica; a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra de 2006 (PNSIPN); o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que tinha um eixo destinado ao enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia (2007); o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.228/10); a Lei de Cotas (Lei n. 12.711/12); a Emenda Constitucional n. 72/2013, conhecida como PEC das Domésticas e a Lei Complementar n. 150/2015, que também versa sobre o trabalho doméstico. Todos estes dispositivos legais contam com a presença de mulheres negras na articulação em torno da aprovação, e recebem críticas quando não são devidamente adequados, como foi o caso do Estatuto da Igualdade Racial, sobre o qual Lemos (2016) apresenta, em sua tese, depoimentos de ativistas negras apontando falhas

no documento final, aprovado pelo Congresso Nacional e Sancionado pela presidência.

Na última década, o ativismo das mulheres negras tem ganhado novas camadas e contornos. O Movimento de Mulheres Negras tem se caracterizado, de forma geral, pela ampliação do número de coletivos; pelo aumento da participação da juventude, seja nas organizações já existentes, seja na criação de novos coletivos; pelo destaque dado a aspectos culturais, psicológicos e estéticos nas discussões e mobilizações dos coletivos; pelo uso das redes sociais como plataformas de mobilização e formação das ativistas; pela construção da Marcha de Mulheres Negras realizada em 2015 e da mobilização regional, a exemplo do Julho das Pretas; pela defesa do Bem Viver enquanto novo pacto civilizatório e pela mobilização em torno da ocupação da política, com a defesa de candidaturas de mulheres negras nos pleitos eleitorais. Trataremos brevemente de algumas destas frentes a seguir.

A Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, ocorreu em Brasília, no dia 18 de novembro de 2015 e, assim como vários outros eventos que as mulheres negras participaram, em seu processo de constituição enquanto movimento autônomo, contou com um período prévio de mobilização e articulação das pautas através de atividades estaduais e regionais. De acordo com Lemos (2016), a ideia da marcha foi gestada no I Encontro de Mulheres Afro-latinoamericanas e Afro-caribenhas (1992), mas, a proposta de concretização da Marcha, foi feita pela ativista Nilma Bentes, então membro da coordenação da AMNB durante o Afro XXI: Encontro Ibero-Americano do Ano dos Afrodescendentes, realizado em Salvador, em novembro de 2011. A ideia era a de incluir mulheres negras de coletivos, situados em todo o território nacional, para organizar e participar da Marcha.

Para Lemos (2016), a determinação para organizar e mobilizar a Marcha esteve relacionada, dentre outros fatores, ao fortalecimento e amadurecimento de alguns coletivos de mulheres negras, associado ao acúmulo de experiência de ativistas negras nas conferências nacionais e internacionais de que participaram/organizaram, e a presença de jovens lideranças, oxigenando o movimento. Foram nove coletivos de mulheres negras que ficaram encarregados do processo de organização e mobilização da Marcha, compondo o Comitê Nacional, e este Comitê, por sua vez, dialogou com os Estados, através de Comitês Impulsores Estaduais, e nos municípios, com os Comitês Impulsores Municipais.

A Marcha foi lançada publicamente na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), em 2013, e foi mobilizada a partir de um documento

norteador: o Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015⁵⁷, divulgado em 2014 (Lemos, 2016). O Manifesto de 2014 faz referência a falhas existentes no Estatuto da Igualdade Racial, a exemplo da falta de políticas públicas que promovam o Bem Viver. O Manifesto demonstrava o motivo das mulheres negras estarem em marcha, conforme disposto a seguir:

- pelo fim do feminicídio de mulheres negras e pela visibilidade e garantia de nossas vidas;
- pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, com a penalização dos culpados;
- pelo fim do racismo e sexismo produzidos nos veículos de comunicação promovendo a violência simbólica e física contra as mulheres negras;
- pelo fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho;
- pelo fim das revistas vexatórias em presídios e as agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenções;
- pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras e pela penalização de discriminação racial e sexual nos atendimentos dos serviços públicos;
- pela titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras, pois é de onde tiramos o nosso sustento e mantemo-nos ligadas à ancestralidade;
- pelo fim do desrespeito religioso e pela garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matriz africana;
- pela nossa participação efetiva na vida pública (Manifesto da Marcha das Mulheres Negras, 2015; Contra o racismo e a violência e pelo bem viver, 2014).

Além do Manifesto lançado para impulsionar a Marcha, as mulheres negras produziram a Carta das Mulheres Negras de 2015⁵⁸, que foi entregue à presidência da República e divulgada para a sociedade brasileira como um todo. O documento está dividido por temáticas, a saber: Direito à Vida e à Liberdade; Promoção da Igualdade Racial; Direito ao Trabalho, ao emprego e à proteção das trabalhadoras negras em todas as atividades; Direito à Terra, Território e Moradia/Direito à Cidade; Justiça Ambiental, Defesa dos Bens Comuns e a Não-Mercantilização da Vida; Direito à Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social); Direito à Educação; Direito à Justiça; Direito à Cultura, Informação e à Comunicação; e Segurança Pública. Consideramos que este documento se constitui na construção coletiva da pauta do Movimento de Mulheres Negras na atualidade, uma vez que a sua construção contou com a participação de grupos de mulheres negras no país inteiro. A Carta sintetiza as principais reivindicações encampadas pelas mulheres negras, desde os anos 1980, e demarca um posicionamento em direção à defesa de um novo pacto civilizatório, onde

57 Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/manifesto-da-marcha-das-mulheres-negras-2015-contr-o-racismo-e-violencia-e-pelo-bem-viver/> > Acesso em 05/10/2022.

58 Disponível em: < <https://fopir.org.br/carta-da-marcha-das-mulheres-negras-2015/1600> >. Acesso em 05/10/2022.

sejam confrontadas as estruturas racistas, patriarcais, capitalistas e lgbtfóbicas que imperam em nosso país.

Outro aspecto interessante mencionado por Lemos (2016) na construção da Marcha foi o fato de o feminismo negro não estar descrito no Manifesto da Marcha das Mulheres Negras, entrando em pauta posteriormente, através da inclusão da discussão do tema nos encontros, reuniões e plenárias que ocorreram na construção do evento. Nesse sentido, o feminismo negro passou a ser mais divulgado e popularizado, sobretudo para os espaços coletivos de ativistas e das mulheres negras, que ainda não tinham uma atuação institucional, mas que se sentiram à vontade para participar da Marcha.

Como desafios para a realização do evento, Lemos (2016) indicou as incertezas com relação a arrecadação de fundos suficientes para garantir logística de deslocamento de mulheres de diferentes regiões do país para a capital federal, além das discordâncias internas que apareceram ao longo da construção coletiva do evento.

Compreendemos a construção e realização da Marcha de 2015 como um momento de incidência política importante, uma vez que conseguiu congrega cerca de 30 mil mulheres negras de diferentes partes do país em uma atividade, demarcando a importância política do Movimento de Mulheres Negras, além de propiciar, em sua construção, momentos importantes de formação política das ativistas, os quais pudemos verificar, também, aqui em Sergipe, através das atividades de mobilização que as ativistas da recém-criada Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria participaram.

Lemos (2016) aponta que a marcha representou ganhos, como a criação de novos coletivos de mulheres negras, além de destacar a importância das atividades de formação e os debates sobre o feminismo negro e sua renovação, através da contribuição de jovens negras que estavam iniciando sua trajetória no ativismo.

A Marcha das Mulheres Negras 2015 contribuiu para dar maior visibilidade às demandas por políticas públicas com ênfase na história das desigualdades de gênero, raça, classe, orientação sexual e outras formas de opressão. Buscou por um protagonismo histórico, quando mulheres de todo território brasileiro se empenham em pactuar e repactuar políticas públicas que possibilitassem um mundo melhor, baseadas em novos paradigmas econômicos, de consumo e de sociabilidade. (Lemos, 2016, p. 255)

Após mencionar algumas demandas dispostas na Carta das Mulheres Negras de 2015, Figueiredo (2018) faz sua análise, pontuando que a Carta das Mulheres Negras de 2015 possui

um aspecto mais subversivo, no que se refere à reflexão sobre que projeto político defendemos, enquanto mulheres negras. A autora aponta que “nós, mulheres negras, exigimos um novo projeto civilizatório” (Figueiredo, 2018, p 1092) e a marcha cumpre o papel de denunciar os obstáculos à concretização deste novo projeto pautado no Bem Viver:

A marcha denuncia o modo como o capitalismo explora, exclui e sub-emprega a mão de obra da população negra, notadamente, das mulheres negras. Expõe a compreensão de que o racismo e o sexismo, atuando juntos, perpetuam a violência contra a mulher negra. A violência ritual, que é a violência policial praticada pelo Estado e que incide, permanentemente, no controle dos corpos negros. (...) Tudo isso levou à constatação da falência de um projeto civilizador perpetrado pelo Estado brasileiro, levado a cabo a partir de um projeto ideológico e político que supervaloriza a mestiçagem, do ponto de vista do discurso, mas que mantém intacta as hierarquias raciais e de gênero desde o período colonial; de um modelo econômico e político baseado na exploração global e nas relações de poder desiguais, oriundas do capitalismo (Figueiredo, 2018, p. 1093).

Outra atividade de incidência política que tem caráter pedagógico na contemporaneidade é o Julho das Pretas. De acordo com o Odara Instituto⁵⁹, o “Julho das Pretas” é uma ação de incidência política, que conta com a articulação de organizações de mulheres negras em diversas partes do Brasil, construindo uma agenda de reivindicações em torno do combate às opressões interseccionais que atingem a população negra, em especial as mulheres negras.

O Julho das Pretas surgiu a partir das mobilizações de mulheres negras em torno da realização de atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, celebrado em 25 de julho. Conforme dito anteriormente, esta data foi estabelecida no ano de 1992, quando mulheres negras organizaram o I Encontro de Mulheres Afro-latinoamericanas e Afro-caribenhas, ocorrido na capital da República Dominicana, para apontar problemas e possíveis soluções para melhoria nas condições de vida das mulheres negras nas Américas. A partir deste evento, foi criada a Rede de Mulheres Afro-latinoamericanas e Afro-Caribenhas e as articulações de mulheres negras latinoamericanas e caribenhas se tornou constante.

O Julho das Pretas, realizado desde 2013, representa a construção coletiva de uma agenda com propostas elaboradas por organizações de mulheres negras, não somente na região Nordeste, mas em todo o Brasil, com o objetivo de impulsionar a agência destes coletivos no combate ao racismo, ao sexismo, a LGBTfobia e demais opressões que

59

Disponível em: < <https://institutoodara.org.br/julho-das-pretas/> > Acesso em 17/10/2022.

atravessam as escrituras negras, buscando a construção do Bem Viver enquanto novo pacto civilizatório para a sociedade brasileira.

A cada ano, o Julho das Pretas apresenta um tema gerador definido na reunião inicial de mobilização convocada pela Rede de Mulheres Negras do Nordeste e, a partir desse tema, as diferentes organizações de mulheres negras constroem programações diversificadas em seus respectivos Estados, envolvendo atividades de incidência política, manifestações culturais, e realização de espaços de capacitação/formação profissional e política de pessoas negras. No quadro abaixo, indicamos os temas de todas as edições:

Quadro 2 – Temas Julho das Pretas por Ano

Ano	Tema gerador
2013	Fortalecimento Institucional das Organizações de Mulheres Negras na região do Nordeste Brasileiro
2014	Mostra de Arte e Cultura de Mulheres Negras
2015	A participação da mulher negra na política: estratégias e desafios
2016	Mulheres Negras no Foco: Mídia, Representação e Memória
2017	Negras Jovens e as lutas de enfrentamento ao racismo, a violência e pelo bem viver
2018	Mulheres Negras Movem o Brasil
2019	Mulheres Negras Por Um Nordeste Livre
2020	Em Defesa das Vidas Negras, pelo Bem Viver
2021	Para o Brasil Genocida, Mulheres Negras apontam a Solução
2022	Mulheres Negras no Poder, Construindo o Bem Viver

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Identificamos como constantes nas mobilizações empreendidas pelo Movimento de Mulheres Negras, em geral, e no Julho das Pretas, em específico, pautas como a promoção da igualdade racial e a erradicação do racismo, o direito à vida e o fim do genocídio da população negra, o combate à violência contra a mulher, melhorias nas condições de emprego e renda, direito à saúde, trabalho, educação, segurança, moradia, assistência e previdência social, mediante criação de políticas públicas abrangentes. Esses temas estão associados à concepção de Bem Viver, que vem sendo trazida pelo Movimento de Mulheres Negras na

última década, e que é entendido como outra forma de organização civilizatória, inspirada nos povos subalternizados pela colonização, pela colonialidade e pelo epistemicídio, sendo, portanto:

[...]incompatível com o capitalismo racista patriarcal excludente, que nos engessa em espaços sociais de exploração, subalternidade e marginalidade, e que associa qualidade de vida a consumo. Exige, pois, transformações radicais no modelo de sociedade que temos, em sua estrutura e valores. É, portanto, inconciliável com propostas desenvolvimentistas, violentas, exploradoras, privatizadoras e monopolizadoras de saberes e recursos (saberes e fazeres que correspondem ao padrão tecnológico das sociedades, onde tecnologia está relacionada com a arte de decidir bem sobre o território e suas riquezas naturais, materiais e simbólicas) (Carta das Mulheres Negras, 2015).

A partir de uma breve análise das programações do Julho das Pretas nos últimos dez anos, nos âmbitos nacional e local, verificamos a existência de pluralidade de atividades, abrangendo oficinas de capacitação e autocuidado, palestras, exposições e apresentações artísticas, como *slams* e saraus, rodas de conversa, marchas, panfletagens, exibição de audiovisuais (cineclubes), lançamento de podcasts, feiras de empreendedoras negras, fóruns ou encontros de mulheres negras, caravanas, vigílias, campanhas para arrecadação de alimentos, roupas, brinquedos, absorventes, dentre outras. Nestas atividades, há constante alusão às pautas centrais do Movimento de Mulheres Negras, em diálogo com a conjuntura anual, além da importância do autocuidado e da saúde mental como fundamentais para proteção do povo preto, que vive em constante luta contra seu extermínio. Ao tratar do Movimento de Mulheres Negras em Sergipe nos últimos anos, detalharemos como tem sido feita esta construção dentro do Estado.

Do ponto de vista do ativismo acadêmico, é importante ressaltar que o sistema de cotas e programas, como o Universidade para Todos (PROUNI) e FIES, garantiram o ingresso de muitas pessoas negras no ensino superior e isso, por sua vez, possibilitou uma maior interação da academia com os movimentos sociais, em especial o Movimento de Mulheres Negras, suscitando, por exemplo, a formação de coletivos negros dentro e fora das universidades (Figueiredo, 2020). Muitas(os) estudantes negras e negros ingressantes na academia, a partir de suas experiências, se dedicam a produzir estudos de forma posicionada, ativista e engajada, questionando as desigualdades raciais e de gênero produzidas historicamente na sociedade brasileira, bem como os seus reflexos na produção acadêmica.

Estas pesquisas, em especial as que versam sobre o Movimento de Mulheres Negras,

têm sido responsáveis por difundir o princípio de que o feminismo negro foi e continua sendo produzido fora do ambiente acadêmico, a partir das experiências de articulação e construção de pautas reivindicatórias vivenciadas nos movimentos negro e feminista, nas periferias e favelas, nos sindicatos e outras coletividades, onde as pautas racial e de gênero se fazem presentes.

Compartilhamos com o pensamento de Lorde (2020), quando traz à tona a raiva contra o racismo e as demais opressões como mola propulsora de ação das mulheres negras, e, compreendendo o Movimento de Mulheres Negras como um ator crítico, que aponta as opressões interseccionais que atingem as mulheres negras e questiona o *status quo* vigente. Consideramos, na contemporaneidade, o Julho das Pretas como um importante eixo aglutinador das mulheres negras em torno de pautas direcionadas para o Bem Viver e, portanto, a construção de uma sociedade justa e igualitária, livre de opressões e que tenha na coletividade o seu eixo estruturante.

Outro campo de ativismo que tem se desenhado na última década no Movimento de Mulheres Negras é o ciberativismo. Este é definido por Ugarte (2008), como:

(...) toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do “boca a boca” multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal. (Ugarte, 2008, p.55)

Para Malta e Oliveira (2016), as redes sociais têm sido uma ferramenta pedagógica importante para que indivíduos e coletivos atuem como agentes de transformação social. Dentro do Movimento de Mulheres Negras, esta realidade está se desenhando, sobretudo, a partir da mobilização de jovens negras no ciberespaço. São *sites*, *blogs*, grupos de conversa no *Facebook*, perfis no *Instagram* e *Twitter*, além de canais no *Youtube* com pessoas negras promovendo discussões sobre racismo, sexismo, interseccionalidade, autocuidado, genocídio da população negra e outros temas de interesse das mulheres negras.

Ao analisar o ativismo negro no *Youtube*, Paz (2019) sinaliza que a plataforma se configura como um dos novos espaços formativos de construção de políticas identitárias, em especial, no que se refere às relações étnico-raciais, diversificando um cenário das redes educativas. O conteúdo dos vídeos evidencia uma centralidade das experiências com o cabelo, dialogando com as experiências de vida delas e das seguidoras e discutindo sobre a condição de ser mulher negra numa sociedade racista. Paz (2019) afirma, ainda, que o ativismo em

rede, protagonizado pelas influenciadoras negras, articula narrativas de descolonização, uma vez que, as mulheres negras participantes da pesquisa, contribuem para a circulação de discursos que tensionam e apontam a existência da colonialidade, enquanto estrutura que dita padrões na nossa sociedade, sobretudo no que se refere aos elementos estéticos.

Já Pereira (2020), considera que influenciadores digitais têm um papel relevante na formação de gostos, desejos, comportamentos e opiniões de diversos segmentos sociais. A partir da democratização e horizontalidade, característicos da cibercultura, estes influenciadores expõem suas opiniões e representam a pluralidade de ideias, cores, credos e perfis que compõem a sociedade brasileira, sendo algumas pessoas negras ocupantes dessa posição de influência. Nesse sentido, as influenciadoras negras ajudam a inserir a temática étnico-racial, produzindo pedagogias de contestação e empoderamento para pessoas negras, utilizando a identidade como chave de atuação social. Para a autora, ocorrem, nesse contexto, importantes deslocamentos identitários, sobretudo no sentido de fortalecer e positivar identidades culturais coletivas.

Nesse sentido, podemos considerar que o espaço das redes sociais tem sido fundamental no sentido de auxiliar na difusão das pautas do Movimento de Mulheres Negras e possibilitar a criação de espaços de resistência e articulação entre pessoas e grupos oriundos das mais diversas partes do país. As redes sociais têm sido utilizadas para: denunciar casos de racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia, gordofobia, aporofobia e outras formas de opressões que atingem as minorias; para difundir e ressignificar a memória do povo preto, trazendo à tona personagens e movimentos de resistências negra da nossa história; para divulgar e discutir a produção de intelectuais negras e negros; para discutir sobre estética, autocuidado, saúde mental e autoestima das pessoas negras, e para impulsionar encontros presenciais e mobilizações coletivas, a exemplo da Marcha das Mulheres Negras de 2015, das Marchas do Empoderamento Crespo (realizadas em Salvador) e dos Encontros de Crespas e Cacheadas (Aracaju).

De acordo com Malta e Oliveira (2016), o uso das redes sociais na atualidade tem retomado demandas e campanhas surgidas no âmbito do Movimento Negro nos anos 1980, a exemplo da campanha Reaja ou Será Morto, do Movimento Negro Unificado.

Apesar de se tratar de um mote do Movimento Negro como um todo, sabemos que o extermínio atinge sensivelmente as mulheres negras, pois quando estas não são vítimas diretas desse extermínio, são vítimas indiretamente, quando vêm seus filhos, maridos, irmãos e outros homens de sua família serem exterminados (Malta;

Oliveira, 2016, p. 66).

As autoras usam Castells (2013) para afirmar que os movimentos sociais, em especial o Movimento de Mulheres Negras, constituem na atualidade um espaço híbrido entre as redes sociais e o espaço físico, auxiliando na construção de “comunidades instantâneas de prática transformadora” (Castells, 2013, p. 20), e sendo, portanto, um espaço onde se potencializa as organizações sociais e suas atividades pedagógicas de resistência e transformação social.

Além das redes sociais, da academia e das ruas, outro campo de atuação que tem sido reivindicado pelas mulheres negras é a arena política. Na perspectiva da construção de um novo pacto civilizatório, conforme disposto na Carta das Mulheres Negras de 2015, têm-se defendido, dentro do Movimento de Mulheres Negras, o enegrecimento e a feminização da política brasileira, a partir da construção de candidaturas negras a diversos cargos dos poderes Legislativo e Executivo.

A partir do questionamento da sub-representação das mulheres negras na política, o Movimento de Mulheres Negras tem se mobilizado em torno da construção de candidaturas competitivas, que tenham em sua plataforma política a dimensão da interseccionalidade. O tema Mulheres Negras na política tem sido bastante discutido pelo Movimento de Mulheres Negras, a ponto de ser mobilizado, mais de uma vez, em edições do Julho das Pretas, articulado pela Rede de Mulheres Negras do Nordeste.

Verifica-se que, a partir das eleições do período (2018-2022), no contexto da repercussão do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, mulher negra ativista, bissexual e periférica, houve um aumento significativo de candidaturas negras, sendo algumas delas exitosas. Estas candidaturas, que se articularam de forma individual ou coletiva, com vistas a provocar abalos na lógica masculina, branca e heterossexual dos espaços de poder, tem se aliado aos princípios dispostos na Carta das Mulheres Negras de 2015, na defesa do Bem Viver enquanto novo pacto civilizatório, caracterizado pela justiça, equidade e solidariedade, e a chamada Agenda Marielle Franco⁶⁰, construída pelo Instituto Marielle Franco e por movimentos sociais diversos, é composta por práticas e compromissos políticos antirracistas, feministas, LGBTQIA+ e populares, que são inspirados no legado de Marielle Franco. Estes dois documentos têm sido utilizados como base para a atuação das mulheres

60 A agenda Marielle Franco foi elaborada para o pleito eleitoral de 2022, com vistas a melhor gerir o legado de Marielle Franco, afastando candidaturas oportunistas que não estavam alinhadas aos seus princípios, conforme ocorreu no pleito de 2018. Para maiores informações, consultar: < <https://www.agendamarielle.com/> > Acesso em 05/10/2022.

negras eleitas, no que diz respeito à atuação nos plenários e a construção de proposituras.

Outra iniciativa articulada por organizações negras para impulsionar candidaturas de mulheres negras é a campanha “Eu voto em Negra”⁶¹. Inserida no Projeto Mulheres Negras e Democracia, a campanha tem sido articulada na região Nordeste pelas organizações: Casa da Mulher do Nordeste (CMN); Centro das Mulheres do Cabo (CMC) e Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE), em parceria com a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste. O intuito é mobilizar a região numa campanha pelo aumento da representatividade de mulheres negras nos espaços de poder, entendendo que suas pautas beneficiam a todos os segmentos da sociedade. Para Rodrigues e Freitas (2021), a presença de mulheres negras em espaços de poder ajuda a potencializar “a visibilidade de identidades sociais e experiências comuns a outros grupos subalternizados, os quais são constantemente suprimidos da esfera pública em decorrência do racismo, do sexismo e de outras formas de opressão” (Rodrigues; Freitas, 2021, p. 26).

Nesse sentido, ao nos debruçar sobre o surgimento e trajetória do Movimento de Mulheres Negras, concordamos com Carneiro (2003a), quando ela considera que as mulheres negras trouxeram um novo olhar – feminista e antirracista – e produziram uma nova identidade política, ao integrar em sua luta, tradições de luta dos movimentos negro e feminista nas análises sobre as especificidades do ser negra.

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do Movimento Negro (Carneiro, 2003a, p. 2).

Observamos que, na trajetória do Movimento de Mulheres Negras, as pautas e agendas conseguem vislumbrar o desenho de políticas públicas que não vão beneficiar exclusivamente as mulheres negras, mas políticas que são direcionadas à promoção da igualdade racial, de gênero e da justiça social. Outra característica que merece destaque, é que, concomitante a constituição autônoma do movimento de mulheres negras, houve uma aproximação deste com o movimento de favela, conforme Rodrigues e Freitas (2021) e González (2020), indicam em seus estudos. Nesse aspecto, nos aliamos à análise

61

05/10/2022.

Para maiores informações, acessar: < <http://euvotoemnegra.com.br/> >. Acesso em

empreendida por Pereira (2016), que considera que o Movimento de Mulheres Negras contribui para a geração de perspectivas analíticas e concepções de justiça social, edificando um pensamento social e político, que se organiza a partir das interseções de gênero e raça (e nós acrescentamos aqui classe, identidade de gênero e sexualidade).

Almeida (2010) afirma que as mulheres negras têm na arena política um espaço de representação, onde podem demarcar as especificidades da condição de ser negra, contribuindo com o enegrecimento do feminismo. O protagonismo das mulheres negras pode ser observado a partir das organizações, mediante atividades intelectuais e políticas que ocorrem, não a partir de um passado recente, uma vez que as mulheres negras sempre buscaram uma autonomia.

Participantes do Movimento Negro e feminista, as mulheres negras, conscientes da importância de seu papel na história, visam a desmascarar situações de conflito e exclusão. Com isso, não só contribuíram para a conquista de visibilidade como sujeitos políticos, perante esses movimentos e a sociedade, como também construíram um curso próprio através da constituição do movimento autônomo de mulheres negras. Com isso, lutaram e lutam para garantir a subsistência, direitos sociais e políticos, e qualidade de vida para si, seus familiares e para a comunidade. Explicitamente, a agenda política das mulheres negras transcende as questões de gênero, abarcando o combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito racial (Ribeiro, 2008, p.804).

Para Pereira (2016), as ativistas negras apontam, em suas denúncias e mobilizações, as hierarquias de gênero, raça e classe, como fatores que dificultam o acesso a direitos básicos pelas pessoas negras, em especial as mulheres. Além disso, Pereira (2016) sinaliza que, no Movimento de Mulheres Negras, existem padrões de representação social, identidade e memória coletiva, ligados à busca por justiça social, uma vez que os discursos ressaltam histórias e personagens femininos como inspiração, destacando, ainda, representações ligadas às religiões de matriz africana, lideranças políticas e a empregada doméstica como predominantes nesses discursos. Tais representações, que também podem ser percebidas dentro do Movimento Negro, servem para mobilizar uma memória coletiva pautada em referências ancestrais e afrodiaspóricas, com vistas a propiciar a reapropriação da negritude e da afrodescendência de forma positiva, bem como direcionar as ações dos coletivos de mulheres negras em busca da promoção da justiça social.

No entanto, após um período de grandes conquistas para o povo preto, no que se refere à aprovação de políticas públicas e a criação de órgãos dentro da estrutura estatal para discussão sobre igualdade racial, a partir do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, a

conjuntura política nacional se alterou de forma significativa. Uma pauta conservadora, com discussões sobre ideologia de gênero, por exemplo, ganhou destaque na cena política e, impulsionada por setores mais radicais da Igreja Católica e dos evangélicos neopentecostais, levou boa parte da sociedade (e de parlamentares) a se posicionar no sentido de criminalizar o Partido dos Trabalhadores, a ponto de conseguirem concretizar o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2016).

Em 2017, assistimos à extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, pelo governo Michel Temer, como mais um ataque às políticas públicas de igualdade racial. Em 2018, tivemos a ascensão de um governo de extrema direita, representado por Jair Bolsonaro que, desde então, vem promovendo um grande desmonte das políticas públicas de igualdade racial, e dos direitos sociais da classe trabalhadora, com aprofundamento significativo da crise econômica, durante a pandemia da Covid-19, que teve como sua primeira vítima uma mulher negra, que trabalhava como empregada doméstica.

A ascensão de Jair Bolsonaro representou um grande choque para o ativismo negro, dos direitos humanos e dos direitos dos trabalhadores, uma vez que, o agravamento das dificuldades relacionadas às condições materiais e a situação de vulnerabilidade, tornou o processo de organização dos movimentos sociais mais delicado, dado o grande retrocesso institucionalizado nos últimos anos.

Ao mesmo tempo, o mesmo pleito que elegeu Bolsonaro garantiu vitórias importantes para os movimentos sociais progressistas com a vitória de mulheres negras, LGBTQIA+, indígenas e outras minorias para cargos no Legislativo. Nesse sentido, Movimento de Mulheres Negras apresenta um protagonismo com relação à resistência frente as desigualdades estruturais latentes na sociedade brasileira, considerando que se caracteriza por apresentar projetos, que pautam a justiça social como valor inegociável.

Conforme a perspectiva teórica do feminismo negro, consideramos que a posição ocupada pelas mulheres negras na estrutura desigual das relações de poder no sistema capitalista, ou a intersecção das categorias de gênero, raça e classe, faz com que as mulheres negras ocupem um lugar privilegiado, dado à complexa rede de subordinação que experimentamos nas nossas vidas cotidianas– que embora pareça paradoxal– permite que as mulheres negras protagonizem um importante papel político (Figueiredo, 2018, p. 1094).

No pleito de 2022, o grande mote de mobilização dos movimentos sociais foi o combate ao fascismo e a defesa da democracia tão ameaçada por posicionamentos

antidemocráticos vindos do presidente da República e seus aliados, a exemplo dos constantes ataques destes ao Supremo Tribunal Federal e a ameaça violenta a opositores. Além da defesa da democracia, a defesa das candidaturas de mulheres negras e do voto antirracista, feminista, antissexista, anti-lgbtfóbico continuou mobilizando as mulheres negras brasileiras, em torno da construção do Bem Viver, enquanto possibilidade em tempos de destruição (Nascimento, 2018).

Compreendemos que as mulheres negras têm ocupado um espaço significativo dentro da militância negra. Elas vêm movendo estruturas dentro e fora dos movimentos sociais, reeducando ativistas e a sociedade em geral sobre temas que são relevantes para a sobrevivência do povo preto e para a promoção da justiça social. A participação das ativistas negras em importantes Conferências internacionais das Nações Unidas e na Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial são alguns exemplos da potência das mulheres negras, enquanto mentes pensantes de políticas públicas antirracistas, antissexistas, antilgbtfóbicas e voltadas para o combate das desigualdades socioeconômicas. As ativistas negras têm se profissionalizado e se articulado em rede, nas mais diversas partes do país, elaborando e executando projetos que pautam a potência preta em áreas como Educação, Ciência, Saúde, Artes e na Política.

Nesse sentido, observaremos a emergência do Movimento de Mulheres Negras em Sergipe nas últimas décadas, verificando se este acompanha a trajetória do Movimento no sentido mais amplo, no que se refere às origens, estratégias de luta e pautas reivindicatórias.

5. E AS MULHERES NEGRAS SERGIPANAS, COMO TÊM SE ORGANIZADO?

No que se refere a organizações de mulheres negras no Estado de Sergipe, os estudos são ainda mais escassos que aqueles que se referem ao Movimento Negro sergipano de uma forma mais ampla. Infelizmente, não encontramos trabalhos de mestrado ou doutorado que versassem especificamente sobre o Movimento de Mulheres Negras em Sergipe, e nem sobre a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria. Este fato justifica a relevância e pertinência do nosso tema de pesquisa, no sentido de abrir caminhos neste campo, e de destacar a existência e atuação do Movimento de Mulheres Negras em Sergipe e as suas atividades, enquanto parte de um projeto emancipatório gestado dentro do Movimento Negro sergipano.

No artigo *“Movimento de Mulheres Negras em Sergipe: notas de pesquisa”*, Domingues e Oliveira (2021) nos apresentam alguns elementos que compõem a articulação de mulheres negras em Sergipe, a partir dos anos 1980, onde mulheres que compunham a Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania (SACI) criaram um agrupamento com recorte de gênero denominado Organização de Mulheres Negras Maria do Egito (OMIN)⁶², em 2003. Nesse texto, outras entidades são mencionadas como parte do Movimento de Mulheres Negras em Sergipe, inclusive a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria. Sobre a trajetória da ativista Rejane Maria Pureza do Rosário, em específico, identificamos a existência de um trabalho de conclusão de curso de autoria de Selma da Silva Santos, intitulado *“A participação feminina no Movimento Negro sergipano: Rejane Maria Pureza do Rosário”*, da graduação em História da UFS.

Em 2022, publicamos o artigo *“A potencialidade educativa da Auto-organização de mulheres negras de Sergipe Rejane Maria”*, onde discutimos alguns elementos desta tese, no que se refere a processos educativos construídos dentro das atividades da Rejane Maria, por meio dos quais se produzem saberes e pedagogias emancipatórios, que questionam o *status quo*, ao passo em que criam estratégias educativas de combate ao racismo, classismo, sexismo e lgbtbofia.

62 De acordo com Joseanes Lima Silva dos Santos, membro da OMIN, Maria do Egito foi uma Mulher negra, escravizada que viveu em Aracaju no século XIX. Negociando sua libertação com o seu senhor de engenho e por seu caso com o senhor tornar-se público e Maria engravidar, o senhor a espanca publicamente e manda para a senzala, no entanto a escravizada arranja um advogado e o processa judicialmente. (Bispo, 2015, p. 34)

De acordo com Domingues e Oliveira (2021), na década de 1980, as mulheres negras se articulavam dentro dos setoriais de mulheres existentes nas entidades negras, pautando discussões de gênero e raça, fato este que corrobora o argumento de González (2020), ao afirmar que o Movimento de Mulheres Negras emerge no seio do Movimento Negro.

Buscando fontes que nos auxiliassem a reconstituir alguns caminhos que as mulheres negras sergipanas trilharam no combate às opressões interseccionais, encontramos o depoimento da ativista Joseanes Lima dos Santos, que atuou inicialmente no Movimento Nacional de Meninos de Rua, passando pelo Fórum de Mulheres Negras de Sergipe, pela SACI e pela OMIN (Organização de Mulheres Negras Maria do Egito), fundada em 2003, a partir da estratégia de fomento à criação de entidades negras executado pela SACI, a qual já mencionamos anteriormente.

A ativista Joseanes concedeu entrevista a Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira, que buscavam, dentro de um projeto amplo de História Oral, reconstituir histórias do Movimento Negro brasileiro, a partir das vozes de seus ativistas. Joseanes pontua que iniciou sua militância através do trabalho comunitário com crianças do bairro América e, em seguida começou a trabalhar com a população de rua, ingressando no movimento nacional e, posteriormente, ajudando a fundar o movimento em Sergipe. A ativista representou o Movimento Nacional de Meninos de Rua, no Encontro Nacional de Entidades Negras de 1991 e, nesse contexto, teve contato mais efetivo com o Movimento Negro organizado, ingressando em organizações negras a partir de então.

Em sua entrevista, Joseanes nos fornece algumas pistas dos princípios da organização autônoma das mulheres negras sergipanas e os enfrentamentos que estas mulheres tiveram que fazer, sobretudo, dentro do próprio Movimento Negro. A ativista denuncia o machismo pontuando que havia resistência, quanto ao protagonismo feminino na luta antirracista:

O Movimento Negro sempre teve comportamento machista com relação às mulheres negras do ponto de vista de não aceitar que essas mulheres negras não faziam um trabalho de protagonismo político. E aí sempre teve uma dificuldade de aceitar que as mulheres negras também têm que estar à frente nessa luta antirracista no Brasil. E aí eu percebia também que a relação que esses homens negros exerciam com as mulheres negras que estavam no Movimento Negro, não era uma relação do ponto de vista político. Eu avalei que não tinham respeito político pela presença daquelas mulheres. Porque tinham mulheres no Movimento Negro quando eu cheguei no Movimento Negro. Agora, essas mulheres não se firmavam, não disputavam espaço político com aquelas pessoas que estavam à frente no movimento. Aí, quando eu cheguei, eu imprimi um ritmo de que as mulheres negras tinham que ter um espaço dentro do movimento de mulheres, dentro do Movimento Negro. Aí nós organizamos, com essas mulheres que estavam dentro do Movimento Negro, o

Fórum de Mulheres Negras de Sergipe, e participamos da construção do II Encontro Nacional de Mulheres Negras (Santos, 2005).⁶³

A ativista aponta, ainda, que, apesar das mulheres negras estarem inseridas dentro do Movimento Negro, não eram consideradas enquanto ator político independente, capaz de gerir as atividades dentro dos coletivos e, quando tentavam fazê-lo, sofriam retaliações que passavam pelo boicote até ataques pessoais:

Elas participavam do movimento. Elas não se constituíam um grupo político dentro do Movimento Negro. E aí, quando eu comecei essa discussão, aí comecei de alguma forma disputando esse espaço do Movimento Negro com eles. E aí foi muito difícil. Foi muito difícil primeiro porque eles fizeram um processo de retaliação muito forte, porque eu sempre fui muito reagente, muito firme com relação a essa questão de ter espaço, de dar visibilidade, de considerar o protagonismo das mulheres negras no Movimento Negro. E aí, muitos deles, ou alguns deles, falavam frases de mulheres negras, coisas que não eram verdade em relação a mim. Inventavam muitas coisas, porque eles eram assim, construíam uma imagem negativa dentro desse processo de construção do movimento de mulheres negras. E algumas dessas mulheres que estavam no Movimento Negro acreditaram. E aí, em Sergipe, nós tivemos uma certa dificuldade de organizar esse movimento, porque eu acho que os homens negros não favoreciam para que as mulheres tivessem autonomia, eles dificultavam. Não é favorecer de dizer assim: “você venha, o espaço é seu, faça esse ou aquele trabalho”. Mas você precisa deixar espaço para que o outro atue politicamente, atue publicamente. Então eu acho que teve um pouco essa dificuldade na relação com eles, na construção de um referencial político de mulheres negras (Santos, 2005).⁶⁴

Joseanes relata também ter feito parte da fundação do Fórum de Mulheres Negras de Sergipe, em 1990. A entrevistada também revela que mulheres negras sergipanas estiveram presentes na construção do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, ocorrido em Salvador no ano de 1991, fato este que pode ser confirmado no trabalho de Santos (2016), quando esta menciona a presença de representação de Sergipe na 5ª reunião de preparação para o evento, ocorrida entre os dias 12 e 13 de janeiro de 1991. De acordo com o depoimento de Joseanes, após a participação sergipana no II Encontro Nacional de Mulheres Negras (1993), foi organizado em Sergipe um seminário, que congregava mulheres negras, mestiças e pobres, e a entrevistada revela que a discussão sobre a participação política das mulheres negras no movimento social ainda não estava sendo colocada:

63
em 01/12/2022.

Disponível em: < <https://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1361.pdf> > Acesso

64
em 01/12/2022.

Disponível em: < <https://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1361.pdf> > Acesso

Nós participamos da organização desse II Encontro, depois, em 1993, nós organizamos o I Seminário de Mulheres Negras, Mestiças e Pobres do Estado de Sergipe. Quer dizer, ainda tinha uma confusão do que nós éramos, porque hoje nós não organizaríamos um seminário de mulheres negras, mestiças e pobres, entendeu? Então não tinha uma discussão da participação política dessas mulheres negras dentro do movimento lá no meu estado (SANTOS, 2005).

Já Dantas (2003), pontua que, a partir da década de 1990, as mulheres negras passaram a ter um papel de destaque nas entidades negras, ocupando um duplo papel nas: o da militância política e o do trabalho burocrático: "Esses grupos de mulheres negras ativistas desenvolveram posturas, se articularam em pequenos grupos e negociaram a construção de discursos que as legitimaram nos cargos de prestígio e maior retorno econômico dentro das entidades que integravam" (Dantas, 2003, p. 179). O autor também aponta que, após a criação da SACI, entidade que a Joseanes compôs na referida década, a ONG criou o Programa para a Emancipação da Mulher:

Este programa tinha por objetivo "possibilitar a formação de uma consciência negra crítica em mulheres do meio popular (negra e pobre), permitindo as mesmas suplantarem a realidade violenta e discriminatória a que estão submetidas no seu cotidiano." Nesse momento, a SACI reorganizava a sua "estrutura programática", na qual as políticas de "gênero", "raça" e "cidadania" formavam o seu eixo institucional. Os objetivos do Programa para a Emancipação da Mulher se desdobraram no interesse de organização das mulheres negras e pobres de Sergipe, estimulando a organização e a participação desse grupo no seu desenvolvimento, assim como na localização e rediscussão do papel social da mulher. Esse programa também visava construir ações acerca da violência contra a mulher, a partir de estudos sobre essa realidade social. O objetivo central de definir políticas e mecanismos de controle e redução da violência contra a mulher estava articulado com o interesse de desenvolver atividades de educação sexual para adolescentes no meio popular, conscientizando-os acerca de métodos reprodutivos e de planejamento familiar (Dantas, 2003, p. 184).

Nesse sentido, podemos observar que os princípios defendidos no Programa para a Emancipação da Mulher Negra estão coerentes com as discussões que vinham sendo feitas dentro do Movimento de Mulheres Negras, a respeito do empoderamento e da necessidade de emancipação feminina, do combate à violência de gênero e da conscientização sobre os direitos reprodutivos das mulheres negras. Além da sintonia com as discussões do Movimento de Mulheres Negras no âmbito nacional, a SACI, de acordo com Dantas (2003), dispunha de um número significativo de mulheres que posteriormente passaram a ocupar posições de poder dentro da ONG:

A SACI procurou privilegiar as mulheres nos espaços de poder da direção dos programas e projetos internos, supervalorizando, inclusive, alguns “quadros” não exatamente em detrimento de outros, mas especialmente porque acreditavam numa transformação da realidade social e política que antes de ser exterior, estava dada em seu espaço de trabalho. Neste sentido, o exercício da legitimação das mulheres em situação de coordenação e de homens em situação de coordenados também deveria ser naturalizado (Dantas, 2003, p. 185).

Ainda discutindo sobre a presença feminina na SACI na década de 1990, Dantas (2003) ainda sinaliza que a instituição trabalhou ativamente para a consolidação da hegemonia feminina no grupo, buscando construir uma imagem sólida e positiva sobre a presença das mulheres negras dentro do Movimento Negro:

Dentro da SACI, a hegemonia feminina foi consolidada ao longo da década de 1990. O mais ambicioso projeto político dessa entidade sergipana, no que se refere às suas ativistas, estava voltado para a visibilidade dos investimentos individuais de suas integrantes. Assim, a legitimação de um número majoritário de mulheres distribuídas, conforme as suas características individuais e profissionais, em programas e projetos técnicos e políticos nessa Ong, tinha também o objetivo de construir uma imagem positiva da mulher negra no campo dos movimentos negros. Tanto as estratégias quanto os métodos utilizados tiveram êxito no que se refere à sua visibilidade. Este foi o caminho para a SACI lançar uma de suas ativistas para a Câmara Federal: Joseanes Lima (Dantas, 2003, p. 203).

Porém, analisando o que fora publicado por Dantas (2003) sobre a participação de mulheres na SACI, o mesmo autor, apesar de enaltecer que a presença feminina era muito bem vista e incentivada na ONG, inclusive contando com Programa específico para as mulheres, ao tratar da participação de Rejane Maria Pureza do Rosário na organização, destaca que a mesma ocupou o cargo de telefonista (algo que não está relacionado ao núcleo decisório) e que ela “nunca conseguiu desenvolver atividades de educadora popular como desejava” (Dantas, 2003, p. 189), e que “os esforços pessoais de Rejane do Rosário para desenvolver o melhor trabalho que podia no seu setor e a articular-se com pequenos grupos internos interessados na direção da entidade nunca obtiveram o êxito esperado durante os cinco anos que integrou aquela Ong” (Dantas, 2003, p. 191). O autor também informa que o companheiro de Rejane Maria, Robson Martins, teve várias oportunidades de desenvolver projetos dentro da SACI, algo que o autor justifica pelo fato de o mesmo fazer parte do agrupamento que dirigia a SACI desde quando ainda se chamava UNA. Nesse sentido, podemos considerar que o Movimento Negro sergipano também trazia em seu bojo, as opressões estruturais que estavam presentes na sociedade brasileira, e que também se faziam presentes em outras organizações negras país afora, cujas posturas também foram

denunciadas por mulheres negras ativistas.

Além de participar da SACI, Joseanes Lima também afirma ter participado, assim como outras mulheres negras sergipanas, nas discussões preparatórias para a Conferência de Durban, ocorrida em 2001 na África do Sul. Como pontuamos anteriormente, este evento contou com significativa presença de mulheres negras na delegação brasileira, e foi um momento de grande projeção do Movimento de Mulheres Negras nos âmbitos nacional e internacional. Foi também de iniciativa da SACI, o fomento da criação de outras organizações negras no Estado de Sergipe, que abordassem temas específicos, o que era um movimento que estava sendo feito por várias entidades negras país agora, se especializando em áreas estratégicas como saúde, educação, cultura, combate à violência etc. E, nesse contexto, no ano de 2003, surgiu a OMIN, que, de acordo com Souza (2012), tinha como objetivo prestar assessoria a mulheres negras, além de atuar em eventos educativos e culturais.

Sobre a criação da OMIN, Domingues e Oliveira (2021) nos informam que a organização tinha status de organização da sociedade civil, algo que era coerente com o contexto de “onguização” de entidades negras, que vinha se configurando desde a década de 1990, e que compunha o Fórum de Mulheres Negras de Sergipe, o Fórum Nacional de Mulheres Negras e a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). No caso da OMIN, o intuito era planejar e executar projetos que atendessem às demandas específicas das mulheres negras sergipanas. Analisando a entrevista de uma ativista que compôs a OMIN, Souza (2012) pontua que:

A criação da OMIN está diretamente relacionada com os interesses da SACI de criar organizações que trabalhassem com temas específicos. A OMIN, por exemplo, ficaria com a função de trabalhar com discriminação e tipos de violência voltados para as mulheres negras. Neste projeto, Patrícia e mais nove mulheres assumiram a coordenação da nova organização. Como a organização focava a denúncia e combate à violência doméstica, a discriminação contra as mulheres negras e “empoderamento” destas mulheres, as coordenadoras foram convidadas também em função de sua formação acadêmica diversificada, como advocacia, assistência social, pedagogia, entre outras (Souza, 2012, p. 133-134).

Logo no ano de sua fundação (2003), a OMIN foi contemplada em um concurso de projetos promovido pelo Fundo Elas, em parceria com a Fundação Ford. A concorrência em editais para captação de recursos é uma prática comum dentro das ONGs de uma forma geral, e era uma prática corriqueira também na SACI, de onde a OMIN era uma célula. O Projeto Mecanismos de Defesa e Proteção dos Direitos da Mulher tinha como objetivo fortalecer e

ampliar a “cidadania e conhecimento a cerca dos instrumentos de defesa da auto-estima da mulher, de maneira que ela possa agir politicamente e influenciar nos processos de tomada de decisão, assim também como a sensibilização de agentes governamentais e tomadores de decisão sobre a perspectiva de gênero”.⁶⁵

]A OMIN foi responsável pela realização de duas edições do Prêmio Mulher Negra,⁶⁶ nos anos de 2003 e 2006, respectivamente, onde foram homenageadas mulheres negras por suas trajetórias em diversos campos, a exemplo da cultura, da religiosidade afro, da política e da medicina.

Figura 8– Entrega do II Prêmio Mulher Negra



Fonte: Portal da Prefeitura de Aracaju (2006)

Em 2008, a OMIN realizou uma edição do Natal Afro, evento onde houve a inauguração do espaço físico destinado à organização e uma ceia com cardápio afro⁶⁷.

Figura 9 – Espaço OMIN inaugurado durante o Natal Afro

65 Disponível em: < <http://www.fundosocialelas.org/concurso-iii-resultado.asp> > Acesso em 01/12/2022.

66 Disponível em: < <http://www.institutomarcelodeda.com.br/duas-secretarias-da-prefeitura-de-aracaju-recebem-premio-mulher-negra/> > e <https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/21313/ii-premio-mulher-negra-e-entregue-em-clima-de-festa.html> > Acesso em 01/12/2022.

67 Disponível em: < <https://infonet.com.br/noticias/cultura/omim-promove-natal-afro-em-aracaju/> > Acesso em 01/12/2022.



Fonte: Portal Infonet (2008)

Em 2010, houve representação da OMIN no Seminário Mulheres Negras Nordestinas contra a Discriminação Racial na Mídia, realizado nos dias 18 e 21 de março de 2010, em Pernambuco. O evento tinha como objetivo “promover um processo de organização de mulheres negras do Nordeste para uma ação em rede articulada de combate à discriminação racial na mídia, além de socializar experiências e construir estratégias de como enfrentar o racismo na mídia”⁶⁸.

Ao longo de sua existência, a OMIN esteve se articulando com entidades de mulheres negras e mistas, dentro e fora do Estado. Internamente, pudemos identificar a presença de representantes da OMIN em eventos, como palestras, exposições e atividades culturais, mas também em protestos e cortejos organizados pelo Movimento Negro⁶⁹. Domingues e Oliveira (2021) indicam a participação de membros da OMIN na I Conferência de Igualdade Racial do município de Aracaju (2005) e o incentivo das ativistas com relação à criação de um grupo de mulheres na comunidade quilombola Mussuca, localizada no município de Laranjeiras.

68 Disponível em: < <https://feminismo.org.br/2010/03/10/comeca-em-183-seminario-de-mulheres-negras-nordestinas-contra-a-discriminacao-racial-na-midia-em-pernambuco-2/> > Acesso em 01/12/2022.

69 Disponível em: < <https://infonet.com.br/noticias/cultura/ii-cortejo-negro-comemoracao-da-consciencia-negra/> > ; < <https://reajanasruas.blogspot.com/2013/10/carta-de-repudio-contra-o-racismo-e.html> >; < <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/articulacao-de-mulheres-negras-brasileiras-quer-luiza-bairros-a-frente-da-seppir.html> > e < <https://mundonegro.inf.br/apos-apologia-a-escravidao-pao-de-acucar-ignora-entidades-negras-que-pedem-retratacao-publica/> > Acesso em 01/12/2022.

Externamente, conseguimos identificar a presença da OMIN junto às atividades da AMNB, a exemplo de Encontros da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras e da assinatura de Cartas e Notas de repúdio publicadas pela Articulação.

Figura 10 – Evento cultural realizado pela OMIN no Centro de Criatividade (2007)



Fonte: Portal mulher500.org.br (2007)

Para Souza (2012), as organizações negras representam importantes espaços de socialização e formação política dos ativistas e, no caso da OMIN, serviu também como meio de projeção das mulheres negras enquanto lideranças dentro do Movimento Negro, dando-lhes visibilidade, inclusive, para que algumas de suas ativistas pudessem ocupar cargos dentro de órgãos públicos ou se projetassem politicamente a partir da articulação com partidos de esquerda. Esta realidade ainda é possível de ser observada, uma vez que mulheres negras ainda têm ocupado cargos em órgãos de promoção da igualdade racial, direitos humanos e/ou assistência social no Estado e em alguns municípios.

Não conseguimos identificar em que ano a OMIN encerrou formalmente suas atividades, mas reconhecemos a importância desta organização para a articulação das mulheres negras sergipanas, nas primeiras décadas deste século. O acúmulo de conhecimento das mulheres negras que atuaram, tanto em organizações de mulheres negras, quanto em entidades do Movimento Negro misto, subsidia, na atualidade, a articulação que vem sendo construída pelas mulheres negras sergipanas, nos últimos anos, no que se refere ao diálogo entre as entidades locais, mas também na interação com entidades no âmbito nacional e

internacional.

Outra possibilidade de articulação de mulheres negras que ocorreu em Sergipe, nos últimos anos, assim como em outros Estados brasileiros, foi a organização de grupos e encontros voltados para a discussão sobre a valorização da estética negra e dos cabelos naturais. Inicialmente foram organizados grupos de discussão no *Facebook*, a exemplo do Cabelos Crespos e Cacheados de Sergipe, criado em 2013 e do Crespas e Cacheadas de SE, criado em 2014 e, posteriormente, foram realizados Encontros em diversas localidades de Aracaju. De acordo com Domingues e Oliveira (2021), o grupo se reunia com relativa periodicidade “com o intuito de instituir espaços de discussão sobre cabelo, negritude, estética, autoestima e fortalecimento identitário” (Domingues; Oliveira, 2021, p. 116).

Esta articulação estética e política faz parte de um movimento de enfrentamento das mulheres negras com relação à construção de padrões estéticos e capilares historicamente produzidos, desde o período colonial, e que inferiorizam e desrespeitam os fenótipos negros, impondo um padrão de beleza eurocêntrico, levando a população negra a buscar um ideal do ego branco, como bem traduz a psicanalista Neusa Santos Souza (1983). Assim como Souza (1983), um ensaio sobre cabelos crespos, hooks (2014), também associa o desejo das mulheres negras em alisar os cabelos à uma dinâmica presente dentro da dinâmica estrutural do patriarcado capitalista e racista:

Dentro do patriarcado capitalista – o contexto social e político em que surge o costume entre os negros de alisarmos os nossos cabelos –, essa postura representa uma imitação da aparência do grupo branco dominante e, com frequência, indica um racismo interiorizado, um ódio a si mesmo que pode ser somado a uma baixa auto-estima⁷⁰. (hooks, 2014, s.p.).

Gomes (2019) afirma que o racismo protege as pessoas brancas e as colocam como padrão universal de beleza, inteligência, competência e civilidade, ao passo que introjeta nos sujeitos negros um sentimento antagônico, com relação a seus atributos físicos e intelectuais, num processo que têm influência direta na construção da identidade negra. Nesse sentido, a reivindicação das mulheres negras em torno do rompimento com os padrões eurocentrados e racistas que permeiam a noção de beleza faz parte do chamado “ativismo de cabelo”, onde as ativistas buscam ressignificar os seus traços, passando a vê-los positivamente, como belos e dignos de respeito:

⁷⁰ Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/> > Acesso em 05/12/2022.

No ativismo de cabelo, percebe-se o cabelo crespo ou cacheado, não como um animal raivoso a ser domado, mas como ancestralidade e característica própria da mulher negra, que deve ser conservada e respeitada quebrando o modelo de “beleza” imposta pela sociedade e mídia que adoram um racismo estrutural⁷¹ (Portal Geledés, 2014).

Estas reivindicações em torno da valorização da estética negra ganham grande espaço nas redes sociais, que tem funcionado como importantes espaços de ativismo negro, sobretudo no que se refere à juventude negra. Para Matos (2016):

o as reivindicações se fortalecem através de movimentos sociais em redes que altera a forma como estes são entendidos, propiciando o surgimento de formas de organização política como o ativismo de cabelo, que busca empoderar os sujeitos ao mesmo tempo que antigas referências identitárias vão se esfacelando promovendo a reconstrução dessa sobre novas percepções (Matos, 2016, p. 856).

Gomes (2019) afirma que as mulheres negras, sobretudo as jovens, que participam desse tipo de articulação “realizam e constroem um outro tipo de política e conseguem falar de forma mais direta a muitas outras jovens negras que, aos poucos, aceitam o desafio de iniciar um processo de transição capilar e assumem seus cabelos crespos” (Gomes, 2019, p. 20). Encontramos registros nas redes sociais da realização de Encontros de Crespas e Cacheadas em Sergipe entre os anos de 2015 a 2019, sendo os mesmos paralisados no ano em que se iniciou a pandemia da covid-19.

Figura 11 – Encontro de Crespas e Cacheadas (2014)



71
05/12/2022.

Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/ativismo-de-cabelo/> > Acesso em

Fonte: Facebook Njinga Mbandi (2014)

A Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, criada em 2014, representa, nos últimos anos, um importante coletivo de articulação de mulheres negras de Sergipe. O surgimento da Auto-Organização aconteceu a partir de divergências de pensamento ocorridas no âmbito do Coletivo de Mulheres de Aracaju, composto por mulheres negras, brancas, cis, trans e com diferentes realidades socioeconômicas. Njinga Mbandi, através de depoimento feito em uma reunião da Rede de Mulheres Negras de Sergipe com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, trata um pouco do contexto do surgimento da Auto-Organização:

A Rejane Maria surgiu de um surto coletivo... Existia em Aracaju um coletivo de mulheres, chamava Coletivo de Mulheres de Aracaju, que era um coletivo misto, com mulheres brancas, negras, pardas, trans... tudo... todas juntas. E era um coletivo que funcionava [Gigi interrompe Njinga Mbandi dizendo... Eu fui uma das fundadoras] [Njinga Mbandi continua] ... muitas aqui... E era um coletivo que funcionava muito bem, funcionou durante muitos anos, inclusive levou as marchas das vadias todas que tiveram o coletivo impulsionou. A audiência pública, só que o que acontecia, muitos grupos mistos, muitas vezes a discussão racial ela era completamente abafada... apagada... e quando a gente problematizava era tido como aí...isso é egoísmo, vamos focar em pautas que são mais gerais, sempre era muito difícil, então isso começou a incomodar muitas mulheres negras que faziam parte do Coletivo de Mulheres de Aracaju... Gigi ainda ficou mais um pouco depois que eu saí... E aí quando foi em 2014 eu saio... já tinham movimentos negros em Aracaju bem consolidados né...a Unegro, por exemplo, outros que eu não conhecia como o Frente Favela do qual Josi faz parte, o MNU, é... assim né... o MNU, a Unegro, o Omolaiyé que já existia com Yá Sônia, então já tinha aí uma gama de movimentos... de movimentos negros onde tinham mulheres negras atuando dentro desses movimentos. Então quando algumas mulheres negras saem do Coletivo de Mulheres de Aracaju em 2014, na época usávamos o orkut⁷² né... a gente começou a puxar os assuntos e ver que tínhamos muita coisa em comum e abrimos um bate papo no...naquele chat que tinha... e aí Everlane do cinema e tal, fomos adicionando Tathy, Amina, Aline e várias meninas queriam discutir a questão da mulher negra... mas a princípio era pra ser um espaço como esse né... da gente falar sobre as nossas vivências, as nossas dores... Margot também, enfim.. Ingrid, Candaces... cadê Candaces... Candaces, e aí a gente fez esse primeiro espaço aonde... no Abaô... que também é uma organização muito forte em Aracaju... histórica, de capoeira, e que nos cedeu o espaço pra fazer as atividades (Njinga Mbandi, 2022).

A partir do depoimento de Njinga Mbandi, podemos identificar um fenômeno comum à motivação para a formação de vários coletivos de mulheres negras, que é o aspecto do

silenciamento da pauta antirracista dentro de coletivos feministas. Apesar da presença de negras nestes grupos, as suas escrevivências e demandas são constantemente silenciadas, secundarizadas a partir de um argumento da defesa de “pautas mais abrangentes” que, na verdade, não abrangem as opressões que atravessam as existências de mulheres negras.

Souza (2017) registrou em sua pesquisa a presença de muitas mulheres negras na composição de coletivos feministas, destacando ainda que estas mulheres vêm buscando pautar a discussão da intersecção de opressões nos espaços que ocupam:

O feminismo negro e a militância de jovens negras feministas estão em ascensão em Aracaju e as discussões sobre gênero e raça vêm ganhando atenção cada vez maior no Coletivo de Mulheres de Aracaju e em outros coletivos feministas. Portanto, a presença de mulheres negras nos espaços de protestos feministas é cada vez maior em Aracaju (Souza, 2017, p. 131).

No âmbito interno, a Rejane Maria iniciou suas ações a partir da realização de reuniões abertas para compartilhamento de experiências vivenciadas por mulheres negras, relacionadas ao campo do trabalho, da educação, da maternidade, dos sentimentos, da estética etc. As Rejanes também realizam atividades em escolas, discutindo o racismo, o empoderamento negro e a afirmação da autoimagem, além de atividades lúdicas, como a realização de cineclubes e de brincadeiras para crianças.

Figura 12 – Reunião da Rejane Maria (2015)



Fonte: *Facebook* da Auto-Organização (2015)

Figura 13– Card de divulgação de Reunião da Rejane Maria (2015)



Fonte: Facebook da Auto-Organização (2015)

Sobre a discussão que vem sendo construída na Rejane Maria, como também em outras entidades feministas negras, Souza (2017) destaca a perspectiva de trazer a discussão de raça como grande eixo aglutinador das opressões estruturais e interseccionais vivenciadas por mulheres negras no país:

para movimentos feministas de mulheres negras, como o Rejane Maria, raça é o que “costuraria” classe, gênero etc. A “questão racial”, neste sentido, deve ser pautada prioritariamente a fim de politizar e problematizar a situação dos negros e das negras no país, que não seria totalmente contemplada na discussão de classe (Souza, 2017, p, 149).

A Rejane Maria tem, desde 2015, um papel articulador importante, no que se refere à mobilização das mulheres negras sergipanas em rede, para a realização de atividades coletivas seguindo as diretrizes estratégicas pautadas, sobretudo, pela Rede de Mulheres Negras do Nordeste. Já no ano de 2015, a Rejane Maria assumiu o desafio de participar do Comitê Impulsionador para a Marcha das Mulheres Negras, promovendo reuniões de articulação e formação política para as mulheres negras sergipanas e servindo como ponte para o diálogo

entre a Rede Nordeste e o Estado. Durante quase todo o ano de 2015 foram realizadas reuniões cujos registros encontram-se nas redes sociais da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria e do Comitê Impulsionador da Marcha:

Figura 14 – Formação Política das ativistas com a presença de Valdecir Nascimento



Fonte: Facebook Comitê Impulsionador da Marcha (2015)

Sobre o processo de articulação para a Marcha de Mulheres Negras de 2015 e a integração da Rejane Maria com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, Njinga Mbandi relembra:

Em 2015, a gente se aproxima muito de algumas outras ativistas e aí por exemplo, Yá Sônia, que já tava no Omolayíê, que já estava também dentro da... da... da... CONEN, da AMNB né, foi, foi, fazendo as costuras né e aí a gente consegue... a gente conhece o Odara nesse momento, nesse processo da chamada pra Marcha. E o interessante que eu queria resgatar é o slogan né... porque tinham as pré reuniões das marchas, da marcha né, que aconteciam em todos os Estados, e sempre tinha essa coisa “Estamos em marcha” né... estamos em marcha tipo meses, mas estamos em marcha, por quê?... se entendia que todo espaço onde a gente fazia formação e discussão já era o espaço da marcha... e isso é sensacional porque passava pras nossas irmãs inclusive que estavam nos espaços, mas que por algum motivo não iriam, mas que elas estavam com a gente, e elas já estavam em marcha. E isso foi muito forte em Sergipe, então a gente conseguiu reunir muita gente né... nem todas foram... claro, a gente não conseguiu colocar um ônibus, a gente dividiu um ônibus com Salvador, que foram sempre muito generosas com a gente, sempre impulsionando né... mas a gente conseguiu levar representações né.

A Xifroneze foi pelas quilombolas né... Foi Xifroneze acho que foi mais de... não sei se Izaltina, é... foi Yá Sônia, foi a gente do Rejane, né... a Unegro foi também, Tathy foi, foram as ialorixás... foi Yá Sônia, foi Yá Lígia pra marcha nacional né. Então é algo assim que pra gente que é muito potente... Eu lembro que a conversa pra entrar na Rede aconteceu inclusive no próprio processo da marcha. Se eu não me engano até não sei se foi Nai ou se foi Val falou... façam uma carta é... faça uma carta pra o Rejane entrar... e foi uma felicidade pra gente, que a gente já queria isso, a gente já vinha conversando sobre isso né Selminha?! Selminha que ela viveu muito bem esse processo né, com a gente... e entramos assim né... e desde então a gente tem acumulado muita experiência (Njinga Mbandi, 2022).

Figura 15 – Reunião de Articulação para a Marcha de 2015



Fonte: Facebook Comitê Impulsionador da Marcha (2015)

De acordo com Domingues e Oliveira (2021), a Marcha de 2015 foi também abraçada pela AMNB, entidade composta por organizações de mulheres negras de diversos Estados do país e representou um marco na luta antirracista e antissexista, uma vez que as mulheres negras passaram a defender um novo pacto civilizatório para o país, pautado pela construção do bem viver:

Ao longo de 2015 – ano que marca a memorável 1ª Marcha de Mulheres Negras, ocorrida em Brasília em 18 de novembro – as mulheres negras sergipanas se mobilizaram para a participação na Marcha, através de pré-encontros estimulados por agrupamentos como a Auto Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria e a Sociedade Omolàiyé, ambos fazendo parte da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, uma articulação de diversas organizações de mulheres negras em alguns estados da região, articulada pelo Instituto Odara (BA) (Domingues; Oliveira, 2021, p. 115).

Figura 16 – Representantes da Rejane Maria na Marcha das Mulheres Negras de 2015



Fonte: Facebook da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria (2015)

Sergipe se fez presente na Marcha das Mulheres Negras, através da representação da Rejane Maria, da Sociedade *Omolàiyé*, Unegro, Rede de Matriz Africana, do Coletivo de Mulheres de Aracaju e de representantes das mulheres quilombolas que estiveram mobilizadas, durante todo o ano de 2015. Para a Rejane Maria, a participação no Comitê Impulsionador e na própria Marcha gerou um aumento da visibilidade e confiabilidade da organização nos âmbitos regional e nacional, firmando uma importante parceria com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste e abrindo portas para a organização das atividades do Julho das Pretas em Sergipe.

Figura 17 – Representantes de Sergipe na Marcha das Mulheres Negras de 2015



Fonte: Facebook Comitê Impulsionador da Marcha (2015)

Consideramos que a integração da Rejane Maria com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste representa um passo significativo na consolidação da Auto-Organização como uma entidade de referência do Movimento de Mulheres Negras sergipano, no âmbito regional. A Auto-Organização é constantemente acionada pela Rede Nordeste, quando há necessidade de convocar reuniões, formações políticas ou atividades virtuais em rede. Outro exemplo importante dessa interação com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste é a construção das atividades do Julho das Pretas em Sergipe, algo que teve maior impulso a partir dos resultados da Marcha de 2015.

A primeira edição do Julho das Pretas que Sergipe participou foi a do ano de 2016, quando o Julho se tornou efetivamente uma atividade regional. O tema gerador estabelecido foi “Mulheres Negras no Foco: Mídia, Representação e Memória”, e, a partir deste tema, foram organizadas atividades como rodas de conversa, oficinas e exibição de filmes abrangendo adultos e juventude negra.

Na ocasião, houve uma roda de conversa com mulheres representantes de comunidades tradicionais de terreiro e quilombolas, discutindo os desafios da representação negra nos espaços de poder e, a discussão sobre a representação das mulheres negras na mídia, foi feita a partir do debate da dissertação de mestrado da ativista Njinga Mbandi, que tratava da análise de estereótipos e construções de raça e gênero, observados a partir de telenovelas em que a atriz Taís Araújo foi protagonista.

Figura 18 – Card de divulgação do Julho das Pretas 2016



Fonte: Facebook da Auto-Organização Rejane Maria (2016)

No ano de 2017, as atividades em Sergipe tiveram como tema “Memória, Identidade e Ancestralidade”, diferenciando-se do tema central estabelecido através da articulação da Rede de Mulheres Negras do Nordeste. Neste ano, as atividades contaram com roda de conversa, com oficinas de capoeira, dança e estética negra e com atração musical.

Figura 19 – Julho das Pretas 2017



Fonte: Portal Infonet (2017)

No ano de 2018, o Julho das Pretas teve como tema gerador “Mulheres Negras Movem o Brasil” e, em Sergipe, este ano ficou marcado pelo fato de as mulheres negras conseguirem descentralizar as atividades do julho para além da capital Aracaju, levando a discussão antirracista, antissexista e antilgbtfóbica para o interior do Estado:

Figura 20 – Card de divulgação do Julho das Pretas 2018



Fonte: Facebook da Auto-Organização Rejane Maria (2018)

Além de realizarem atividades no interior do Estado, as mulheres negras sergipanas realizaram rodas de conversa, discutindo as facetas do racismo e do sexismo, bem como a valorização da estética negra e do afroempreendedorismo como possibilidade de sobrevivência do povo preto. Dentro dessa edição do Julho, além das tradicionais rodas de

conversa e oficinas de dança, turbantes e estética afro, as mulheres negras conseguiram organizar o “Fórum de Mulheres do Hip Hop: Mulheres Negras Movem o Brasil. E elas movem o Hip Hop” e uma edição do Encontro de Crespas e Cacheadas, agregando as comunidades Pantanal e Jardim Esperança.

Figura 21– Atividade do Julho das Pretas 2018



Fonte: Facebook da Auto-Organização Rejane Maria (2018)

Figura 22 – Card de divulgação Encontro de Crespas e Cacheadas 2018



Fonte: Facebook da Auto-Organização Rejane Maria (2018)

De acordo com Domingues e Oliveira (2021), em 2018, a agenda do Julho das Pretas em Sergipe ganha uma maior proporção, e o Movimento de Mulheres Negras de Sergipe se aproxima mais do Movimento de Mulheres no Hip Hop, uma vez que esta coletividade é formada por uma quantidade significativa de mulheres negras. Para os autores:

Foi em 2018, especialmente devido ao Julho das Pretas, que a agenda do movimento de mulheres negras em Sergipe assumiu contornos mais descentralizados, teceu novas alianças com outros movimentos sociais, ganhou envergadura e adquiriu mais capilaridade, de modo que o referido evento foi realizado por diversas organizações, não apenas em Aracaju, mas também em outros municípios do estado. Assim, as organizações, movimentos e sindicatos de alguma forma começaram a “adotar” os debates sobre o 25 de julho e a situação da mulher negra no Brasil (Domingues; Oliveira, 2021, p. 120).

Além dos exemplos anteriormente citados sobre a expansão do Julho das Pretas em Sergipe, podemos mencionar também a preparação das ativistas sergipanas para o Encontro Nacional de Mulheres Negras, que, naquele ano, celebrava 30 anos do I encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em Valença (RJ) em 1988. De acordo com Domingues e Oliveira (2021), foi promovido um encontro preparatório em uma escola municipal de Aracaju, contando com a participação de várias entidades de mulheres negras e do Movimento Negro sergipano. A partir deste encontro, as mulheres negras decidiram ir às ruas do centro de Aracaju em marcha, naquela que foi a I Marcha de Mulheres Negras de Sergipe.

Figura 23 – I Marcha de Mulheres Negras de Sergipe



Fonte: Pedro Alexandre (2018)

No ano de 2019, o tema do Julho das Pretas foi “Mulheres Negras por Um Nordeste Livre” e, assim como em outros anos, em Sergipe foram organizadas rodas de conversa, oficinas e atividades culturais voltadas para a discussão das opressões interseccionais que atingem as mulheres negras e para a valorização do povo preto enquanto potência política, cultural e social.

No ano de 2020, com a pandemia da COVID-19, todas as articulações dos movimentos sociais precisaram ser reestruturadas com vistas a não aumentar o risco de contágio sem, no entanto, deixar de prestar assistência ou mobilizar o povo preto para pressionar o governo em busca de soluções que amenizassem os graves problemas oriundos das desigualdades racial e social que são estruturantes do nosso país. Com o tema “Em Defesa das Vidas Negras, pelo Bem Viver”, as atividades do Julho das Pretas foram adaptadas para o formato virtual.

No caso de Sergipe, observando a agenda coletiva cadastrada pela Rede de Mulheres Negras do Nordeste, apenas a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria inscreveu atividades na modalidade virtual, onde foram discutidos temas como Educação em tempos de Pandemia; Periferia e Pandemia: A Auto-organização das comunidades periféricas urbanas; A construção do Auto-ódio em pessoas negras; e o Projeto Pretas Potências, onde mulheres negras apresentaram suas pesquisas acadêmicas. No entanto, percorrendo as redes sociais de alguns coletivos de mulheres negras e entidades do

Movimento Negro, conseguimos identificar a realização de outras atividades além daquelas cadastradas no site do Odara.

Figura 24 - Card de divulgação atividade Julho das Pretas (2020)



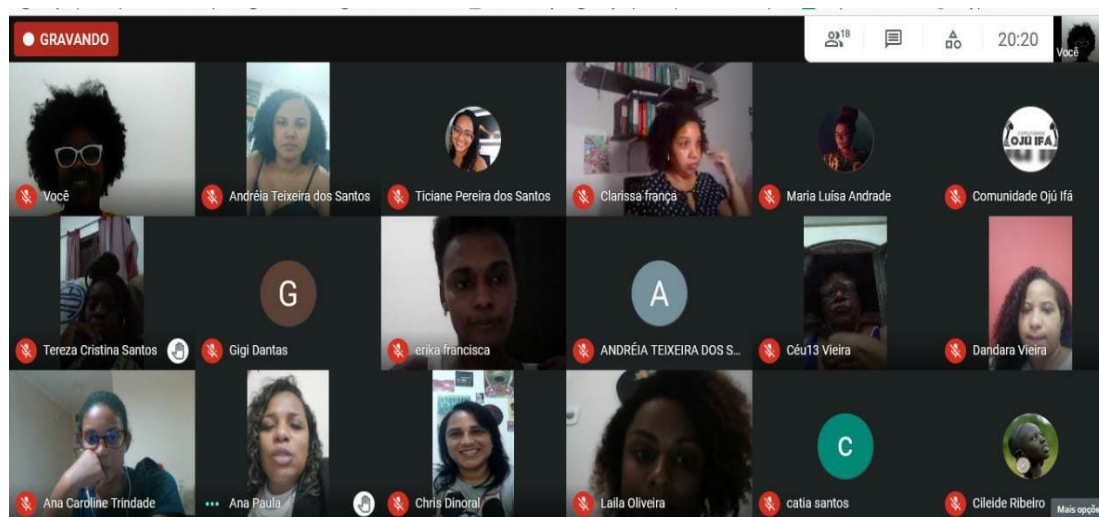
Fonte: Facebook da Auto-Organização Rejane Maria (2020)

Em 2021, tivemos a oportunidade de ingressar ativamente nas articulações envolvendo a construção da programação do Julho das Pretas de Sergipe. Participamos desde a 1ª reunião de articulação, convocada pela coordenação da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, onde foi estabelecido o tema gerador daquele ano: “Para o Brasil Genocida, Mulheres Negras apontam a solução. Nesta reunião, a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria representou o Estado de Sergipe e ficou responsável por mobilizar outros coletivos de mulheres negras ou coletivos mistos que quisessem fazer parte do Julho das Pretas. Em outro momento, uma representante da Rede de Mulheres Negras do Nordeste se disponibilizou a participar de uma reunião com a Rejane Maria e outras organizações sergipanas para falar da importância do Julho das Pretas e reforçar a importância de se estabelecer uma construção coletiva.

Após a primeira reunião envolvendo organizações sergipanas, foi formada então uma coordenação geral do Julho das Pretas de Sergipe, composta por representações de diversos coletivos do Estado. Assim como em outros anos, diversos coletivos sergipanos contribuíram

com a construção da programação do Julho das Pretas, a priori sendo repassada em reunião a importância de que as organizações inscrevessem suas atividades no link disponibilizado pela Rede de Mulheres Negras, a fim de que fosse dada ampla divulgação para as mesmas. Foram várias reuniões de articulação com vistas a construir mais uma edição do Encontro de Mulheres Negras de Sergipe na modalidade virtual, sendo pensadas, nestas reuniões, a metodologia do Encontro, os temas das mesas de abertura e encerramento, a construção dos grupos de trabalho e a produção partilhada oriunda de cada um deles, bem como a realização de atividades culturais no formato remoto e híbrido.

Figura 25 – Registro da Reunião fechada com participação de representante da Rede de Mulheres Negras do Nordeste



Fonte: Grupo WhatsApp Rede de Mulheres negras de Sergipe (2021)

Como fruto desta articulação, houve o compromisso por parte das ativistas e suas respectivas organizações, de criar uma Rede de Mulheres Negras de Sergipe, congregando entidades que contassem com a participação de mulheres negras e que pautassem a discussão de raça, gênero, classe e sexualidade em suas atividades. A articulação coletiva das mulheres negras viabilizou a construção de um calendário vasto de atividades, que foram desenvolvidas pelas organizações e divulgadas em um perfil específico, criado no instagram para aquela edição do Julho das Pretas, além dos próprios perfis das entidades divulgando e prestigiando umas as atividades das outras.

Figura 26 – Card de divulgação Agenda Julho das Pretas Sergipe (2021)



Fonte: Instagram da Rede de Mulheres Negras de Sergipe (2021)

A atividade coletiva pensada pelas entidades naquele ano foi o Encontro de Mulheres Negras de Sergipe, realizado entre os dias 24 e 25 de julho de 2021. A Abertura do evento aconteceu no dia 24/07 pela manhã, com uma grande mesa de abertura com representações de diversas organizações que construíram o Julho das Pretas, enviando mensagens a partir do tema central do Julho. Inicialmente foi ressaltada a trajetória das mulheres negras que vieram antes, e em seguida lembrada a memória de mulheres negras ativistas que se foram por conta da Covid-19: Geilma, do MNU; Tia Neide, do Mães pela Diversidade e Casamor, e a *ialorixá* Mãe Wilma Orododomim.

A abertura foi feita com apresentações culturais de Maluh Andrade (Amo SERtrans) e Gigi Poetisa (MNU e Fórum de Entidades Negras de Sergipe), lembrando a nossa ancestralidade através das *iabás* e de mulheres negras ativistas, que se foram e cuja memória é viva em nossas existências. Foi um momento de emoção, afeto, conexão com a ancestralidade afro-brasileira e denúncia de violências sofridas por mulheres negras em Sergipe. A pandemia da Covid-19 e seus efeitos foram destaques em algumas falas, considerando que a população negra foi mais atingida pelos efeitos nefastos do vírus, tanto do ponto de vista da mortalidade, da exposição ao vírus por impossibilidade de praticar o isolamento social e da vulnerabilidade econômica e social.

Foi ressaltada a luta pela existência que tem historicamente sido empreendida pelas mulheres negras, e o combate ao racismo e ao sexismo como uma bandeira de luta contínua,

além da necessidade de uma educação antirracista para que se possa romper com o racismo estrutural, da importância de cuidarmos da saúde mental para podermos nos posicionar contra o racismo e nos proteger das violências. Foram destacadas, ainda, pautas sociais, políticas, de combate à violência e das ações afirmativas e seu processo de revisão, como importantes caminhos que as mulheres negras têm debatido, no sentido de apontar caminhos e soluções.

Tivemos representações de *ialorixás*, mais velhas, mais novas, mulheres trans negras, mulheres egressas do cárcere, mulheres quilombolas, mulheres capoeiristas, educadoras populares, artistas, empreendedoras, assistentes sociais, psicólogas, advogadas, professoras, estudantes, jornalistas, trazendo seus saberes e experiências, fortalecendo a coletividade e destacando a importância de constantemente nos reunirmos e articularmos espaço de luta, acolhimento e enfrentamento ao governo genocida. Destacamos aqui a fala da ativista Nandi Zulu, membro da Rejane Maria durante a mesa de abertura:

é importante espaços como esse para fortalecer, resistir e lutar por nossos direitos, necessidades, conquistas e vitórias. Juntas derrubaremos esse governo genocida, misógino, racista, homofóbico, opressor e tantas outras designações negativas, né que é só o que esse governo nos traz, né?

E quando eu digo que nós derrubamos, é porque mulheres pretas são como água, crescem quando se juntam. Irmãs eu agradeço muito esse momento. Eu espero muito, do fundo do meu coração, que nós possamos estar cada dia mais unidas, mais representativas, e mais é... juntas, né pra que possamos cada dia mais construir, existir e resistir (Nandi Zulu, 2021).

Figura 27 – Post de divulgação do Encontro de Mulheres Negras de Sergipe (2021)



Fonte: Instagram da Rede de Mulheres Negras de Sergipe (2021)

Nos grupos de Trabalho, as mulheres negras discutiram os temas geradores buscando, dentro do mote da mobilização do Julho das Pretas, elencar alternativas/soluções coletivamente para que estas fossem sistematizadas em um documento a ser entregue em instâncias do poder público, como pauta reivindicatória das mulheres negras sergipanas por políticas públicas que efetivamente combatam o racismo, o sexismo, as desigualdades socioeconômicas e a exclusão social, causadas pelo racismo estrutural. As soluções apontadas pelas mulheres negras nestes grupos de trabalho seriam condensadas em um documento no formato de Carta, aos moldes da Carta das Mulheres Negras, construída em 2015, a fim de ser entregue em órgãos públicos sergipanos como forma de demarcar o posicionamento das mulheres negras sergipanas frente às violências e a injustiça social, que atingem as pessoas negras no Estado.

Como encerramento do Encontro, tivemos uma roda de conversa com a *Ialorixá* Sônia Oliveira (representante da Comunidade *Ojú Ifá*), com o tema “Matrilinearidade”. *Yá* Sônia Oliveira contextualizou a trajetória de luta das mulheres negras, desde a escravização e a resistência contra este sistema. Defendeu que nós possamos coadunar o que nós falamos e o que nós executamos, a fim de efetivar a condição da mulher negra enquanto agente de transformação social.

Ressaltou o racismo estrutural e o capitalismo como categorias importantes para se pensar o enfrentamento e a formulação de soluções para os problemas que se apresentam para nós, e destacou a importância da retomada da ancestralidade, como eixo norteador de nossas ações, para superarmos o viés eurocentrado ao qual fomos submetidas, devido ao processo de colonização, e da matrilinearidade como elemento que traduz o poder feminino representado em um poder ancestral, que traduz a existência, na resistência e na manutenção de nossas tradições. Destacou que, dentro dos espaços da luta, houve uma desconexão com a ancestralidade e uma adesão ao modelo da branquitude, e que é preciso retomar a ancestralidade como norteador da organização das mulheres negras de Sergipe em rede, fazendo com que impere o conhecimento e o reconhecimento ao invés da disputa.

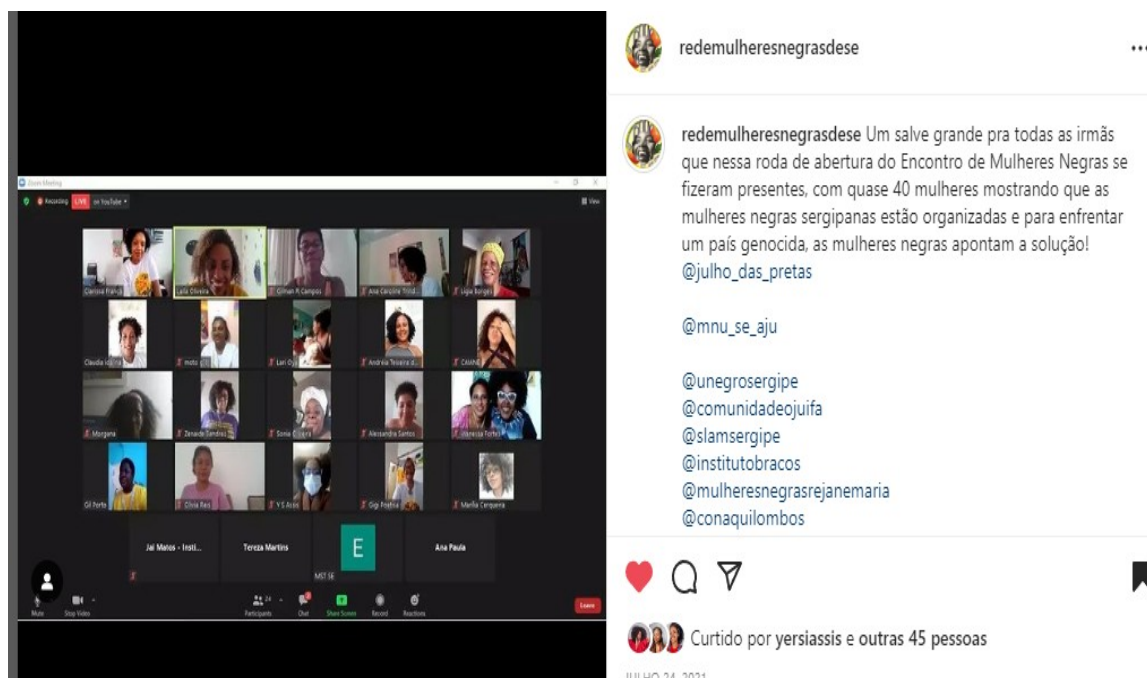
Para *Yá* Sônia, num espaço de rede, o movimento ancestral dá continuidade, não é o desfazer para fazer primeiro, e por isso é necessário refletir sobre qual formato e modelo de organização política que iremos assumir. A ancestralidade africana segue o princípio da circularidade, onde as pessoas estão lado a lado, e não à frente ou atrás. Destacou que nós,

mulheres negras somos muitas em uma única constituição e agradeceu o Reconhecimento, pontuando que é muito importante, quando somos reconhecidas internamente, pois o externo é consequência do interno. Ressaltou a importância de conhecer as irmãs, pois saber o que cada uma faz, ou não faz, conhece, ou quer saber, pois este é o primeiro processo de organização de rede, de coletividade, para que uma possa dar um passo e puxar a outra.

Num Brasil genocida, onde as estatísticas são mais desfavoráveis para nós, as Mulheres negras são responsáveis pela reinvenção e reorientação de novas tecnologias ancestrais. *Yá* Sônia destacou, ainda, que cada uma, dentro do seu espaço, do seu trabalho, da sua vida, do seu caminhar, da sua trajetória, tem uma relação de poder preta, matrilinear, entre os nossos. E é dessa relação que temos que nos aproximar. Para ela, precisamos de um reorganizar de nossas posturas, posições, colocações, do que entendemos como feminismo negro, do que entendemos sobre a cosmovisão africana, do que a gente chama de circularidade, do que a gente chama de processo de disputa, do que a gente chama de ocupação de espaços de poder. Precisamos realinhar e reformular o caminhar sobre uma tradição mais afrocentrada, rompendo com a tradição eurocentrada sob a qual fomos constituídas.

Após a fala de *Yá* Sônia, houve a fala de algumas pretas reverberando o que foi dito e ao final ficou firmado o lançamento da Rede de Mulheres Negras de Sergipe como resultado importante de toda a articulação do Julho das Pretas em 2021.

Figura 28 – Registro Encontro de Mulheres Negras de Sergipe (2021)



Fonte: Instagram da Rede de Mulheres Negras de Sergipe (2021)

Além do Encontro de Mulheres Negras de Sergipe, foi realizado o I Encontro Estadual do Coletivo de Mulheres Quilombolas de Sergipe, em que mulheres negras de vários municípios e coletivos se reuniram no Quilombo Caraíbas, situado no município de Canhoba, para discutir as demandas específicas das mulheres quilombolas no Estado, dividindo-se em GT's para apontar soluções para as desigualdades que atingem a este grupo que foi ainda mais marginalizado no contexto do governo Bolsonaro.

Figura 29 – I Encontro Estadual do Coletivo de Mulheres Quilombolas de Sergipe



Fonte: Instagram da Auto-Organização Rejane Maria (2021)

Também pudemos acompanhar as articulações para o Julho das Pretas de 2022. Com o arrefecimento da pandemia em virtude da vacinação, houve a possibilidade de retomar atividades presenciais. Sendo assim, as ativistas puderam pensar em um movimento de retorno às comunidades, como ocorria antes da eclosão da pandemia em 2020. Em um ano eleitoral, as ativistas não deixaram de lado a importância das discussões em torno da inserção das mulheres negras em espaços de poder, sobretudo em mandatos políticos. Nas eleições de 2018, já havia se iniciado um movimento em torno da defesa de candidaturas de pessoas negras e LGBTQIAP+, num movimento de mudança da cara da nossa política a partir da renovação dos quadros, sobretudo na esquerda. Analisando a conjuntura mais recente do Movimento de Mulheres Negras, Domingues e Oliveira (2021) avaliam que:

Após um período de certa desconfiança dos movimentos de mulheres negras na via político-partidária como estratégia de luta, a cruel morte de Marielle Franco (PSOL), em 2018, acarretou uma mudança no cenário político do país. Houve um aumento significativo, seja de candidaturas de mulheres negras, seja da eleição desse segmento populacional.

Em 2020, Sergipe, também em sintonia com os debates sobre o protagonismo de mulheres negras na política, apresentou diversas candidaturas de mulheres negras, vinculadas aos movimentos negros, de mulheres negras, movimento quilombola e afro-religioso (Domingues; Oliveira, 2021, p. 122).

O tema do Julho das Pretas 2022, assim como mencionado anteriormente, foi escolhido a partir de uma reunião de articulação convocada pela Rede de Mulheres Negras

envolvendo organizações de todos os Estados do Nordeste. Sob o tema “Mulheres Negras no Poder, construindo o Bem Viver”, as mulheres negras sergipanas buscaram se articular, assim como havia sido feito em outras oportunidades. No entanto, o modelo que obteve êxito em 2021, não obteve a mesma amplitude na capacidade de articulação em 2022.

O Julho das Pretas de Sergipe, em 2022, foi marcado pelo transbordamento de alguns atritos pessoais entre algumas ativistas, o que impactou diretamente na construção coletiva da programação. Enquanto na reunião inicial de mobilização com a Rede Nordeste, uma ativista sergipana cobrou uma descentralização das atividades, esta mesma ativista evitou interagir com boa parte das ativistas que buscavam construir o Julho em Sergipe, em especial com as ativistas da Rejane Maria.

Sendo assim, ao contrário de 2021, não houve a comunicação necessária entre os coletivos de mulheres negras, no sentido de construir e divulgar uma programação ampliada para divulgação nas redes. A ativista que evitava se comunicar com as demais, montou uma programação envolvendo a realização de um Fórum de Mulheres Negras e de uma Marcha e, até bem próximo dos eventos, as ativistas de outras organizações buscavam abrir caminhos de diálogo para que pudessem contribuir na construção desses dois eventos.

A resistência com relação à comunicação se deu até bem próximo dos eventos, e, devido a isto, tanto o Fórum, quanto a Marcha foram marcados pelo esvaziamento, sendo que o esvaziamento não foi maior por que ativistas que, mesmo tendo sido desrespeitadas, compareceram aos eventos, por considerar que a causa estava acima dos desentendimentos pessoais.

O Fórum de Mulheres Negras, que havia sido programado para acontecer no formato de Grupos de Trabalho, não conseguiu formar um número mínimo de ativistas para dividir em grupos, sendo necessário reestruturar totalmente a dinâmica do evento e colocar as ativistas que seriam mediadoras dos Gts para fazer falas em torno dos temas que seriam abordados nos grupos. A Marcha não contou com apoio logístico de órgãos públicos de segurança viária ou policial, tendo as próprias ativistas que, em determinados trechos do trajeto, fazer cordão de isolamento para que os veículos não passassem e atingissem as pessoas que participavam do evento.



Fonte: Facebook do Coletivo Periferia Ambulante (2022)

Figura 31 – Fórum de Mulheres Negras de Sergipe (2022)



Fonte: Instagram da Auto-Organização Rejane Maria (2022)

Após o fracasso da articulação para a construção de atividades coletivas do Julho das Pretas em 2022, algumas ativistas que compõem a Rede de Mulheres Negras de Sergipe se reuniram para fazer a avaliação do Julho e traçar novas estratégias de articulação das mulheres negras em Sergipe. Na reunião de avaliação, discursos que comparavam a mobilização de 2021 com a de 2022 foram constantes, onde se pontuava que em 2021 havia ocorrido de fato uma construção coletiva do Julho, e era necessário que, a partir do aprendizado com os problemas ocorridos em 2022, posturas fossem revistas, e a busca do diálogo e do consenso fizessem parte do mote da mobilização. Foram apontadas falhas na realização do Fórum e da Marcha, como questões de estrutura, logística e da presença de crianças e adolescentes sem os respectivos responsáveis legais. Foi destacado o personalismo, o autoritarismo e a imposição de vontade como problemas que podem gerar desarticulação dentro dos movimentos sociais.

Além disso, foi destacada a importância do Julho das Pretas, enquanto possibilidade de incidência coletiva e da construção de estratégias inovadoras pelas mulheres negras, e ressaltada a necessidade do fortalecimento da Rede de Mulheres Negras de Sergipe e das organizações como um todo, a fim de que possamos superar os entraves e realizar construções

coletivas não somente no Julho das Pretas. Foi pontuado que a construção coletiva é realmente algo difícil, pois divergências existem, mas que, a partir da dor surge o aprendizado e a percepção sobre a necessidade de realizar a construção coletiva de outra forma.

Como demandas da reunião pontuou-se a necessidade de que a formação política seja contínua para que o ativismo seja ainda mais qualificado, além do esforço para interiorizar as atividades do Julho das Pretas, atingindo outros municípios, em especial aqueles que possuem quilombos. Foi reafirmado o compromisso da criação da Rede em Sergipe e que algumas atividades, a exemplo do Julho das Pretas, seriam articuladas a partir da Rede, com representação de mulheres de diversas organizações.

Quadro 3 – Coletivos que participaram das atividades do julho das pretas 2021 e 2022

GRUPO	COLETIVO EXCLUSIVO DE MUHERES NEGRAS
Afronte!	Não
Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis - AmoSer Trans	Não
Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria	Sim
Casa de Mar	Não
Casamor	Não
Capoeira Feminina Sergipana	Não
Coletivo de Mulheres Quilombolas de Sergipe	Sim
CONAQ - Sergipe	Não
Coletivo Ginká	Sim
Coletivo N'Ativa	Não
Coletivo Quilombo	Não
Comunidade Ojú Ifá	Não
Comissão de Direitos Humanos e Saúde da OAB-SE	Não
Fórum de Entidades Negras de Sergipe	Não
Fórum Sergipano das Religiões de Matriz Africana	Não
Frente Nacional de Mulheres no Hip Hop	Não
Frente Estadual pelo Desencarceramento de Sergipe	Não
Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Questão Social e Movimento Social	Não
GT – Raça, Gênero e Etnia da OAB-SE	Não
GT de Raça e Gênero da CDDM	Não
Ilé Asé Ìyá Agbà l'odó Omiró	Não
Ilé Àsé Ojú Ifá Ni Sahara	Não

Ilê Axé Omon Tobi Oyá Lokê	Não
Instituto Braços	Não
Maria Conga Estrela de Angola	Sim
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas	Não
Movimento das Catadoras de Mangaba	Não
Movimento de Mulheres Olga Benário	Não
Movimento dos Pequenos Agricultores	Não
Movimento feminino Sergipano Aúa Ananã	Não
Movimento Negro Unificado - Sergipe	Não
Movimento Popular de Saúde - Sergipe	Não
Mulheres Arteiras Sergipe	Não
Mulheres em Movimento	Não
Nzo Águas da Penha	Não
Periferia Ambulante	Sim
Punhos de Ouro	Não
Rede de Matriz Africana	Não
Rede Solidária de Mulheres	Não
Rosas Negras	Sim
Setorial de Negros e Negras do PSOL	Não
Sociedade de Apoio a Pessoas com doença falciforme - SOAPAFI	Não
Unegro - Sergipe	Não
Unidas	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No caminho da consolidação da Rede de Mulheres Negras de Sergipe, foi intermediada a vinda de representantes da Coordenação da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, a fim de promover um momento de divulgação da Rede Nordeste e suas atividades, bem como abrir um espaço de formação política, análise de conjuntura e de avaliação do Julho das Pretas de 2022. Nesta reunião, algumas ativistas sergipanas se pronunciaram, destacando a importância de se articular em Rede, e falaram suas impressões sobre o Julho de Sergipe, retomando discussões que haviam sido feitas na reunião de avaliação e pensando nos novos rumos que as mulheres negras sergipanas podem tomar:

A rede foi pra gente tão importante, mas tão importante... onde estamos hoje... neste momento, fortalecendo, reafirmando a construção da Rede de Mulheres Negras de Sergipe.

Então assim... não tem é... momento melhor pra falar aqui pras companheiras que estão aqui com a gente, de várias organizações, que a gente precisa caminhar

juntas, precisamos... como a Halda falou, como a Valdecir falou... mulher preta é um bicho esquisito... né... a gente...teremos várias divergências, mas precisamos estar dentro de um alinhamento, que é a construção do bem viver que é... nos afeta. Já foi dito várias vezes e tá comprovado... essa sociedade que tá aí não nos atende enquanto mulher negra. Então precisamos sim estar alinhadas, afinadas, é... no meu olhar o Julho das Pretas 2022 de Sergipe foi um momento de uma educação pedagógica... foi pedagógico para a gente, foi pedagógico porque quando tivemos uma reunião de avaliação foi unânime... nós não queremos essa construção, nós não queremos essa construção, nós não queremos uma outra construção... E por que é que vocês estão aqui hoje? Né... pra gente construir um novo caminhar... Claro que vai ter erros, né.. vai ter acertos. É natural pra gente... Então é natural, né... vai ter essa divergência sim, mas a gente vai aprendendo na caminhada, a gente vai construindo, vai se fortalecendo... E o importante, a Rede traz o fortalecimento pra gente, a gente vai fortalecendo nossas comunidades, as mulheres que estão com a gente, e a gente consegue tá aí com todas essas redes do Nordeste construindo um novo viver pra gente (Candaces, 2022).

Figura 32 – Reunião da Rede de Mulheres Negras de Sergipe com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste



Fonte: Instagram Rede de Mulheres Negras do Nordeste (2022)

Nos meses de campanha eleitoral, verificamos um profundo engajamento de mulheres negras na campanha pela eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e no apoio a candidaturas majoritariamente de esquerda, mas ainda aquém, no que se refere ao tema do Julho das Pretas de 2022 (Mulheres Negras no Poder, Construindo o Bem Viver), uma vez que identificamos apoio a candidaturas de homens brancos, por exemplo.

Após chamamento da Rede Nordeste, no final do mês de outubro, a Rede de Mulheres

Negras de Sergipe se reuniu para traçar estratégias de mobilização para a construção de atividades da Jornada pela Vida das Mulheres Negras, atividade inserida na campanha dos 21 dias de ativismo no combate à violência contra as mulheres. Nesse contexto, as mulheres negras sergipanas participaram de atividades com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, a exemplo da ocupação virtual que iniciou a 1ª Jornada Pela Vida das Mulheres Negras – Contra a Violência Doméstica e o Feminicídio da Rede de Mulheres Negras do Nordeste. Nesta atividade, as ativistas sergipanas trataram do panorama da violência contra as mulheres negras em Sergipe, Estado que, de acordo com o Atlas da Violência divulgado em 2021, é o terceiro Estado com maior risco de letalidade para as mulheres negras.

Figura 33 – Card de divulgação da ocupação virtual



Fonte: Instagram Rede de Mulheres Negras do Nordeste (2022)

Além da ocupação virtual, a Rede de Mulheres Negras de Sergipe abriu diálogo com instituições como o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e o Ministério Público Estadual, sinalizando a importância da produção de dados específicos sobre a realidade da mulher negra sergipana, a fim de que se possa traçar estratégias para combater com mais eficiência as violências que atingem esse grupo marginalizado da população.

Figura 34 – Audiência da Rede de Mulheres Negras de Sergipe com o Ministério Público Estadual



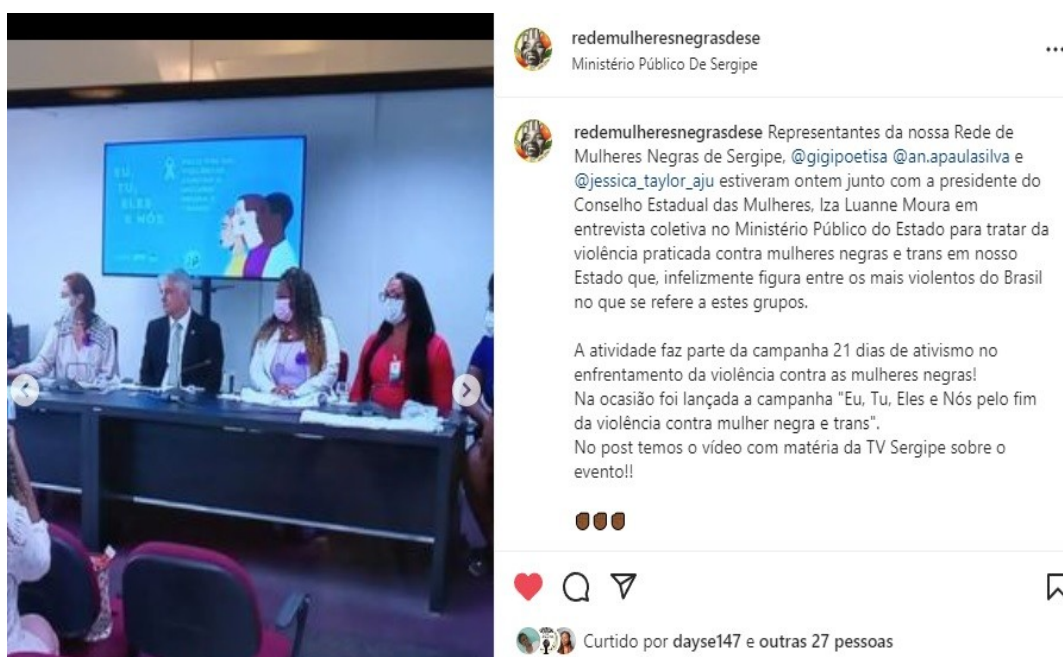
Fonte: Instagram Rede de Mulheres Negras de Sergipe (2022)

Como fruto dessa interação com os órgãos públicos, a Rede de Mulheres Negras de Sergipe foi convidada a participar de entrevista coletiva para o lançamento da campanha “Eu, tu, eles e nós pelo fim da violência contra a mulher negra e trans!”, que busca “conscientizar os homens e a população em geral sobre o papel que precisam desempenhar para colaborar com o fim da discriminação e violência contra as mulheres, principalmente as mulheres negras e trans”⁷³.

Figura 35 – Entrevista coletiva do Ministério Público Estadual e Rede de Mulheres Negras de Sergipe para lançamento de campanha

73

Para mais informações acessar: < <https://www.mpse.mp.br/index.php/2022/12/02/eu-tu-eles-e-nos-pelo-fim-da-violencia-contr-a-mulher-negra-e-trans-mpse-promove-acao-para-conscientizar-homens-e-toda-a-populacao/> > Acesso em 03/12/2022.



Fonte: Instagram Rede de Mulheres Negras de Sergipe (2022)

Outra atividade coletiva da Rede de Mulheres Negras de Sergipe, que fez parte da Jornada Pela Vida das Mulheres Negras foi a elaboração de uma Carta de Denúncia sobre a Situação de Violência Contra Mulheres Negras Sergipanas e a organização de um manifesto na frente da Secretaria de Segurança Pública do Estado para entrega e protocolo da Carta, onde as mulheres negras solicitam do poder público que sejam pensadas estratégias e políticas públicas de combate à violência contra mulheres negras cis e trans, e contra a população negra de uma forma geral. Este documento, posteriormente, será encaminhado para outros órgãos públicos com vistas a abrir o diálogo da Rede de Mulheres Negras de Sergipe com esses espaços, demarcando a posição das mulheres negras como ator político, independente que busca pautar a construção de políticas públicas que combatam as desigualdades racial, de gênero e socioeconômica que estruturam a sociedade sergipana.

Figura 36 – Manifestação da Rede de Mulheres Negras de Sergipe na frente da Secretaria de Segurança Pública do Estado



Fonte: Instagram Rede de Mulheres Negras de Sergipe (2022)

Avaliando a trajetória do ativismo negro em Sergipe, consideramos que as mulheres negras possuem grande protagonismo nas lutas por justiça social dentro do Estado, organizando coletivos, dialogando e mobilizando a sociedade em torno de pautas que visam o enfrentamento de mazelas sociais coletivas vivenciadas, sobretudo, pela população negra do Estado. Mesmo dentro de coletivos mistos, estas mulheres têm assumido posição de destaque, seja denunciando as opressões existentes nestes grupos, como também pautando a necessidade de uma perspectiva interseccional na construção de estratégias de luta dos movimentos sociais. Em live promovida pela Comunidade *Oju Ifá*, em 2021, os ativistas Carlos Trindade, Robson Anselmo e Sônia Oliveira destacaram a importância das mulheres negras no Movimento Negro Sergipano, enquanto lideranças que movimentam as estruturas e pautam o debate racial e de gênero no Estado, projetando-se inclusive como lideranças políticas e ocupantes de cargos em órgãos de promoção da igualdade racial nas esferas estadual e municipal⁷⁴.

O que pudemos constatar, neste período em que estivemos imersas nas atividades da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, é que ainda são poucos os coletivos exclusivamente compostos por mulheres negras no Estado. Grande parte das ativistas negras sergipanas está inserida em coletivos mistos, no que se refere ao gênero e no que se refere a raça.

74
22/11/2021.

Live disponível em: < <https://www.instagram.com/reel/CWULiiUpSyO/> > Acesso em

No que se refere ao Movimento de Mulheres Negras de Sergipe, consideramos que o período entre 2015-2022 tem sido marcado pela articulação das mulheres negras sergipanas, seja através de coletivos específicos de mulheres negras, seja a partir de movimentos mistos dentro do ativismo negro ou feminista. Após a Marcha, as mulheres continuaram a dinâmica de articulação para construir atividades coletivas, algo que também tem sido buscado com a reativação do Fórum de Entidades Negras em 2019. Nesse sentido, o Julho das Pretas tem sido um importante centro aglutinador destas mulheres.

Verificamos que as atividades promovidas pelas organizações de mulheres negras de Sergipe, durante as edições do Julho das Pretas em 2021 e 2022, estiveram alinhadas aos temas estabelecidos na articulação com Rede de Mulheres Negras do Nordeste e com a Carta das Mulheres Negras de 2015, e se concretizaram no formato de rodas de conversa, campanhas de arrecadação, oficinas, feiras, seminários, participação em programas de rádio e TV, atividades culturais, encontro/fórum de mulheres negras e na marcha de mulheres negras ocorrida em 2022.

Em 2021, no âmbito do Encontro de Mulheres Negras de Sergipe, foi construído um documento aos moldes da Carta das Mulheres Negras de 2015, onde as mulheres negras sergipanas, em consonância com o tema gerador do Julho das Pretas, apontaram soluções para as mazelas sociais que atingem as pessoas negras em campos como Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança e ressaltaram a importância do ingresso de mulheres negras nos espaços de poder para que se possa pautar políticas públicas que garantam a sobrevivência dos mais vulneráveis.

Neste mesmo ano, foi retomada a ideia de criar a Rede de Mulheres Negras de Sergipe, a fim de melhor organizar e articular os coletivos de mulheres negras na construção de mobilizações conjuntas, a exemplo do Julho das Pretas, do Novembro Negro e demais atividades que envolvam os direitos das Mulheres. A Rede de Mulheres Negras se efetivou em 2022, após a realização de uma reunião com a presença da Rede de Mulheres Negras do Nordeste.

Em nosso período de observação-participante dentro da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, identificamos que o movimento de construção do Julho das Pretas e, mais especificamente, da Rede de Mulheres Negras de Sergipe, se constitui em um marco importante no ativismo feminista negro no Estado, onde as mulheres negras estão buscando se articular de forma mais coesa e incisiva, acionando instâncias de poder e

pressionando por políticas públicas que observem as especificidades e demandas do povo preto.

A Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria tem se consolidado como entidade de referência dentro do Movimento de Mulheres Negras em Sergipe, exercendo um papel articulador e aglutinador, mobilizando as mulheres negras para a construção da Rede de Mulheres Negras de Sergipe, enquanto rede de informação e solidariedade que possibilite manter as ativistas mobilizadas e pensando no fortalecimento e fomento de outros coletivos de mulheres negras para se somar à luta antirracista, antissexista, antilgbtfóbica e anticapitalista. Nesse sentido, a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria tem pensado no contornar dos dissensos existentes, e que são característicos das relações humanas, para pensar em uma articulação coletiva em torno do confronto com a realidade violenta, à qual a população negra sergipana está submetida, e da luta pelo Bem Viver, através do tensionamento das instâncias de poder em prol da aprovação de políticas públicas que promovam de fato a justiça social. Nesse sentido, concordamos com Vale e Aras (2015)⁷⁵ quando estas afirmam que:

A força da consciência coletiva de pertencimento étnico-racial e de gênero, para além do espaço/tempo nacional, é importante componente articulador que tem permitido conviver com suas diferenças no interior de seus grupos, com suas tradições, valores, em permanente confronto com a cultura dominante (Vale; Aras, 2015, p. 30)

No que se refere às demandas que têm sido acionadas pelo Movimento de Mulheres Negras em Sergipe dialogam com perspectivas adotadas por coletivos feministas e por coletivos do Movimento Negro e, nesse sentido, Souza (2017) traz um importante elenco de reivindicações, que também puderam ser percebidas nas mobilizações que pudemos acompanhar neste período em que nos inserimos na militância:

as principais reivindicações observadas localmente se relacionam à autonomia das decisões sobre o próprio corpo (direito ao corpo, à sexualidade, à maternidade não compulsória, autonomia e assistência sobre o aborto, campanhas pelo fim do assédio e da cultura do estupro, direito ao parto humanizado etc.); reconhecimento das identidades de gênero (no caso das transfeministas, reivindicação pelo reconhecimento como “mulheres trans” por parte das instituições e da sociedade de

75 VALE, M.M; ARAS, L.M B. Articulação da Rede de Mulheres Negras na Diáspora Africana: Tradição Viva, Contraditória, em Constante Reinvenção. Pontos de Interrogação, Revista do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II — Alagoinhas — BA. v. 5, n. 2, jul./dez. 2015, p. 19-35.

modo geral); crítica às imposições de um padrão de beleza eurocêntrico (movimento das “crespas e cacheadas”, por exemplo); luta pelo fim de todas as formas de violência contra as mulheres; igualdade de salários no mercado de trabalho; denúncia da exploração das mulheres negras e pobres no mercado de trabalho; compartilhamento das atividades domésticas e do cuidado com as crianças entre homens e mulheres (crítica que evidencia as múltiplas jornadas de trabalho das mulheres); reivindicação por mais creches; autonomia financeira das mulheres (principalmente as pobres); denúncia da objetificação das mulheres de modo geral e da hipersexualização das mulheres negras, travestis e mulheres transexuais (Souza, 2017, p. 127).

Através dessas atividades, as mulheres negras sergipanas estabelecem pedagogias de resistência contracoloniais, que visam conscientizar o povo preto sobre a sua desumanização e a necessidade de criar “possibilidades em tempos de destruição” (Nascimento, 2018), no sentido de apontar alternativas de combate às opressões interseccionais, que atravessam as escrevivências pretas dentro de um Estado onde a maioria da população se autodeclara preta ou parda. Concordamos com Santos (2020) que, ao analisar coletivos negros femininos em Minas Gerais, considera que “o entrelaçamento entre experiência com a opressão interseccional da mulher negra, seguida da teorização sobre essa experiência gerou o pensamento feminista negro e, por conseguinte, uma pedagogia feminista negra de resistência e (re)humanização” (Nascimento, 2020, p. 56).

Nesse sentido, assim como Silva (2009), consideramos que o espaço do Movimento de Mulheres Negras fornece às suas militantes, instrumentos para “combater, enfrentar e superar o racismo e o machismo, de maneira organizada e coletiva” (Silva, 2009, p.198). O Movimento de Mulheres Negras possibilita que as suas ativistas adquiram novos olhares que se sobrepõem às narrativas oficiais cristalizadas na sociedade brasileira, onde ainda impera a ideia da democracia racial e da mestiçagem como algo positivo, para se reconhecerem enquanto sujeitas que foram historicamente vilipendiadas pelo racismo e pelo sexismo e que precisam resistir, questionar o status quo, e criar estratégias para pressionar as instâncias de poder em torno de políticas públicas que tenham raça e gênero em posição de centralidade. Reconhecemos, assim como Arroyo (2003), essas ações como educativas, uma vez que visam a formação humana dos sujeitos que compõem os movimentos sociais.

6. “UMA SOBE, PUXA A OUTRA...”: APRENDIZADOS DENTRO DA AUTO-ORGANIZAÇÃO REJANE MARIA

6.1 Movimentos Sociais e Educação

Contra o silenciamento imposto pelo regime da opinião, emergem grupos sociais que, na forma como lhes é conhecida e possível, colocam-se em situação de resistência, conseguem fraturar a espessura do consenso. Mesmo diante da intolerância sofrida por divergirem, sobrevivem e marcam um lugar. Fazem-se ouvir e nos possibilitam pensar que existe possibilidade de reação, de micro-revoluções que ao menos questionem a ordem homogeneizadora e homogeneizante (Lucini, 2007, p. 3).

O estudo dos Movimentos Sociais se constitui em um importante campo de análise dentro das Ciências Sociais. Foram produzidas várias teorias e paradigmas para ancorar estas análises e, Gohn (1997) sinaliza que, a partir dos anos 1960, em diversas áreas da geopolítica do conhecimento, o estudo dos Movimentos Sociais ganhou espaço, corpo e status de objeto científico, fato este que ela atribui à visibilidade adquirida por estes movimentos perante a sociedade, e ao desenvolvimento de teorias sobre ações coletivas, representando um deslocamento do interesse acadêmico do Estado para a sociedade civil organizada.

Compreendemos os Movimentos Sociais como ações sociais coletivas, que possuem caráter sociopolítico e viabilizam a organização da sociedade em grupos que, a partir de causas, interesses e objetivos comuns, expressam suas demandas pelo reconhecimento de direitos através de denúncia, resistência e manifestações públicas (Gohn, 2011a). Os Movimentos Sociais se constituem, portanto, a partir do exercício de atividades de incidência política, que visam tensionar o *status quo* vigente, apontando desigualdades nas relações de poder que estruturam a sociedade, e que são responsáveis, no caso brasileiro, pela marginalização, invisibilização e desumanização de alguns grupos sociais, a exemplo dos negros, indígenas e outras comunidades tradicionais. Aqui nesta pesquisa, tratamos especificamente de movimentos sociais alinhados com a perspectiva política de esquerda e que têm na transformação radical da sociedade em torno da extinção das desigualdades uma força motriz de articulação, tendo em vista que, na conjuntura política mundial, existem movimentos sociais articulados por uma direita fascista, racista e defensora das desigualdades, que têm se mobilizado significativamente nos últimos anos.

Do ponto de vista da concepção de conhecimento, os Movimentos Sociais que congregam grupos subalternizados pela lógica colonial, atuam no sentido do enfrentamento ao pensamento moderno, que outorga à ciência eurocentrada, cristã e branca o monopólio da verdade e da cientificidade, invisibilizando formas de conhecimento que não se encaixam nessa perspectiva, a exemplo dos conhecimentos populares, afro-brasileiros, indígenas e camponeses. Estes Movimentos Sociais, portanto:

Pressionam por Outros conhecimentos. Afirmam-se produtores não apenas de outros conhecimentos, mas de outros cânones de pensamento válido. Não se reconhecem atolados na irracionalidade, nas interpretações falsas de si e do mundo. Afirmam outra racionalidade, outras leituras de mundo, de si mesmos, das relações sociais de classe, gênero, raça, etnia que os têm pensado irracionais. Reagem ao despojo de seu lugar na história da produção do conhecimento e da cultura da humanidade (Arroyo, 2012, p. 65).

Buscando romper o status de conformação social e, no caso de uma perspectiva de análise racial, com o discurso que defende a existência de uma democracia racial no Brasil, o Movimento Negro tem buscado influenciar a opinião pública e conscientizar, tanto a população negra, quanto a sociedade brasileira como um todo, a respeito do racismo como opressão estruturante da nossa sociedade, que condiciona à população negra uma condição marginal, o que a associa diretamente aos piores índices socioeconômicos e de desenvolvimento humano do país, e afastada dos espaços de poder. Ativistas negras e negros buscam, portanto, conquistar a adesão das massas em torno da causa antirracista, além de pressionar as instituições em torno do atendimento de suas demandas que, por sua vez, impactarão, por exemplo, na elaboração de políticas públicas que promovam a igualdade racial e se direcionem no caminho da justiça social.

Em um contexto marcado pela exploração do sistema capitalista que, no Brasil, se estruturou através da hierarquização racial, e, pelo desrespeito à dignidade da pessoa humana, os Movimentos Sociais surgem como agentes de mobilização e pressão por mudanças estruturais. Esses movimentos, partindo de uma concepção de cidadania coletiva, fazem reivindicações de diversas naturezas, uma vez que seus membros se encontram excluídos com relação ao acesso a direitos básicos (Gohn, 2012). Para Gohn (2012), o processo de construção da cidadania coletiva dentro dos Movimentos Sociais tem na educação um eixo central:

A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo. A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas. A cidadania coletiva é constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas. A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram (Gohn, 2012, p.21).

De acordo com Gohn (2012), os Movimentos Sociais possuem um caráter educativo para com os participantes, os seus opositores e para a sociedade em geral, alterando a visão de mundo e a cultura política dos envolvidos. A autora, ao demarcar o período de mobilização popular durante a ditadura militar, corrobora com o raciocínio de que este período histórico foi bastante significativo na configuração do que chamamos de novos Movimentos Sociais. Abordando a perspectiva da relação entre Movimentos Sociais e Educação, pontua que a educação serve como instrumento de mobilização e articulação popular, através da qual os sujeitos subalternizados constituem, através da práxis, estratégias de luta contra as desigualdades:

Durante os anos de resistência ao regime militar e de transição à democracia, o processo educativo desenvolvido nos movimentos tinha natureza essencialmente sociopolítica porque ele era um instrumento de mobilização e organização popular. Era um processo permanente de aprendizagem a partir da prática, geradora de processos organizativos e de consciência social nas classes populares. Esse período gerou uma série de pedagogias alternativas com diferentes técnicas e metodologias de trabalho de campo, de natureza ativa e participativa (Gohn, 2012, p.9).

Arroyo (2003) destaca que o aprendizado dos direitos é uma importante dimensão educativa presente nos Movimentos Sociais. O autor pontua que, de alguma forma, os Movimentos Sociais reeducam o pensamento educacional, considerando que suas mobilizações agiram como pedagogos no aprendizado dos direitos sociais, como escolas de formação política e de lideranças sociais.

A relação movimento social e educação ocorre de várias formas – a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais em contato com instituições educacionais, no próprio movimento social, dado caráter educativo de suas ações na sociedade, e no interior dos movimentos, pelas aprendizagens adquiridas pelos participantes e pelos projetos socioeducativos formulados e desenvolvidos pelos próprios movimentos (Gohn, 2016, p. 2).⁷⁶

Através de suas ações, os Movimentos Sociais atuam na difusão de discursos e na conscientização em torno das lutas pela sobrevivência, pela humanização e pela promoção da justiça social, produzindo estratégias que viabilizem outras “condições de produção da existência popular mais básica” (Arroyo, 2003, p. 32). Com isso, os participantes dos Movimentos Sociais se descobrem e se aprendem como sujeitos de direitos, e passam a lutar coletivamente por eles. Para Arroyo (2003), estes movimentos:

Revelam à teoria e ao fazer pedagógicos a centralidade que tem as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação. Nos relembram quão determinantes são, no constituir-nos seres humanos, as condições de sobrevivência. A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana (Arroyo, 2003, p. 32).

Os novos Movimentos Sociais, articulados em torno de elementos como a terra, o lugar, o trabalho, a moradia, a infância, a sobrevivência material, a identidade e diversidade de classe, raça, gênero, sexualidade e idade, agregam sujeitos que lutam coletivamente para a superação das desigualdades, denunciando a produção precária proposital de suas existências, criando “possibilidades de liberdade, emancipação, formação como gente” (Arroyo, 2003, p. 38). No âmbito dos Movimentos Sociais, questionam-se os padrões culturais, étnicos, de gênero e sexualidade, além das estruturas socioeconômicas difundidas como eficientes, destacando a solidariedade e a ação coletiva como importante mola propulsora das transformações sociais e do combate às desigualdades. Este questionamento também perpassa a educação formal, entendida como importante locus de reprodução das desigualdades:

Questionam essa homogeneidade cultural tão incrustada no currículo e na escola e de formas diversas quebram a aparente homogeneidade para afirmar a diversidade em que é tecida a vida social, em que se constroem os coletivos sociais e os indivíduos. Em que se formam. Questionam essa homogeneidade construindo e valorizando suas identidades coletivas. Identidades que vão além da reprodução da consciência e do auto-entendimento ideológico, para repor a centralidade dos processos interativos, da solidariedade e do sentido da ação coletiva, das inúmeras interações cotidianas, ativadas pelos grupos em movimento (Arroyo, 2003, p. 41).

Os Movimentos Sociais também são reconhecidos por lutar pelos acessos da população marginalizada racial e socialmente à escola e à universidade, sendo esta, para Arroyo (2015) “uma das fronteiras mais disputadas nas lutas dos vários Movimentos Sociais, o que repõe

lutar pelo direito ao conhecimento socialmente produzido, aprendido na especificidade dessas lutas” (Arroyo, 2015, p. 54). No caso do Movimento Negro, identificamos o histórico empenho desta coletividade em torno de pautas relacionadas à inclusão da população negra nas escolas e universidades, a partir da realização de atividades, como cursos de alfabetização e profissionalizantes, nas primeiras décadas do século XX, e na defesa das políticas de ações afirmativas, no século XXI.

Além da luta pelo acesso ao conhecimento escolar e acadêmico, a defesa da valorização da identidade e a reivindicação por outros currículos e pedagogias também faz parte da pauta reivindicatória dos Movimentos Sociais, fator que é bastante perceptível ao observarmos os questionamentos feitos pelo Movimento Negro e de Mulheres Negras sobre as narrativas dominantes da História do Brasil, que colocam negros e negras em posição de passividade diante da dominação colonial racista, desconsiderando, portanto, suas estratégias e mobilizações de resistência, e apagando o seu protagonismo das páginas da História nacional. A reivindicação em torno da revisão de materiais didático-pedagógicos, para livrá-los de imagens e narrativas preconceituosas, de mudanças nos currículos e da melhoria na formação de professores, para evitar práticas racistas em sala de aula, também sinaliza esse interesse dos movimentos negros em propor uma outra forma de educação.

Mostram um modo próprio dos sujeitos sociais se conhecerem, de lidar com sua memória coletiva, com seus direitos. Neste sentido nos advertem que o conhecimento socialmente construído é muito mais diversificado do que as áreas curriculares pensam (Arroyo, 2003, p.43).

Gonh (2012) afirma que os Movimentos Sociais na atualidade possuem uma configuração diferente do período da ditadura militar, onde era perceptível a integração entre estes e entidades como a Pastoral da Terra e as Comunidades Eclesiais de Base, por exemplo, se articulando em torno do resgate da democracia e do reconhecimento de grupos sociais como cidadãos que deveriam ter seus direitos reconhecidos. A autora afirma que, nas últimas décadas, os movimentos estão mais fragmentados, se aproximando das perspectivas de elaboração de projetos específicos e programas sociais a serem desenvolvidos no plano institucional, a exemplo do que autores, como Rios (2014), Domingues (2007; 2009) e Rodrigues e Freitas (2021) sinalizam que aconteceu com organizações do Movimento Negro e de Mulheres Negras nas últimas décadas, com a criação de ONGs como o Crioula, Geledés e Fala Preta!, entre outros.

Algumas das mobilizações empreendidas por estas coletividades, construídas internamente através de processos educativos, são dirigidas para fora, ou seja, para a sociedade civil, para os governos, para as instituições públicas e privadas, propiciando outros processos educativos, que visam a sensibilização e a denúncia das desigualdades, convocando a todos para a produção de outras possibilidades de existência, onde a igualdade e a justiça social sejam princípios inegociáveis. Neste sentido,

Os movimentos geram um saber e um saber-se para fora. Um ser que alarga seu saber local e se amplia. Os sujeitos que participam nesses movimentos vão sendo munidos de interpretações e de referenciais para entender o mundo fora, para se entender como coletivo nessa “globalidade”. São munidos de saberes, valores, estratégias de como enfrentá-lo (Arroyo, 2003, p. 39).

Não podemos deixar de considerar que, antes de projetar suas ações para a sociedade, os Movimentos Sociais promovem internamente processos educativos que visam a formação política e humana dos seus participantes, a fim de que possam construir discursos e elaborar estratégias de mobilização que auxiliem a conscientizar e pressionar as instâncias externas a compreender as lutas e contribuir para a extinção das desigualdades.

Nas últimas décadas, os métodos e estratégias políticas de construção das ações coletivas dos Movimentos Sociais, bem como seus processos educativos e pedagogias se modificaram, com vistas a dialogar com as novas conjunturas socioeconômicas, políticas, culturais e tecnológicas. As mobilizações sociais, além de algumas estratégias historicamente utilizadas na dinâmica dos Movimentos Sociais, realizam manifestações, marchas, ocupações de forma virtual, através do uso das redes sociais.

Agora, formas de participação *on line* dos Movimentos Sociais convivem com formas de participação em oficinas e projetos sociais, redes de cooperativas de geração de renda, cursos de curta duração, viagens e participação em grandes eventos e conferências. Tudo isto ocupa a maior parte da agenda dos participantes, organizados em movimentos ou associações civis nucleadas por projetos sociais. Aprendizagens e construção de saberes continuam a ser gerados” (Gohn, 2012, p.10).

Assim, conforme a autora, outra característica das mobilizações sociais mais recentes, é o fato de ocorrer a participação de grande quantitativo de simpatizantes que, posteriormente podem se tornar ativistas de um novo movimento social. Essa característica pôde ser percebida na fala de algumas integrantes da Rejane Maria, ao pontuar que inicialmente participaram de reuniões abertas e atos públicos da Auto-Organização, antes de efetivamente

integrar o grupo.

Para Arroyo (2009), os Movimentos Sociais se afirmam presentes numa conjuntura marcada pela colonialidade, exigindo políticas afirmativas em diferentes campos da vida social, econômica, política, cultural e cognitiva, desestabilizando o Estado, na medida em que contesta suas políticas agrárias, raciais, urbanas, educativas, ou de saúde e, do ponto de vista da produção do conhecimento, desestabilizam o chamado pensamento moderno abissal.

Através de práticas diversas, como dinâmicas grupais; rodas de conversa; oficinas; leituras coletivas de textos críticos que questionam o *status quo* vigente; produção de audiovisuais; elaboração de cartilhas; manifestos e cartazes; intervenções artísticas; realização de atos públicos como marchas, saraus e slams etc., os Movimentos Sociais educam seus participantes, a sociedade, e as instituições públicas e privadas, produzindo saberes e pedagogias que visam a transformação social. São “Sujeitos coletivos históricos se mexendo, incomodando, resistindo. Em movimento” (Arroyo, 2003, p. 33). O autor ainda aponta que: “Um dos traços mais pedagógicos de suas ações é não serem silenciosas, ocultas, (...), mas chamativas em marchas, ocupações, carregando seus símbolos, sua cor, seus instrumentos identitários, de trabalho, de luta” (Arroyo, 2009, p.12).

A Educação e a ressignificação da produção do conhecimento são elementos constituintes, tanto do Movimento Negro, quanto do Movimento de Mulheres Negras no Brasil. Ambos os movimentos são compreendidos como sujeitos políticos que atuam no combate aos diferentes tipos de colonialidades (do poder, do ser, do saber, da natureza) presentes na sociedade brasileira, considerando que os mesmos produzem saberes políticos, estético-corpóreos, identitários (Gomes, 2017), interseccionais (Mesquita, 2022) e direcionamentos epistemológicos que questionam a perspectiva eurocêntrica e colonial e dão destaque para as escrituras dos povos africanos e afrodiaspóricos, reivindicando a cientificidade dos saberes e epistemologias negras e defendendo sua ampla difusão dentro e fora de ambientes escolares/acadêmicos e combatendo o epistemicídio em diversas frentes.

Ao questionar os cânones científicos eurocentrados e embranquecidos, o Movimento Negro “constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro, opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas” (Gomes, 2017, p. 21), rompendo com as visões negativas e estereotipadas e com a ideia de uma suposta inferioridade racial e cognitiva atribuída aos negros, questionando ainda a ideia da existência de uma democracia racial no

país.

Do ponto de vista epistemológico, os Movimentos Negro e de Mulheres Negras, assim como o Movimento indígena, se situam na esfera daqueles coletivos que colocam em cheque as estruturas da produção do conhecimento, marcada pela colonialidade e pela invisibilização ou apropriação de outras formas de conhecimento, denunciando o desrespeito às cosmocepções dos povos originários e afrodiaspóricos, e exigindo o reconhecimento da intelectualidade gestada no seio destas comunidades historicamente vilipendiadas e exploradas pelo sistema moderno colonial capitalista, pois trata-se de

[...] movimento reconhecido pelo seu questionamento radical ao atual paradigma civilizatório desenvolvimentista de progresso ilimitado – decorrente do processo de colonização aqui caracterizado pela intrínseca relação entre modernidade eurocêntrica colonialidade – que ameaça a vida no planeta (Streck; Adams, 2012, p. 252).

Sem pretender contemplar uma história total dos movimentos negros, destacamos suas práticas educativas, através da qual negros e negras se mobilizam para pressionar o Estado por políticas públicas em diferentes áreas, visando garantir a vida, educação, saúde, segurança, moradia, alimentação e outros direitos que historicamente são negados à população negra e pobre.

A relação entre o Movimento Negro e a Educação tem sido estudada por muitos intelectuais, sobretudo negros, há décadas. Gomes (2012; 2017), Domingues (2007; 2009) e Gonçalves e Silva (2000) destacam em suas pesquisas como a Educação historicamente constitui importante pauta reivindicatória do movimento negro, “sendo concebida como um recurso de importância capital para se contrapor ao “preconceito de cor” e garantir a inclusão e prosperidade do afro-brasileiro na sociedade” (Domingues, 2009, p. 968).

De acordo com Domingues (2009), no período pós-abolição, o Movimento Negro se mobilizou para reivindicar a inserção de negros e negras na educação básica. Além disso, estabeleceu organizações como clubes, entidades beneficentes, grêmios literários e organizações políticas, que atuaram, tanto na denúncia com relação à exclusão social vivenciada pela população negra, quanto na criação de outras possibilidades de educar seu povo, por meio da criação de bibliotecas e escolas de alfabetização, da oferta de cursos, palestras e saraus culturais e da criação/publicação de jornais (Imprensa Negra).

Por meio de estratégias diversas, o Movimento Negro almejava conscientizar negros e

negras sobre os benefícios da escolarização, além de ressaltar a importância cultural da negritude enquanto constitutiva da nação brasileira. Considerando as primeiras mobilizações do Movimento Negro no pós-abolição, “o conceito de educação articulado (...) era amplo, compreendendo tanto a escolarização quanto a formação cultural e moral do indivíduo” (Domingues, 2009, p. 973).

Além da luta pela inclusão de negras e negros na educação básica, o Movimento Negro atua na problematização dos conteúdos, currículos escolares e da formação de professores, na reivindicação por políticas afirmativas que garantam o ingresso e permanência de negras e negros no ensino superior, e na luta contra o epistemicídio que invisibiliza e silencia o conhecimento produzido pelos povos colonizados.

O Movimento Negro, aqui entendido como “um conjunto de ações de mobilização política, de protesto antirracista, de movimentos artísticos, literários e religiosos, de qualquer tempo, fundadas e promovidas pelos negros no Brasil como forma de libertação e de enfrentamento do racismo” (Santos, 1994), tem sua luta historicamente marcada por uma dimensão pedagógica, considerando o interesse constante na conscientização, tanto de seus ativistas quanto da sociedade brasileira como um todo, além de apresentar um posicionamento questionador com relação às estruturas coloniais e opressoras presentes em diferentes espaços, a exemplo do sistema educacional e dos espaços de poder.

De acordo com Gomes (2017), o Movimento Negro dialoga com os outros Movimentos Sociais, no sentido da denúncia das desigualdades e discriminações existentes na sociedade capitalista global marcada pela colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza, que menospreza as escrituras e as produções dos povos subalternizados:

Este movimento social partilha política e ideologicamente junto com outros Movimentos Sociais do ideal e da necessidade de tornar visível o que há de comum entre as diferentes formas de discriminação e opressão: o sofrimento humano causado pelo capitalismo global, pelas formas de discriminação de que se alimenta e pela colonialidade do poder (Gomes, 2017, p.121).

Nesse sentido, o Movimento Negro busca suscitar uma resignificação dos processos de subjetivação de pessoas negras, a fim de que estas olhem para si e para a sua história de uma outra maneira, diferente daquela à qual foram socializadas, dentro e fora do ambiente escolar. Gomes (2012) considera que o Movimento Negro possui uma radicalidade política e pedagógica, e, por isso, deve ser compreendido como ator político que pode viabilizar

mudanças sociais que atingem, não somente o povo preto, tendo em vista que suas ações visam à “construção da sociedade e da educação como espaços/tempos mais igualitários e justos para todos” (Gomes, 2012, p.741).

Considerando as pedagogias existentes dentro do Movimento de Mulheres Negras, nos alinhamos com a produção de feministas negras, como González (2020), Carneiro (2020) e Figueiredo (2020), que apontam o posicionamento das mulheres negras contra a exclusão sofrida por esta coletividade, exclusão esta que é fruto da estrutura racista e patriarcal que alicerça a sociedade brasileira, mas também de incongruências existentes dentro dos movimentos negro e feminista, quando estes se eximem de discutir de forma abrangente sobre gênero e raça, respectivamente. A postura crítica do Movimento de Mulheres Negras, fez com que esta coletividade emergisse como ator político independente, que constrói saberes e aprendizados políticos, identitários e estéticos-corpóreos específicos (Gomes, 2020), constituindo o que Figueiredo (2020) denomina como Epistemologia Insubmissa Feminista Negra Decolonial.

A partir dos questionamentos com relação ao machismo dentro do Movimento Negro e o racismo dentro do Movimento Feminista, as mulheres negras vêm reeducando outros grupos sociais a repensar e mudar posicionamentos, buscando compreender as opressões interseccionais que atingem as mulheres negras e as colocam em posição de vulnerabilidade dentro da estrutura historicamente racista, machista e classista do nosso país. De acordo com Figueiredo (2018, “o Movimento das mulheres negras desestrutura/desestabiliza as rígidas e consolidadas relações desiguais de poder do sistema capitalista” (Figueiredo, 2018, p. 1082) e, a partir desse movimento crítico, nos ajuda a observar e projetar outras possibilidades de existência.

Verificamos que estudos empreendidos sobre o Movimento de Mulheres Negras têm buscado visibilizar as escrevivências de mulheres negras e sua luta pelo fim das desigualdades raciais, de gênero e sexualidade e socioeconômicas. Os trabalhos evidenciam a agência das mulheres negras e o seu protagonismo no enfrentamento às opressões que as atingem de forma interseccional. As diversas organizações das quais participam, apresentam um importante papel educativo e refletem diretamente em sua constituição identitária, no reencontro com sua beleza, fortalecimento da autoestima e busca por humanização, além de representarem um papel fundamental na formação política das participantes.

Análises a respeito do protagonismo das mulheres negras ao longo da história estão

presentes em grande parte dos trabalhos acadêmicos consultados para a construção desta pesquisa, evidenciando seu relevante papel tanto nas sociedades africanas organizadas de forma matrilinear, quanto na realidade brasileira, destacando o papel das mulheres negras no período colonial e escravista, até os dias atuais, onde as mulheres negras têm dado continuidade ao seu papel de agente mobilizador nas suas comunidades, em geral situadas nas periferias, buscando contestar a estrutura racista, classista, sexista e heteronormativa que caracteriza a sociedade brasileira. O protagonismo das mulheres negras, ao questionar a ausência do recorte racial dentro do movimento feminista e a ausência do recorte de gênero no movimento negro, também é evidenciado na maioria dos trabalhos acadêmicos consultados⁷⁷, sendo este um elemento aglutinador que leva à criação de várias organizações de mulheres negras para discutir suas questões específicas, se pautando nos pressupostos do Feminismo Negro, por exemplo.

As mulheres negras, hoje, ocupam um espaço na militância política, atuando nas comunidades de terreiro, na articulação política, nos partidos, nas ONG's, nos projetos educacionais. Podemos dizer que a questão de gênero só passou a ser pautada como uma forte preocupação da prática e das questões do movimento negro devido à pressão das mulheres negras. Estas têm exercido uma luta contínua não só no interior da comunidade negra, mas no debate com o Estado para a implementação de políticas de saúde, emprego e educação que contemplem articulação entre raça e gênero (Gomes, 2011, p. 41).

Nas palavras de Jesus e Alves (2010), estes movimentos fabricam novas realidades sociais, reconfiguram relações de gênero e demarcam identidades pessoais e sociais. Ao participar do ativismo, as pessoas desenvolvem uma identidade politizada o que leva, no caso das mulheres negras, ao reconhecimento de que são excluídas socialmente a partir das práticas racistas e sexistas que estruturam a nossa sociedade (Jesus; Alves, 2010). A busca por justiça social e o combate ao machismo e ao sexismo faz com que os movimentos de mulheres negras venham se utilizando da interseccionalidade como um importante instrumento analítico e como componente de sua práxis.

O uso da interseccionalidade como instrumento analítico e como componente de suas práxis pelos movimentos de mulheres negras, evidencia que alguns Movimentos Sociais privilegiaram uma categoria em detrimento de outras, e demarca a necessidade de ampliação

77 No apêndice D constam alguns destes trabalhos sobre os quais publicamos o artigo SANTOS, A.T; LUCINI, M . Educational practices and knowledge constituted in the political training processes of black activists: a literature review. JOURNAL OF RESEARCH AND KNOWLEDGE SPREADING , v. 2, p. 12356-12367, 2021.

do escopo de análise, com vistas a contemplar as especificidades que compõem as existências negras. As mulheres negras vêm apontando a importância de analisar raça, gênero e classe de forma interconectada, quando se pretende compreender a realidade social da população negra no Brasil e no mundo. Nesse sentido, consideramos que o Movimento de Mulheres Negras reeduca a sociedade, os movimentos feministas e negros, ao defender a interseccionalidade como lente de observação da sociedade, e que, a partir do desenvolvimento de práticas educativas e pedagogias feministas negras e decoloniais, se configura uma insurgência propositiva que aponta soluções para os problemas sociais que atingem a população negra. Neste sentido,

compreendemos as organizações de mulheres negras alinhadas por um tipo de insurgência e que indicam possibilidades de resistir (re) existir e (re) viver como sinaliza Catherine Walsh (2013). Isso nos convoca a examinar experiências de grupos sociais subalternizados, que através das pedagogias alternativas estruturam plataformas interventivas. Elas rompem com a visão essencialista das culturas e das identidades culturais, concebendo-as, tendo como escopo processos de construção, desestabilização e reconstrução (Silva, 2018, p. 35).

Concordamos com Silva (2015), para quem o Feminismo Negro, enquanto subsídio teórico do Movimento de Mulheres Negras, questiona e subverte a lógica colonial, que tem como característica a destruição de sujeitos atravessados pela intersecção de opressões. A autora considera que existe proximidade nas narrativas de intelectuais ativistas do Movimento de Mulheres Negras e as narrativas de grupos racializados/subalternizados pela colonialidade, e que, o projeto político do Movimento de Mulheres Negras, pode ser percebido como um exercício de resistência decolonial, que vai além da produção intelectual do grupo modernidade/colonialidade, considerando as práticas do Movimento de Mulheres Negras como decoloniais em sua essência.

As ativistas negras brasileiras criaram um pensamento feminista específico, a partir de saberes, práticas e experiências de resistência por elas vivenciadas. Para Cardoso (2012), este pensamento feminista se orienta a partir de referenciais negro-africanos sendo classificado como decolonial, e visa transformar a sociedade através do enfrentamento a diversas formas de opressão (Cardoso, 2012, p. 7). A utilização, por parte de ativistas negras, de conhecimentos e saberes produzidos por intelectuais negros e negras, para problematizar discursos e representações hegemônicas que estão presentes na nossa sociedade, pautando hierarquias de raça e gênero, consequentemente, faz com que as mulheres negras coloquem

em prática pedagogias de resistência, que visam instrumentalizar outras mulheres negras para enfrentar o racismo, o sexismo e fortalecer e positivar suas identidades.

Pereira (2016) pontua que os discursos presentes no Movimento de Mulheres Negras ressaltam histórias e personagens como inspiração e destaca, ainda, representações ligadas às religiões de matriz africana, lideranças políticas e a empregada doméstica como predominantes nesses discursos. Tais representações servem para mobilizar uma memória coletiva pautada em referências ancestrais e afrodiaspóricas, com vistas a propiciar a reapropriação da negritude e da afrodescendência de forma positiva, bem como direcionar as ações dos coletivos de mulheres negras, em busca da promoção da justiça social. Pereira (2016) considera, ainda, que o Movimento de Mulheres Negras apresenta um protagonismo simbólico quanto à resistência frente as desigualdades estruturais latentes na sociedade, ao passo que se apresenta como alternativa para projetos que pautam a justiça social.

No que se refere ao potencial educativo do Movimento de Mulheres Negras, observamos que os trabalhos consultados destacam a importância dos Movimentos Sociais, e em especial o Movimento de Mulheres Negras, no questionamento de políticas públicas de diversas áreas, com vistas a tensionar o Estado para que este contemple as especificidades da população negra. As pesquisas demonstram o papel do Movimento de Mulheres Negras na reconstituição identitária, elemento que Gomes (2017) identifica como uma das características educativas dos Movimentos Sociais, além da ressignificação e politização da raça e do gênero, bem como da realidade socioeconômica. Nesse sentido, o Movimento de Mulheres Negras tem sido um importante produtor de saberes e pedagogias emancipatórios que servem como combustível para a luta por justiça social. Gomes (2020) afirma que:

A ação das ativistas negras constrói saberes e aprendizados políticos, identitários e estéticos-corpóreos específicos. As ativistas negras indagam o machismo dentro do próprio Movimento Negro e desafiam os homens ativistas a repensarem, mudarem de postura e de atitude nas suas relações políticas e pessoais com as mulheres. Denunciam a violência machista dentro do próprio Movimento Negro e demais Movimentos Sociais, nas relações domésticas, nas disputas internas quer sejam no emprego, nos movimentos, nos sindicatos e nos partidos. Elas reeducam o próprio feminismo, aos homens e mulheres brancos, de outros pertencimentos étnico-raciais e a elas mesmas (Gomes, 2017, p. 73).

Dentro do Movimento de Mulheres Negras, percebemos o interesse na produção de formas de fazer incidência política, na criação de estratégias de atuação em diferentes campos, na revitalização e valorização da cultura africana e afro-brasileira, na afirmação e

potencialização da identidade e estética negras, além do enaltecimento da trajetória, resistência, protagonismo e a intelectualidade negras. Identificamos ainda, dentro do Movimento de Mulheres Negras, a existência de um estímulo a novas formas de valorização da saúde mental, incentivando o autocuidado e ressignificando formas de ser e existir para mulheres negras, além de incentivar a juventude negra a ocupar as universidades, a fim de combater o epistemicídio e o racismo estrutural, discutindo conhecimentos contra hegemônicos e se empoderando e transgredindo a subordinação racial, ainda presente em nossa sociedade.

Averiguamos nas pedagogias exercidas pelas organizações de mulheres negras em suas ações sociopolíticas, culturais, educacionais pautadas na ancestralidade, solidariedade, acolhimento, reflexão, sensibilidade que através das culturas estabelecidas, fortalecem outras identidades em seus espaços de aprendizagens. Identificamos, portanto, aspectos relevantes, realizados a partir dessas práticas pedagógicas dos *pontos de cultura*, admitindo então, diferentes pedagogias e outras movimentações curriculares (Silva, 2018, p.56-57).

As práticas educativas realizadas dentro dos coletivos de mulheres negras impulsionam mudanças comportamentais, no sentido da aceitação de si e do empoderamento das mulheres para agir nos seus espaços de atuação, polinizando conhecimentos e práticas insurgentes, contribuindo para mudanças sociais em seu entorno. As mulheres negras militantes, marcadas pelas opressões de gênero e raça, organizam sua militância em torno da elaboração de estratégias para reivindicar direitos e enfrentar o racismo, o machismo e outras formas de opressão (Lima, 2014).

Nos espaços da militância, a identidade da mulher negra é reforçada, e os marcadores de gênero e raça das militantes emergem significativamente na produção de estratégias de enfrentamento ao machismo e ao racismo, a exemplo dos projetos e atividades relacionadas a estas temáticas, bem como da participação das militantes em espaços de disputa política. Essas mulheres utilizam os marcadores de opressão para reconstruir de forma positiva as representações de si, e isso constitui uma das estratégias mais relevantes de luta contra as discriminações que as atravessam.

Para Machado (2020), as mulheres negras vivenciam experiências atravessadas por exploração, alienação e opressão e, a partir destas, criaram organizações políticas específicas. As mulheres negras organizadas criaram demandas contra-hegemônicas que, por sua vez, estão conectadas com as demandas mais amplas de classe, por ter impacto sobre a classe

trabalhadora como um todo.

A agência das mulheres negras, portanto, é percebida em sua capacidade de se articular e agir dentro de um contexto racista e sexista. Para isso, essas mulheres reinventam suas percepções sobre si e seu lugar enquanto mulheres, negras e assumem o protagonismo nas formas de organização da comunidade, sendo fundamentais para que o povo negro se coloque enquanto sujeito coletivo dentro da luta. Os coletivos de mulheres negras atuam como agentes de ressignificação das percepções e lugares das mulheres negras, articulando elementos que visam a elaboração de uma identificação racial e contribuindo com a luta e resistência numa perspectiva decolonial.

Nesse contexto, o Movimento de Mulheres Negras desenvolve práticas que estão imbricadas com valores, saberes, histórias e biografias da coletividade negra que, por sua vez, orientam e articulam a ação coletiva através da constituição de uma identidade política. No contexto da luta, as mulheres negras se educam, formam e se transformam, promovendo ações de afirmação identitária e resistência que ultrapassam as barreiras dos coletivos.

As mulheres negras inseridas no ativismo passaram a compreender melhor as diferentes nuances do racismo, bem como das opressões de gênero e classe, sendo o empoderamento das mesmas perceptível na estética, no enfrentamento das questões sociais, na denúncia das situações de opressão vivenciadas e na educação, com vistas a problematização da história da população negra (Souza, 2017). As ativistas são compreendidas como produtoras de conteúdos simbólicos que comunicam a partir de sua estética e de suas ações mobilizadoras em torno de valores civilizatórios afro-brasileiros, produzindo um pensamento feminista negro (Collins, 2016). Estas mulheres negras falam sobre suas vivências e criam estratégias de enfrentamento da invisibilização das questões raciais nas políticas públicas de diversas áreas, da imposição de valores eurocêntricos, da violência racial, dentre outros atos discriminatórios presentes na sociedade (Pinto, 2018).

Diante do exposto, consideramos a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria como um espaço educativo que compartilha das características discutidas sobre o Movimento de Mulheres Negras de uma forma geral, no sentido da execução de práticas educativas que visam o empoderamento das mulheres negras para que as mesmas possam criar estratégias de incidência política e social para denunciar o racismo, sexismo e LGBTfobia e montar ações para pressionar as instâncias governamentais em torno do atendimento das demandas da população negra sergipana.

Na seção a seguir, pontuamos as práticas educativas que pudemos observar durante nossa inserção nas atividades da Auto-Organização, além da análise das atividades desenvolvidas pelo coletivo desde sua criação, categorizando por tipo e temas recorrentes, discutindo os saberes emancipatórios que emergem destas práticas à luz dos escritos de Gomes (2017; 2020), na perspectiva do Movimento Negro Educador, e dos pressupostos da Pedagogia Feminista Negra de Pinho (2021; 2022) e Mesquita (2022), entendendo que “o movimento é educador porque gera conhecimento novo, que não só alimenta as lutas e constitui novos atores políticos, como contribui para que a sociedade em geral se dote de outros conhecimentos que a enriqueçam no seu conjunto” (Gomes, 2017, p.10).

6.2 Práticas e Pedagogias de (re)existência na Auto-organização de Mulheres Negras Rejane Maria

A Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria atua em um Estado onde, apesar de aproximadamente 80% da população ter se autodeclarado negra (preta ou parda) no último censo do IBGE (ano), figura entre os mais violentos do país no que se refere à população negra, em especial às mulheres negras. Num contexto geral em que as taxas de homicídios se concentraram mais sobre a população negra, o último Atlas da Violência⁷⁸, divulgado em 2021, coloca Sergipe em terceiro lugar com relação às taxas de mortalidade juvenil violenta, e em segundo lugar no aumento das taxas de homicídios que vitimaram mulheres. No Estado, os homicídios que vitimaram pessoas negras somam um crescimento de 55,8% no período de 2009 a 2019, sendo que em 2019, a taxa de homicídios de negros registrados no Estado foi de 51,5%.

O Estado de Sergipe apresenta aumento de 31,2% nas taxas de homicídios de mulheres, comparando 2018 e 2019 e, com relação à mortalidade de mulheres negras por homicídio. O Estado possui percentual de 94% de mulheres negras em relação ao total de assassinato de mulheres, representando um alto risco de vitimização letal de mulheres negras, ocupando o 3º lugar no ranking dos Estados mais letais para mulheres negras no país. Assim como outras entidades negras país afora, a Rejane Maria luta contra a escassez de dados que possam dar conta da realidade ampliada da população negra, o que dificulta a elaboração e aplicação de políticas públicas voltadas para essa realidade.

78

Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes> > Acesso em 11/01/2023.

A cobrança por dados ampliados que considerem as variáveis de raça, gênero, classe e sexualidade nas análises socioeconômicas produzidas por instituições públicas e privadas, vem sendo realizada por diversos Movimentos sociais, dentre estes o Movimento de Mulheres Negras. Os estudos realizados por Lélia González, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro e Luiza Bairros foram enfáticos na defesa desse argumento, e essa ênfase foi, na década de 1980, um importante diferencial do Movimento de Mulheres Negras com relação ao movimento feminista e um dos fatores que contribuiu para sua constituição como ator político autônomo. Para Gomes (2017):

As questões de raça e gênero só se tornaram mais destacadas no movimento feminista devido à denúncia das mulheres negras de que, apesar do caráter progressista dessas lutas, a invisibilidade dada à questão racial, ao racismo e à violência contra a mulher negra atuam como uma regulação conservadora dentro dos próprios espaços de emancipação social. Essa ação tem desencadeado não somente reflexões e ações políticas, mas também a presença da raça como categoria de análise para se compreender o machismo, o sexismo, as desigualdades sociais e as reedições do capitalismo nacional e internacional no campo da produção científica (Gomes, 2017, p. 73).

Nos últimos anos, as mulheres negras continuam mobilizadas na defesa dessa pauta, apontando a existência de uma lógica racista, que concede vantagens sociais para as pessoas brancas em detrimento das pessoas negras, e de uma divisão racial e sexual do trabalho (Carneiro, 2002), que tem efeitos na seara das estruturas socioeconômica e cultural do país, forjando a construção de hierarquias sociais rígidas, que acabam sendo respaldadas justamente pela insistência na produção de um conjunto de dados, que não agregam as diferentes variáveis que caracterizam a população brasileira.

É importante ressaltar que, no período em que nos inserimos nas atividades da Auto-Organização, o mundo passava pela pandemia da COVID-19, e, por conta disso, as Rejanes precisaram lidar com mais uma sobrecarga na militância: o pensar na incerteza sobre a vida, diante da emergência mundial de saúde, e o agravamento das dificuldades materiais vivenciadas pela população negra sergipana. Sendo assim, as atividades da Auto-Organização precisaram ser adaptadas a esta conjuntura, marcada inicialmente pela não-presencialidade e, posteriormente, caracterizada pelo retorno gradativo das atividades presenciais.

Para adentrar na análise das práticas educativas da Auto-Organização, que visam o combate ao racismo, ao sexismo, a LGBTfobia e a desigualdade socioeconômica, é importante demarcar que, assim como Freire (2005), compreendemos a educação enquanto

processo formativo voltado para a humanização dos sujeitos a partir de sua realidade social, sendo o processo pedagógico associado ao protagonismo dos sujeitos na produção do conhecimento e na construção de uma visão crítica da sociedade. Quanto a concepção de pedagogia que adotamos na análise das atividades da Rejane Maria, compartilhamos da perspectiva analítica de Walsh (2009) ao compreendê-la para além do sistema educativo formal. Para a autora, trata-se de uma

[...] pedagogia entendida além do sistema educativo, do ensino e transmissão do saber, e como processo e prática sóciopolíticos produtivos e transformadores assentados nas realidades, subjetividades, histórias e lutas das pessoas, vividas num mundo regido pela estrutura colonial (Walsh, 2009, p. 26).

Na perspectiva dos movimentos que educam, Almeida (2019) aponta ainda que “os contextos de luta, protagonizados pelos Movimentos Sociais, configuram o cenário pedagógico no qual diferentes sujeitos marginalizados criam estratégias de “aprendizagem, (des)aprendizagem, (re)aprendizagem, reflexão e ação” (Walsh, 2013, p. 35)” (Almeida, 2019, p. 26) e, nesse sentido, as lutas protagonizadas pelas mulheres negras que integram a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, são construídas a partir da realidade social de exclusão/marginalização vivenciada pelas mulheres negras sergipanas que, reunidas como grupo social, refletem, criticam e apontam outras possibilidades de existência.

É importante ressaltar que os objetivos e princípios presentes nas atividades da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, encontram-se aliançados com as bandeiras de luta do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras, no sentido da politização da raça e do gênero. As mulheres negras da Auto-Organização têm buscado reafirmar sua identidade e reivindicar a humanidade do povo preto sergipano em meio a uma realidade tão violenta e hostil. Nessa perspectiva, as Rejanas atuam em Sergipe, no sentido da superação do pensamento abissal, característico da ciência moderna ocidental e eurocentrada, e responsável pela produção de ausências, por meio da desvalorização de outros saberes e dos sujeitos que os produzem; e da construção de um pensamento e pedagogia pós-abissais (Gomes, 2017), na perspectiva da produção de outras possibilidades de existir e produzir conhecimento vinculado às práticas sociais culturais e políticas da população negra. Assim como Gomes (2017), ao analisar o Movimento Negro, consideramos a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, como:

uma coletividade onde se elaboram identidades e se organizam práticas através das quais se defendem interesses, expressam-se vontades e constituem-se identidades, marcados por interações, processos de reconhecimento recíprocos, com uma composição mutável e intercambiável (Gomes, 2017, p. 47).

Nesse sentido, as atividades de incidência política da Auto-Organização estão relacionadas à realização de mobilizações de base em comunidades periféricas da capital sergipana, além do diálogo com outras entidades negras e outros Movimentos Sociais, da participação em conselhos de igualdade racial, da busca por diálogo com instituições estatais; da presença na academia e de atividades voltadas para o empoderamento das mulheres negras do ponto de vista da conscientização de direitos.

Destas atividades, por sua vez, emergem práticas educativas e saberes emancipatórios mobilizados pelas ativistas com o intuito de criar, internamente, um lócus de fortalecimento do sentimento de pertencimento racial e de gênero e, externamente, para fortalecer o Movimento de Mulheres Negras sergipano como sujeito coletivo que se insurge contra as violências impostas pela colonialidade, pelo capitalismo, pelo racismo, pelo sexismo e pela LGBTfobia, subvertendo o imposto como norma, reinventando a existência e a resistência das mulheres negras no Estado. Quando falamos em saberes emancipatórios, relacionamos à reflexão de Gomes (2017), que afirma tratar-se

[...] de uma forma de conhecer o mundo, da produção de uma racionalidade marcada pela vivência da raça numa sociedade racializada desde o início da sua conformação social. Significa a intervenção social, cultural e política de forma intencional e direcionada dos negros e negras ao longo da história, na vida em sociedade, nos processos de produção e reprodução da existência (Gomes, 2017, p.67).

No caso específico das mulheres negras, estes saberes emancipatórios estão relacionados às vivências interconectadas de raça e gênero, numa sociedade que foi constituída a partir do racismo, da objetificação e da exploração sexual de mulheres negras, e cujo status de objetificação e hiperssexualização encontra-se presente na atualidade, assim como outras imagens de controle, montadas pela branquitude para relegar às mulheres negras ao lugar de servidão.

Os saberes emancipatórios constituídos no âmbito do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras são constituídos de forma articulada e imbricada, sendo “fruto de subjetividades desestabilizadoras construídas na trajetória dos negros, das negras e de seus corpos” (Gomes, 2017, p. 130), e tendo como intuito possibilitar processos de

formação humana, reeducar negros e negras sobre si e sobre o lugar que ocupam na sociedade, bem como reeducar de outros segmentos étnico-raciais, a fim de agrega-los à luta antirracista, antissexista, antilgbtfóbica e anticapitalista.

Gomes (2017) classifica os saberes emancipatórios produzidos pelo Movimento Negro como saberes identitários, políticos e estético-corpóreos. Os saberes identitários, estão relacionados aos debates sobre raça no sentido da busca pela afirmação identitária positiva por parte de negros e negras, pela desconstrução do mito da democracia racial, e pelas elaborações conceituais produzidas por intelectuais negros e negras, a fim de que estes debates se convertam em desconforto e desestabilização das elites e dos poderes instituídos. Os saberes políticos, estão relacionados ao debate de raça levado para o campo da constatação crítica da relação entre a questão racial e as desigualdades existentes que, por sua vez, se converte na reivindicação por políticas públicas que considerem as variáveis de raça, gênero e classe em sua estruturação e implementação. Refletindo sobre os saberes políticos produzidos no âmbito do Movimento de Mulheres Negras, Mesquita (2022) pontua:

Enquanto agente político educador da sociedade brasileira, o Movimento de Mulheres Negras tem logrado traduzir suas demandas por reconhecimento, igualdade e emancipação, em políticas públicas – cujas implicações e, por que não dizer, benefícios, se estendem ao conjunto mais amplo da comunidade negra e da sociedade brasileira (Mesquita, 2022, p. 239-240).

Os saberes estético-corpóreos estão relacionados à corporeidade e estética negras, tendo como intuito a superação da visão erótica e exótica da população negra, que foi historicamente construída a partir da colonialidade, politizando a estética negra e reeducando negros e negras para compreender seus corpos como uma forma positiva de afirmação identitária, além da sociedade, em seu olhar sobre os corpos negros para além da objetificação. Estes saberes emancipatórios produzidos pelos Movimentos Negro e de Mulheres Negras interpõem questionamentos aos saberes tidos como hegemônicos, subvertendo o paradigma da modernidade ocidental.

Associados aos saberes elencados por Gomes (2017), Mesquita (2022) aponta que o Movimento de Mulheres Negras, a partir de sua práxis insurgente, produz saberes classificados como interseccionais, entendidos como “um conjunto de sensibilidades teóricas e práticas implicados pelos usos e sentidos do conceito de interseccionalidade” (Mesquita, 2022, p. 239), uma vez que congregam o combate a todas as formas de opressão, argumento

este bastante presente no repertório discursivo dos coletivos de mulheres negras, inclusive da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria. As mulheres negras, a partir da denúncia do peso das múltiplas opressões e violências que as atravessam, auxiliam na “construção de conceitos teóricos e categorias analíticas que permitem melhor compreender a imbricação do racismo com o machismo, o capitalismo, a LGBTfobia, nas suas mais diversas formas e nuances” (Gomes, 2022, p. 40).

Para mobilizar e produzir estes saberes emancipatórios, o Movimento de Mulheres Negras lança mão de práticas educativas pautadas no diálogo e na circularidade, nos valores civilizatórios afro-brasileiros e afrodiaspóricos, na ancestralidade e luta pela memória do povo negro, através das quais as mulheres negras produzem saberes emancipatórios, que são compartilhados interna e externamente nas atividades internas e externas das organizações, criando uma pedagogia de (re)existência que produz vida no tecido da morte social. (Almeida, 2019, p.155). Essas práticas podem ser compreendidas como eficientes no combate ao racismo, ao sexismo, a LGBTfobia e ao preconceito de classe, servindo como formas de instrumentalização da população negra para lutar por seus direitos e de enriquecimento cognitivo da sociedade como um todo.

Elencamos abaixo algumas práticas educativas realizadas no âmbito da Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria, ao longo de oito anos de existência, algumas das quais pudemos participar no formato remoto ou presencial.

Figura 37 – Práticas Educativas da Auto-Organização Rejane Maria



Fonte: Elaborado pela Autora (2022)

A partir de nossa observação-inserção e da análise dos materiais de divulgação das atividades da Auto-Organização, publicadas nas redes sociais, conseguimos mapear a recorrência da realização de atividades elencadas acima, sendo que destas, as rodas de conversa são o tipo de atividade mais realizada pelo coletivo.

As rodas de conversa são organizadas por duplas ou subgrupos de ativistas, e possuem um tema gerador escolhido em uma reunião interna, e a partir do qual se constrói a programação para a atividade, onde podem ser incluídos textos motivadores para leitura coletiva, além da presença de convidadas para compartilhar experiências, leituras de poemas ou performances artísticas. Há, também, rodas de conversa realizadas pelas Rejanes, com ou sem presença de convidadas, em espaços escolares, onde se discutem temas relacionados à juventude negra, empoderamento, antirracismo e Educação.

A ideia das rodas de conversa se relaciona à perspectiva de não estabelecer hierarquias nas falas, deixando as participantes à vontade para falar de suas impressões ou experiências sobre o tema discutido, sendo, portanto, importante na construção colaborativa do conhecimento. A partir de uma escuta sensível e do diálogo horizontal, as mulheres negras ressignificam suas escrevivências, aprendem e ensinam umas às outras, interagindo com a população em via de mão dupla, pois também há interesse em ouvir as demandas:

[...] criando um ambiente em que além de levar o conhecimento, também ouvem e reúnem demandas da base para levar ao Estado. Dessa forma, com essas ações, conseguem identificar problemas públicos, definir prioridades para os problemas mais urgentes, para assim serem capazes de propor soluções de forma consistente (Marques, 2021, p.81).

Já nas palestras ou lives, as Rejanas são convidadas ou convidam pessoas para tratar de assuntos relacionados à população negra, a exemplo de Educação, Saúde, Direitos Sociais, Racismo, Feminismo Negro, produções acadêmicas de mulheres negras, Violências contra o povo negro, Mulheres Negras na Política etc. É comum, ainda, a participação das Rejanas em ocupações virtuais promovidas pela Rede de Mulheres Negras de Nordeste, que contam com a presença de ativistas representantes de diversos coletivos de mulheres negras, dialogando em atividades como o Julho das Pretas e a campanha pelos 21 dias de ativismo no combate à violência contra a mulher negra.

As oficinas, por sua vez, são práticas educativas em que as Rejanas se mobilizam com o intuito de promover capacitação profissional, a exemplo das oficinas de crochê moderno, costura, amarração de turbantes e penteados, e autocuidado, a exemplo das oficinas de ginecologia natural, penteados e turbantes. Durante as oficinas, os temas do combate ao racismo, ao sexismo, a LGBTfobia e as desigualdades sociais também surgem nos diálogos entre as facilitadoras e as participantes, através do estabelecimento de um diálogo para conhecer as escrevivências das assistidas. As Rejanas atuam como facilitadoras, em parceria com convidadas que possuem expertise para ministrar, e entendem que a promoção destas oficinas possibilita o empoderamento, tanto no que se refere ao mercado de trabalho, quanto a autoestima e a conscientização sobre as violências sofridas e os direitos que são historicamente negados ao povo negro. Assim,

ao levarem cursos, palestras, rodas de conversa à comunidade, possuem o cuidado de ouvir demandas e transformá-las em propostas, levando-as aos atores responsáveis no aparelho estatal. Realizam assim, um trabalho de diálogo entre as mulheres negras atendidas e o Estado (Marques, 2021, p. 88).

A elaboração de materiais informativos está associada a outras atividades da Auto-Organização, a exemplo das oficinas e das manifestações de rua. Como destaque desse tipo de atividade, mencionamos o material produzido pelas Rejanas para ser disponibilizado durante o Projeto “Mulheres Negras Movendo Estruturas”, no formato de livretos explicativos nos temas Autocuidado e Ginecologia Natural, Infância e Maternidade e Direitos das Mulheres. O

intuito do material é fornecer subsídios mínimos para a conscientização das mulheres negras que participam das atividades durante, e que possam ser utilizados após, a realização das oficinas. Há ainda a produção de materiais informativos para utilização em eventos como fóruns, encontros e rodas de conversa.

A área de educação possui uma grande atuação das organizações, que possuem a percepção de que esta é a principal porta para a geração de autonomia e empoderamento. Além de entregarem cursos de formação, as organizações buscam criar oportunidades de estudo por meio de parcerias, entendendo que o baixo nível de escolaridade das mulheres negras empobrecidas vem de uma conjuntura político-econômica que as mantém na base da pirâmide social (Marques, 2021, p.93).

Figura 38 – Recorte da Cartilha Autocuidado e Ginecologia Natural

Mulheres Negras Movendo Estruturas

Planta	Indicação	Parte utilizada	Manipulação*	Uso	Comple- mentações
Artemisia	Ciclo menstrual, Cólica, Menopausa.	Folhas	Chá por infusão	Ingestão	Regulariza o ciclo, alívio das dores da cólica e diminui os sintomas da menopausa
Andiroba	Endometriose	Óleo	-	Massagem no ventre	Alívio dos sintomas
Copaiba	Endometriose	Óleo	-	Massagem no ventre	Alívio dos sintomas
Gengibre	Cólica	Rizoma	-	Mastigação	Alívio das dores

* Decocção: forma de preparar os chás das partes duras das plantas. Nesse tipo de preparo os cascos e entrecascos são fervidos por 10min junto com a água em recipiente tampado;

* Infusão: forma de preparar os chás das partes mais frágeis das plantas. Nesse tipo de preparo as folhas e flores são colocadas na água em fervura, e, imediatamente o fogo deve ser desligado e o recipiente tampado. Deixar abafado por 10min.

12

AUTO CUIDADO E GINECOLOGIA NATURAL

Receitas



Inflamação no Útero e Corrimentos

Preparar um litro de chá, diariamente e pelo dia, com no máximo sete plantas indicadas para essa finalidade. Recomenda-se que antes do preparo do chá, misture as folhas separadamente dos cascos e entrecascos. Para cada litro colocar uma colher de sopa de cada mistura.

Os cascos e entrecascos são fervidos juntos com a água (decocção) por 10 min; após esse tempo, colocar as folhas na água já em fervura (infusão), com os cascos e entrecascos, apagar o fogo e abafar por mais 10 min. Essa quantidade de chá deverá ser tomada ao longo do dia por no máximo sete dias.

13

Fonte: Cartilha elaborada pela Auto-Organização (2019)

A elaboração de notas e a realização de manifestações de rua estão associadas a integração da Auto-Organização com outros coletivos, sejam eles compostos por mulheres negras ou coletivos mistos, inseridos no Movimento Negro e no movimento feminista no sentido de realizar ações com grupos “que de alguma forma apoiem seus ideais de sociedade” (Marques, 2021, p.78). De acordo com Marques (2021), as cartas têm sido uma importante estratégia de incidência política do Movimento de Mulheres Negras. Como exemplo da relevância das cartas, podemos mencionar a Carta das Mulheres Negras de 2015, entregue a

então presidenta Dilma Rousseff:

Uma outra maneira identificada de as organizações de mulheres negras realizarem pressão política para as suas demandas é por meio de manifestos e cartas públicas. Geralmente assinados em conjunto com várias organizações, mostram ao Estado a sua insatisfação em algum assunto, denunciam problemas públicos, e muitas vezes propõem soluções para aquela situação (Marques, 2021, p.85).

A Marcha de Mulheres Negras, a Marcha da Consciência Negra, as mobilizações em torno do 8 de março e a elaboração de notas de repúdio e cartas de denúncia sobre episódios de violência e a necessidade de políticas públicas, que contemplem as especificidades da população negra, fazem parte desta categoria de atividades. No que se refere às Marchas, estas revelam o protagonismo das mulheres negras nas lutas sociais empreendidas, tanto dentro do Movimento Negro, quanto dentro do Movimento de Mulheres Negras.

A Marcha das Mulheres Negras de 2015 foi um marco para o Movimento de Mulheres Negras na última década, propiciando uma maior visibilidade com relação às denúncias sobre as violências raciais, de gênero, sexualidade e por território, além de apontar as lacunas existentes nas políticas públicas e sinalizar a necessidade de construir um novo pacto civilizatório pautado no bem viver. Além da Marcha de Mulheres Negras, as Marchas pelo empoderamento crespo e cacheado também têm sido importantes estratégias de aglutinação de mulheres negras a partir da mobilização de saberes estético-corpóreos, que indicam que “a estética negra passou a ser compreendida como parte do direito da cidadania e da vida das mulheres negras, tornando-se um dos saberes sobre o corpo que vem sendo amplamente socializado e potencializado, principalmente pelas jovens negras” (Gomes, 2017, p.77).

A organização de Marchas é precedida de reuniões de articulação e planejamento, onde se discutem estratégias e se constroem dinâmicas que visam impulsionar a divulgação prévia das pautas, agregar pessoas ao ato, e impactar a sociedade com as pautas mobilizadas. Com estes atos, as “mulheres negras realizam a entrega de informação qualificada ao seu público-alvo, o que se mostra uma pauta importante e que permeia as ações de todas as organizações” (Marques, 2021, p.81). Em Sergipe, as Rejanes participam da organização destes atos, desenvolvendo a sua capacidade de diálogo e articulação junto a outros coletivos negros e feministas.

Um ponto muito importante na realização de incidência política pelas organizações de mulheres negras é a atuação em conjunto. Essas parcerias podem ser estabelecidas no âmbito

local, regionalmente, abrangendo organizações de diversos estados; nacionalmente ou internacionalmente. Essa forma de atuação em rede é “determinante para os resultados das ações de incidência nas políticas públicas, seja na fase de montagem de agenda, formulação, implementação ou avaliação” (Marques, 2021, p.78).

A atuação em Rede é uma característica presente na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, desde sua criação, pois o grupo vem se articulando com outros coletivos desde 2015, quando fez parte do Comitê Impulsionador da Marcha de Mulheres Negras, e posteriormente seguiu atuando em conjunto com outras organizações na construção de atividades do Julho das Pretas, nas articulações com o Fórum de Entidades Negras de Sergipe e, mais recentemente, com a Rede de Mulheres Negras de Sergipe. Neste tipo de atividade, as ativistas exercitam o diálogo e capacidade argumentativa na construção de uma agenda reivindicatória e estratégias de luta do povo negro.

Os cineclubes e cinedebates são práticas utilizadas pelas Rejanes, no contexto da realização de suas reuniões abertas, visando suscitar, a partir da utilização da linguagem cinematográfica, discussões sobre temas relacionados às escrevivências negras, propiciando entretenimento e estimulando o desenvolvimento do pensamento crítico diante das opressões vivenciadas pelo povo preto. As atividades de cineclubismo e cinedebates, desenvolvidas pelas Rejanes abrangem o público adulto e o público infantil (Cine-Ibejis), tendo em vista que as ativistas pensam no acolhimento de filhos das participantes das reuniões abertas e oficinas organizadas pelo coletivo.

No que se refere às atividades culturais, as Rejanes participam da organização do evento *Kizomba de Rua*, em parceria com a Associação *Abaô* de Capoeira Angola. O evento, realizado anualmente, é uma homenagem a existência de Rejane Maria, e conta com a presença de grupos percussivos, de samba, capoeira, *reggae* e outras manifestações artísticas negras que Rejane Maria, em vida prestigiava, ou fazia parte.

As atividades de formação política interna, realizadas na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, estão relacionadas às reuniões fechadas, onde as ativistas planejam as ações que o grupo pretende realizar ao longo dos semestres, definindo estratégias de atuação do ponto de vista da movimentação do coletivo e da integração da Auto-Organização com outras entidades negras, feministas ou pertencentes a outros Movimentos Sociais. Além disso, as reuniões internas englobam a organização para a execução das atividades abertas ao público; os repasses das reuniões de articulação com

outras organizações; a avaliação das atividades realizadas; a recepção de novas participantes, e a capacitação interna das integrantes, onde se utilizam práticas como rodas de conversa, leituras coletivas de textos, e momentos de promoção do autocuidado.

Nestas atividades de formação interna da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, busca-se dar visibilidade a escritos de mulheres negras, além do resgate de memórias e trajetórias individuais e coletivas de mulheres negras sergipanas ou não sergipanas, bem como as estratégias de resistência e (re)existência presentes no Movimento de Mulheres Negras que, por sua vez, remetem a uma ancestralidade afrodiaspórica.

O emprego da noção de ancestralidade pelo movimento de mulheres negras, contudo, insta a uma análise de processos de ancoragem da memória coletiva em eventos situados em um passado mais distante e que explorem influências recíprocas exercidas por formatos políticos, religiosos, culturais, configurações sociais, políticas e econômicas na construção e manutenção de identidades coletivas, além de sugerir que o processo de construção da memória coletiva pode referir-se simultaneamente aos níveis do indivíduo, do grupo social e da nação (Pereira, 2016, p.183-184).

A própria escolha do nome do grupo é emblemática para demonstrar o interesse das mulheres negras que compõem o coletivo em valorizar as ancestrais que vieram antes, enaltecendo a trajetória de uma mulher negra ativista, que dedicou a sua vida à militância antirracista, antissexista e em defesa da cultura afro-brasileira e afro-sergipana, trazendo a vida de Rejane Maria como uma fonte de inspiração, tanto para as ativistas, quanto para a comunidade externa. A maioria das ativistas que adentraram ao coletivo, não a conheceram pessoalmente, ou não tiveram contato com o legado de Rejane Maria até fazer parte do grupo, e hoje são chamadas, em diferentes espaços para dialogar sobre as especificidades das mulheres negras e levar adiante a trajetória e legado de Rejane Maria na luta contra o racismo, sexismo e em defesa da cultura afro-brasileira e afro-sergipana.

Na formação interna das ativistas, são mobilizados os saberes identitários, políticos, estético-corpóreos e interseccionais, tendo em vista que as ativistas buscam, nestes encontros, o fortalecimento identitário, a restituição da autoestima e o fortalecimento do autocuidado e do afeto entre mulheres negras, além de construir, mediante planejamento, estratégias de incidência política a serem adotadas pelo grupo, buscando problematizar a situação de vulnerabilidade e exclusão a que a população negra sergipana está submetida, dar visibilidade às pautas e demandas específicas das mulheres negras sergipanas nas instâncias governamentais, empreender trabalhos de base em comunidades periféricas onde a população

negra é significativa e conscientizar/pressionar o máximo de pessoas e instituições em torno da luta das mulheres negras contra o racismo, o sexismo, a LGBTfobia e as desigualdades sociais.

Sobre os temas abordados nas atividades da Auto-Organização, verificamos, a partir da análise das programações divulgadas nas redes sociais do coletivo e das atividades que pudemos participar, a presença de uma variedade significativa de pautas que coadunam com o exposto na Carta de Princípios da Auto-Organização, com a agenda de luta do Movimento de Mulheres Negras nas últimas décadas e com as questões cotidianas, que se apresentam para as mulheres negras em seus núcleos de sociabilidade. Trabalhos como os de Lima (2014), Godoi (2016), Silva (2018), Silva (2019), Miranda (2020) ressaltam algumas práticas realizadas por coletivos negros, que abordam algumas dessas temáticas que têm sido mobilizadas nas atividades da Rejane Maria.

Figura 39 – Principais temas presentes nas atividades da Auto-Organização Rejane Maria



Fonte: Elaborado pela Autora (2022)

Quando pensamos nas atividades direcionadas aos direitos sociais, relacionamos à perspectiva de Arroyo (2003) e de Gohn (2012), quando observam que os Movimentos Sociais atuam como educadores, no sentido da conscientização dos direitos das populações subalternizadas e da construção da perspectiva da cidadania coletiva. Para Gohn (2012), no contexto educativo dos Movimentos Sociais, a consciência é adquirida progressivamente

através do conhecimento sobre quais são os direitos e os deveres, bem como a dinâmica de negação de direitos, além da agregação de informações em torno do funcionamento das instituições e das políticas públicas, o que contribui para a organização das pessoas que acessam estas atividades na forma individual ou em coletivos. Para a autora:

O exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais leva ao acúmulo de experiência, onde tem importância a vivência no passado e no presente para a construção do futuro. Experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos etc., são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente (Gohn, 2012, p. 23).

Nas atividades voltadas para os direitos sociais podem ser abordados outros temas, que são recorrentes nas atividades do coletivo, a exemplo do encarceramento em massa, guerra às drogas, maternidade preta e vivências LGBTQIAP+ negras, principalmente porque estes temas estão relacionados à violação de direitos básicos como a vida, a saúde, a ampla defesa e a liberdade. Nas discussões empreendidas nas diferentes atividades, as mulheres negras sergipanas tomam conhecimento a respeito da falência do Estado na desconstrução do racismo, do sexismo, da LGBTfobia e do preconceito de classe, identificando falhas na concepção, elaboração e implementação de políticas públicas, ao passo que discutem estratégias para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

São mobilizados, nesse contexto, os saberes emancipatórios políticos, identitários e interseccionais (Gomes, 2017; Mesquita, 2022). Nesse sentido, a dinâmica das aprendizagens dentro da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria apresenta alguns passos importantes:

[...] auxiliar na identificação de um problema público; participar da discussão e divulgação do problema público; ajudar a definir prioridades para os problemas mais urgentes; identificar e promover acordos com outros atores interessados na inclusão do assunto na agenda política; divulgar estudos e conclusões entre os principais atores para conseguir a inclusão do tema; pressionar os responsáveis políticos a acreditarem em uma nova política; e propor soluções para os problemas sociais de forma consistente com seus princípios e interesses (Marques, 2021, p. 80).

Nas atividades voltadas para o autocuidado, saúde mental e autoestima, são empreendidas discussões em torno da valorização da estética negra, da desconstrução das imagens de controle e dos lugares sociais atribuídos às mulheres negras pela sociedade patriarcal e racista, e da necessidade do cuidado de si. Ressalta-se o amor-próprio como elemento importante na construção da autoestima e no reforço da autodefinição das mulheres

negras diante de uma sociedade racista e sexista:

Quando substituo a crítica negativa pelo reconhecimento positivo, sinto me mais forte para começar o dia. A afirmação é o primeiro passo para cultivarmos nosso amor interior. Uso a expressão “amor interior” e não “amor próprio” porque a palavra “próprio” é geralmente usada para definir nossa posição em relação aos outros. Numa sociedade racista e machista, a mulher negra não aprende a reconhecer que sua vida interior é importante (hooks, 2010, p.8).

Reivindica-se ainda, nessas atividades, a necessidade da união das mulheres por meio de perspectivas como a Dororidade, conceito que “vem de dor, sofrimento, que marcam as experiências de mulheres pretas em afrodiáspora” (Oliveira, 2021, p.149) e de valores civilizatórios africanos como *Ubuntu*, entendido como “uma maneira de viver, uma possibilidade de existir junto com outras pessoas de forma não egoísta, uma existência comunitária antirracista e policêntrica” (Nogueira, 2012, p.147).

Nesse contexto, são mobilizados saberes identitários e estético-corpóreos, na medida em que se busca reforçar positivamente a identidade negra, fortalecer a autoestima das mulheres negras enquanto corpos belos, que merecem afeto e não se restringem à hiperssexualização entendendo, assim como hooks (2010) que a saúde emocional das mulheres negras é uma porta aberta para que se possam suprir outras necessidades e fortalecer a busca por justiça social:

Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura (hooks, 2010, p.12).

No contexto da realização de atividades voltadas para as comunidades, que contemplam oficinas, rodas de conversa, cineclube ou cinedebates, é importante destacar a linguagem utilizada pelas ativistas para se comunicar com grupos que não necessariamente acessaram o ambiente acadêmico, como a maioria das Rejanes. A linguagem acessível e não hierarquizada, além do deslocamento para dentro das comunidades, são importantes estratégias para a aproximação das ativistas de outras realidades materiais, para a adesão de mais pessoas para integrar o coletivo ou para aproximar as pessoas da comunidade das lutas que têm sido empreendidas no âmbito do Movimento de Mulheres Negras para promover o

combate ao racismo, sexismo, LGBTfobia e para conquistar políticas públicas voltadas para a igualdade racial e de gênero e direcionadas para a justiça social. Este posicionamento vem sendo defendido pelo Movimento de Mulheres Negras desde os seus primórdios, e pode ser identificado na Declaração de Itapecerica da Serra das Mulheres Negras:

A nossa prática política deve ser orientada pela utilização de métodos e linguagens acessíveis que possam sensibilizar a maioria da população feminina negra, e por atitudes e comportamentos democráticos no trato das diferenças de ordem política e ideológica. No desenvolvimento dessa prática devemos associar as análises das realidades macro e microssociais, onde a formulação das propostas políticas globais não seja estranha às necessidades da vida cotidiana das mulheres (Declaração de Itapecerica da Serra das Mulheres Negras, 1993, p.6).

Além do uso de uma linguagem acessível e da estruturação de atividades em formato dialógico e não hierarquizado, nas atividades realizadas no âmbito da Rejane Maria, são valorizadas as experiências de mulheres negras que vivem em uma sociedade estruturada a partir de diversas opressões, que demarcam seus corpos, limitando o reconhecimento de sua humanidade, seus direitos, suas vozes e suas realizações constituindo, a partir do compartilhamento das escrevivências, lentes analíticas para avaliar e pensar em estratégias que possam culminar na transformação dos diferentes espaços onde essas mulheres socializam. Nesse sentido, constatamos que destas atividades, emergem “pedagogias que estimulam a autoconsciência e provocam a ação para a existência, a humanização individual e coletiva e a libertação” (Walsh, 2009, p.38), além de possibilitar “novas formas de ação política, insurgência e rebeldia, ao mesmo tempo que constroem alianças, esperanças e visões “outras” de estar na sociedade” (Walsh, 2009, p. 38).

Diante do que pudemos observar durante nossa inserção na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, suas atividades podem ser categorizadas a partir do empoderamento, do autocuidado, das ações voltadas para o combate ao racismo e demais violências, de incidência política mediante denúncia e negociação com instâncias governamentais, além de ações no campo da cultura e da ludicidade, e da valorização da cultura e trajetória histórica do povo negro:

Figura 40– Categorização das atividades da Auto-Organização Rejane Maria



Fonte: Elaborado pela Autora (2022)

Nestas atividades, as mulheres negras, concebendo a educação como prática de liberdade (hooks, 2013), buscam não apenas suscitar processos educativos que propiciem a tomada de consciência acerca das desigualdades e das opressões de gênero, raça, sexualidade e classe social que atuam de forma interconectada sobre seus corpos, mas também favorecer a formação e o fortalecimento de um quadro de lideranças negras femininas, que possuam engajamento político para atuar em prol da melhoria das comunidades. Elas constituem, em suas atividades de incidência política, estratégias para denúncia e questionamentos do *status quo* que, por sua vez, propiciam “a insurgência e intervenção nos campos do poder, saber e ser, e na vida” (Walsh, 2009, p. 27).

Incidência foi definida como um processo de gerar mudanças, uma tentativa de modificar e melhorar as políticas públicas existentes. Essa melhora relaciona-se à integração das demandas do movimento de mulheres negras para uma transformação social que seja não-racista, não-sexista e com consciência de classe (Marques, 2021, p.73).

Nesse sentido, compreendemos as atividades educativas realizadas pela Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria como constituintes de uma pedagogia feminista negra decolonial, gestada dentro do Movimento de Mulheres Negras, e que podem ser analisadas como parte da luta por sobrevivência e resistência da comunidade negra sergipana que vem lutando por transformação social:

Tal pedagogia é manifestada por meio de posturas, ações, e textos que são resultados da atuação das mulheres negras localizadas em diferentes espaços da sociedade. Obviamente que essa pedagogia é constituída e constitui a formação de uma epistemologia feminista negra produzida a partir da experiência da vida das mulheres negras e dos grupos subalternizados (Moreira; Cardoso, 2020, p.132).

A participação das mulheres negras nos Movimentos Sociais propicia, em especial na Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, um processo de reeducação, além da mudança de olhar, posturas e falas, através de um processo positivo de identificação. A partir de processos formativos ocorridos no âmbito da Auto-Organização, estas mulheres negras superam as dificuldades e se reconstituem de forma autônoma, crítica e reflexiva (Silva, 2007). Durante a interação interna e com outros Movimentos Sociais, portanto, são produzidos novos saberes e pedagogias voltadas para raça e gênero.

Na seção a seguir, trazemos algumas concepções das Rejanes sobre o que elas têm aprendido dentro do grupo e na interação deste com outros Movimentos Sociais, do ponto de vista pessoal e das suas posturas enquanto mulheres negras ativistas, considerando a perspectiva da Pedagogia Feminista Negra, que é entendida como uma perspectiva decolonial que:

não se preocupa simplesmente com princípios de instrução de mulheres negras por mulheres negras e sobre mulheres negras; ela apresenta estratégias de aprendizagem informadas pelas experiências históricas de mulheres negras com discriminação de raça/gênero/classe e as consequências de marginalização e isolamento (Perry, 2006, p.169).

Pinho (2022) apresenta os fundamentos da Pedagogia Feminista Negra como fruto das experiências teórico-metodológicas do pensamento feminista negro. A Pedagogia Feminista Negra caracteriza-se pela indissociabilidade entre teoria e prática, considerando-se que as teorias produzidas por mulheres negras “refletem o esforço dessas mulheres para lidar com as experiências vividas em meio a opressões interseccionais de raça, gênero, sexualidade, etnia, nação e religião” (Collins, 2019, p.27).

Caracteriza-se também pelo estímulo à auto-organização coletiva e a autodefinição, aspecto que está relacionado a importância de as mulheres negras falarem sobre si mesmas, saindo da condição de objetos para assumir a posição de sujeitos, não somente do ponto de vista acadêmico, mas também no protagonismo das lutas sociais; pelo uso das contribuições intelectuais, produções literárias, musicais e pela tradição oral dos povos subalternizados e

pelo diálogo com contribuições teóricas que contemplem a luta dos povos oprimidos.

A Pedagogia Feminista Negra tem como base a perspectiva da interseccionalidade como instrumento político-teórico de compreensão da realidade social, e a teoria na perspectiva da não neutralidade, assumindo um posicionamento político, associado ao lugar social ocupado pelas mulheres negras na sociedade, considerando que “os sujeitos envolvidos no processo educativo são seres sociais, vinculados a leis sociais e históricas, e não entes flutuantes na disputa pelos rumos da sociedade” (Pinho, 2022, p.33). Além disso, busca-se valorizar a experiência vivenciada pelas mulheres negras como critério de cientificidade, num projeto de sociedade que está direcionado para a luta antirracista e para o bem viver.

O projeto educacional e político da Pedagogia Feminista Negra possui “o sentido de oferecer acesso a bens imateriais ou ferramentas que permitam ao ser humano compreender o meio onde vive para poder modificá-lo” (Pinho, 2022, p.36) e empoderar os sujeitos para serem capazes de intervir na realidade social. Portanto, trata-se de um projeto educacional que se relaciona a um compromisso histórico radical com a promoção da justiça social.

6.3 Concepções das Rejanes sobre os aprendizados dentro da Auto-Organização

Observamos que a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane bebe na fonte dos pressupostos da Pedagogia Feminista Negra, quando se propõe a articular teoria e prática, visando a transformação da realidade material das mulheres negras sergipanas, lutando, portanto, contra a desumanização que historicamente atinge o povo preto e o afasta do acesso aos direitos básicos. Nesse sentido, o espaço do Movimento de Mulheres Negras fornece instrumentos para que as mulheres se articulem coletivamente para combater o racismo, o sexismo, a LGBTfobia e o capitalismo enquanto sistemas de opressões interseccionais. Tanto o Movimento Negro, quanto o Movimento de Mulheres Negras:

exercem o poder de atração por meio da identificação dos sujeitos singulares com os sujeitos coletivos e seus propósitos. Ao se configurarem como espaços coletivos nos quais os sujeitos singulares partilham histórias, sofrimentos, experiências e vivências em comum, instauram o processo de identificação (Silva, 2007, p. 205).

Utilizando o argumento de Perry (2006), ao analisar as atividades educativas de mulheres negras na comunidade Gamboa de Baixo (Salvador – BA), compreendemos que as mulheres negras sergipanas utilizam a educação “para gerar pensamentos críticos sobre o

Estado e como uma estratégia para intervenção revolucionária. Elas usam o conhecimento do cotidiano para resistir às políticas de dominação” (Perry, 2006, p.179). Consideramos que as Rejanes formam um grupo onde sua capacidade de organização política é aprendida na prática diária, e que vem se articulando politicamente para resistir às opressões. Elas tensionam o Estado, questionando suas políticas excludentes, e propõem outras possibilidades de pensar a sociedade sergipana.

As trajetórias das mulheres negras que compõem a Auto-Organização são diversas, do ponto de vista de classe, sexualidade, trabalho, mas convergem do ponto de vista das experiências com o racismo e com o sexismo vivenciadas na escola, no trabalho e em outros ambientes de socialização, inclusive dentro de outros Movimentos Sociais. Essas experiências, compartilhadas nas diferentes atividades do coletivo, foram motivadoras do ingresso de muitas delas no ativismo, conforme mencionado no capítulo 1 desta tese.

Na análise que realizamos, a partir dos dados coletados, entendemos, que na compreensão das ativistas, as aprendizagens possibilitadas no movimento podem ser agrupadas em quatro eixos, quais sejam: 1) aprendizados para o exercício do ativismo; 2) aprendizados para empoderamento e autoestima; 3) aprendizados sobre os fundamentos do Feminismo Negro e do Movimento de Mulheres Negras; 4) aprendizados para relações interpessoais e compartilhamentos de experiências em grupo.

No que se refere ao primeiro eixo, observamos que as respostas contemplam a sinalização de aprendizados que estão relacionados à postura como ativistas, destacando-se os momentos de leituras, estudos e reflexões suscitados a partir das atividades do grupo, além dos processos que as levam a se instrumentalizar para conseguir atuar nos espaços da militância, como reuniões, oficinas, palestras, lives, pronunciamentos em manifestações públicas, bem como nas negociações empreendidas com outros coletivos e com as instâncias governamentais, onde elas mobilizam os saberes emancipatórios identitários, políticos, estético-corpóreos e interseccionais.

As ativistas se familiarizam com as pautas do Movimento de Mulheres Negras, aprendendo a identificar e questionar desigualdades raciais, de gênero, sexualidade e socioeconômicas; conhecer referências dentro do escopo da militância, a exemplo da própria Rejane Maria, e da intelectualidade negra, no campo do Feminismo Negro; aprendem a planejar e montar as atividades a serem desenvolvidas pelo coletivo do ponto de vista logístico e conceitual, além de aprenderem a se articular enquanto representantes do coletivo

em espaços de atuação em rede, a exemplo da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, do Fórum de Entidades Negras de Sergipe e da Rede de Mulheres Negras de Sergipe.

As Rejanes, a partir do que é compartilhado dentro do grupo, bem como nas atividades externas e de articulação do grupo, elaboram e adaptam discursos que, por sua vez, são compartilhados nos diversos espaços de sociabilidades que as ativistas frequentam, dentro e fora do escopo dos Movimentos Sociais. Dentro dessa perspectiva de aprendizado, destacamos algumas falas da ativista Aisa Kili:

Extremamente educativo, mais do que tudo. Eu acho a Rejane um espaço educativo, seja pra conhecimento, porque acaba que o próprio fazer das atividades implica em estudo, pesquisa, leituras. Esses espaços que a gente organiza pra estudar também eram muito sensacionais. Eu acho que é um espaço de aprendizado de militância, obviamente, de criação de experiências.

(...)

A gente fazia algumas atividades com as crianças lá e aí essa coisa do ensinar e do aprender, todo esse processo, de você ter que adequar todo o seu linguajar pra uma criança, dar exemplos de criança, etc. Você lida com todo tipo de gente, enfim, o Rejane me ensina tudo, tanto pessoalmente como crescer emocionalmente, e sobre militância, as nossas causas e as nossas lutas, a história.

(...)

Estratégias políticas, o que vale a pena e o que não vale, quais são as brigas que você vai comprar. Mas também essa coisa de preparar atividade, você tem que ler muito, aprender muito, saber tirar dívida por exemplo.

(...)

Essa coisa de fazer em grupo, de formar um coletivo, de ter uma organização é um outro aprendizado de vida também...de você aprender a lidar com pessoas, manejar expectativas e frustrações, aprender a entrar em acordos sobre o que pode ser feito e o que não pode...eu acho que isso tudo o Rejane me deixou uma pessoa mais madura, inclusive nesse sentido (Aisa Kili, 2022).

Aisa Kili, assim como outras ativistas da Auto-Organização, não havia ingressado em outros Movimentos Sociais antes de integrar a Rejane Maria, vinha apenas acompanhando atividades públicas e, nesse sentido, o ingresso no coletivo trouxe uma nova dimensão acerca da militância, para além de participar apenas como ouvinte ou simpatizante de uma causa. Nesse sentido, a formação política e as reuniões internas se configuram em importantes momentos de aperfeiçoamento em que:

Aprende-se a não ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível. Aprende-se a decodificar o porquê das restrições e proibições. Aprende-se a acreditar no poder da fala e das ideias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas. Aprende-se a calar e a se resignar quando a situação é adversa. Aprende-se a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de luta, tais como as músicas e folhetins. Aprende-se a elaborar discursos e práticas segundo os cenários vivenciados. E aprende-se, sobretudo, a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus. Ou seja, elabora-se estratégias de

conformismo e resistência, passividade e rebelião, segundo os agentes com os quais se defronta (Gohn, 2012, p. 23).

Do ponto de vista dos aprendizados referentes ao empoderamento e autoestima, estão relacionados ao descobrir-se e/ou afirmar-se negra, enquanto posicionamento político pautado na valorização da identidade racial e da autoestima. Esses aprendizados são bastante significativos dentro do Movimento de Mulheres Negras, onde se busca, a partir de discursos e práticas, conscientizar as mulheres com relação as imagens de controle e os processos de desumanização e desvalorização, que colocam as mulheres negras em posição de subalternidade e difundem a inferiorização de seus traços estético-corpóreos e de sua afetividade, historicamente objetificados, hiperssexualizados e tidos como fora do padrão de beleza e indignos de receber afeto. Estes aprendizados, por sua vez, levam a mudanças de comportamentos, atitudes e percepções acerca das dimensões de raça e gênero. Para Silva (2007), as ativistas negras:

ao se reconhecerem mulheres negras, conseguiram se distanciar das projeções e das representações sociais negativas e deterministas acerca das mulheres negras ao passo que, pela auto-reflexão e o desejo de mudar de vida, escolhem e reformulam suas identidades. Elas passaram a se recriar, expressando novas posturas, estabelecendo relações onde se afirmam de forma positiva, valorizando-se como pessoa, mulher e negra (Silva, 2007, p. 212).

Para ilustrar os aprendizados referentes ao empoderamento e autoestima, trazemos o posicionamento de Nandi Zulu, uma mulher preta retinta que, a partir de sua presença na Rejane Maria, conseguiu observar as diferentes opressões que se apresentam até mesmo entre as mulheres negras, uma vez que, conforme o tom de pele mais escuro, maiores as chances de sofrer com o racismo e com a desqualificação dos traços estético-corpóreos. Destacou que o fato de ser preta retinta, aliada a uma educação familiar sem o devido letramento racial, dificultou o seu processo de aceitação enquanto mulher preta, que poderia falar e se posicionar de forma assertiva e, após o seu ingresso na Auto-Organização, conseguiu vislumbrar as opressões históricas que colocavam seu corpo como alvo preferencial dos preconceitos e acumulou experiências, a ponto de conseguir ocupar os espaços que desejar e se posicionar acerca de sua identidade de forma positiva:

Aprendi a me valorizar, a me aceitar e, principalmente, a me defender. O Rejane pra mim foi crucial nesse ponto, entendeu? Aprender a me defender, a não aceitar determinadas brincadeiras que não são brincadeiras, determinadas opressões.

Então ser mulher preta retinta...ser mulher preta é difícil, retinta é mais ainda porque tem aquela mulher preta, como você, Makeda, que as pessoas intitulam como morena clara, mas eu não tenho pra onde correr, é preta, preta mesmo porque é retinta, né? Não tem como dizer “eu sou morena jambo” não, eu sou preta mesmo. Mas pra me reconhecer e ter essa aceitação foi tudo com o tempo mesmo e aprendizado...foi ver que eu podia, eu posso usar vermelho porque eu nunca fui permitida usar vermelho, minha mãe não deixava eu usar vermelho. Até reconhecer meu cabelo, que eu sempre alisei. Então, ser mulher retinta é isso, é a gente enfrentar diariamente as mazelas da nossa sociedade, que ainda é racista infelizmente, mas pra mim...hoje quando eu me tornei negra, isso aí eu tiro de letra. Antes não, antes eu tinha um certo receio de entrar em determinados lugares, por conta da criação também...eu tive uma educação em que se tinha que estar sempre de cabeça baixa, não podia tá respondendo, não podia entrar ali porque ali tem “não sei quem” (Nandi Zulu, 2022).

Outro aspecto referente ao empoderamento e a autoestima está relacionado à questão da afetividade e da solidão da mulher negra. Para Lima (2014), as imagens de controle e os estereótipos negativos relacionadas às mulheres negras reverberam, também, no campo afetivo. É comum que haja, em atividades de coletivos de mulheres negras, discussões sobre afetividades e relacionamentos, onde as mulheres negras expõem experiências em que foram preteridas em relacionamentos amorosos, e discutem sobre a importância do autocuidado e do amor. Nandi Zulu considera esta como uma pauta que precisa ser aprofundada pelo Movimento de Mulheres Negras:

O feminismo é importante?! É!... Mas pra gente estar, bem a gente ter uma companhia... Pra estar bem é importante também, né?! Outro dia eu debati com amiga minha que ela disse não precisa de homem, não sei o quê... Não é que precise, mas eu acredito que... é... Acho que viver um amor, um grande amor, sei lá... uma relação coisa e tal... e isso faz falta, faz falta... Pelo menos é minha opinião... Então eu acho que a gente precisava focar muito nesse lado da solidão da mulher preta. É importante, é muito importante porque tem pessoas que adoecem (Nandi Zulu, 2022).

Silva (2007) pontua que a autoestima é um aspecto importante da Pedagogia dos Movimentos Sociais, sendo, no caso do Movimento de Mulheres Negras, um dos principais eixos condutores do processo de formação das mulheres negras ativistas, por considerar que a autoestima é necessária para que as ativistas se lancem no enfrentamento das opressões e no tensionamento das instâncias de poder, tendo uma postura assertiva. Trata-se de um esforço para trazer ressignificar o corpo, a cultura, os afetos e as trajetórias de pessoas negras na sociedade brasileira:

Os coletivos de mulheres negras trazem para suas integrantes e para a sociedade o

resgate da dignidade da população negra a partir das relações estabelecidas com o lugar, o corpo, a cultura, a raça e o gênero. Deste modo espera-se que as integrantes e os integrantes de militância dessas organizações (...) se sintam mais confiantes em si mesmas e na sua própria história e sejam motivadas e determinadas a progredir na vida e na militância (Silva, 2007, p. 204).

Outra dimensão de aprendizados importantes dentro do Movimento de Mulheres Negras, que é perceptível na Rejane Maria está relacionada aos fundamentos do Feminismo Negro e do Movimento de Mulheres Negras, tanto no que se refere ao acesso a referências acadêmicas negras, que permitem que as mulheres negras identifiquem e problematizem as opressões vivenciadas, quanto à apreensão de conceitos e perspectivas de análise, bem como às discussões que vêm sendo empreendidas desde os princípios da constituição do Movimento de Mulheres Negras como sujeito autônomo, e as pautas que tem sido ampliadas ou reafirmadas pelo Movimento nos últimos anos. Para Silva (2007) o “acúmulo vivido por elas no campo da militância, mas também as aquisições no espaço acadêmico são importantes fatores para construção de argumentações e de ações mais elaboradas e pensadas com intuito de enfrentar as discriminações sofridas” (Silva, 2007, p.76).

Sobre as percepções acerca de fundamentos e conceitos relacionados ao Feminismo Negro, Aisa Kili, que já havia feito leituras sobre a questão racial em sua graduação em Ciências Sociais, conta que, na universidade, não havia tanta abertura para escritos de autores negros e negras, tendo um maior contato com estas referências a partir de ações externas à universidade, junto a movimentos sociais, tendo, após o seu ingresso na Rejane, uma dimensão maior dessas produções, podendo estabelecer mais facilmente conexões entre os escritos e as situações por ela vivenciadas.

Modjadji foi outra ativista que pontuou, em sua fala, ter tido contato com referências intelectuais negras, a partir de sua inserção em um coletivo de estudantes negros na universidade em que estudava, e que esta perspectiva de leitura coletiva foi muito importante para o escurecimento de alguns conceitos acadêmicos e pautas do Movimento de Mulheres Negras. Para Lima (2014):

As leituras de produções teóricas que emergem a partir desse movimento encabeçado por essas feministas negras, dão suporte para que se propaguem novas formas de compreender as mulheres negras como sujeitos de direitos e sujeitos políticos capazes de construir suas próprias pautas de reivindicações bem como suas próprias histórias (Lima, 2014, p. 57).

Aisa Kili, junto com outras ativistas do coletivo, constituíram um grupo de leituras

pretas, denominado Tornar-se Negro e Negra, acessando produções de intelectuais negras e negros, e realizando discussões alinhavadas com suas escrituras, algo que funciona como o despertar de uma consciência sobre situações de racismo e sexismo que vivenciaram, que, no momento, gerou um incômodo, mas que comumente internaliza-se como “coisa da cabeça”, “bobagem” ou “exagero”:

Então, sobre essas categorias, a interseccionalidade...antes eu via essas questões de uma forma muito separada, você entra em contato com essas coisas de uma forma separada. Você tem movimento estudantil pautando a questão da classe, o movimento negro tomando como pauta a questão da raça, mas também da classe, não tem como desassociar. Eu acho que a partir do movimento de mulheres negras, você tem uma compreensão mais total disso, uma compreensão mais ampla, inclusive de como isso se manifesta na sua vida e no seu corpo o tempo todo. Então, pra mim o movimento de mulheres negras, o Rejane, estar em contato com tudo isso foi um processo de autodescobrimento, sabe? É isso. Voltando àquela pergunta inicial, me perceber uma mulher negra e entrar no movimento de mulheres negras foi uma coisa só, uma coisa que foi se retroalimentando ali, porque sabe essa coisa de quando eu falo que tipo “era coisa só da minha cabeça ou coisas que você acha que só acontece com você”, isso é em grupo, isso tem um porquê, isso tem uma explicação social, sabe? Então eu acho que interseccionalidade não é uma coisa nova, tá aí e é a única explicação possível para as coisas. Mas enfim, eu não tinha nenhum contato com essa discussão, digamos assim, foi o movimento de mulheres negras que me trouxe essa discussão (Aisa Kili, 2022).

Sobre esse aspecto, Nandi Zulu também sinaliza a importância das leituras pretas na ressignificação de suas experiências. Quando perguntada em que referências de leitura ou de militância ela se inspira, a ativista afirma:

comecei a ler alguns livros não é... assim Sueli Carneiro é... aquela que faleceu esse ano... bell hooks... elas também foram minhas referências porque assim... foram livros que foi me mostrando tudo aquilo que eu não sabia e no fundo acreditava, mas eu achava que era exagero, era errado e coisa e tal (Nandi Zulu, 2022).

Já Luedji A’Konde, colocou a leitura de um texto e as discussões suscitadas por essa leitura, como importante chamariz para o seu ingresso no coletivo:

Eu sei que foi lido um texto, eu sei velho que tinha muita coisa assim de tipo, é ... Essa questão de sororidade sabe, de tipo, é ... Algumas mulheres começaram a falar de suas questões, aí a gente vê semelhança sabe, aí eu digo “hum, acho que aqui vai dar certo”, aí fiquei até hoje e tô até hoje (Luedji A’Konde, 2022).

Esse contato com leituras pretas representa um importante movimento decolonial orquestrado, tanto pelo Movimento Negro, quanto do Movimento de Mulheres Negras, no sentido de promover o enfrentamento ao epistemicídio, defender a autodefinição e dar

visibilidade às escrituras negras. Com isso, busca-se contestar a ciência moderna ocidental, eurocentrada, branca e masculina, oferecendo às mulheres negras outras visões e perspectivas que vão de encontro a desumanização, objetificação e descredibilização da intelectualidade negra e:

recuperar as versões da história no plural, das nossas culturas e saberes promovendo uma reorganização das relações sociais e da sociedade como um todo a partir das distintas culturas que as constitui, o que significa trazer o protagonismo de outros saberes, pensamentos, conhecimentos e modos de pensar, agir e ser, dando visibilidade à sujeitas/o subalternizados na sociedade moderna/colonial (Silva, 2018, p. 58).

Sobre as concepções acerca do Movimento de Mulheres Negras, suas pautas reivindicatórias e o que diferencia estas coletividades de outros Movimentos Sociais, Aisa Kili considera que a tendência a se organizar em rede com outros movimentos, buscando agregar as lutas em prol da justiça social, além de se caracterizar pela interação entre diferentes gerações de ativistas na construção coletiva e no compartilhamento de experiências, contribui no fortalecimento das mulheres. Nos diz a ativista que,

o movimento de mulheres negras vai no cerne das questões e a forma como a gente se organiza, não é o fato de ser só um bando de mulher, eu acho que dá uma direção. A gente é um movimento que ganha força, passa por um reavivamento ou uma terceira onda, digamos assim. [...] Eu acho que o movimento de mulheres negras tem quase que uma tendência natural a se organizar em rede e eu não tô falando isso por causa da Rede de Mulheres Negras do Nordeste...antes da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, a gente sempre fazia as coisas em conjunto com outros movimentos, sempre agregava outros movimentos, sempre contactava, sempre os movimentos de mulheres negras se ajudaram, geralmente entre as mais velhas e as mais novas sempre teve uma coisa de inclusão...eu acho que isso vai muito do fato de como as mulheres negras operam de uma maneira geral na sociedade...Desde a época da escravidão até movimentos pós-escravagistas, como nós somos sujeitos com menos direitos, a gente tem que criar cadeias de se ajudar mesmo então eu acho que isso é uma coisa que transparece no movimento e que torna tudo mais fluido e mais fácil, né? Eu acho que o movimento de mulheres negras, além do fato de ser meio específico de mulheres negras, a gente tem muitas experiências em comum...o que você vai ver em outros movimentos também, como no movimento misto de negritude, mas ali você vai estar tratando de mulheres especificamente (Aisa Kili, 2022).

Já Luedji A’Konde, que também integra o Movimento por moradia, avalia como diferencial do Movimento de Mulheres Negras o fato de este trazer a perspectiva de raça para dentro do feminismo e, quando pontua a importância da inclusão da discussão de gênero e raça em outros Movimentos Sociais, que até então só privilegiavam a discussão de classe.

Luedji tem tentado levar a discussão de raça e gênero para dentro do MOTU, por entender que grande parte das pessoas, que estão em busca de moradia, são pessoas negras, sobretudo mulheres negras chefes de família.

A questão racial, por exemplo, a questão racial, eu faço uma luta feminista as mulheres façam uma luta feminista, mas tem um divisor de águas quando é ... Uma feminista ela é negra, sabe? Não tem como pegar o feminismo e colocar tudo em um saco e ele é um só. É, porque, é, por exemplo, quando a gente fala da luta de classe, sei lá eu tenho uma vizinha que, suponhamos que eu tenho uma vizinha que mora no mesmo bairro que eu, que trabalha na mesma categoria que eu, mas ela é branca, eu passo por coisas diferentes dela, então a luta ela tem suas, é ... Peculiaridades, entende? Então assim, isso, até então, até conhecer o Rejane Maria e começar a ir, se aprofundar nessas questões, é, eu entendia que a luta de gênero era tipo assim contra o machismo sabe? Mas eu não tinha assim essa coisa “mas você não é uma mulher negra? Você passa por isso, por isso e por isso”, “ah você não é uma mulher branca, você passa por isso, por isso e por isso”, podemos caminhar junto? Podemos, agora tem as peculiaridades sabe, dentro da luta, isso foi uma coisa assim, tá muito visível pra mim, muito escuro, muito escurecido e uma questão de luta de classe também...

[...]

o MOTU, ele levanta mais a causa de luta de classe e moradia, o Rejane Maria ele levanta mais a causa de, é, feminista né, de gênero e raça. É uma das questões que eu levanto no movimento, tava até falando com Dalva ontem também, “e aí, não tem como mais o movimento, independente do qual ele seja, não debater a causa racial”, é, aí eu falei até pra ela que não tô achando mais interessante participar de um movimento que não debata causa racial (risos) (Luedji A’Konde, 2022).

A partir da formação política presente na Auto-Organização, as ativistas percebem, com mais ênfase, que as lutas em torno da justiça social ultrapassam a ideia de que as desigualdades se reproduzem apenas no âmbito socioeconômico. As ativistas identificam que o racismo e o machismo são dois eixos estruturantes das opressões históricas que atingem as mulheres negras na sociedade brasileira. Com isso, as ativistas passam a pontuar, nos diferentes espaços de atuação e sociabilidade que vivenciam, que a interseccionalidade é um instrumento analítico importante que dá “sentido às práticas, valores e horizontes de mudança social” (Zanoli, 2019, p. 38) e está cada vez mais presente no repertório discursivo das ações coletivas das mulheres negras (Mesquita, 2022). Para Gomes (2022):

A ênfase na interseccionalidade tem influenciado, inclusive, na produção de dados e análises estatísticas sobre a especificidade da imbricação entre raça, classe, gênero, idade, orientação sexual, localização regional, ao analisarmos fenômenos como a violência contra a mulher negra e a urgência da construção de políticas públicas (Gomes, 2022, p. 40).

Na seara dos aprendizados para relações interpessoais e compartilhamentos de

experiências em grupo, as ativistas destacam a importância de estar em um coletivo de mulheres negras, entre iguais, compartilhando experiências boas e ruins, desabafando e construindo possibilidades de resistir dentro de uma sociedade racista, sexista e LGBTfóbica. A importância da Rejane Maria como espaço de acolhimento é destacada, bem como as experiências negativas vivenciadas em outros espaços do ativismo. A divergência com o movimento feminista é mais evidente, algo que é também pontuado em estudos de intelectuais negras, que participaram da constituição do Movimento de Mulheres Negras, a exemplo de Lélia González, Luiza Bairros e Sueli Carneiro. A própria formação da Auto-Organização se dá a partir de ruídos de comunicação das ativistas dentro de um coletivo de mulheres misto. Sobre as divergências com o feminismo hegemônico e o acolhimento encontrado na Rejane Maria, Aisa Kili pontua:

tem a eterna decepção com o feminismo que você tem. Eu acho que toda mulher negra passa por esse momento. Por mais que você continue se identificando como feminista, em algum momento você faz assim “Cara, isso aí não é problema meu, sabe?” ou tipo assim “os meus problemas não são alcançados pelo feminismo, as minhas demandas não são alcançadas pelo feminismo em relação a várias coisas. Em relação a sexo, amor, a capacidade de filiação mesmo, de sentimento de comunidade, em relação a esferas de poder mesmo. Enfim, a gente enquanto sujeito negro, a gente tá muito acostumado a viver numa coisa de inferioridade...e a gente meio que se acostuma com esse lugar, a gente entende que aquele ali é o nosso lugar, é o espaço que a gente tem, é até onde a gente vai, digamos assim. Eu tô falando isso em relação as vezes em lugares públicos ter dificuldade de emitir uma opinião, de ver uma coisa que você não acha legal sendo dita, como uma piada racista que você ouviu e você não quer se indispor com a pessoa e você ignora... esse tipo de coisa que tem a ver com a vivência, que são essas pequenas facadas que o racismo te dá todo dia e que você acaba entrando num “vou ignorar algumas coisas porque se eu for brigar por tudo, vou ficar maluca e não vai adiantar”. Então eu queria achar um lugar que eu não me sentisse assim, queria estar entre os meus iguais de fato. Também porque estar entre iguais é um momento de fortalecimento, pra quando você estiver entre os diferentes, saber quem você é, ter altivez, saber se colocar porque você já conversou sobre isso exaustivamente com outras pessoas, saber reagir às coisas, sabe? Isso tudo me fazia muita falta e era uma coisa que eu entendia que eu só ia ter a partir da experiência e da convivência com outras pessoas negras. Ficar no mundo de branco não ia dar certo pra autoestima, sanidade mental, essas coisas mesmo. Aí você entra no feminismo, o feminismo não chega em determinadas questões, não alcança determinadas coisas e você fica tipo “Não é isso também, talvez as minhas demandas não estejam em lugar nenhum”. Quando você vai pro movimento negro sem ser misto é uma coisa muito engessada (Aisa Kili, 2022).

É recorrente, entre as falas das ativistas, o fato de se sentirem à vontade, acolhidas ou fortalecidas ao contar suas experiências, discutindo em conjunto como o racismo e o sexismo atravessam suas vivências, aproximando-as, apesar de outros marcadores, como o de classe e sexualidade, gerarem dinâmicas diferentes entre as ativistas. O Feminismo Negro tem como

uma de suas características o estabelecimento de uma rede de solidariedade entre as mulheres negras sem, no entanto, perder de vista experiências históricas individuais vivenciadas. O afeto no Movimento de Mulheres Negras está relacionado ao conceito de Dororidade (Piedade, 2019), em que as mulheres negras se escutam, se unem, protegem e apoiam, diante de uma sociedade que as exclui e violenta de diversas maneiras.

Gomes (2022), ao relacionar o afeto à produção de saberes interseccionais produzidos dentro do Movimento de Mulheres Negras, o considera como emancipatório, uma vez que permite vislumbrar “quão desumana tem sido a imbricação de violências que recaem sobre aquelas e aqueles que não estão no topo do poder e cujas histórias foram construídas em processos coloniais, escravocratas e patriarcais” (Gomes, 2022, p.56) e, com essa consciência sobre a desumanização e as violências que atingem a população preta, “vislumbrar que é possível trabalhar politicamente com o afeto, como estratégia de emancipação, que não se deixa dobrar pela dureza do racismo, do capitalismo, do patriarcado, do capacitismo, da LGBTQIA+fobia, da globalização da miséria (Gomes, 2022, p.56).

O afeto constrói elos entre as mulheres negras e auxilia a humanizar a luta política por justiça social, afastando a reprodução de estruturas de opressão, dentro do próprio movimento social. Sobre a importância do amor como norte para guiar a ação política e para a superação do individualismo, enquanto valor tão difundido na sociedade capitalista liberal, bell hooks (2021) nos ensina:

Sem uma ética do amor moldando a direção da nossa visão política e nossas aspirações radicais, muitas vezes somos seduzidas/os, de uma maneira ou de outra, para dentro de sistemas de dominação (...) Fundamentalmente, se estamos comprometidos/as apenas com a melhoria daquela política de dominação que sentimos conduzir diretamente para nossa exploração ou opressão individual, não apenas permanecemos ligados ao status quo, mas agimos em cumplicidade com ele, nutrindo e conservando esses mesmos sistemas de dominação. Até todos/as nós sermos capazes de aceitar a natureza interconectada e interdependente dos sistemas de dominação e reconhecermos as formas específicas de manutenção de cada sistema, continuaremos a agir de forma a minar nossa busca individual por liberdade e nossa luta por libertação coletiva (hooks, 2021, p. 278).

As ativistas da Rejane Maria se denominam como irmãs, e, como nas relações familiares, também ocorrem conflitos, desentendimentos e divergências de ideias que têm sido resolvidas internamente, sendo importante para o coletivo constituir maneiras de lidar com a diferença entre diferentes. Para Njinga Mbandi, a presença no coletivo também é um aprendizado para compreensão e compartilhamento das vivências e dificuldades de cada uma

das ativistas, para aperfeiçoamento dos defeitos e acolhimento das limitações:

eu considero que a Rejane é um espaço educativo... altamente educativo, inclusive (risos)... É... educativo para nós que é militamos dentro da Rejane, pra nos entendermos como irmãs, como mulheres negras, para reconhecer a limitação da outra, das nossas próprias, para nos desafiarmos no sentido da nossa disciplina militante né?! (....) A Rejane pra mim foi uma escola de vida né, eu acho que tem uma Njinga antes da Rejane e uma Njinga depois da Rejane, não tem como, acho que para todas nós não tem, isso é indiscutível.

No processo externo eu também acho que é, sabe?!

Mas, pra dentro, entrou no Rejane já começou, é uma escola, é uma escola porque você ouve a vivência da outra, você vê as dificuldades da outra, aí você coloca as suas, aí já vira outra coisa e a gente briga, aí é bom que a gente vê nessa briga também, né?! Os nossos defeitos que a gente precisa superar, é tudo né então acredito sim nesse, nesse potencial pedagógico da Rejane Maria (Njinga Mbandi, 2022).

Nesse sentido, a experiência de participar de um coletivo de mulheres negras acaba, também, contribuindo para o aperfeiçoamento pessoal das ativistas, no que se refere às relações humanas, a construir coletivamente, ouvir, acolher, buscar compreender e lidar com as diferenças, mediar conflitos e compreender os limites das companheiras, pois as realidades não são absolutamente iguais para todas, apesar de se tratar de um coletivo de mulheres negras.

Então cara, o espaço eu vejo que esse espaço de... De muito menos de conhecimento acadêmico assim, porque eu vejo o conhecimento acadêmico você vai e aprende, mas mesmo de convivência, de saber como se comportar, de saber dialogar com o outro sabe, tipo, ...e... Por que assim... eu já tenho um arcabouço de leitura, essas coisas, mas é... é... sempre é bom conviver com as outras pessoas assim, na troca né?! Eu vejo como um espaço que você aprende a construir grupo, que não é construir sozinho, você tem que dialogar, tem que ver o momento, tem que ver se aquele momento é o momento mais adequado, se a prioridade do grupo é aquela né?! Então eu tenho é... a minha personalidade... é um desafio muito grande nisso, por que a minha personalidade é uma personalidade... Eu sou um trator assim, eu passo por cima, tipo, eu acho que é tudo fácil, eu acho que dá pra fazer, eu ... E... e... não é assim tipo, tem que ver o tempo do outro, tem que ver como o outro vê as coisas, então tipo eu acho que me deu essa educação de convivência mesmo sabe, que eu não tinha isso (Modjadji, 2022).

Consideramos que as mulheres negras da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria são sujeitos políticos em movimento que, a partir de sua presença no ativismo, se constituem em sujeitos pedagógicos que “educam-se e reeducam-se, criam e recriam, formam e deformam. Esse processo de construção de sujeitos coletivos – mulheres negras militantes em Movimentos que atuam nas causas raciais e de gênero – é realizado por sujeitos singulares” (Silva, 2007, p. 200), que levam para dentro do movimento, suas dores,

angústias, defeitos, qualidades, saberes, habilidades e entusiasmo, além do desejo de construir uma sociedade livre de opressões estruturais.

Se valendo dos pressupostos do Pensamento Feminista Negro (Collins, 2019), da interseccionalidade (Crenshaw, 2002), das análises de intelectuais ativistas negras brasileiras como Lélia González, Sueli Carneiro, Luiza Bairros e Matilde Ribeiro, as Rejanas buscam se organizar para denunciar e combater as opressões interseccionais que levam as mulheres negras sergipanas a ocupar um dos maiores índices de letalidade por mortes violentas dentre os Estados brasileiros, por exemplo.

A Auto-Organização, a partir de suas práticas educativas aliançadas com os pressupostos da Pedagogia Feminista Negra (Pinho, 2022), apresenta tanto impactos internos, no que se refere às posturas de suas ativistas, quanto externamente, ao se projetar nas comunidades, buscando conscientizar os sujeitos negros sobre a violação de seus direitos. Violação oriunda de uma sociedade estruturada pelo racismo, sexismo, capitalismo, LGBTfobia e outras formas de opressão que, por sua vez, culminam na exclusão social e na desigualdade socioeconômica. Nas práticas educativas vivenciadas, observa-se um movimento aprendido na militância em mobilizar mais pessoas e coletivos para integrar e fortalecer a luta por justiça social, a partir do tensionamento das instâncias de poder em torno da criação e implementação de políticas públicas que contemplem a igualdade racial, de gênero e sexualidade, e o combate à pobreza, a miséria e as violências.

Com atividades diversificadas, que discutem temas pertinentes à situação de exclusão em que se encontram as mulheres negras no âmbito nacional, as Rejanas têm buscado estratégias que viabilizem a construção do bem viver enquanto novo pacto civilizatório num momento em que “sobreviver é revolucionário em uma sociedade que quer nos matar.” (Modjadji, 2021).

Como fragilidades ou limitações ainda presentes dentro da Auto-Organização, apontamos a necessidade de sua formalização, a fim de que as Rejanas possam concorrer a editais e captar recursos para realização de atividades. As ativistas apontam o afastamento das comunidades, como algo que precisa ser revisto e retomado neste ano, considerando que a última atividade de maior projeção realizada na periferia pelo grupo foi o projeto Mulheres Negras Movendo Estruturas (2019), antes da pandemia da COVID-19. O trabalho de base se configura em um importante eixo educativo do grupo, e ele precisa ser mais explorado. Sobre a importância da retomada do trabalho de base Luedji A’Konde destaca a necessidade de falar

para além de nós mesmas, a fim de conseguir conscientizar e arregimentar mais pessoas para a luta:

fazer atividade que a gente não fale pra gente mesmo que é militante sabe? Que fale pra base velho, porque isso fez, faz diferença pra gente, vai fazer diferença pra eles, mas a gente tem que ir pra lá, até por que a gente tá no processo muito mais avançado a gente tem que entender isso, é arrastar todas as outras né? (Luedji A’Konde, 2022).

Além disso, as Rejanas apontam, como potencialidade, a existência de pessoas qualificadas em diferentes áreas para contribuir com a comunidade, sendo, no entanto, necessário focar em áreas ou projetos específicos para que o coletivo tenha maior efetividade nas ações. O coletivo conta com ativistas que se configuram como lideranças comunitárias, algo que viabiliza uma relação de proximidade com pessoas que necessitam das políticas públicas, tendo seus direitos violados e que estão excluídos dos espaços de poder:

o grupo tem pessoas muito capacitadas que podem desenvolver projetos em várias áreas, agora eu acho que isso é uma potencialidade a gente tem que pensar as áreas de atuação no grupo pensando essas pessoas que tem a possibilidade. Então tem essas coisas que a gente tem que. Meio que focar mesmo e “olha a Rejane vai ser referência na questão da educação, na questão de saúde, na discussão de direitos humanos, o que for assim”, a gente tem que focar, e eu acho que a fragilidade é não ter isso né?! (Modjadji, 2022).

Apesar de se constituir em um grupo com poucas mulheres, que ainda possuem outras atividades para além da militância, a Rejane Maria tem se projetado como um coletivo de referência,, tanto dentro do Movimento de Mulheres Negras quanto no Movimento Negro sergipano, dada a sua capacidade de articulação e diálogo com os diferentes grupos da militância. As Rejanas têm costurado importantes alinhavos para que a militância negra sergipana continue pujante no questionamento das instâncias governamentais por políticas públicas que de fato promovam justiça social.

Nesses momentos em que pudemos compartilhar com as Rejanas de suas práticas educativas feministas negras e decoloniais, nos deparamos com memórias, escrevivências, dores, alegrias e, sobretudo a potência e o anseio em construir outras possibilidades de existência diante de uma realidade tão hostil. Assim como definiu Nego Bispo (Santos, 2015), nós confluímos com essas mulheres em um movimento circular de início, meio e início, pois a militância pelo bem viver é um processo ainda em andamento, que demanda nossos esforços e afetos para que continue existindo e (re)existindo, movendo estruturas de uma sociedade

pautada pela necropolítica e pela desumanização.

De acordo com Rocha *et al.* (2021), “confluir é também se envolver” (Rocha; Oliveira; Bleinroth, 2021, p.25) e, nesse sentido, estivemos e continuaremos envolvidas com as Rejanas na luta cotidiana das mulheres negras sergipanas contra o racismo, o sexismo, a LGBTfobia e as desigualdades socioeconômicas, nos despidendo de uma pretensa neutralidade defendida pela ciência moderna, dando lugar a uma pesquisa que, desde sua concepção, buscou ser ativista feminista negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS...EU, REJANE

Nesta pesquisa, que buscou compreender as práticas educativas e saberes emancipatórios presentes no Movimento de Mulheres Negras sergipano, tendo como espaço de convivência e afeto, a Auto-Organização de mulheres negras Rejane Maria, nos arriscamos em empreender uma Pesquisa Ativista Feminista Negra (Lemos, 2016), buscando entrelaçar as escrevivências de mulheres negras ativistas com as minhas escrevivências, enquanto mulher negra que, sentindo a necessidade de melhor me apropriar e instrumentalizar a respeito das lutas sociais do povo negro brasileiro, busquei o Movimento de Mulheres Negras como espaço seguro para me tornar uma ativista, para além de professora antirracista.

Foi um encontro marcado pelo afeto, não apenas no sentido da emoção, “mas de afeto no sentido do resultado de um processo de afetar, alguém ou além da representação” (Goldman, 2005, p. 150). O efetivo ingresso no Movimento fez com que a minha existência enquanto mulher negra, fosse afetada (ou atravessada) pelas forças que afetavam as demais ativistas, fazendo com que estabelecêssemos uma relação que ultrapassava a comunicação verbal e formal normalmente estabelecida entre um pesquisador e os colaboradores ou sujeitos de sua pesquisa.

Tratou-se de uma comunicação involuntária, sensorial e ancestral à qual, assim como Favret-Saada (1991), concedi um estatuto epistemológico àquelas mulheres que me abriram um horizonte de descobertas e aprendizados que, mesmo sendo eu uma mulher negra como elas, ainda não havia tido acesso. Definitivamente, não entrei no grupo para dar um status de cientificidade ao que vinha sendo praticado a partir do meu olhar de pesquisadora, e sim, por reconhecer a contribuição epistemológica e educativa dos Movimentos Sociais acessada nas leituras acadêmicas (Gomes, 2017). Adentrei neste universo aberta à reeducação e afetação de saberes e fazeres do Movimento de Mulheres Negras mobilizados pela Auto-Organização Rejane Maria, trazendo-os à discussão neste trabalho, como saberes que tensionam e movimentam estruturas. O intuito foi fazer da minha participação um instrumento de conhecimento (Siqueira; Lima, 2005).

Importa indicar que aqui nestas considerações finais, volto a falar em primeira pessoa do singular para tratar das experiências que vivenciei, como aprendiz das práticas educativas e saberes constituídos nas atividades da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, em diálogo com as práticas e pautas históricas agenciadas pelo Movimento de

Mulheres Negras. Reafirmo a compreensão de que o Movimento de Mulheres Negras constitui um importante ator político e educador das lutas sociais que, a partir do Pensamento Feminista Negro e Decolonial, produz análises críticas a respeito da sociedade brasileira, apontando as estruturas de opressão racistas, sexistas, classistas e heteronormativas que marcam a formação do país, desde sua colonização, numa estrutura que se perpetua historicamente como colonialidade do ser, do poder, do saber, do gênero e da natureza. Processo que continua a excluir, desumanizar e exterminar pessoas negras.

O Movimento de Mulheres negras educa, não somente as suas ativistas, pois suas práticas educativas feministas negras e decoloniais se espalham para diversos espaços da sociedade, seja a partir das mobilizações de rua, das atividades de base ou da chegada a espaços de poder. Ações que revelam sua potência educativa, através de um processo de polinização dos saberes e práticas aprendidos no seio dos coletivos de mulheres negras para, em outros espaços, promover valores civilizatórios afro-brasileiros, ressignificando a história dos negros e das negras no Brasil, fazendo análises críticas de conjuntura e reeducando outros sujeitos e Movimentos Sociais a partir de suas escrivências dentro da militância.

Os saberes produzidos e mobilizados nos processos formativos presentes no Movimento de Mulheres Negras são categorizados como identitários, políticos, estético-corpóreos (Gomes, 2017) e interseccionais (Mesquita, 2022). Estes saberes constituem um conjunto de estratégias pautadas na Pedagogia Feminista Negra, que visam a conscientização e o chamamento para a resistência das mulheres negras às diversas opressões que atingem o povo preto, constituindo, portanto, uma pedagogia revolucionária. Além da crítica social, as mulheres negras se empoderam ao desconstruir estereótipos negativos, rememorando as vozes negras, que estiveram silenciadas pelo epistemicídio e pela colonialidade do saber. Mobilizando conhecimentos ancestrais, as mulheres negras buscam ressignificar o corpo preto enquanto corpo político dotado de autoestima e capacidade de articulação política para tensionar e tomar os espaços de poder.

Neste sentido, concordo com Silva (2007) que os Movimentos Sociais são portadores de caminhos pedagógicos fecundos, tendo seus processos educativos marcados por iniciativas voltadas para a humanização e emancipação social de sujeitos, que estão historicamente marginalizados social, cultural e economicamente, sendo posicionados fora dos espaços de poder. Sendo assim, as ações educativas dos Movimentos Sociais suscitam processos de humanização, com vistas a munir seus membros de argumentos, estratégias e criticidade

analítica para que estes possam, externamente, reeducar a sociedade, tensionar as estruturas da colonialidade e promover um processo de emancipação social mediante o combate às desigualdades.

Compreendo a importância de dar visibilidade às contribuições das mulheres negras no campo da educação, demonstrando que estas auxiliaram na construção de uma teoria educacional crítica, pautada no combate ao racismo, ao sexismo, ao capitalismo e a LGBTfobia. Nesse sentido, a teoria educacional crítica produzida pelas mulheres negras em movimento tem, na Pedagogia Feminista Negra, o suporte para a condução do trabalho pedagógico, na medida em que estas mulheres articulam fundamentos do pensamento feminista negro para articular suas estratégias de resistência às opressões interseccionais.

Nesta pesquisa, os aprendizados se deram no campo da teoria e da prática, pois, além da imersão nas atividades do coletivo, foi necessário realizar leituras que me possibilitaram compreender a estruturação do Movimento de Mulheres Negras como ator político autônomo. Pude identificar que esta coletividade emergiu a partir da crítica às dificuldades dos movimentos feminista e negro em discutir as questões de raça e gênero, respectivamente, e que tem se consolidado como importante agente transformador da sociedade. Agente transformador que têm apontado e conquistado, através de suas lutas, importantes políticas públicas nas últimas décadas, a exemplo da Política Nacional de Saúde da População Negra e da PEC das domésticas.

Observei também que, apesar de sempre estar na vanguarda das lutas sociais por emancipação, as mulheres negras foram sistematicamente invisibilizadas das narrativas a respeito de práticas emancipatórias em torno da justiça social. As mulheres negras brasileiras estiveram analisando criticamente a realidade sócio-histórica, política e material, observando as desigualdades de raça, gênero, classe e sexualidade e, a partir dessas desigualdades, buscam construir estratégias para lutar coletivamente contra os poderes instituídos. Portanto, as mulheres negras dentro do ativismo, ao se desprender e combater as análises dominantes sobre o povo negro na história do Brasil, constituíram, a partir de referenciais afro diaspóricos, sua autonomia, no que se refere à interpretação da realidade, promovendo um processo de descolonização do saber.

O Movimento de Mulheres Negras atua com vistas a promover um processo de reeducação da sociedade, no que se refere à intersecção de raça, gênero, classe e sexualidade. Ele surge a partir da percepção crítica das limitações existentes dentro do Movimento Negro e

do Movimento Feminista, no que se refere à invisibilização de suas experiências atravessadas pelas opressões interseccionais. Sendo assim, as mulheres negras passaram a atuar como sujeitos coletivos, demarcando suas experiências e reivindicando políticas públicas que considerem suas demandas e que auxiliem na promoção da justiça social. Apesar de se configurar como um movimento organizado a partir de um viés identitário, as mulheres negras conseguem demandar reivindicações abrangentes, que compreendem a melhoria das condições de existência e sobrevivência do povo preto, atingindo a sociedade que é constituída pelas desigualdades.

A luta das mulheres negras, portanto, está relacionada, tanto às suas especificidades de raça e gênero, visando o rompimento da condição de subalternidade que lhes é imposta, quanto à reivindicação por igualdade, no que se refere às condições materiais, pois esta coletividade identifica a relação existente entre hierarquização racial, subalternização e distribuição desigual de renda. Na construção desta pesquisa, pude constatar que a participação e o protagonismo político das mulheres negras está demarcado, tanto nos movimentos específicos de mulheres negras, em que se discutem as matrizes de opressão que atravessam suas experiências, quanto no Movimento Negro e nos movimentos populares, a exemplo dos movimentos de favela, em que a participação de mulheres negras é significativa, tendo na periferia um importante campo de atuação. Na própria Auto-Organização Rejane Maria podemos constatar estas características, ao passo que no grupo, Nandi Zulu se destaca como liderança comunitária do seu bairro, outras ativistas como Njinga Mbandi e Nana Yaa Asantewaa se destacam dentro das articulações do Movimento Negro sergipano, sendo reconhecidas como lideranças.

Os coletivos de mulheres negras, como a Auto-Organização Rejane Maria, instrumentalizam, tanto as participantes, quanto aqueles que participam esporadicamente das atividades promovidas, para combater o racismo, o machismo, a LGBTfobia e o preconceito de classe, auxiliando suas integrantes e a sociedade no resgate da dignidade do povo preto, mediante a ressignificação e a compreensão crítica das relações historicamente estabelecidas com o lugar, o corpo, a cultura, a raça e o gênero. Nesse sentido, corroboramos com Domingues e Oliveira (2021), quando estes afirmam que, para as mulheres negras sergipanas da Auto-Organização Rejane Maria, e de outros coletivos, o Bem Viver está intimamente ligado à sobrevivência digna de toda a população negra e, diante desta concepção, seus projetos e ideais de luta acenam para essa perspectiva mais abrangente, no que se refere à

construção de políticas públicas redistributivas, ações afirmativas ou políticas de reparação voltadas para a população negra.

Nesse contexto, para instrumentalizar, educar e conscientizar interna e externamente, a Auto-Organização Rejane Maria traz para o centro das discussões elementos significativos da cultura, da história, da religiosidade e das potencialidades da população negra, de maneira a ressignifica-los e torná-los relevantes nas trajetórias de quem deles participa. Esse movimento de desconstrução e construção contribui para suscitar a autoconfiança, a partir da derrubada de estereótipos negativos, subalternizantes e desumanizantes, historicamente atribuídos à população negra, de uma forma geral, e às mulheres negras, em específico, além de possibilitar a valorização do pertencimento étnico-racial e de gênero. Observa-se, portanto, o interesse em oportunizar uma conscientização sobre a formação histórica, humana e social do país, com o objetivo de reexaminar a trajetória do povo negro, tratando como um elemento fundante da história nacional e vislumbrando erradicar o complexo de inferioridade introjetado em seu imaginário (Santos; Lucini, 2022).

Meu primeiro encontro presencial com a Auto-Organização Rejane Maria aconteceu em junho de 2019, numa reunião aberta com o tema “Estarão as prisões obsoletas?”, na qual se discutia o encarceramento em massa da população negra, a partir de textos mobilizadores da ativista e intelectual negra estadunidense Angela Davis.

Naquele momento, mais do que os textos de Davis que, diga-se de passagem, nunca havia lido antes, o que mais me afetou foi o relato da experiência de uma mulher negra que havia sido encarcerada e toda a trajetória de violações que a persegue, inclusive anos após ter saído do sistema prisional, limitando sua vida pessoal e profissional. Diante de mim uma constatação que, posteriormente, observei estar bastante presente nos estudos sobre o Movimento de Mulheres Negras: a heterogeneidade das experiências vivenciadas por mulheres negras, e a importância que essa heterogeneidade tem para a construção da agenda política do movimento, com seus avanços, recuos, divergências e conflitos.

Nesse sentido Lemos (1997) nos ensina que “não são apenas as mulheres brancas ou os homens negros que necessitam de reflexão acerca da diversidade de mulheres na sociedade. Também as mulheres negras precisam investir nesse sentido” (Lemos, 1997, p.160). As diferenças e divergências existentes entre as mulheres negras, que se espriam também no Movimento de Mulheres Negras e nos coletivos, são mobilizadas na busca por pontos de convergência para articular a luta, estabelecendo estratégias e objetivos que nem sempre serão

ponto pacífico entre as ativistas. Divergências que se originam das diferentes experiências vividas, mas que encontram na organização feminista negra as novas guardiãs da produção discursiva do grupo, pois resgatam, registram, arquivam e difundem a história das mulheres negras, lutando por essa ressignificação, como instrumento para a transformação do presente. Assim, ao chegar em um coletivo, emerge a necessidade de negociação e articulação para que as atividades possam ganhar corpo e sair do campo das ideias.

Desde o primeiro contato com a Auto-Organização, compreendi que, apesar de sermos todas ali mulheres negras, havia nuances nas experiências vivenciadas entre todas nós, e que isso era algo positivo, quando se pensa na construção de uma agenda de incidência política ampla. O meu ingresso efetivo na Auto-Organização, como ativista e pesquisadora, se deu em 2021, em uma conjuntura totalmente diferente de 2019, quando as visitei pela primeira vez.

A pandemia da COVID-19 modificou todo o cenário político, econômico e social do país e o estado de emergência sanitária impactou, também, nas atividades do coletivo, que se modificaram, inicialmente, objetivando atender demandas urgentes, a exemplo da arrecadação de alimentos e do vale gás para famílias pretas periféricas, e, posteriormente se pensou no uso das redes sociais como meio para dar continuidade às atividades da Auto-Organização, no sentido da conscientização e do diálogo sobre os impactos da pandemia sobre a população negra, corroborando o já mencionado argumento de que a população negra é a mais economicamente vulnerável, além de não desmobilizar totalmente o grupo.

Analisando as atividades realizadas nos anos de pandemia, observa-se um predomínio das atividades remotas, em que as Rejanes buscavam mobilizar, a partir dos temas geradores escolhidos pelas ativistas em suas reuniões internas, saberes políticos, identitários e interseccionais, a partir dos quais eram estabelecidas análises críticas a respeito do período de emergência sanitária, como mais um momento em que se confirmava que a população negra é o segmento mais vulnerável da população brasileira, sendo necessário, portanto, que o povo preto se mobilizasse no sentido da denúncia dessa realidade hostil e da busca de alternativas de sobrevivência.

Meu olhar aprendiz foi direcionado para a luta pela sobrevivência a um vírus mortal e se somou às lutas históricas do Movimento de Mulheres Negras por humanização, dignidade, sobrevivência e por políticas públicas, que considerem os marcadores de raça, gênero, sexualidade e classe em sua formulação. Além da luta contra a COVID e contra as desigualdades de raça, gênero, classe e sexualidade, foi necessário lutar incisivamente contra

o fascismo e em defesa da democracia que, nos últimos anos, foi vilipendiada por diversos atores que ocuparam o poder e procederam sistematicamente com políticas de extermínio contra a população negra, indígena e demais comunidades tradicionais e periféricas.

O ano eleitoral de 2022 representou, para as minorias sociais, uma luta decisiva pela possibilidade de continuar existindo para, por sua vez, reorganizar as lutas e resistências negras em um regime democrático. A conjuntura de luta democrática e pelo respeito/reconhecimento dos direitos das minorias também é histórica dentro do Movimento de Mulheres Negras, pois seu surgimento coincide com o momento de efervescência dos Novos Movimentos Sociais e suas lutas pela destituição do regime ditatorial militar e pelo estabelecimento da democracia com uma nova Constituição.

O Movimento de Mulheres Negras, ao apontar a existência das intersecções de opressões que atingem as minorias, se constitui em um movimento abrangente que, desde sua concepção se apresenta como produtor de saberes emancipatórios que visam a melhoria das condições de existência de todos os grupos sociais marginalizados através do tensionamento das instâncias de poder, colocando-se, portanto, como um movimento essencialmente democrático. As mulheres negras têm sido protagonistas das lutas sociais, não apenas em seu movimento específico, mas em outros movimentos sociais, a exemplo do Movimento Negro, dos movimentos de bairro nas periferias e por moradia.

As Rejanas, a partir da articulação coletiva, buscaram promover um enfrentamento simultâneo do racismo e do sexismo, produzindo “interpretações sobre desigualdades, identidade e projetos de justiça social” (Pereira, 2016, p. 209) que, apesar de considerarem os marcadores de raça, gênero, classe e sexualidade, não abranjem somente as mulheres negras, se configurando em projetos emancipatórios de grupos marginalizados como um todo.

Pude compreender que a Auto-Organização Rejane Maria se apresenta, dentro do Movimento de Mulheres Negras sergipano na última década, como um coletivo de referência na luta antirracista, antissexista e por políticas públicas que promovam a justiça social. O coletivo surge, assim como outros tantos Brasil afora, a partir do rompimento com um coletivo feminista e assume, no contexto das mobilizações para a Marcha de Mulheres Negras de 2015, um importante papel no Comitê impulsor da Marcha. Após a participação de membros da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria no Comitê e na Marcha, o movimento se aproximou da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, e isso representou o

primeiro passo para a consolidação de uma característica presente no coletivo, que é a ideia de articulação em rede com outros grupos, seja de mulheres negras, sejam coletivos mistos de negros e negras ou coletivos feministas. Essa articulação em rede pode ser percebida pela participação das ativistas da Auto-Organização Rejane Maria, tanto na relação com a Rede de Mulheres Negras, quanto ao Fórum de Entidades Negras de Sergipe e, mais recentemente, com a Rede de Mulheres Negras de Sergipe.

Em seus quase 9 anos de existência, a Auto-Organização Rejane Maria realizou diversos eventos, sendo a maioria deles direcionados para mulheres negras de comunidades periféricas. Dentre as práticas educativas realizadas pela Auto-Organização Rejane Maria, destaco as rodas de conversa, oficinas, cineclube e cinedebates, os espaços de formação política, palestras/lives, as manifestações de rua e eventos culturais, a elaboração de notas de repúdio ou cartas de denúncia e a elaboração de materiais informativos.

Nestas práticas, através da problematização da realidade, são discutidos temas importantes para a resistência e sobrevivência negra e, nestas discussões, são mobilizados saberes emancipatórios políticos, identitários, estético-corpóreos e interseccionais, que visam o empoderamento do povo preto, para não apenas analisar criticamente a sociedade sergipana, mas para pensar estratégias de resistência, que possam combater as opressões interseccionais que atravessam os corpos pretos e os levam à condição de marginalização frente aos poderes instituídos.

Como temas recorrentes das atividades da Auto-Organização Rejane Maria, observei a presença de discussões sobre racismo/antirracismo, maternidade preta, violências, direitos sociais, encarceramento em massa, saúde mental, autocuidado, autoestima, guerra às drogas, trajetórias de mulheres negras, educação antirracista, vivências LGBTQIAP+ pretas, mulheres negras na política e capacitação profissional.

Além das atividades voltadas para o público externo, as Rejanes realizam momentos de formação interna, visando instrumentalizar as ativistas sobre debates que têm sido feitos dentro do Movimento de Mulheres Negras, do Movimento Negro, além de análises de conjuntura local e nacional. Estas atividades são consideradas pelas ativistas como fundamentais em sua formação dentro da militância, uma vez que fornecem subsídios para que elas possam se munir de argumentos para discutir em outros espaços de atuação.

Categorizamos as atividades realizadas pela Rejane Maria em: ações de combate ao racismo e a violência contra a mulher negra; Ações de Autocuidado, Ações Lúdicas, Ações de

Valorização da cultura negra, Ações de Incidência política e Ações voltadas para a Maternidade Preta, além de atividades voltadas para o empoderamento por meio da valorização da mulher negra, da educação, do trabalho e da conscientização sobre os direitos sociais.

A presença na Auto-Organização me fez compreender a constituição do Movimento de Mulheres Negras em perspectiva histórica, além da importância que as mulheres negras tiveram e continuam tendo em pautar, tanto a necessidade de políticas públicas específicas para a população negra em diversos campos como saúde, educação, moradia, assistência ou segurança pública, visando a promoção do bem viver como novo pacto civilizatório. Trata-se de um movimento plural, que atua no combate à diversas opressões, e que se apresenta como propositor de soluções práticas no formato de políticas públicas abrangentes. Esse Movimento de Mulheres Negras em Sergipe dialoga com o que vem sendo discutido no âmbito nacional e tem importantes nomes, como Rejane Maria Pureza do Rosário, Joseanes Lima, Sônia Oliveira e tantas outras mulheres negras com quem tive a oportunidade de encontrar em diversos eventos.

Compreender as práticas educativas e os saberes emancipatórios produzidos dentro do Movimento de Mulheres Negras sergipano, a partir da análise e vivência das práticas educativas da Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria, permitiu-me vislumbrar uma mudança pessoal, algo que foi corroborado por ativistas em seus relatos sobre suas trajetórias na Auto-Organização, compreendida, tanto como um espaço de acolhimento e compreensão de suas dores e traumas, quanto como um espaço de aprendizado sobre os movimentos sociais e suas estratégias de mobilização e incidência política, de construção de pautas, de ampliação da visão de mundo e da necessidade de se posicionar politicamente frente às opressões.

Corroboro com o posicionamento das ativistas, por considerar que, desde o primeiro contato com a Auto-Organização, houve, para mim, uma primeira mudança de percepção de mundo, ao compreender que a luta das mulheres negras não diz respeito apenas ao empoderamento, emancipação ou ascensão pessoal. Trata-se de uma luta que, a partir da defesa do bem-viver como pacto civilizatório, visa a humanização, emancipação e empoderamento de todo o povo preto.

Além disso, a percepção sobre as diferenças existentes entre nós mulheres negras se configura em um movimento educativo, uma vez que estamos construindo coletivamente uma

luta ancestral em que as diferenças devem ser direcionadas para o aspecto positivo, na construção de estratégias de incidência política e social. Nesse sentido, a minha percepção é a de que devemos nos colocar como as águas, que desviam dos obstáculos para se chegar ao seu curso final, sendo necessário, para isso, o desenvolvimento da capacidade de articulação, diálogo e acolhimento para que as divergências não se tornem rivalidades e a luta coletiva se perca em meio a questões pessoais.

Dialogar com as Rejanas e com outras ativistas negras sergipanas possibilitou entrar em contato com a trajetória do Movimento de Mulheres Negras no âmbito nacional, mas, sobretudo, entrar em contato com o que vem sendo construído pelas mulheres negras sergipanas nas últimas décadas, as compreendendo como essas *ialodês* (lideranças femininas) (Werneck, 2007) se posicionam como condutoras dos discursos desta coletividade, uma vez que elas resgatam trajetórias e difundem a história das mulheres negras sergipanas, dando-lhe um novo significado com vistas a promover a transformação do presente.

Nesse sentido, outro aspecto digno de nota é a homenagem feita pelo coletivo à memória de Rejane Maria Pureza do Rosário, o que representa um movimento educativo de trazer ao centro um nome importante da militância feminista negra sergipana que, em alguns momentos, acabou sendo invisibilizada pelo machismo presente, tanto no Movimento Negro, quanto no movimento capoeirista. O coletivo em si compõe um desejo que a própria Rejane alimentou em vida, e as Rejanas representam a continuidade do seu legado de luta reverberando na sociedade sergipana. Portanto, pontuo o respeito à memória e a ancestralidade como valores bastante mobilizados dentro da Auto-Organização Rejane Maria, algo que me levou a conhecer um pouco da trajetória desta ativista que, em sua curta existência neste plano físico, impactou significativamente a militância negra sergipana, em especial às mulheres negras, no enfrentamento ao racismo e ao sexismo, e na promoção da cultura e dos valores civilizatórios afro-sergipanos.

Como todo grupo, a Auto-Organização Rejane Maria apresenta potencialidades e fragilidades, as quais buscamos demonstrar ao longo desse trabalho. Trata-se de um grupo pequeno, diverso, com boa vontade e criatividade para promover ações, mas que tem, na falta de oficialização, e no fato de as ativistas exercerem outras atividades para além da militância, fatores que de certa forma limitam o alcance das atividades da Auto-Organização. A falta de oficialização limita a captação de recursos e inviabiliza, também, que as ativistas se profissionalizem a ponto de se dedicar integralmente à Auto-Organização Rejane Maria,

como acontece em outras Organizações de mulheres negras país afora. A Auto-Organização ainda busca se reestruturar e voltar às comunidades nesse período pós-pandemia, e tem considerado a atuação em rede como um importante caminho para essa retomada das ruas. Nesse sentido, esforços para a articulação da Rede de Mulheres Negras de Sergipe têm sido empreendidos pelas ativistas com o intuito de que estas ações tenham um maior impacto e visibilidade social.

Esta tese se propôs a visibilizar a trajetória da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria na perspectiva da Educação, demonstrando que, no seio desta coletividade, utilizando os pressupostos do Feminismo Negro e Decolonial, ocorrem práticas educativas que mobilizam saberes emancipatórios políticos, identitários, estético-corpóreos e interseccionais que, por sua vez, buscam humanizar, politizar, reeducar e empoderar a população negra sergipana para combater o racismo, o sexismo, a LGBTfobia e o preconceito de classe. Destacamos as práticas pedagógicas feministas negras como instrumentos importantes no combate das opressões e na construção de outras possibilidades de existência da sociedade sergipana, pautada no bem viver.

Ao enveredar por estas práticas educativas, escrevivendo junto com as ativistas, lancei um olhar sobre esse profícuo campo de estudos, que é o estudo do Movimento de Mulheres Negras enquanto educador da sociedade, mas, com certeza, existem outros caminhos e olhares a serem atribuídos, tanto à Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, quanto a outros coletivos de mulheres negras sergipanas.

O Movimento de Mulheres Negras de Sergipe, Rejane Maria Pureza do Rosário e tantas outras ativistas negras que protagonizam lutas sociais no Estado merecem ter suas histórias contadas para que as próximas gerações tenham acesso às trajetórias de luta valorosas no combate ao racismo, ao sexismo e às demais opressões. O caminho foi iniciado, mas encontra-se aberto a outras interpretações, com outras metodologias e outros referenciais epistemológicos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBERTI, V. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. In: **Revista História Oral**, [S.l.], v. 15, n. 2, 2012. Disponível em: < <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/263> >. Acesso em: 16/01/2022.

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. (org.). **Histórias do Movimento Negro**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. Org. Alda J. M. e Fernando Gewandsnajder. São Paulo: Pioneira, 1998.

ARROYO, M. G. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, Jan/Jun. 2003, p. 28-49.

ARROYO, M. G. Ações Coletivas e Conhecimento: Outras Pedagogias? In.: **Universidade Popular dos Movimentos Sociais**, 2009. Disponível em: <http://www.universidadepopular.org/site/pages/pt/documentos/leituras/leituras-sobre-a-upms.php> > Acesso em 30/12/2023.

ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ARROYO, M. G. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, jan./mar. 2015, p. 47-68.

BAIROS, L. “O negro na força de trabalho na Bahia (1950-1980)”. **Revista Humanidades**, n.17 (Brasília, Universidade de Brasília, 1988), pp. 15-20.

BAIROS, L. Mulher negra e feminismo. **Boletim do Centro de Informação da Mulher**, n. 11, São Paulo, 1988.

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. Florianópolis, In: **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458, 1995. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034> > Acesso em 05/12/2021.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. In: **Rev. Bras. Ciência Política** (11), Brasília, Ago. 2013. p. 89-117. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004> > Acesso em 05/12/2021.

BALTAR, P. A Teoria Crítica sob o olhar da decolonialidade. In: **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 16, n. 31, p. 21-47, 2020.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra In: **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31. Número 1. Janeiro/Abril 2016. p. 15-24.

BISPO, D. M. S. **História e Cultura afro-brasileira em Sergipe**: Antecedentes da lei 10639/03 (1980-2003). Dissertação (Mestrado em História). UFS: São Cristóvão, 2015.

BISPO, S. de. **Feminismo em debate**: reflexão sobre as organizações de mulheres negras em Salvador (1978-1979). 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BOLETIM INFORMATIVO. **I Encontro Nacional de Mulheres Negras**: Editorial. Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-5, set. 1988.

BRASIL. **Plano Nacional de Direitos Humanos** (1996). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/anexo/and1904-96.pdf> Acesso em: 02/10/2022.

CALDWELL, K. L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 8, n. 2, p. 91-108, 2000.

CAPORAL, A. A. G. **Pedagogia Decolonial aplicada ao movimento de mulheres negras**: um estudo sobre a ampliação da participação social e luta por direitos na intersecção de raça e gênero. Dissertação (Mestrado em Direito). Unesc: Criciúma, 2020.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). UFBA, Salvador, 2012.

CARNEIRO, S. Matriarcado da miséria. **Correio Braziliense**, p. 5, 15 set. 2000.

CARNEIRO, S. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 209-214, 2002.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos sociais; Takano cidadania (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003a. p. 49-58.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.49, n. 17, p. 117-132, 2003b.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Susana de. **O que é o feminismo decolonial?** Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-o-que-e-o-feminismo-decolonial/>> Acesso em 19/12/2021.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In: **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n. 1 – jan/abril, p. 99-127, 2016.

COLLINS, P. H. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. In: Cadernos **Pagu** n.51, 2017 s/p. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510018> > Acesso em 02/01/2022.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, P. H. e BILGE, S. Interseccionalidade. Trad. Rane Souza. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, 1989, p. 538–554.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Estudos Feministas**. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> > Acesso em 05/12/2021.

CURIEL, O. La Crítica Postcolonial desde las Prácticas Políticas del Feminismo Antiracista. **Nómadas**, Bogotá, v. 26, 2007. p. 92-101.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: HOLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DANTAS, P S. **Construção de identidade negra e estratégias de poder**: o Movimento Negro sergipano na década de 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais. UFBA: Salvador, 2003.

DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo, Editora Boitempo, 2018.

DOMINGUES, P. J. Movimento Negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Rev. Tempo**, v.12, n.23, 2007, p.100-122.

DOMINGUES, P. J. Movimento Negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões**, n. 21, 2008, p. 101-124.

DOMINGUES, P. J. Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e antirracismo no Brasil. In.: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes. (Orgs.). **O Movimento Negro brasileiro**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo horizonte: Nandyala, 2009, p. 17-48.

DOMINGUES, P. J. João Mulungu: a invenção de um herói afro-brasileiro. In: **História: Questões & Debates**. Volume 63, n.2, Curitiba: Editora UFPR, jul./dez. 2015. p. 211-255.

DOMINGUES, P. J. Fretenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 28, p. 345–374, 2016.

DOMINGUES, P.; OLIVEIRA, L. T. B. Movimento de Mulheres Negras em Sergipe: notas de pesquisa. In: SILVA, Nelmiere Ferreira da.; MARTINS, Tereza Cristina S.; CRUZ, Maria Helena S. (Orgs.) Trabalho, Questão Social e Serviço Social. Curitiba: **CRV**, 2021. p. 113-128.

DULCI, T. M. Spyer; MALHEIROS, M. R. Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. In: VII Encuentro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe. **Espirales**, Edição Especial. Janeiro 2021.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**, p. 55-70. Buenos Aires: Clacso, 2005.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2005.

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., and VENTURINI, A.C. Ação afirmativa: conceito, história e debates [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. **Sociedade e política collection**. < <https://doi.org/10.7476/9786599036477> >.

FIGUEIREDO, A. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista Direito e Práxis**: Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 2, 2018, p. 1080-1099.

FIGUEIREDO, A. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. In: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0102> >. Acesso em 20/12/2021.

GOHN, M.G.M. Movimentos Sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**. v.16, n.47. Mai./ago. 2011a, p. 333-361.

GOHN, M.G.M. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011b.

GOHN, M.G.M. **Movimentos Sociais e Educação**, 8ª ed., São Paulo, Cortes, 2012.

GOHN, M.G.G. “Movimentos Sociais e Lutas pela Educação no Brasil: Experiências e Desafios na Atualidade” In: **Reunião Científica Regional da ANPED – Educação, Movimentos Sociais e políticas governamentais**. UFPR: Curitiba, 2016. Disponível em: < <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Palestra-de-Encerramento-Maria-da-Gloria-Gohn.pdf> > acesso em 30/12/2022.

GOLDMAN, M. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. **Cadernos de campo**. n. 13, 2005, p. 149-153.

GOMES, N. L. Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.).

Epistemologias do Sul. p. 23-72. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 419 -441.

GOMES, N. L. Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça. In: **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, jul.-set. 2012, p. 727-744.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GOMES, N. L. **Sem perder a raiz**: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

GOMES, N. L. A força educativa e emancipatória do Movimento Negro em tempos de fragilidade democrática. In: **Revista Teias**. v. 21. n. 62. jul./set. 2020. p. 360-371.

GOMES, N.L. Movimento Negro Educador: releituras, encontros e trocas de saberes. In: GOMES, N.L (org.) **Saberes das lutas do Movimento Negro Educador** Petrópolis: Vozes, 2022. p. 19-69.

GONÇALVES, L.A.O.; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento Negro e educação. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 15, p. 134-158, set.-dez. 2000.

GONÇALVES, R. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.22 n.40, p.9-22, jan./jun. 2018.

GONZÁLEZ, L. HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um Feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Flávia Rios e Márcia Lima (Orgs.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 2002.

HENRY, A. “Chapter Four: Black Feminist Pedagogy: CRITIQUES and CONTRIBUTIONS.” **Counterpoints** 237 (2005), p. 89-105. traduzido por Carolina Pinho e Catia Cilene Santos. (abril/2021)

HOLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

hooks, b. Intelectuais Negras. In: **Revista de Estudos Feministas**, vol. 3, nº2, Florianópolis, UFSC, 1995, pp.464-478. Disponível em: <
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035> > Acesso em 04/12/2021.

hooks, b. Alisando nosso cabelo. In: **Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba**, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/alizando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/> Acesso em 19/12/2021.

hooks, b. **Vivendo de Amor.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. 2010.

hooks, b. **Teoria feminista:** Da margem ao centro. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva. 2019a.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Tradução de Ana Luiza Libânio. 5ª ed. Editora Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, 2019b.

hooks, b. **Erguer a voz:** pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Editora Elefante, 2019c.

hooks, b. O amor como prática da liberdade. **Añansi – Revista de Filosofia**, Salvador, v.2, n.2, 2021.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. In: **Revista Cronos**, Natal, v. 11, n. 2, 2010, p. 8-19. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150> >. Acesso em 04/12/2021

KILOMBA, G. **Memórias da plantação.** Episódios de Racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEMOS, R. O. Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 185, p. 12-25, 2016a.

LEMOS, R. O. **Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras**, 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas. 2016. Tese (Doutorado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016b.

LEMOS, R. O. O Feminismo Negro e sua metodologia: a pesquisa ativista feminista negra. p.17-39. In: FERREIRA, Larissa (Org.) **Gênero em perspectiva**. Curitiba: CRV, 2020.

LIMA, A. N. C. **Grupo de mulheres negras Mãe Andresa:** marcações identitárias de gênero e raça na produção de estratégias contra o racismo e o machismo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFMA: São Luís, 2014.

LIMA, F. S.; SILVA, K.S. **Teorias críticas e estudos pós e decoloniais à brasileira:** quando a branquitude acadêmica silencia raça e gênero. Empório do direito, São Paulo, jun. 2020.

LORDE, A. **Irmã Outsider:** Ensaios e Conferências. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Autêntica Editora, 2019.

LUCINI, M. **Memória e História na Formação da Identidade Sem Terra no Assentamento Conquista na Fronteira.** Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-

Graduação em Educação. UNICAMP: Campinas, 2007.

MACEDO, P. R. A. de. **Mulheres negras em rede: Reconhecimento e ativismo nas mídias sociais**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFPB: João Pessoa, 2018.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, **Siglo del Hombre Editores**, 2007, p. 127-167.

MALTA, R.B. e OLIVEIRA, L.T.B. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Gênero**. Niterói, v.16, n.2, 1.sem. 2016. p. 55 – 69.

MARQUES, E.E.A. **Estratégias de Incidência Política de Organizações de Mulheres Negras no Brasil (2014-2019)**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Foz do Iguaçu, 2021.

MARQUES, E.G. **Grupo Palmares Em Porto Alegre na década de 1970: o papel de mulheres negras ativistas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia. UFRGS: Porto Alegre, 2019.

MATOS, L. Transição Capilar como movimento estético e político. In: Seminário Nacional de Sociologia da UFS, 1. São Cristóvão, SE. **Anais [...]**. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2016. p. 845-858.

MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 80, Março, 2008. p.5-10. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/rccs/pdf/681> > Acesso em 04/01/2022.

MESQUITA, T.V.L. Movimento de Mulheres Negras no Brasil – Saberes interseccionais e políticos. In: GOMES, N.L (org.) **Saberes das lutas do Movimento Negro Educador**. Petrópolis: Vozes, 2022. p. 215-266.

MIGNOLO, W. D. **Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges and Border Thinking**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MIÑOSO, Y. E. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MOREIRA, N.R; CARDOSO, T.T. Mulheres negras em marcha contra o racismo, a violência e pelo bem-viver. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 28, n. 4, out./dez, 2020. p. 129-151.

NASCIMENTO, M.B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. Rio de Janeiro: Afrodiáspora – **Revista do mundo negro**. Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros –

IPEAFRO, vols. 6-7, abr/dez. 1985.

NASCIMENTO, M.B. In: RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento, 1974. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

NASCIMENTO, M.B. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidades nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NEVES, P. S. C. A questão negra em Sergipe: visões de militantes e de não-militantes. **XXIV Reunião Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2000.

NOGUERA, R. Ubuntu como Modo de Existir: Elementos gerais para uma ética afroperspectivista. **Revista da ABPN**. v. 3, n. 6. nov. 2011 – fev. 2012. p. 147-150.

OCHOA, L. M. Una propuesta de pedagogía feminista: teorizar y construir desde el género, la pedagogía, y las prácticas educativas feministas. In: **“I Coloquio Nacional Género em Educación”**. Universidad Pedagógica Nacional – Fundación para la Cultura del Maestro, AC. México, DF. Noviembre 2007.

OLIVEIRA, J. C.A. Dororidade: A união das mulheres pretas através da dor. **Ayé Revista de Antropologia**: Dossiê as contribuições de intelectuais negras para as ciências humanas e sociais. v.03, nº1, 2021, p. 148-151.

OLIVEIRA, L. T. B. Narrativas em rede: o feminismo negro nas redes sociais. In: Seminário Nacional de Sociologia da UFS, 1. São Cristóvão, SE. **Anais [...]**. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2016. p. 810-823.

OLIVEIRA, M. O. Como “produzir clarões” nas pesquisas em educação? In: **R. Educ. Públ.** Cuiabá, v. 24, n. 56, p. 443-454, maio/ago. 2015.

OLIVEIRA, E.S. O Pensamento de Fronteira de Carolina Maria de Jesus. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, e212106, 2020, p. 1-12.

OMOLADE, B. A Black Feminist Pedagogy. **Womens’s Quartely**.n-3-4, p.32-39, 1994.

PEREIRA, A. A. **“O mundo negro”**: a constituição do Movimento Negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PEREIRA, A. C. J. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras**: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social. Tese (Doutorado em Ciência Política). UERJ: Rio de Janeiro, 2016.

PEREIRA, A. C. J. **Intelectuais negras brasileiras**: horizontes políticos. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

PERRY, K.K.Y. Por uma Pedagogia Feminista Negra no Brasil: O aprendizado das mulheres

negras em Movimentos Comunitários. In: MULLER, M.L.R; PAIXÃO, L.P. (Orgs); **Educação, Diferenças e Desigualdades**. EDUFMT: Cuiabá, 2006;

PIEDADE, V. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2019.

PIMENTEL, Á. Prefácio. In: FEITOSA, Débora Alves (org.). **O sensível e a sensibilidade na pesquisa em Educação**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2016, p. 7–18.

PINHO, C. S. B. Pensamento Feminista Negro no Brasil: uma contribuição necessária para a transformação da realidade. In: **Margem Esquerda**, São Paulo, v. 31, n. 0, p. 114-121, set. 2018.

PINHO, C. S. B. (Org.); MESQUITA, T. V. L. (Org.). **Pedagogia Feminista Negra Para a Promoção de Novos Marcos Civilizatórios**. (livro eletrônico). 1. ed., 2021. v. 1. Campinas, SP: 564p

PINHO, C. S. B. de. Pensamento Feminista Negro como orientação teórico-metodológica de uma pedagogia revolucionária. In: PINHO, C. S. B. de.; MESQUITA, T. V. de L. (Org.). **Pedagogia Feminista Negra: primeiras aproximações**. São Paulo: Vaneta, 2022. p. 17-43.

PINTO, N. B. **Ativismo de mulheres negras em Cuiabá: práticas de comunicação e vinculação social**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea). UFMT: Cuiabá, 2018.

PRADO, S. G. **Todos os caminhos levam à Geledés: narrativas de autonomia através da organização de mulheres negras em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em História) PUC: São Paulo, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**, p. 227-278. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf> Acesso em 08/07/2019.

RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioja a Beijing. **Rev. Estud. Fem.** v.03 n.02 Florianópolis, p. 446-457 jul./dez. 1995.

RIBEIRO, M. O feminismo em novas rotas e visões. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(3): 272, p. 801-811, setembro-dezembro/2006.

RIBEIRO, M. Mulheres Negras: Uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): p. 987-1004, setembro-dezembro/2008.

RIBEIRO, M. Mulheres negras em movimento: criações individuais e coletivas por vidas com dignidade e direitos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, e2219374, p. 1-18, 2022. Disponível em: < <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa> >. Acesso em 08/12/2022.

RIOS, F.M. **Institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RIOS, F. M. **Elite Política Negra no Brasil (1978-2002)**. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ROCHA, K. A.; OLIVEIRA, É. C. S.; BLEINROTH, M. L. M. Epistemologia é nóiz por nóiz: práticas feministas contracoloniais na Educação. **Revista Labor**, v. 1, n. 27, p. 11-28. 2022.

RODRIGUES, C. S. **As Fronteiras entre raça e gênero na cena pública Brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do Movimento de Mulheres Negras**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006.

RODRIGUES, C.; FREITAS, V.G. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 34. e238917, 2021, pp 1-54. DOI: 10.1590/0103-3352.2021.34.238917.

RODRIGUES, C. S.; PRADO, M. A. M. “Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro”. **Psicologia & Sociedade**; 22 (3), 2010. p. 445-456.

SANTOS, A. B. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

SANTOS, A. C. C. **Mulheres Negras, Negras Mulheres: Ativismo na capital baiana: 1980-1991**. Tese (Doutorado em Educação). UFC: Fortaleza, 2015.

SANTOS, A.C.C. O II Encontro Nacional de Mulheres Negras pelo olhar das ativistas baianas. **GÊNERO**. Niterói. v.17, n.1. 2.sem. 2016. p. 7- 25.

SANTOS, A.T; LUCINI, M. Educational practices and knowledge constituted in the political training processes of black activists: a literature review. **Journal Of Research And Knowledge Spreading**, v. 2, p. 12356-12367, 2021. DOI: < <https://doi.org/10.20952/jrks2112356> >

SANTOS, A. T.; LUCINI, M. A potencialidade educativa da “Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria”. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. 00, e022118, jan./dez. 2022. e-ISSN: 1519-9029. DOI: < <https://doi.org/10.22633/rpge.v26i00.16765> >

SANTOS, A.T, **Memória e Identificação Quilombola na Escola Estadual Quilombola Gilberto Amado – Estância/SE**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA). São Cristóvão: UFS, 2018a.

SANTOS, A.T. **Caderno de Memórias e Histórias de Porto D’Areia**: Reexistir para resistir. Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA). São Cristóvão: UFS, 2018b.

SANTOS, B. S. Ciência e senso comum. In: SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p. 31-45.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. p. 23-72. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, B. S.; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, K. P. “**Tudo Que Nós Tem É Nós**”: continuidades históricas do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras nas resistências coletivas ao epistemicídio na UFMG. Dissertação (mestrado em Psicologia), UFMG: Belo Horizonte, 2021.

SANTOS, M. A. O. **A persistência política dos movimentos negros brasileiros**: processo de mobilização à 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo. Dissertação (Mestrado em ciências sociais). Rio de Janeiro, Uerj, 2005.

SANTOS, S. P. Movimento de Mulheres Negras no Brasil: Rompendo com os silenciamentos e protagonizando vozes. In: **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 5, n. 2, e24506. ISSN: 2525-8036.

SANTOS, S.S. **Como um fio que tece uma rede, Rejane Maria Pureza do Rosário**: traços de memória e arranjos possíveis de uma trajetória de vida da mulher negra, militante e sergipana. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). UFS: São Cristóvão, 2019.

SILVA, A.F. **Os Militantes no Poder**: Lideranças Negras nos Espaços Institucionais em Sergipe (2003-2015). Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFS: São Cristóvão, 2016a.

SILVA, A.F. Movimento Negro em Sergipe: Da Burocratização ao retorno às ruas. **Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu – MG. 2016b. ISSN 2177-3092

SILVA, H. O.; XAVIER, C. L. Historicizando o associativismo negro: contribuições e caminhos da historiografia. **Revista Mundos do Trabalho**: Florianópolis, v. 11, p. 1–15, 2019.

SILVA, J. (Org.). **Pensamento de/por Mulheres Negras**. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

SILVA, M. L. **Mulheres negras em movimento(s)**: trajetórias de vida, atuação política e construção de novas pedagogias em Belo Horizonte-MG. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMG: Belo Horizonte, 2007.

SILVA, M. L. **Das ruas ao ciberespaço: ativismos e ciberativismos de mulheres negras**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UNILAB: Redenção, 2019.

SILVA, M.A. **Trajetória de mulheres negras líderes de movimentos sociais em Araraquara-SP: Estratégias sociais na construção de modo de vida**. Tese (Doutorado em Educação). UFC: Fortaleza, 2011.

SILVA, V. S. A. **Feminismo negro como perspectiva descolonial: Movimento de Mulheres Negras e a construção de uma perspectiva feminista negra no Brasil dos anos 1980**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UERJ: Rio de Janeiro, 2015.

SIQUEIRA, P., & FAVRET-SAADA, J. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos De Campo** (São Paulo – 1991), 13(13), 2005. p. 155-161. <
<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161> >

SOARES, I. S. Caminhos, pegadas e memórias: uma história social do Movimento Negro Brasileiro. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2016.

SOUZA, F. S. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOUZA, G. K. S. S. **Mulheres negras e relações de gênero: narrativas de construção da identidade de mulheres negras participantes do bloco afro Akomabu do centro de cultura negra do Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). UFMA: São Luís, 2017

SOUZA, M. E. S. **Formas de Militância Feminista em Cenário de Auto-organização e Ciberativismo no Brasil Contemporâneo: tendências atuais a partir do caso de Aracaju/SE**. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia. UFS: São Cristóvão, 2017.

SOUZA, M. E. S. **Movimento Negro em Sergipe e política institucional: Um estudo a partir de carreiras de militantes negros**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFS: São Cristóvão, 2012.

SOUZA, T. V. **Capoeira Angola: saberes, valores e atitudes na formação do mestre**. 2010. 250 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2010.

THEODORO, H. **Iansã: rainha dos ventos e tempestades**. Coleção Orixás. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2010.

TRAPP, R.P. SILVA, M. L. Movimento Negro no Brasil Contemporâneo: Estratégias Identitárias e Ação Política. **Revista Jovem Pesquisador**, Santa Cruz do Sul, v. 1, p. 89-98 2010.

UGARTE, D. **O Poder das Redes: Manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

VALE, M.M; ARAS, L.M B. Articulação da Rede de Mulheres Negras na Diáspora Africana: Tradição Viva, Contraditória, em Constante Reinvenção. Pontos de Interrogação, **Revista do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**, Campus II — Alagoinhas — BA. v. 5, n. 2, jul./dez. 2015, p. 19-35.

VERGER, P.F. **Orixás**. Os Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo. Salvador: Ed. Corrupio, 1981.

WALSH, C. Interculturalidad Crítica/Pedagogia decolonial. In: Memórias del Seminario Internacional “Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad”, **Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional** 17-19 de abril de 2007.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 12-43.

WALSH, C. Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. In: WALSH, C. (Org.). **Pedagogías decoloniales**: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. TOMO I. Quito: Abya Yala, 2013, p. 23-68.

WERNECK, J. **O samba segundo as Ialodês**: mulheres negras e a cultura midiática. 2007, Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Comunicação). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, 2010, v. 1, nº1, p. 7-17.

ZANOLI, V. “**Bradando contra todas as opressões!**”: uma etnografia sobre teias e trocas entre ativismos LGBT, negros, populares e periféricos. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp: Campinas, 2019.

FONTES

RELATÓRIO FINAL. **II Encontro Nacional de Mulheres Negras**. 1991.

Declaração De Itapecerica Da Serra Das Mulheres Negras, 1993. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v08n02/v08n02a17.pdf>> Acesso em 18/11/2022.

Carta De Princípios Da Auto-Organização De Mulheres Negras De Sergipe Rejane Maria, 2015.

VÍDEOS

UEMG UNIDADE DAVINÓPOLIS. **Encontro com a autora Conceição Evaristo** – 4/11/15. 2015. (2h07m53s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=n0YupSAbJ-k&feature=youtu.be>>. Acesso em: 23 out. 2022.

PPGH – UFBA. Petrônio Domingues. **O associativismo negro no Brasil** – 14/11/2022. (1h

33m15s). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=gI0vQRKWE5E> > Acesso em: 20 nov. 2022.

ANEXOS

ANEXO I – Atividades organizadas pela Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria (2015-2022)

Atividade	Ano	Objetivo e Público-alvo
Roda de Conversa Mulheres Negras de Sergipe	Fevereiro/2015	Discutir a condição da mulher negra a partir das suas escrevivências. Mulheres negras da periferia, trabalhadoras, donas de casa e mães, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade
Roda de Conversa SOU MULHER, SOU NEGRA!	Março/2015	Discutir a condição da mulher negra a partir das suas escrevivências. Mulheres negras da periferia, trabalhadoras, donas de casa e mães, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade
Roda de Conversa Mulheres Negras de Sergipe	Março/2015	Roda de conversa sobre Feminismo Interseccional Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade
Chamada Sergipe Marcha Nacional de Mulheres Negras	Março/2015	Mobilização das Mulheres Negras de Sergipe para a Marcha Nacional de Mulheres Negras. Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade
2ª Reunião Sergipe Marcha de Mulheres Negras	Abril/2015	Mobilização das Mulheres Negras de Sergipe para a Marcha Nacional de Mulheres Negras. Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade
Cine João Mulungu	Abril/2015	Exibição e debate sobre o documentário Libertem Angela Davis

		Aberto ao público em geral
Cine-Debate com o filme Kátia (2012)	Junho/2015	Discussão realizada em alusão à Batalha de Stonewall e a luta LGBTQIA+. Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade
Curso de Extensão “Frantz Fanon e os Condenados da Terra”: violência, racismo e pensamento decolonial	Agosto/2015	Debate sobre a obra de Frantz Fanon. Aberto ao público em geral
Cineclube Siri	Setembro/2015	Exibição do filme “Lapís de cor” (2014) e debate sobre raça e infância, com ênfase em questões como imagem/identidade, respeito à diversidade, raça/etnia e estereótipos. Mães e crianças negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade
Aniversário de 1 ano da Auto-organização de Mulheres Negras Rejane Maria	Outubro/2015	Celebração do aniversário da Auto-Organização e fortalecimento das mulheres negras Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade
Cineclube Ibejís	Novembro/2015	Exibição do Filme Kirikú e a Feiticeira com o objetivo de fortalecer a identidade negra nxes pequenxs e promover a desconstrução de estereótipos racistas que expõem as crianças negrxs a exclusão. Mães e crianças negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade
Marcha das Mulheres Negras 2015	Novembro/2015	Participação de integrantes da Auto-Organização na Marcha Nacional contra o Racismo, a violência e pelo bem viver,

		realizada em Brasília.
Reunião da Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria	Dezembro/2015	Exibição do documentário sobre Lélia González e, compartilhamento do projeto político da entidade. Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade
Debate Resistência das Mulheres em Tempos de Crise	Março/2016	Debate em alusão ao Dia Internacional da Mulher. Aberto ao público geral
II Kizomba De Rua	Março/2016	Evento cultural em homenagem a Rejane Maria, organizado em parceria com Abaô Capoeira Angola. Aberto ao público geral
Roda de Conversa e exibição do documentário "Sou feia mas tô na moda" + Cine Ibejé	Abril/2016	Exibição de documentário para adultos e crianças e debate sobre cultura periférica (funk e hip-hop) Mães e crianças negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade
Reunião aberta: A situação das mulheres no sistema carcerário feminino.	Maio/2016	Discussão sobre população carcerária feminina, buscando contribuir com a quebra de preconceitos com relação a estas mulheres. Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade.
Roda de Conversa: Resistência Negra, Educação e Representatividade	Maio/2016	Debate sobre Resistência Negra, Educação e Representatividade. Aberto ao público geral
Os Direitos e Deveres das Empregadas Domésticas	Junho/2016	Debate referente ao trabalho doméstico e dúvidas sobre direitos e deveres das mulheres que realizam esta função.

		Mulheres negras trabalhadoras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade
1ª Edição do Julho das Pretas em Sergipe	Julho/2016	Evento realizado em alusão ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra nos dias 16, 23 e 25 e 26/07 com temáticas diversas Aberto ao público de todas as idades
Lei 10.639 - Por que é tão difícil falar sobre negritude nas escolas?	Agosto/2016	Discussão com educadores sobre os avanços e obstáculos à implementação da Lei 10.639/03 nas escolas. Aberto ao público geral
Mulheres Negras Tecendo suas Histórias	Outubro/2016	I Formação Política: “Mulheres Negras Tecendo Suas Histórias” e comemoração do 2º ano da Auto-Organização. Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade.
III Kizomba de Rua	Março/2017	Evento cultural em homenagem a Rejane Maria, organizado em parceria com Abaô Capoeira Angola. População geral
“Como é ser mãe e negra? Da gestação às experiências do dia a dia.”	Maio/2017	Discussão sobre o exercício da maternidade para as mulheres negras. Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade
2ª Edição do Julho das Pretas - Memória, Identidade e	Julho/2017	Debates sobre Memória, identidade e ancestralidade e atividades culturais.

Ancestralidade		Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade
Participação na Marcha das Mulheres Negras 2017	Julho/2017	Participação de integrantes da Auto-Organização na Marcha das Mulheres Negras “Pela Vida das Mulheres Negras”, realizada em Salvador.
IV Kizomba de Rua	Maio/2018	Evento cultural em homenagem a Rejane Maria, organizado em parceria com Abaô Capoeira Angola. População geral
Roda de conversa "Que falta faz uma creche? E como isso pode afetar a vida das mulheres	Junho/2018	Roda de conversa sobre a importância das creches públicas. Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade
3ª Edição do Julho das Pretas - Mulheres Negras Movem o Brasil Encontro de Crespas e Cacheadas	Julho/2018	Debates e atividades culturais com o tema Mulheres negras movem o Brasil. nos dias 04, 08, 13, 17, 19, 21, 22,25,26,27 e 31/07. Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade
Roda de Conversa "A importância de eleger candidaturas negras"	Setembro/2018	Roda de conversa "A importância de eleger candidaturas negras" e apresentação de propostas com candidaturas negras. Aberto ao público geral
1ª Reunião aberta de Mulheres Negras 2019	Fevereiro/2019	Roda de acolhimento e afetos para mulheres negras. Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade.
I Roda de Mulheres no quilombo Mocambo	Março/2019	Discussão sobre a condição da mulher negra a partir das suas experiências.

		Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade.
Roda de Conversa "Estarão as prisões obsoletas?"	Junho/2019	Discussão sobre encarceramento, abolicionismo, gênero, raça e todas as experiências que atravessam as escrivências de mulheres negras. Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade.
Roda de Conversa – Ser Mulher, Ser Negra, Ser LGBTQIA+	Julho/2019	Roda de Conversa sobre o Tema: Ser Mulher, Ser Negra, Ser LGBTQIA+ Alunxs do Colégio Estadual Nelson Mandela
4ª Edição do Julho das Pretas - Mulheres Negras Por Um Nordeste Livre.	Julho/2019	Debates sobre o protagonismo da região Nordeste nas lutas por liberdade, contra o racismo, contra o patriarcado, pela Bem Viver e pela democracia plurirracial. Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade.
II Roda de Mulheres do Quilombo Mocambo (Aquidabã)	Setembro/2019	Debate com o tema “Mulheres Quilombolas do Semi-árido: avanços e desafios.” Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade.
Execução do Projeto Mulheres Negras Movendo Estruturas	Outubro e Novembro/2019	Realização de Rodas de Conversa e Oficinas voltadas para o Autocuidado e capacitação profissional. Crianças, adolescentes, jovens mulheres e idosas residentes nas ocupações Marielle e Anderson Vivem e Beatriz Nascimento
Marcha da Consciência Negra	Novembro/2019	Evento realizado através do Fórum de Entidades Negras
Live Direitos Sociais e	Maió/2020	Debate sobre direitos trabalhistas e o que

Pandemia		mudou com o contexto da pandemia. Tipos de auxílio, quem tem direito e como acessá-los.
Live Educação e Pandemia: O que a população negra pode aprender com isso?	Junho/2020	Debate as desigualdades de acesso à educação remota em virtude da pandemia Aberto ao público geral
5ª Edição do Julho das Pretas – Em defesa das Vidas Negras, pelo Bem Viver (formato virtual)	Julho/2020	Projeto Pretas Potências Periferia + Pandemia: A Auto-Organização das comunidades Periféricas Urbanas. O que é auto-ódio e como transmutá-lo? Experiência de uma Mulher negra em Brasil e Angola Aberto ao público geral
Roda de conversa “Mulheres Negras na Política!”	Novembro/2020	Debate sobre representações políticas que de fato tenham compromisso com uma vida digna para as populações negras. Aberto ao público geral
Roda de conversa “A História do Movimento de Mulheres Negras no Brasil”.	Novembro/2020	Debate sobre o Movimento de Mulheres negras no Brasil Aberto ao público geral
Reunião de Planejamento - 2021	Abril/2021	Planejamento das atividades da Auto-Organização
Primeira Reunião Aberta	Abril/2021	Roda de conversa com o tema “Autocuidado, acolhimento e afeto: a importância de olhar pra dentro” Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade.
Reunião Interna	Maió/2021	Organização das atividades
Segunda Reunião Aberta	Maió/2021	Roda de conversa com o tema “Encarceramento em Massa da População Negra”

		Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade.
Articulação para o Julho das Pretas	Maio a Julho/2021	Reuniões com outras entidades negras do Estado e com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste para montar programação coletiva
6ª Edição do Julho das Pretas – Para o Brasil Genocida Mulheres Negras apontam a solução	Julho/2021	Ventos de afetos: HOMENAGEM A REJANE MARIA Projeto Pretas Potências Encontro de Mulheres Negras de Sergipe e Fundação da Rede de Mulheres Negras de Sergipe I Encontro Estadual do Coletivo de Mulheres Quilombolas Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade.
Marcha da Consciência Negra	Novembro/2021	Evento realizado através do Fórum de Entidades Negras Aberto ao público em geral
Reunião Fechada	Dezembro/2021	Discussão sobre a construção de um novo projeto para captação de recursos
Reunião de Avaliação e Planejamento	Fevereiro/2022	Avaliação do ano de 2021 e realização de planejamento semestral para 2022
Reunião com a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco	Fevereiro/2022	Projeto EU VOTO EM NEGRA Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade.
Reunião fechada	Fevereiro/2022	Redação da Carta de Intenções para ingresso na AMNB
Reunião Fechada	Março/2022	Atividades para o primeiro semestre de 2022 e a nossa articulação com a Rede de Mulheres Negras de Sergipe
Reunião Aberta	Abril/2022	Mulheres Negras: Potências e Realizações

		Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade.
Reunião Fechada	Abril/2022	Repases de reuniões com a Rede Nordeste e Fórum de Entidades Negras/Avaliação da Reunião Aberta
Reunião Fechada	Maior/2022	Acolhimento de Novas integrantes/Repasse de articulações com a Rede Nordeste e Fórum de Entidades Negras/Alinhamento para reunião aberta de maio
Reunião Aberta	Maior/2022	Maternidade Ancestral e outras possibilidades de maternidade Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade.
Articulação para o Julho das Pretas	Maior a Julho/2022	Reuniões com outras entidades negras do Estado e com a Rede de Mulheres Negras de Sergipe e do Nordeste para montar programação coletiva
Reunião Aberta	Junho/2022	Resistência e Orgulho LGBTQIAP+ Aberto ao público em geral
7ª Edição do Julho das Pretas – Mulheres Negras no Poder, Construindo o Bem Viver	Julho/2022	Mulheres Negras na Tecnologia Causas e Consequências da Guerra às Drogas na Vida das Mulheres Negras Mulheres Negras na Política: Estratégias e Táticas em Segurança Eleitoral Projeto Pretas Potências Mulheres Negras, respeitando sua identidade de gênero e sexualidade.
Marcha da Consciência Negra	Novembro/2022	Evento realizado através do Fórum de Entidades Negras Aberto ao público em geral

Jornada Pela Vida das Mulheres Negras	Novembro e Dezembro/2022	Articulação com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste e atividades construídas em parceria com a Rede de Mulheres Negras de Sergipe

ANEXO II

CARTA DE PRÍNCÍPIOS DA AUTO-ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DE SERGIPE REJANE MARIA



Introdução

Nossa organização é fruto dos anseios de mulheres com realidades diversas, mas com uma mesma inquietação: Como combater o racismo e o sexismo tão presentes em nossas vidas? Percebemos que somente de forma coletiva, através de ações e trabalhos de base, conseguiríamos nos transformar e contribuir para a transformação societária, e assim, combater a condição de subordinação que nos é imposta e possibilitar sua superação.

É para discutir sobre essa dura realidade e buscar a superação através de reflexão e prática coerentes, e principalmente, refletindo através das trajetórias e vivências umas das outras, que temos nos reunido. Somos irmãs negras partilhando a experiência de sermos mulher e negra numa sociedade classista, machista e racista!

Justificativa

A ausência de espaço de discussão com caráter interseccional capaz de refletir acerca das demandas das mulheres negras de Sergipe, apesar de 70% das mulheres sergipanas serem negras, não nos vemos representadas.

Os eixos trabalhados são educação, saúde, pobreza, mercado de trabalho e desigualdade social, direitos humanos, violência, formação política, mídia e cultura

Como nos organizamos

A auto-organização tem prezado pelo financiamento coletivo, através de contribuições mensais e espontâneas. Além disso, não temos uma hierarquia ou direção, as ações e decisões são tomadas de forma horizontal e coletivamente, sendo decidida através da maioria das integrantes presentes em reunião.

Toda e qualquer atividade deve ser elaborada e decidida coletivamente, ficando vetada decisões verticais e sem a comunicação realizada em espaços de reunião.

Todas as integrantes podem se apresentar enquanto Rejane Maria, desde que, seus posicionamentos coadunem com os princípios defendidos pela organização, bem como sejam coerentes à prática e as ideias

Quem somos

Atualmente somos em 13 mulheres, funcionamos de forma horizontal e auto-organizada.

Princípios

Temos como princípios norteadores o cuidado umas com as outras. A organização é apartidária, podendo suas integrantes serem filiadas a partidos políticos, desde que esses não sejam fascistas. Tem como posicionamento político a defesa de temas importantes para a vida e o bem viver de mulheres negras, entendendo a diversidade dessas mulheres.

A organização não apoia ações e posicionamentos fascistas, que desrespeitem a democracia e os direitos humanos. Além disso, preza pela luta interseccional, entendendo que só a superação de todas as formas de opressão teremos uma sociedade justa e igualitária.

Ética individual

1. A participação efetiva na construção e fortalecimento de organizações e redes progressivas para o movimento de mulheres negras, entendendo a pluralidade de ideias que envolve essa frente de mulheres negras, tendo como horizonte uma mudança transformadora.
2. Um espírito de solidariedade e respeito mútuo com base na discussão franca,

honeste e aberta sobre as diferenças entre umas e outras.

3. A prática da não-violência e a realização de sociedade não-violentas.
4. O direito de todas as mulheres a viver livres da opressão racial, patriarcal, LGBTfobia e todas as demais formas de opressão.

Ética Institucional

1. Defender a abertura, transparência, igualdade e responsabilidade na organização.
2. Prezar pelo comprometimento militante, pontualidade, disciplina e responsabilidade.
3. Ampliar e fortalecer redes de mulheres negras no estado, região e país.
4. Nutrir, orientar e providenciar oportunidade para jovens negras de uma forma não maternalista.

Objetivos/ Ações / O que queremos?

Organizar as mulheres negras da cidade e do campo, do estado de Sergipe, visibilizar suas demandas específicas e pleitear seus direitos.

- Realizar trabalhos de base em comunidades periféricas;
- Promover ações com a juventude nas escolas;
- Estabelecer a articulação com outros movimentos sociais;
- Dialogar com órgãos e instituições sobre a condição das mulheres negras sergipanas;
- Desenvolver atividades que demarquem datas históricas relacionadas a luta das mulheres negras

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa “**Mulheres Negras em movimento: práticas educativas e saberes constituídos nos processos de formação política de ativistas negras sergipanas**”. Nesta pesquisa pretendemos compreender o processo de formação política de mulheres negras ativistas do Estado de Sergipe, tendo como espaço de convivência e afeto, a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, criada em 2014 na cidade de Aracaju. O motivo que nos leva a estudar emerge da necessidade de novas pesquisas que contribuam para visibilizar as concepções teóricas, pedagógicas e políticas que fazem parte do referencial desenvolvido pelo Movimento Negro, em especial o Movimento de Mulheres Negras, a fim de divulgar seus fundamentos e projetos de educação.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: Imersão nas atividades cotidianas da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, a fim de identificar seus espaços educativos, também realizaremos entrevistas semiestruturadas a fim de conhecer as trajetórias de vida e militância das ativistas. Os riscos envolvidos na pesquisa situam-se no campo psicológico, sobretudo o desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio e vídeo. Garantimos que, ao longo da pesquisa, sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes. Asseguramos a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas que conosco colaborarem. A pesquisa se constituirá em um instrumento de reflexão sobre as atividades educativas que ocorrem dentro do Movimento de mulheres negras, possibilitando a divulgação dessas experiências que, ao se tornarem conhecidas e serem discutidas, poderão contribuir para (re)pensar processos educativos que ocorrem fora de espaços formais de educação, e sua contribuição significativa para transformações sociais.

Para participar deste estudo a Sra não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, a Sra tem assegurado o direito a indenização. A Sra terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a

participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que a Sra é atendida. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

A Sra não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no **“Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Sergipe”** e a outra será fornecida a Sra. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12 e Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informada dos objetivos da pesquisa “Mulheres Negras em movimento: práticas educativas e saberes constituídos nos processos de formação política de ativistas negras sergipanas”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

São Cristóvão, Sergipe, _____ de _____ de 20__ .

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome do Pesquisador Responsável: Andréia Teixeira dos Santos Endereço: Cidade Univ. Prof. José Aloísio de Campos Av. Marechal Rondon, s/n, Jd. Rosa Elze CEP

49100-000 São Cristóvão- SE Fone: (79) 99172-1986 E-mail:
andreiateixeira@academico.ufs.br

APÊNDICE B

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS COM AS MULHERES NEGRAS ATIVISTAS

Dados pessoais

1. Nome completo
2. Idade
3. Cor
4. Gênero - Sexualidade
5. Profissão
6. Estado Civil
7. Filhos
8. Religião
9. Quando você se descobriu negra?
10. Você se considera feminista?

Escrevivências no ativismo

1. Quando se iniciou sua trajetória no ativismo? Por influência de quê ou de quem você decidiu ingressar no ativismo negro?
2. Participa de outras organizações negras?
3. Em que áreas do ativismo você atua?
4. Quando iniciou a atuação no movimento de mulheres negras?
5. A sua religião tem alguma importância em sua trajetória no ativismo?
6. Quais as referências teóricas ou pessoais que te influenciam na sua trajetória de enfrentamento do racismo e do sexismo?

Escrevivências na Rejane Maria

1. Quando ingressou na Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria?
2. O que você sabia sobre Rejane Maria Pureza do Rosário antes de entrar na Auto-Organização?

3. Que motivações te levaram a buscar uma organização formada somente por mulheres negras? Em que a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria se diferencia de outros movimentos sociais?
4. Você considera que a Rejane Maria é uma organização feminista?
5. Que atividades da Auto-Organização que você costuma participar?
6. Você considera que a Rejane Maria é um espaço educativo?
7. que você tem aprendido sobre racismo e sexismo desde que entrou na Auto-Organização?
8. Você identifica mudanças em sua forma de pensar sobre gênero, raça, classe e sexualidade após o seu ingresso na Rejane Maria? Se sim, comente um pouco sobre essas mudanças.

Agenda de luta das mulheres negras

1. O que você entende por feminismo negro?
2. Em que condições se encontram as mulheres negras no contexto da sociedade brasileira?
3. Que temas você considera importantes na agenda de luta das mulheres negras?
4. Como você vê o debate sobre sexualidades no movimento de mulheres negras?
5. Que potencialidades/conquistas você observa dentro do movimento de mulheres negras?
6. Que fragilidades/desafios você observa dentro do movimento de mulheres negras?

APÊNDICE C

RECORTE DE DISSERTAÇÕES E TESES QUE VERSAM SOBRE O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS

Título do Trabalho	Autoria	Ano	Tip o	Instituição/ Programa de Pós- Graduação	Palavras-chave
Mulheres negras, negras mulheres: ativismo na capital baiana: 1980-1991	Ana Cristina Conceição Santos	2015	T	UFC - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira	Mulheres negras. Organização. Interseccionalidade. Movimentos sociais.
Porque fomos sequestradas dos pés até o último fio de cabelo: Práticas pedagógicas no movimento de mulheres negras e a ressignificação do corpo negro	Ana Cecília Rodrigues dos Santos Godoi	2016	D	UFRPE – Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades	Anti-Racismo. Corpo Negro. Mulheres Negras. Práticas Pedagógicas. Sexismo.
Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social	Ana Cláudia Jaquetto Pereira	2016	T	UERJ – Instituto de Estudos Sociais e Políticos	Movimento de mulheres negras. Interseccionalidade. Gênero, raça e classe. Justiça social. Movimentos sociais.
Feminismo negro como perspectiva descolonial: Movimento de Mulheres Negras e a construção de uma perspectiva feminista negra no Brasil dos anos 1980	Vivian Souza Alves da Silva	2015	D	UERJ - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	Movimento de Mulheres Negras. Feminismo Negro. Gênero. Raça. Perspectiva Descolonial. Modernidade/Colonialidade. Colonialidade.
Grupo de	Ana Nery	201	D	UFMA – Programa	Mulheres Negras. Mãe

Mulheres Negras Mãe Andresa: marcações identitárias de gênero e raça na produção de estratégias contra o racismo e o machismo	Correia Lima	4		de Pós-Graduação em Ciências Sociais	Andresa. Marcação identitárias.
Movimento de mulheres negras: Análise das relações raciais pela perspectiva dos cabelos crespos	Pollyanna Fabrini Silva	201 6	D	UFU – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	Movimento social. Mulheres Negras. Cabelo.
Uma análise das noções e das práticas interseccionadas no movimento de mulheres negras Afro Carioca	Mônica Regina Miranda	202 0	D	UFF – Programa de Pós-Graduação em Antropologia	Interseccionalidade. Mulheres Negras. Memória. Racismo. Militância.
Todos os caminhos levam à Geledés: Narrativas de autonomia através da Organização de Mulheres Negras em São Paulo	Suelen Giotte do Prado	202 0	D	PUC/São Paulo – Programa de Pós- Graduação em História	Instituto da Mulher Negra – Geledés. Ancestralidade. Intelectuais e Militantes negras.
A Formação do Movimento de Mulheres Negras no Brasil (1978- 2000): Uma abordagem a partir da teoria da reprodução social	Bárbara Araújo Machado	202 0	T	UFF – Programa de Pós-Graduação em História	Movimento de mulheres negras. Teoria da reprodução social. Feminismo Negro.
Pedagogia Decolonial aplicada ao Movimento de Mulheres Negras: Um	Angélica Azeredo Garcia Caporal	202 0	D	UNESC – Programa de Pós-Graduação em Direito	Direitos Humanos. Pedagogia Decolonial. Movimento de Mulheres Negras. Interseccionalidade. Feminismo Negro.

estudo sobre a ampliação da participação social e luta por direitos na intersecção de Raça e Gênero					Participação Social.
Coisa de mulher” e “Criola”: um estudo sobre aprendizagens decoloniais em ONG’S de mulheres negras	Ana Beatriz da Silva	2018	D	UNIRIO – Programa de Pós-	Educação antirracista. Currículos decoloniais. Ong’s de Mulheres Negras. Coisa de Mulher. CRIOLA.
Ativismo de mulheres negras em Cuiabá: práticas de comunicação e vinculação social	Neusa Baptista Pinto	2018	D	UFMT – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea	Comunicação. Vinculação social. Ativismo de mulheres negras. Cuiabá. Rizoma.
Movimentos de mulheres periféricas na zona leste de São Paulo: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos	Jonas Marcondes Sarubi de Medeiros	2017	T	UNICAMP – Programa de Pós-Graduação em Educação	Educação Não Formal. Esfera Pública. Movimento de Mulheres. Periferias Urbanas. Sociologia.
Alianças, Encontros e Margens: Feminismos negros e interseccionalidade na Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região	Júlia de Souza Abdalla	2020	T	UNICAMP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia	Feminismo Negro. Movimentos sociais. Interseccionalidade. Raça e Gênero. Feminismos.
Fundo do Poço de mulher preta tem mola”: Uma etnografia do Fórum Municipal de Mulheres Negras de Niterói	Rebecca Vieira Lima da Silva	2020	D	UFF – Programa de Pós-Graduação em Antropologia	Movimento de Mulheres Negras. Política Institucional. Interseccionalidade. Gênero. Raça

Na militância para o reconhecimento: um estudo de mulheres negras ativistas na cidade de São Paulo	Eliete Edwiges Barbosa	2015	D	PUC/São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social	Mulher negra e ativismo. Mulher negra e Feminismo. Feminismo. Minorias ativas
Ser Quilombola, Mulher e Negra: a Agência do Coletivo de Mulheres Empodere Se do Quilombo de Pinhões	Carmen Regina Teixeira Gonçalves	2019	T	UFMG – Programa de Pós-Graduação em Educação	Mulher Negra. Quilombo. Identificação Racial.
Ativismo em rede e processos formativos decoloniais articulados por mulheres negras no Youtube	Tatiana Santos da Paz	2019	T	UFC - Programa de Pós-Graduação em Educação	Mulheres negras. Processos formativos. Ativismo em Rede. Educação decolonial.
Pedagogias culturais de contestação e empoderamento de Mulheres negras: um estudo sobre o canal Afros e Afins do Youtube	Evelyn Santos Pereira	2020	T	ULBRA - Programa de Pós-Graduação em Educação	Estudos Culturais em Educação. Youtubers Negras. Pedagogias Culturais. Narrativas Digitais. Ativismos Contemporâneos.
Mulheres Negras e Relações de Gênero: Narrativas de construção da identidade de mulheres negras participantes do bloco afro Akomabu do Centro de Cultura Negra do	Grace Kelly Silva Sobral Souza	2017	D	UFMA - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas	Bloco Afro Akomabu. Identidade. Mulheres Negras. Relações de gênero. Protagonismo feminino.

Maranhão					

Fonte: Quadro elaborado pela autora com informações do BTD (2021).

APÊNDICE D

RAINHAS AFRICANAS CITADAS NA PESQUISA

Makeda – Viveu no século X a.C e ficou conhecida como a Rainha de Sabá, reino que compreendia parte da atual Etiópia e parte da Península Arábica. Foi uma grande administradora, tendo o seu reinado caracterizado pela construção de obras públicas e pela criação de uma grande rede comercial envolvendo regiões da África e da Ásia. Teve um encontro com o Rei Salomão e, deste encontro tiveram um filho, Menelick, que deu início à linhagem real salomônica na Etiópia. (FONSECA, 2021, p. 23-27)

Moremi Ajosoro – Viveu em Ile-Ifé, reino dos povos iorubás, no século XII (atual região da Nigéria). Era casada com Oranmiyan, um dos filhos de Oduduwa (deus criador) e, em uma época onde Ile-Ifé era constantemente atacada por guerreiros Ògbòs (povos da floresta), que iam até o reino para cultuar suas divindades. Nesse contexto, Moremi foi aconselhar-se com sua divindade e prometeu um presente caso conseguisse livrar o reino dos Ògbòs. Foi aconselhada a se deixar aprisionar, foi feita rainha e descobriu que os Ògbòs não eram espíritos, e sim humanos disfarçados com gramas e fibras de bambu, que poderiam ser destruídos pelo fogo. Com essas informações, Moremi fugiu, retornou a Ile-Ifé e preparou uma ofensiva contra os Ògbòs com tochas de fogo, fazendo com que eles desistissem do ataque. Diante do êxito obtido, Moremi foi cobrada por sua divindade e teve que entregar o seu filho Olúorogbo em sacrifício. Depois disso o povo de Ile-Ifé passou a ser chamada de Yeye Aiyé gogbo (mãe do mundo inteiro), e posteriormente Moremi passou a ser uma ancestral divinizada. (FONSECA, 2021, p. 33-35)

Aisa Kili – Foi rainha regente do Império de Kanem-Bornu (região do Chade, Camarões e Nigéria) no século XVI, e é considerada a ancestral de todas as Magira (rainhas mãe). A versão mais difundida é que o rei Dunama VI assumiu o poder e mandou matar os filhos de seus predecessores. Nesse contexto, Idris Alawona, meio-irmão de Aisa, foi mandado para fora do reino para escapar. Com a morte de Dunama VI, diante da ausência de sucessores masculinos, Aisa assumiu o poder, garantindo a estabilidade e a prosperidade do reino através do fortalecimento do comércio. Tendo conhecimento de que seu irmão estava vivo, o coroou como Mai (rei) e assumiu o posto de conselheira no cargo de Magira, dando continuidade à expansão e fortalecimento do império. (FONSECA, 2021, p. 45-47)

Amina – Foi a primeira Sarauniya (rainha) do reino Hauçá (região da Nigéria) no século XVI. Nascida no estado de Zazzau, Amina era filha do Sarkin Bakwa de Turunku. Tinha grandes habilidades militares e por isso foi nomeada Madaki (chefe militar) de Zazzau, acumulando as

funções de princesa e chefe militar, auxiliando na manutenção da estabilidade do reino. Assumiu o controle político do reino após a morte de seu irmão Karama, e seu reinado foi responsável pela expansão das fronteiras, pela pujança do comércio nas regiões do Saara e África Ocidental e pelo desenvolvimento urbano. Mesmo após se tornar Sarauniya, continuou nas trincheiras de batalha até seu falecimento em combate. (FONSECA, 2021, p. 49-51)

Lueji A’Konde – Viveu no século XVI no estado da Lunda, povoado pelos povos bungos às margens do rio Kalani (atuais Angola, Congo e Zâmbia). Filha de Kondi, que ocupava o mais alto cargo entre os Tubungos (senhores das terras férteis). Sendo traído por seus filhos mais velhos, Kondi reuniu o conselho dos bungos (Xacala) e pediu para que transmitissem o seu cargo (Lukano) para Lueji. Conseguindo o apoio necessário, Lueji passou a governar e fortalecer o estado da Lunda, cuidando das plantações e cultuando os ancestrais. Casou-se com o caçador Tchibinda Illunga, filho do soberano do reino Luba, e esse casamento representou a união e a troca de tecnologias entre os dois reinos. (FONSECA, 2021, p. 53-57)

Njinga Mbandi – Nascida em Mbundu, no século XVI, era filha do rei do Ndongo (Ngola), atual Angola, que assumiu o posto quando Njinga tinha oito anos. O reinado de seu pai foi marcado pelo enfrentamento com os portugueses, e Njinga cresceu em profundo contato com as tratativas da administração do reino Ndongo. Tendo habilidades militares, Njinga participou ativamente das batalhas do reino contra os portugueses no século XVII, comandando as tropas de seu pai. Com a morte de seu pai, seu irmão Mbandi assumiu o posto de Ngola, porém, não conseguindo resistir às ofensivas portuguesas, abandonou o poder refugiando-se na ilha do rio Kwanza. Nesse contexto, Njinga negociou com os portugueses e firmou um acordo que não durou muito tempo, pois Njinga, que assumira o posto de governante após a morte de seu irmão, não contribuía para a dinâmica do tráfico de escravizados. Foram muitas batalhas e negociações empreendidas com relação aos portugueses até sua morte. Até hoje Njinga é reconhecida como símbolo da luta contra a colonização. (FONSECA, 2021, p. 59-63)

Ranavalona – Viveu na civilização Malgaxe (atual Madagascar) entre os séculos XVIII e XIX. Casou-se com o príncipe herdeiro Radama, tornando-se Rainha consorte em 1810, quando seu marido se tornou rei. Adotou o nome de Ramavo-Mankaka I. Com a morte de seu marido, em 1828, articulou o exército para afastar o sucessor de Radama I e tornou-se rainha, adotando o nome de Ranavalona I. Exterminou seus oponentes e centralizou o poder em suas mãos, dedicando-se a afastar os europeus e expandir o seu império. Manteve-se no poder até sua morte, e ficou conhecida pela luta contra a escravidão, pela defesa da cultura local e pela defesa do território. (FONSECA, 2021, p. 95-99)

Nandi Zulu – Filha de BheBhe, chefe da nação Elangeni, Nandi nasceu por volta de 1760 na

atual África do Sul. Dona de uma beleza digna de atenção, Nandi encantou Senzangakhona, o filho do rei Zulu Jamas. Após algumas tentativas de sedução, Nandi cedeu e acabou engravidando antes do casamento, o que era condenado pelo povo Zulu. Nandi foi humilhada publicamente e abandonada. Porém, uma sacerdotisa avisou a Nandi que aquele filho seria a realização de uma profecia que previa o nascimento de um guerreiro que traria muitas mudanças. Após o nascimento de seu filho Shaka, Nandi foi levada por Senzangakhona para viver no palácio. Os chefes Mhlongo exigiram que os zulus pagassem uma indenização diante da humilhação sofrida por Nandi e, no momento da cerimônia de casamento, Nandi exigiu seu dote, o que representou a ridicularização de seu marido. Alguns anos após o casamento, Nandi retorna ao seu povo, onde era vista com vergonha. Posteriormente migra para a região do povo Qwabe, onde casa-se novamente. Seu filho destacou-se como estrategista militar e, quando seu pai faleceu, ele tomou o trono Zulu e deu o título de rainha-mãe para Nandi, que também foi incluída no conselho de mulheres e no exército. (FONSECA, 2021, p. 79-81)

Candaces – Título dado a mulheres que marcaram a história do Reino de Cuxe (Egito e Sudão) entre os séculos IV a.C e I d.C, atuando como forças políticas e religiosas junto aos soberanos. (FONSECA, 2021, p. 17-21)

Ahosi – Assim eram chamadas as guerreiras que compunham o Exército feminino do Daomé (atual Benim). Lutaram bravamente para ajudar o rei Ghezo (1818-1854) a expandir o território, tendo como principal inimigo o reino de Oyó. Eram mulheres que tinham poder militar e político, e defenderam o reino até 1894, quando o reino foi subjugado pelos franceses. (FONSECA, 2021, p. 109-112)

Mammy Yoko – Pertencente ao povo Mende (região de Serra Leoa), viveu entre os séculos XIX e XX. Filha de um dos fundadores da comunidade Kpa Mende, foi iniciada na sociedade Sande (sociedade feminina) onde se destacou como dançarina, recebendo o nome de Yoko. Sua trajetória foi marcada por alguns casamentos, dentre os quais com o chefe de guerra Gbanya Lango de Senehu, que chegou a ser apreendido pelos ingleses, tendo Yoko negociado a sua libertação. Depois disso, Yoko se envolveu em outras missões diplomáticas até que, com a morte do marido, foi nomeada sua sucessora, se tornando a Rainha de Sennehoo. (FONSECA, 2021, p. 69-73)

Josina Machel – Viveu em Moçambique entre 1945 e 1971. Em meio a colonização portuguesa, conseguiu estudar e, quando estava no ensino secundário, ingressou no Núcleo de Estudantes Secundários de Moçambique, uma organização estudantil que visava melhorar oportunidades dos negros e defender a inclusão de temas da história local nos currículos. Em 1964, fugiu para a Tanzânia junto com outros colegas para tentar integrar a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Foi presa e ficou cinco meses detida. Em 1965 retornou à

Tanzânia, acessou a liderança da FRELIMO e, posteriormente, liderou o Destacamento Feminino do grupo, ocupando ainda as funções de chefe da Seção da Mulher no Departamento de Relações Exteriores da FRELIMO. Casou-se com Samora Machel, um dos líderes do departamento de Defesa da FRELIMO, com quem teve um filho: Samora Machel Júnior. Teve sua trajetória marcada pela defesa do direito das mulheres de participar das decisões políticas e ações militares. Faleceu em 1971, vítima de leucemia. (FONSECA, 2021, p. 161-165)

Aline Sitoè Diata – Nasceu em Kabrousse, Casamance, terras do povo Diola (atual sul do Senegal) em 1920. Migrou para Dakar em busca de melhores condições de vida, casou-se e ficou viúva. Em 1941, ouviu um chamado de Emitai (Deus supremo) e recebeu como missão chamar as chuvas. Foi orientada a erguer um altar, fazer rituais para levar chuva ao povo Diola, além de retornar a Casamance para ensinar os rituais kasila ao seu povo. Tinha visões e, após retornar a sua terra natal, se tornou uma importante liderança religiosa. Seus poderes espirituais incomodaram os franceses, que a consideraram um obstáculo à dominação francesa em Casamance. Foi presa pelos franceses e morreu de escorbuto na prisão um ano depois. (FONSECA, 2021, p. 147-153)

Modjadji – Linhagem de rainhas da Chuva de Balobedu (Lovedu), província de Limpopo, que fica no Norte da África do Sul. Estas mulheres tinham poderes derivados de sua capacidade de controlar as nuvens e chuvas tendo, por conta disso, grande destaque como lideranças políticas, econômicas e religiosas. (FONSECA, 2021, p. 167-169)

Nana Yaa Asantewaa – Viveu no império Ashanti (região de Gana) entre os séculos XIX e XX. Liderou guerras e rebeliões contra o domínio inglês no império até ser capturada e exilada nas ilhas Seychelles, onde permaneceu até sua morte. (FONSECA, 2021, p. 101-107)

Kimpa Vita – Nasceu por volta de 1684 na região de Kimbangu, Reino do Congo (parte dos atuais territórios do Congo e de Angola). Desde a infância demonstrou ter dons espirituais, fato este que a fez ser iniciada no rito Kimpasi (cultos tradicionais), tornando-se Nganga Marynda, responsável por identificar espíritos da natureza e definir locais sagrados. Além disso, Kimpa, fazia previsões e defendia que o seu povo enfrentasse os europeus e se voltasse para o retorno e a defesa de cultos ancestrais associados ao cristianismo, sendo fundadora de uma doutrina cristã congoleza, que reunia ensinamentos de Jesus e a cosmologia bakongo. Foi presa e condenada à morte na fogueira em 1706. (FONSECA, 2021, p. 65 a 67)